

**CONFLITOS NO
CAMPO
BRASIL
2013**

ISSN 1676-661X



Expediente

Conflitos no Campo Brasil 2013
É uma responsabilidade do Centro de Documentação
Dom Tomás Balduino

Rua 19, no 35, 1º andar – Centro - 74030-090
Caixa Postal 749 - 74001-970
Goiânia-GO
Fone: (062) 4008-6466 Fax: (062) 4008-6405
Endereço eletrônico: cpt@cptnacional.org.br
Sítio: www.cptnacional.org.br

Comissão Pastoral da Terra é um organismo ligado à
Comissão para o Serviço da Caridade, da Justiça e da
Paz, da CNBB.

A CPT é membro da Pax Christi Internacional

Goiânia, abril de 2014

Conflitos no Campo – Brasil 2013 [Coordenação:
Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Flávio
Lazzarin[Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2013.
198 páginas: fotos, tabelas
Vários autores.
Indexado na Geodados – <http://www.geodados.uem.br>
ISSN 1676-661X

1. Violência no Campo. 2. Conflitos no Campo. 3.
Reforma Agrária. 4. Direitos Humanos e Legislação
Ambiental. I. Canuto, Antônio; coord. II. Luz, Cássia
Regina da Silva, coord. III. Flávio Lazzarin, coord.
IV. Comissão Pastoral da Terra V. Título

CDD 303.6
307.7

Diretoria da CPT

D. Enemésio Ângelo Lazzaris – Presidente
D. José Moreira Bastos Neto – Vice-presidente

Coordenação Executiva Nacional

Edmundo Rodrigues Costa
Flávio Lazzarin
Isolete Wichinieski
Luciano Bernardi

Conselheiro Permanente da CPT

D. Tomás Balduino

Centro de Documentação Dom Tomás Balduino

Equipe Secretaria Nacional

Antônio Canuto
Cássia Regina da Silva Luz
Leonardo Vinícius Pires da Silva
Múria Carrizo Viana
Paula Pereira
Thays Pereira Oliveira

Equipes nos Regionais

Fábio José da Silva/Lucimone Maria de Oliveira – Goiás
Anna Maria Rizzante Gallazzi – Amapá
Célio Lima Silva – Acre
Edmundo Rodrigues Costa – Araguaia/Tocantins
Inaldo da Conceição V. Serejo – Maranhão
José Batista Gonçalves Afonso – Pará
José Iborra Plans/Maria Petronila Neto – Rondônia
Joseumar Miranda da Silva - Espírito Santo/Rio de Janeiro
José Valmechi de Souza – Santa Catarina
Juvenal José da Rocha/Dirceu Fumagalli – Paraná
Ilza Franca e Thiago Valentin – Ceará
Maria Clara Ferreira Motta - Amazonas
Leticia Aparecida Rocha – Minas Gerais
Paulo César Moreira Santos – Mato Grosso
Marluce Melo/Renata Costa César de Albuquerque/Renata Érica de
Figueiredo Ataíde – Nordeste (AL, PB, PE e RN)
Gregório F. Borges – Piauí
Roseilda Cruz da Conceição – Bahia
Roberto Carlos de Oliveira – Mato Grosso do Sul
Evanir José Albarello – Rio Grande do Sul

Assessoria

Prof. Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves
Geógrafo - UFF
Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes
Geógrafo – Unesp

Assessoria Administrativa

Tânia Maria Rocha de Oliveira
Elídia Morais Aguirre

Revisão

Secretaria Nacional

Diagramação:

Vivaldo da Silva Souza

Seleção de fotos

Cristiane Passos

Foto Capa

Ruy Sposati

Organização e seleção de documentos

Jean Ann Bellini
Soledade Sousa de Almeida

Apoio:

EED Evangelischer Entwicklungsdienst
CCFD Comité Catholique contre la Faim et pour le Développement
D&P Development and Peace
Ministério Público do Trabalho da 23ª Região
TRT Tribunal Regional do Trabalho 23ª Região
Misereor

Irmã Lucinda Moretti

Falar em Irmã Lucinda é como falar da própria história da CPT em Mato Grosso do Sul.

Era membro da coordenação regional da CPT, quando em 16 de agosto, faleceu em um acidente de trânsito, em Juti, MS.

Sempre disposta a distribuir esperança, a incentivar a caminhada, dedicou sua vida em favor do homem e da mulher do campo, de forma alegre e prazerosa.

Padre Victor Asselin

Padre e advogado. Canadense de nascimento, maranhense por opção.

Descobriu uma verdadeira rede de grilagem de terras no Maranhão, que denunciou no livro *Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás*.

Primeiro vice-presidente da CPT, participou do encontro em que a Comissão Pastoral da Terra foi criada.

No Maranhão articulou as dioceses do estado para formar a CPT regional. Faleceu em 23 de agosto, vítima de câncer, em Quebec (Canadá).

SUMÁRIO

Apresentação	7
Metodologia	9
Tabela 1 – Comparação dos conflitos no Campo – 2004 - 2013	15

CONFLITOS NO CAMPO

Geografia dos Conflitos por Terra no Brasil (2013) Expropriação, violência e r-existência	18
<i>Carlos Walter Porto-Gonçalves, Danilo Pereira Cuin</i>	
Tabela 2 – Conflitos no Campo Brasil.....	27
Conflitos, violência: um olhar pastoral.....	63
<i>Anna Maria Rizzante Gallazzi</i>	

TERRA

Terra, ocupação e posse: novos desafios aos movimentos sociais frente à ação do capital agrário.....	70
<i>José Paulo Pietrafesa</i>	
Tabela 3 – Violência contra Ocupação e a Posse (síntese)	77
Vida e morte no campo: o perímetro irrigado de Santa Cruz do Apodi-RN	78
<i>João Paulo do Vale de Medeiros</i>	
Tabela 4 – Conflitos por Terra (síntese).....	84
Conflitos e violência na Amazônia Legal	85
<i>Darlene Braga, Inaldo Vieira dos Santos e Josep Iborra Plans</i>	

ÁGUA

A água e a sede do Capital.....	92
<i>Alexandre Gonçalves</i>	
Tabela 5 - Água (síntese)	96
Conflitos pela Água: privatização dos bens comuns, ameaça a vida.....	97
<i>Maria José Honorato Pacheco</i>	

TRABALHO

Tabela 6 – Conflitos trabalhistas (síntese).....	104
A migração de camponeses e escravidão na construção civil	105
<i>Daniel Santini</i>	

VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA

Tabela 7 - Violência contra a Pessoa (Síntese)	112
A difícil luta para punir os responsáveis pelos Crimes no Campo.....	113
<i>José Batista Gonçalves Afonso</i>	
Tabela 8 – Assassinatos	118
Os direitos indígenas frente aos conflitos no campo em 2013.....	120
<i>Erika Macedo Moreira</i>	
Tabela 9- Tentativas de Assassinato.....	127
Quando a bala manda recado.....	128
<i>Natalia Viana e Ismael Machado</i>	
Tabela 10 - Ameaçados de morte	133
Maria de Nazareth	140
<i>Marluce Melo</i>	

MANIFESTAÇÕES

Cartas da Resistência Indígena	144
Tabela 11 – Manifestações (síntese)	148

NOTAS EMITIDAS PELA CPT E OUTROS DOCUMENTOS

Notas	150
Siglas dos movimentos sociais, organizações e entidades	178
Fontes de Pesquisa	187
CPT no Brasil	195

Apresentação

O ano de 2013 vai passar para a história como o ano das grandes mobilizações populares, que momentaneamente colocaram a nação em suspenso e alteraram as agendas de debates.

Mas tão ou mais importantes que aquelas manifestações, podem se considerar as ações dos indígenas, que roubaram a cena em várias oportunidades.

Em torno a 500 índios de diferentes etnias, corpos pintados, ornamentos na cabeça, maracás nas mãos, em 16 de abril, ocuparam o Plenário da Câmara dos Deputados. Enquanto os atônitos deputados, muitos deles correndo, não entendiam o que acontecia, os índios dançavam e cantavam no plenário. Um espetáculo para marcar a história de um Congresso, onde as demandas dos ruralistas encontram ressonância e amplificação através da conhecida bancada ruralista, e onde projetos que tentam limitar os direitos dos povos indígenas crescem e se avolumam como uma avalanche. Os índios exigiam a suspensão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/00, que quer transferir a competência pela demarcação das terras indígenas da Presidência da República para o Congresso, e de outros projetos de lei, portarias e decretos. Estas que, segundo Anastácio Peralva, líder indígena Kaiowá-Guarani, são as novas armas do extermínio.

As ações indígenas se multiplicaram de Norte a Sul do País. Foram 156 manifestações, envolvendo 35.208 indígenas. Foram também 61 retomadas de antigos territórios. Por diversas vezes, no Pará, o canteiro de obras da Hidrelétrica de Belo Monte, foi ocupado e os Munduruku, da região do Tapajós, queimaram o documento que lhes foi enviado, porque os representantes do governo federal se negaram a encontrar-se com eles numa aldeia.

Por dias consecutivos, no Paraná e no Rio Grande do Sul, os índios protestaram contra a suspensão dos processos de reconhecimento e demarcação de suas terras.

No Mato Grosso do Sul, a luta dos Terena e dos Guarani Kaiowá pela reconquista das terras das quais foram esbulhados, ganhou dimensões dramáticas, com mortes, ferimentos e prisões de indígenas. O mesmo aconteceu na Bahia, com os Tupinambá. Os dados de 2013 são de estontear: 15 dos 34 assassinatos registrados são de indígenas. São também indígenas 10 das 15 vítimas de tentativas de assassinato, e 33 das 241 pessoas ameaçadas de morte. Em nenhum outro período desta publicação se tem registro semelhante.

Enquanto o Brasil acompanha a grande cheia do Rio Madeira, em Rondônia, afetando dezenas de milhares de famílias, suas lavouras e pertences, e deixando isoladas regiões inteiras, inclusive o Acre; e a grande São Paulo vive situação mais que crítica de abastecimento de água com o sistema Cantareira em nível baixo, nunca antes registrado, os dados da CPT incomodam. Em 2013 registrou-se um crescimento exponencial de 32% nos Conflitos pela Água. Como acentua Maria José Pacheco, “os conflitos pela água estão relacionados às disputas pelo território, onde o capital sempre quer tornar privados os espaços comuns do povo, principalmente os das comunidades tradicionais”... “Os conflitos se intensificam entre a visão diversa do capital viabilizado pelos governos e a visão cosmológica dos povos e comunidades tradicionais”.

O maior número de conflitos pela água está relacionado com a construção de hidrelétricas, 44 ocorrências, e cresce em áreas de mineração, 31 ocorrências. São mais frequentes no Nordeste, 43%, seguido do Norte com 25%, e Sudeste, 18%.

Como em anos anteriores, os conflitos ganham em intensidade nas áreas para onde o capital avança, sobretudo a Amazônia. Diferentemente do restante do Brasil, onde o número de expulsões e despejos diminuiu em relação a 2012, na Amazônia ocorreu o inverso: o número de famí-

lias expulsas cresceu em 11%, e o de famílias despejadas em 76% (passaram de 1.795 para 3.167). Também teve crescimento acentuado de 126%, o número de famílias com casas destruídas, e as com bens destruídos 19%. O Acre destacou-se pelo aumento de 1.038% em relação ao número de casas destruídas. Passou de 26 para 296. Também no Acre, a atuação de pistoleiros ou de milícias armadas mais que quadruplicou: de 90 famílias afetadas por ações de pistoleiros em 2012, este número saltou para 380.

Na Amazônia, se concentram 20 dos 34 assassinatos, 174 das 241 pessoas ameaçadas de morte, 63 dos 143 presos, e 129 dos 243 agredidos. Das Populações Tradicionais que, em 2013, foram vítimas de algum tipo de violência, 55% se localizavam na Amazônia.

Um olhar acurado dos jornalistas Natália Viana e Ismael Machado nos ajuda a ver a presença das mulheres nos Conflitos no Campo. 40 mulheres estão computadas entre as 241 pessoas ameaçadas de morte, em 2013. Nos últimos 10 anos, 20 mulheres foram assassinadas, 55 sofreram tentativa de assassinato. “São mães, filhas, irmãs, esposas cujas vidas foram marcadas em algum momento pela cortante sanha da injustiça de terras no Brasil. Hoje elas não dormem durante a noite, à espera do assassino. Fogem dos filhos e netos para não derramar sobre eles o risco que correm”. E desfila diante de nós um cortejo de mulheres ameaçadas.

O fantasma da impunidade continua rondando as comunidades camponesas, nos diz José Batista

Afonso. E mesmo a condenação não é certeza de punição, pois a maioria dos mandantes condenados não cumprirá a pena atrás das grades.

Como assinalam Carlos Walter Porto-Gonçalves e Danilo Cuin está em curso “uma geopolítica da despossessão, sendo as maiores vítimas as populações que tradicionalmente ocupam o território”. “O colonialismo não é somente um período do nosso passado histórico, mas uma característica necessária do capitalismo em sua dinâmica de acumulação incessante de capital que implica, inclusive, expansão geográfica para regiões tradicionalmente ocupadas por outros grupos/classes sociais/etnias/povos/nacionalidades”. Os números o atestam. Em 2013, do total de vítimas fatais, 61,3% pertencem a grupos/classes sociais/etnias caracterizados como Populações Tradicionais. Estas correspondem a 58,8% do total das categorias sociais que sofreram ações violentas.

O que este relatório registra é apenas uma parte da realidade, os conflitos e a violência que de alguma forma chegam ao nosso conhecimento. Muitíssimos mais casos acontecem nesta imensidão do Brasil e que só são conhecidos por quem sofre a violência, ou pelas famílias e comunidades envolvidas em algum conflito.

Anna Maria Gallazzi nos lembra: “números não são somente números. Eles trazem o estampido das balas, o cheiro do sangue que se espalha no chão encharcando a poeira, com sua cor escura”... “Números não mostram as longas noites de insônia e de medo, cheias de preocupação”.

Metodologia

A CPT desde a sua criação se defrontou com os conflitos no campo e o grave problema da violência contra os trabalhadores e trabalhadoras da terra. Esta violência que saltava aos olhos começou a ser registrada sistematicamente já no final dos anos 1970. A partir de 1985 os dados começaram a ser publicados anualmente em forma de Cadernos. Durante este tempo, o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino¹ trabalhou intensamente no levantamento de dados na luta e pela resistência na terra, pela defesa e conquista dos direitos. Em 2002 começou a registrar os conflitos pela água. A CPT tornou-se a única entidade a realizar tão ampla pesquisa sobre a questão agrária em âmbito nacional. Com este trabalho, a CPT formou uma das mais importantes bibliotecas com livros, cadernos, revistas, jornais e arquivos que tratam das lutas camponesas.

Por que documentar?

A CPT é uma ação pastoral da Igreja, tem sua raiz e fonte no Evangelho e como destinatários de sua ação os trabalhadores e trabalhadoras da terra e das águas. Por fidelidade “ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra”, como está explícito na definição de sua Missão, é que a CPT assumiu a tarefa de registrar e denunciar os conflitos de terra, água e a violência contra os trabalhadores e seus direitos, criando o setor de Documentação.

A tarefa de documentar tem uma dimensão teológica, porque, de acordo com a tradição bíblica, Deus ouve o clamor do seu povo e está presente na luta dos trabalhadores e trabalhadoras (Ex 3, 7-10). Esta luta é em si mesma um ritual celebrativo desta presença e da esperança que anima o povo.

Além deste aspecto, a CPT fundamenta seus registros em outras dimensões, que são: ética, política, pedagógica, histórica e científica.

Ética – porque a luta pela terra é uma questão de justiça e deve ser pensada no âmbito de uma ordem social justa.

Política – porque o registro da luta é feito para que o trabalhador, conhecendo melhor sua realidade, possa com segurança assumir sua própria caminhada, tornando-se sujeito e protagonista da história.

Pedagógica – porque o conhecimento da realidade ajuda a reforçar a resistência dos trabalhadores e a forjar a transformação necessária da sociedade.

Histórica – porque todo esforço e toda luta dos trabalhadores de hoje não podem cair no esquecimento e devem impulsionar e alimentar a luta das gerações futuras.

Científica – porque o rigor, os procedimentos metodológicos e o referencial teórico permitem sistematizar os dados de forma coerente e explícita. A preocupação de dar um caráter científico à publicação existe não em si mesma, ela existe para que o acesso a estes dados possa alimentar e reforçar a luta dos próprios trabalhadores, contra o latifúndio. Não se trata simplesmente de produzir meros dados estatísticos. Trata-se de registrar a história da luta de uma classe que secularmente foi explorada, excluída e violentada.

Procedimentos

Os dados são obtidos por meio de fontes de pesquisa primária e secundária. As primárias são feitas pelos agentes dos Regionais da CPT e enviadas à Secretaria Nacional, em Goiânia. Além dos agentes da CPT, declarações, cartas assinadas, boletins de ocorrência, relatos repassados pelos movimentos sociais, igrejas, sindicatos e outras organizações e entidades diretamente ligadas à luta dos trabalhadores e trabalhadoras. As secundárias são realizadas por meio de levantamentos feitos em revistas, jornais de circulação local, estadual e nacional, boletins e publicações de diversas instituições, partidos e órgãos governamentais, entre outros.

¹ A partir de 2013 o Setor de Documentação da CPT passou a se denominar Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.

Quando os números fornecidos pelas fontes secundárias não coincidem com os apurados pelos Regionais da CPT, considera-se a pesquisa primária realizada pelos Regionais. Ainda é importante destacar que com a ocorrência de vários conflitos em um mesmo imóvel, para evitar duplicações de dados, registra-se na última ação daquele conflito o maior número de famílias. Para registro de datas, quando não tem informação do dia do fato, registra-se no último dia daquele mês e ano, caso não tenha informação do mês, registra-se no último dia daquele ano. Quando possível, utilizamos a data do documento.

No registro das manifestações que são prolongadas (marchas, jornadas etc.), para a contagem dos participantes, considera-se o maior número de pessoas na última data e registra-se os atos realizados em cada lugar, durante o trajeto ou o período da manifestação.

Somente se registram os conflitos que envolvem trabalhadores e trabalhadoras. O principal objeto de registro e denúncia é a violência sofrida. Conflitos agrários, muitas vezes graves, entre latifundiários ou outros agentes não são registrados. Registram-se os conflitos que ocorreram durante o ano em destaque. Conflitos antigos e não resolvidos só figuram no relatório se tiverem algum desdobramento durante o ano trabalhado.

As informações e os dados são organizados por meio de formulários temáticos do Datacpt – Banco de Dados dos Conflitos no Campo – Comissão Pastoral da Terra - e são digitados e sistematizados em tabelas, gráficos e mapas dos conflitos. De cada conflito é elaborado um histórico que reúne todas as informações que lhe são características.

A partir de 2008, este acervo começou a ser digitalizado e atualmente está disponível via Google Drive <<http://goo.gl/TJ10G>>.

É importante destacar que o processo de inserção e correção dos conflitos no campo é contínuo. Entre outras dimensões, isso quer dizer que após cada publicação anual é comum ocorrer registros de anos anteriores, dos quais o Centro de Documentação da CPT não tinha conhecimento na época do fato.

Conceitos

O objeto de documentação e análise são conflitos e a violência sofrida.

Conflitos são as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas.

Os conflitos são catalogados em conflitos por terra, conflitos pela água, conflitos trabalhistas, conflitos em tempos de seca, conflitos em áreas de garimpo, e em anos anteriores foram registrados conflitos sindicais.

Conflitos por terra são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso a seringais, babaçuais ou castanhais, quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, pequenos proprietários, ocupantes, sem terra, seringueiros, camponeses de fundo de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses, etc.

As ocupações e os acampamentos são também classificados na categoria de conflitos por terra.

Ocupações e ou retomadas são ações coletivas das famílias sem terra, que por meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social, ou ações coletivas de indígenas e quilombolas que reconquistam seus territórios, diante da demora do Estado no processo de demarcação das áreas que lhe são asseguradas por direito.

Acampamentos são espaços de luta e formação, fruto de ações coletivas, localizados no campo ou na cidade, onde as famílias sem terra organizadas, reivindicam assentamentos. Em nossa pesquisa registra-se somente o ato de acampar.

Conflitos Trabalhistas compreendem os casos de trabalho escravo, superexploração e ações de resistência.

Na compreensão do que é Trabalho Escravo, a CPT segue o definido pelo artigo 149 do Código Penal Brasileiro, atualizado pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003, que o caracteriza por submeter alguém a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, ou por sujeitá-lo a condições degradantes de trabalho, ou quando se restringe, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto, ou quando se cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho ou quando se mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

As situações de Superexploração acontecem na esfera salarial e dizem respeito às ocorrências em que as horas de trabalho não pagas excedem a taxa normal de exploração do trabalho. Geralmente estes casos estão ligados a precárias condições de trabalho e moradia.

As Ações de Resistência são protestos de trabalhadores assalariados que reivindicam aumento de salário e manutenção dos direitos.

Conflitos pela Água são ações de resistência, em geral coletivas, para garantir o uso e a preservação das águas e de luta contra a construção de barragens e açudes, contra a apropriação particular dos recursos hídricos e contra a cobrança do uso da água no campo, quando envolvem ribeirinhos, atingidos por barragens, pescadores, etc.

Conflitos em Tempos de Seca são ações coletivas que acontecem em áreas de estiagem prolongada e reivindicam condições básicas de sobrevivência e ou políticas de convivência com o semiárido.

Conflitos em Áreas de Garimpo são ações de enfrentamento entre garimpeiros, empresas, grupos indígenas e o Estado.

Conflitos Sindicais são ações de enfrentamento que buscam garantir o acompanhamento e a solidariedade do sindicato aos trabalhadores, contra as intervenções, as pressões de grupos externos, ameaças e perseguições aos dirigentes e filiados.

Estes três últimos só são publicados quando é expressiva sua ocorrência, ou quando o contexto em que se desenrolaram indicar a pertinência de uma análise a respeito.

Além disso, são registradas as manifestações de luta e as diversas formas de violência praticadas contra os trabalhadores e trabalhadoras: assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte, prisões e outras.

Por Violência entende-se o constrangimento e ou a destruição física ou moral exercidos sobre os trabalhadores e seus aliados. Esta violência está relacionada aos diferentes tipos de conflitos registrados e às manifestações dos movimentos sociais do campo.

As Manifestações são ações coletivas dos trabalhadores e trabalhadoras que reivindicam diferentes políticas públicas e ou repudiam políticas governamentais ou exigem o cumprimento de acordos e promessas.

Estrutura do Banco de Dados – DATA CPT

Do Banco de Dados retiram-se tabelas específicas para a página eletrônica da CPT, bem como para a publicação anual impressa.

Tabelas disponibilizadas na página eletrônica:

1. Áreas em conflito, entendidas como situações ou lugares dos litígios. Nesta tabela constam o nome do imóvel, o número de famílias envolvidas e área em hectares.

2. Ocorrências de conflitos, constam detalhes do número de vezes que aconteceram ações de violência contra as famílias. Numa mesma área podem ter acontecido diversos fatos, em datas diferentes. Cada acontecimento é registrado como um conflito. Aqui, registra-se o tipo de propriedade e sua respectiva situação jurídica, o número de famílias vítimas de despejo e expulsão – despejo acontece quando há retirada das famílias, via mandado judicial; expulsão

quando a retirada das famílias se dá por ação privada; as vezes que as famílias tiveram bens destruídos durante as violências sofridas ou foram vítimas de ausência e ou falhas de políticas públicas. Por ausência e ou falhas de políticas públicas entende-se a falta de infraestrutura, de serviços básicos de educação, saúde, assistência técnica e crédito, a má gestão da política de assentamentos, como desvios de recursos, assentamentos em áreas inadequadas, redução de áreas de posseiros para implantação de assentamentos, não implementação dos procedimentos exigidos para se ter acesso a determinados benefícios.

3. Uma terceira tabela com as Ocupações/Retomadas de terra.

4. Uma quarta tabela com os Acampamentos. É importante dizer que se registra apenas o ato de acampar do respectivo ano. Não se faz o acompanhamento do número de famílias acampadas no País.

Os dados das três últimas tabelas são somados na tabela síntese fechando o eixo Terra, denominado “Violência contra Ocupação e a Posse”.

Os Conflitos pela Água são reunidos numa tabela em que constam os seguintes registros: diminuição ou impedimento de acesso à água, (quando um manancial ou parte dele é apropriado para usos diversos, em benefício particular, impedindo o acesso das comunidades); desconstrução do histórico-cultural dos atingidos; ameaça de expropriação; falta de projeto de reassentamento ou reassentamento inadequado ou não reassentamento; não cumprimento de procedimentos legais (ex: EIA-Rima, audiências, licenças), divergências na comunidade por problemas como a forma de evitar a pesca predatória ou quanto aos métodos de preservar rios e lagos etc; destruição e ou poluição (quando a destruição das matas ciliares, ou o uso de agrotóxicos e outros poluentes que diminuem o acesso à água ou a tornam imprópria para o consumo), cobrança pelo uso da água.

Os Conflitos Trabalhistas compreendem os casos de trabalho escravo e superexploração.

Na tabela referente ao trabalho escravo uma coluna

mostra o número de ocorrências e quantas denúncias foram recebidas; outra coluna indica o número de trabalhadores na denúncia; uma terceira informa o número de trabalhadores libertados pela ação do Estado e uma última coluna apresenta o número de crianças e adolescentes envolvidos.

As situações de Superexploração, dizem respeito aos casos em que o desrespeito aos direitos dos trabalhadores são muito graves, mas não se encaixam nas características do trabalho escravo. Acompanham os Conflitos Trabalhistas as Ações de Resistência que representam a luta dos trabalhadores por conquista de direitos trabalhistas e referem-se às greves, ou outras formas de protesto.

Além das tabelas que registram os conflitos, uma outra série de tabelas e de informações descrevem a violência sofrida pelos trabalhadores.

Os tipos de violência estão assim registrados: tabelas de assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte e uma tabela síntese denominada Violência contra a Pessoa, em que além dos dados das tabelas anteriores constam as mortes em consequência do conflito (aborto, omissão de socorro, acidente, inanição), torturas, agressões físicas, ferimentos, prisões e ou detenções. Outra tabela apresenta o detalhamento da violência contra a pessoa, na qual além das informações acima constam ainda sequestros, ameaças de prisão, cárcere privado, humilhações, intimidações.

E por último, uma tabela em que estão registradas as Manifestações de Luta feitas pelos diferentes movimentos sociais ou outras organizações durante o ano.

Estrutura do Relatório Impresso

Os dados coletados e organizados pela CPT são publicados anualmente, desde 1985, em um relatório impresso que tem por título Conflitos no Campo Brasil. A partir de 2008, ele sofreu algumas alterações e ficou com a seguinte estruturação:

Quatro tabelas detalhadas e organizadas por Estado em ordem alfabética e seis tabelas sínteses agrupadas nas cinco regiões geográficas definidas pelo IBGE.

TABELA 1 - Comparação dos Conflitos no Campo

É uma síntese do último decênio. Dispõe os dados de cada tema: terra, água, trabalho e outros (quando têm casos de conflitos em tempos de seca, garimpo, etc) e o total dos conflitos no campo brasileiro.

TABELA 2 - Conflitos no Campo Brasil

Esta tabela registra detalhadamente os conflitos por terra, trabalhistas, água e outros se houver, com as seguintes informações: município, nome do conflito, data, número de famílias ou de pessoas envolvidas e um campo com informações específicas conforme o tema.

TABELA 3 - Violência contra a Ocupação e a Posse

É a síntese da soma das ocorrências dos Conflitos por Terra, Ocupações e Acampamentos por Estado, o número de famílias envolvidas, a área, o número de famílias expulsas, despejadas, ameaçadas de despejo, ou que sofreram tentativa ou ameaça de expulsão, o número de casas, roças e bens destruídos, além do número de famílias sob ameaça de pistoleiros.

TABELA 4 - Terra

Sistematiza o eixo terra organizado em três blocos: Conflitos por Terra, Ocupações e Acampamentos. Contém as seguintes informações: número de ocorrências de conflitos por terra, ocupações, acampamentos, seguidas do número de famílias.

TABELA 5 - Água

Retrata a síntese dos conflitos pela água por Estado, com as seguintes informações: número de ocorrências de conflitos e quantidade de famílias envolvidas.

TABELA 6 - Trabalho

Sintetiza os conflitos trabalhistas por Estado, com dois blocos de informações: 1. Trabalho Escravo:

consta o número de ocorrências, quantidade de trabalhadores envolvidos na denúncia e ou libertados, número de crianças e adolescentes. 2. Superexploração: número de ocorrências, quantidade de trabalhadores envolvidos na denúncia e ou resgatados, número de crianças e adolescentes.

TABELA 7 - Violência contra a Pessoa

Sintetiza o número das ocorrências registradas em Terra, Água, Trabalho, o número de pessoas envolvidas e as violências sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras: os assassinatos, as tentativas de assassinato, os mortos em consequência de conflitos, os ameaçados de morte, bem como os torturados, presos e agredidos.

TABELAS 8, 9 e 10 - Assassinatos, Tentativas de Assassinato, Ameaçados de Morte

Contém as seguintes informações: município, nome do conflito, data, nome, quantidade, idade e categoria da vítima da violência.

TABELA 11 – Manifestações

Relatório síntese por Estado. Possui as seguintes informações: número de ocorrências e quantidade de manifestantes.

As tabelas vêm acompanhadas de textos de análise produzidos por professores de diferentes universidades e pelos agentes de pastoral da própria CPT, religiosos ou algum outro especialista na temática.

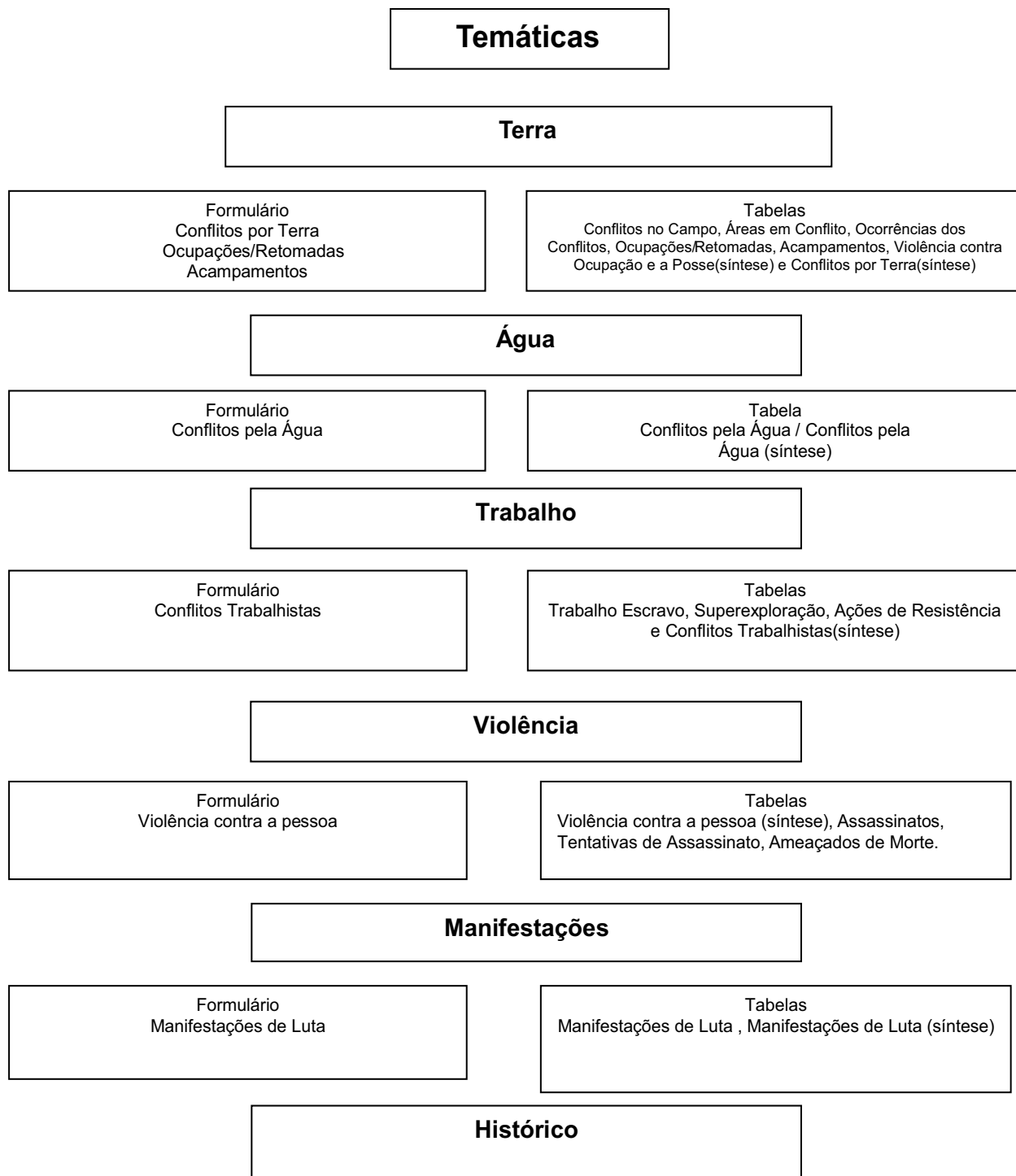
A última parte dos Conflitos no Campo Brasil reproduz notas emitidas pela CPT, só ou em parceria, ou outros documentos, sobre as diferentes situações de conflito e de violação dos direitos humanos.

Organograma dos temas do DATA CPT

O organograma a seguir apresenta os temas documentados, os nomes dos formulários utilizados na sistematização e as respectivas tabelas derivadas dos registros.

Organograma

O organograma a seguir apresenta os temas documentados, os nomes dos formulários utilizados na sistematização e as respectivas tabelas derivadas dos registros.



Comparação dos Conflitos no Campo (2004-2013)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Conflitos de Terra*										
Ocorrências de Conflito	752	777	761	615	459	528	638	805	816	763
Ocupações/Retomadas	496	437	384	364	252	290	180	200	238	230
Acampamentos	150	90	67	48	40	36	35	30	13	14
Total Conf. Terra	1.398	1.304	1.212	1.027	751	854	853	1.035	1.067	1.007
Assassinatos	37	38	35	25	27	*25	30	29	34	29
Pessoas Envolvidas	965.710	803.850	703.250	612.000	354.225	415.290	351.935	458.675	460.565	435.075
Hectares	5.069.399	11.487.072	5.051.348	8.420.083	6.568.755	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667
Conflitos Trabalhistas										
Trabalho Escravo	236	276	262	265	280	240	204	230	168	141
Assassinatos	2		3	1	1		1			1
Pessoas Envolvidas	6.075	7.707	6.930	8.653	6.997	6.231	4.163	3.929	2.952	1.716
Superexploração	107	178	136	151	93	45	38	30	14	13
Assassinatos			1				1			2
Pessoas Envolvidas	4.202	3.958	8.010	7.293	5.388	4.813	1.643	466	73	142
Total Conf. Trabalhista	343	454	398	416	373	285	242	260	182	154
Conflitos pela Água										
Nº de Conflitos	60	71	45	87	46	45	87	68	79	93
Assassinatos				2		1	2		2	2
Pessoas Envolvidas	107.245	162.315	13.072	163.735	135.780	201.675	197.210	137.855	158.920	134.835
Outros ***										
Nº de Conflitos		52	2	8			4		36	12
Assassinatos										
Pessoas Envolvidas		43.525	250	3.660			4.450		26.005	1.350
Total										
Nº de Conflitos	1.801	1.881	1.657	1.538	1.170	1.184	1.186	1.363	1.364	1.266
Assassinatos	39	38	39	28	28	26	34	29	36	34
Pessoas Envolvidas	975.987	1.021.355	783.801	795.341	502.390	628.009	559.401	600.925	648.515	573.118
Hectares	5.069.399	11.487.072	5.051.348	8.420.083	6.568.755	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667

*** Outros: Conflitos em Tempos de Seca, Política Agrícola e Garimpo. Em 2013 foram registrados 12 Conflitos em Tempos de Seca.



Foto: Ruy Sposati

Conflitos no Campo

Geografia dos Conflitos por Terra no Brasil (2013)

Expropriação, violência e r-existência

Carlos Walter Porto-Gonçalves¹
Danilo Pereira Cuin²

A velha/atual questão (da reforma) agrária

O latifúndio tem sido um dos principais pilares de afirmação e reprodução do padrão de poder que vem comandando o processo de acumulação de capital, desde os primórdios de nossa formação territorial. Desde os anos 1970, com a ditadura, uma nova fase de desenvolvimento nas relações de poder se abriu por meio da tecnologia ratificando o padrão de poder moderno-colonial do latifúndio, suas monoculturas de exportação e a violência de classe/étnico-racial, traços característicos desse padrão de poder que nos governa há 500 anos! Com essas novas relações sociais e de poder, conhecida como “Revolução Verde”, por uns, ou “Modernização Conservadora”³, por outros, os avanços no campo tecnológico consagravam a profunda injustiça social e a violência que acompanham esse padrão. Para isso contam com poderosos e sofisticados meios, conformado por um bloco de poder tecnológico-financeiro-latifundiário-midiático⁴.

As afirmações acima se fundamentam em análises da academia, e são amparadas em farta documentação dos conflitos no campo brasileiro. A análise que segue, com base nos conflitos pela terra/água em 2013, confirma essa tese⁵.

Nossa referência de análise é o conflito. O conflito é um conceito importante, pois aponta para uma dimensão imanente às relações sociais e de poder. Indica que sobre um mesmo tema, um mesmo objeto, diferentes indivíduos/grupos/classes/sujeitos sociais têm visões/práticas distintas⁶. O conflito é a contradição social em estado prático. Tomá-lo como conceito central para análise dos processos sócio-geográficos é fundamental, ainda mais quando se trata de conflitos pela terra/água, necessários para a produção/reprodução da vida. A luta pela terra/água mais que uma questão de economia, é fundamental para a democracia, pois diz respeito a relações de poder através do controle da terra/água.

2013: ratificando a violência do contraditório padrão de poder moderno-colonial, 2013 ratifica a tendência que vem se afirmando desde os anos 1970, que consa-

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF e Coordenador do Lemto – Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades.

² Graduando em Geografia da Universidade Federal Fluminense e Bolsista de Iniciação Científica do CNPq no Lemto – Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades.

³ Não esqueçamos que a designação de “Revolução Verde” traz em si mesma o caráter de “Modernização Conservadora”. Afinal, “Revolução Verde” é uma expressão forjada contra a ideia de Revolução Vermelha, procurando deslocar o debate da fome/miséria/opressão/exploração para o plano técnico-científico. Já a ideia de Revolução Social (Vermelha) indicava que se tratava de uma transformação nas relações sociais e de poder, e não somente técnica, ainda que devesse ser traduzida nesse campo para superar o debate da fome/miséria/opressão/exploração.

⁴ Esse bloco de poder pode ser identificado na página da ABAG – Associação Brasileira de Agribusiness – onde, entre seus parceiros, constam os dois principais grupos empresariais de comunicação do país: a Rede Globo e o Grupo O Estado de São Paulo. Tudo indica que a luta pela Reforma Agrária haverá de enfrentar o debate sobre a Reforma das Ondas Magnéticas de Comunicação (Reforma Agrária do Ar?).

⁵ No caso específico desse artigo analisaremos os conflitos por terra em 2013 e, para isso, contamos com o rico acervo de informações que a CPT vem sistematizando desde 1985, acompanhando os grupos/classes/sujeitos sociais em luta por justiça social através da luta pelo direito a ter direitos, sobretudo no que concerne à luta pela terra, cada vez mais por Território, e pela Reforma Agrária.

⁶ Vários autores, como Luiz de Castro Farias, Roberto Cardoso de Oliveira, Pierre Bourdieu e Edward Thompson, assinalam que os grupos sociais se constituem a si mesmos, sobretudo através dos conflitos, conformando suas identidades de modo contrastivo.

gra a hegemonia do latifúndio moderno-colonial. No Brasil, as oligarquias tradicionalmente instrumentalizam as políticas governamentais para seus interesses. Desde os anos 1970, uma nova configuração dessas oligarquias constitui um bloco de poder tecnológico-financeiro-latifundiário-midiático, alicerçado na tecnologia com aumento da produtividade e expansão da área cultivada. Ao mesmo tempo promoveu um processo do despojo de populações, ensejando o fenômeno de trabalhadores rurais sem-terra.

Nessa nova configuração há a imbricação dos interesses das oligarquias latifundiárias tradicionais, com instituições estatais financeiras, como o BNDES, e científicas, como a Embrapa, com as grandes corporações industriais-financeiras como Monsanto, Cargill, Bunge & Born, Syngenta entre outras. Esse bloco de poder vem operando também no Paraguai, na Argentina e na Bolívia. No Paraguai teve papel destacado na derrubada do governo Fernando Lugo. Na Bolívia protagonizou um movimento separatista entre os anos 2009-10. Chega à desfaçatez de se autoproclamar República Unida da Soja⁷, como se pode ver na publicidade veiculada em dois jornais de maior circulação da Argentina (La Nación e El Clarín), em 2003.

Conflitos em 2013

Em 2013 registraram-se 847 áreas em conflito no Brasil. Nessas áreas 99.798 famílias estiveram envolvidas. Este número é ligeiramente menor que o de 2012 (110.130). Mesmo assim o número de conflitos, em 2013, atingiu uma cifra que é amplamente superior à média anual do período 1985-2006, que foi de 671 (Vide Atlas dos Conflitos no Campo Brasileiro). Ao longo dos 20 anos analisados no Atlas de Conflitos no Campo Brasileiro - 1985-2006 (CPT-LEMTO-GeoAgrária,2013), o período entre 2003 e 2006, no

primeiro mandato de Lula, foi o que registrou o maior número de conflitos, de famílias envolvidas e de outros indicadores de violência. Nos últimos três anos, governo Dilma, a média anual supera as médias anuais de todos os períodos analisados no Atlas, exceto o período 2003-2006. Os números elevados deste período se devem, por um lado, à iniciativa dos grupos dominantes que temiam que Lula fizesse a Reforma Agrária, e por outro, pela pressão dos movimentos sociais com ações em prol da Reforma Agrária (Ver Porto-Gonçalves, Conflitos no Campo Brasil 2004). Já no segundo mandato de Lula (2007-2010) estabeleceu-se uma espécie de Pax Agrária, com priorização da política de exportação de *commodities*, por um lado e, por outro, com políticas de transferência de renda (Fome Zero, Bolsa Família e outras). Com o que os movimentos sociais perderam grande parte do seu poder de convocação, que se expressa na queda do número de Ocupações e Acampamentos.

Em 2013 os movimentos sociais foram responsáveis por 244 conflitos (230 Ocupações e 14 Acampamentos), 18,9% do total. Isso diz que 81,1% dos conflitos são provocados pela ação de fazendeiros, grileiros, madeireiros, empresários ou mineradores - Poder Privado - através de assassinatos ou expulsões, ou pela ação do Poder Público, através das ações do Poder Executivo e do Judiciário por meio de prisões e ações de despejo. A violência no campo brasileiro, os dados o confirmam, não vem de baixo.

Distribuição Geográfica dos Conflitos e da Violência no Brasil 2013

Os conflitos e a violência por terra, objeto sob análise nesse artigo, se mostram desigualmente distribuídos pelo território brasileiro⁸.

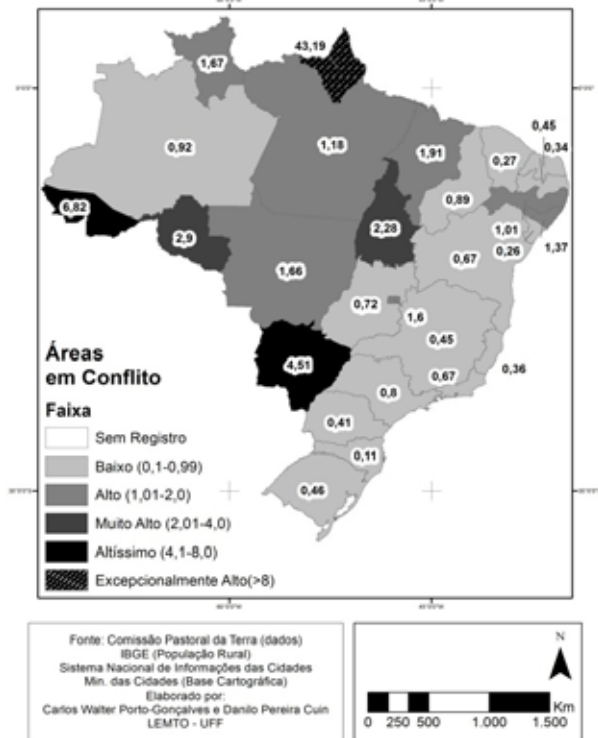
⁷ Ver <http://www.grain.org/es/article/entries/4739-la-republica-unida-de-la-soja-recargada>. Consulta realizada em 18-02-2014.

⁸ Tomamos para nossa análise índices que nos permitem estabelecer comparações da intensidade com que os conflitos se mostram através de seus diferentes atributos (variáveis) por unidade da federação, a saber: Número de Áreas/Localidades em conflitos por UF; Número de Famílias envolvidas em conflitos por UF; Número de Pessoas Assassinadas por UF; Número de Famílias Expulsas por UF; Número de Pessoas Presas por UF e Número de Famílias Despejadas por UF. Esses Índices para serem comparados foram calculados com base na % de cada UF sob o total do Brasil para cada variável considerada dividido pela % da População Rural de cada UF sob o total do país. Para facilitar a análise e a descrição, sobretudo para quem não está habituado à linguagem estatística, o resultado foi distribuído por faixas que são as seguintes: Alto quando uma unidade da federação obteve Índice entre 1.1 a 2.0; Muito Alto quando a UF obteve Índice entre 2.1 e 4.0; Altíssimo quando a UF obteve Índice entre 4.1 e 8.0; Excepcionalmente Alto quando a UF obteve Índice acima de 8.1.

Áreas em Conflito e Famílias envolvidas em Conflitos

O mapa a seguir com os Índices de intensidade dos conflitos medido pelo número de Áreas/Localidades em conflito, nos mostra que a Amazônia teve oito dos seus nove estados com Índices Alto e acima de Alto em 2013, a saber: AP (Excepcionalmente Alto), AC (Altíssimo), RO e TO (Muito Alto) e MA, MT, PA e RR (Alto). Isso evidencia que a expansão do capital sobre a Amazônia traz enormes consequências sociais e ambientais. No Nordeste dois estados se destacaram - PE e PB - com Índice Alto e na região Centro-Sul, Mato Grosso do Sul apresentou Índice Altíssimo de áreas em conflitos.

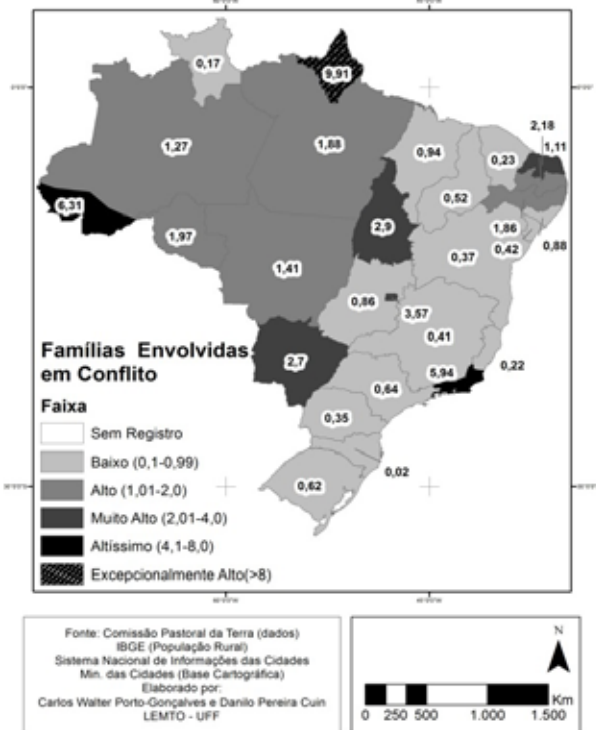
Índice de Intensidade de Conflitos Áreas em Conflito - Brasil - 2013



A Ação do Poder Privado

Do total de 692 localidades em que foi possível registrar as categorias sociais que provocaram os conflitos, temos o Poder Privado com 604 ações e o Poder Público com cerca de 81. O gráfico abaixo nos dá conta que a violência é marcadamente prota-

Índice de Intensidade de Conflitos Famílias Envolvidas - Brasil - 2013



gonizada pelo Poder Privado agindo ao arripio da lei, com 86,7% do total dos conflitos praticados pela ação direta de empresários, fazendeiros, grileiros, madeireiros e mineradoras.

Violência do Poder Privado e Público Categorias Sociais envolvidas em Conflitos



Entre os agentes que protagonizam violência no campo brasileiro, cresce a participação das Mineradoras. Provocando 7% do total brasileiro de conflitos, foram responsáveis por, pelo menos, 46 áreas em conflito. Destes, 65% na região Nordeste e 22% na região Norte.



Assassinatos

A violência do Poder Privado se fez sentir também pelo número (31) de pessoas assassinadas por lutar por terra⁹. Os assassinados pertenciam principalmente a grupos sociais/etnias em luta para permanecer em suas terras: das 31 pessoas assassinadas, 15 são indígenas, dois pescadores e dois posseiros, 61,3%.

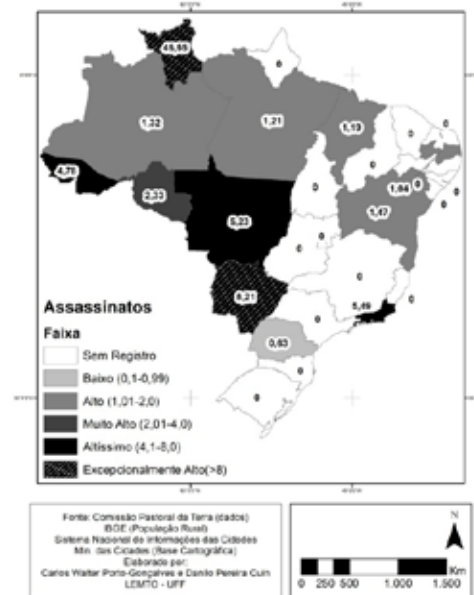
Ainda que o número de pessoas assassinadas em conflitos por terra tenha diminuído em 2013 em relação a 2012, caindo de 34 para 31, a média anual de pessoas assassinadas durante os três anos do governo Dilma Rousseff foi de 31,3, maior que a média do segundo mandato do governo Lula da Silva, que foi de 27,3, voltando a superar a faixa de mais de 30 pessoas assassinadas por ano, média do período 1985-2006.

O Mapa ao lado mostra a distribuição da intensidade de assassinatos pelo território brasileiro:

Famílias Expulsas

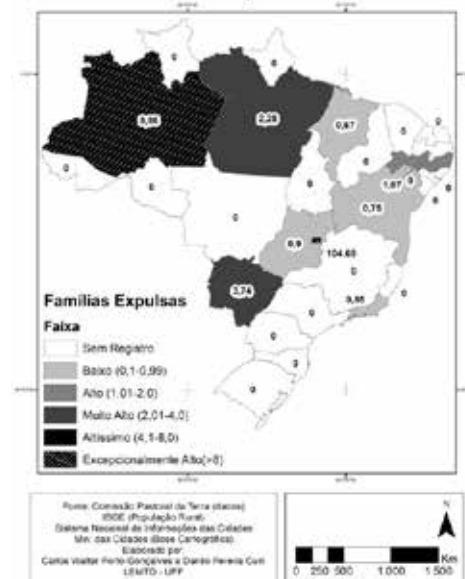
Mesmo tendo sido inferior a 2012 (1.388 famílias expulsas) em 2013, 1.144 famílias expulsas significa que aproximadamente 100 famílias (94,5) são mensalmente expulsas de suas terras, pelo poder de facto, ou seja, sem nenhuma mediação jurídica.

Índice de Intensidade da Violência do Poder Privado - Assassinatos - Brasil - 2013



A ação dos grileiros predomina amplamente na região Norte (48%) ou na Amazônia, região em destaque pela intensidade de famílias expulsas. Veja o mapa:

Índice de Intensidade da Violência do Poder Privado - Expulsões - Brasil - 2013



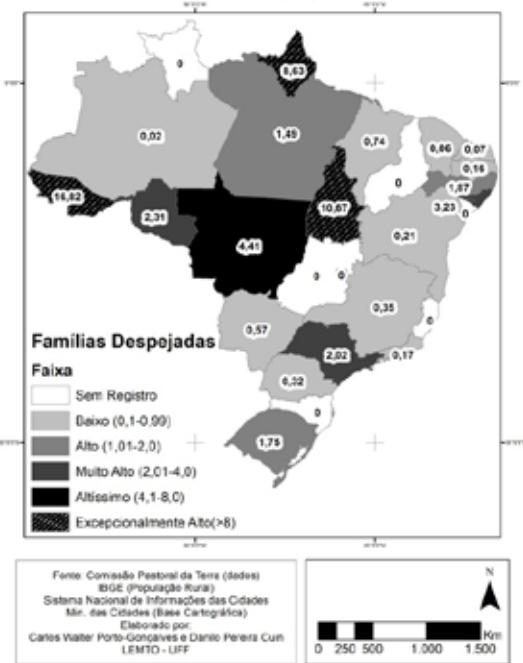
⁹ O ano de 2013 registrou 34 pessoas assassinadas no campo brasileiro, sendo que 3 delas, no Pará, o foram em conflitos trabalhistas e não por conflito terra/água.

A Ação do Poder Público

A ação do Poder Público aparece em 90 ocorrências em que foi possível identificar os protagonistas da ação, (10,1% dos casos). O Poder Público detém a prerrogativa do monopólio da violência, mas deve respeitar valores, como a imparcialidade. Não é o que se observa: a ação do Poder Público é amplamente usada na defesa da propriedade, dos proprietários, sobretudo dos grandes (latifundiários). É o que se depreende dos registros de conflitos pela terra no país.

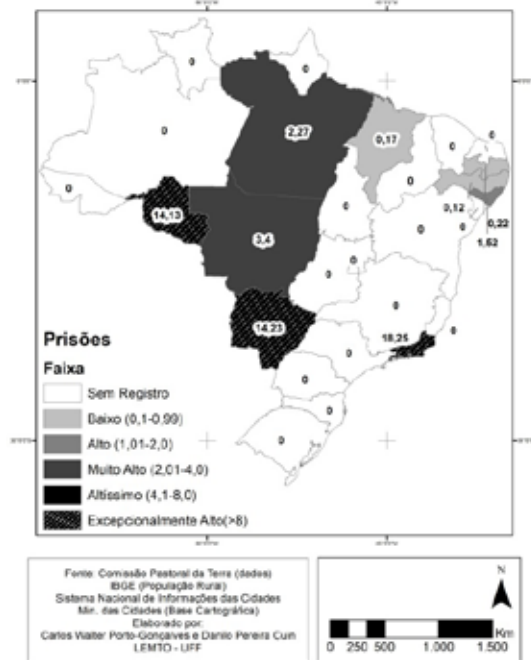
A ação do Poder Público se dá por Prisões e Despejos. As ordens de despejo, via de regra, respondem à reivindicação de proprietários ou de pretensos proprietários (grileiros). Em 2013, o número de Despejos diminuiu. Atingiu 6.358 famílias, uma queda de 15%, em relação a 2012 (7.459). Esse número acompanha a queda geral da ação dos movimentos sociais via Ocupações e Acampamentos. Em outras palavras, a ação do Poder Público diminuiu quando também diminuiu a ação dos movimentos sociais, haja vista que sua ação responde às demandas dos proprietários ou pretensos proprietários de terra.

Índice de Intensidade da Violência do Poder Público - Despejos - Brasil - 2013



O número de pessoas presas, em 2013, apresentou um aumento de 44,4% em relação a 2012 (passando de 99 para 143). 80% das prisões ocorreram em apenas quatro unidades da federação – RJ (46), PA (26), MS (24) e RO (28) e relacionadas, sobretudo, com conflitos com indígenas.

Índice de Intensidade da Violência do Poder Público - Prisões - Brasil - 2013



Categorias Sociais Envolvidas nos Conflitos

1- A Ação do Estado como Protagonista de Conflitos

Práticas de gestão iniciadas ainda na década de 1990, como os Planos Plurianuais – PPA – com seus Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs), concebidos pelo “pai da logística”, o engenheiro Eliezer Batista, a Lei Kandir e a IIRSA – Iniciativa de Integração Regional Sul Americana –, todas elaboradas no governo FHC, ganham importância nos governos Lula e Dilma, com o PAC – Plano de Aceleração do Crescimento.

O resultado dessas políticas era previsível, conforme vários autores anteciparam. Conflitos no Campo Brasil, da CPT, o comprova com os dados. Em 2013, cerca de 45 conflitos por terra e água foram registra-

dos em áreas diretamente ligadas a obras do PAC, 20 no Nordeste, 14 na Amazônia e 11 na região Centro-Sul. Desses, 19 se deram em obras de complexos industrial-portuários, Suape, em Pernambuco, Porto do Açu e Comperj, no Rio de Janeiro; 18 foram resultados de barragens, com destaque para Belo Monte, Jirau e Santo Antônio, e represas nos rios Teles Pires e Tapajós. Mesmo projetos de irrigação do PAC, como o de Apodi, no Rio Grande do Norte, ensejaram conflitos graves por terra e água. Destacam-se entre as categorias sociais que mais foram vítimas de projetos ligados ao PAC, as Populações Tradicionais: em 15 áreas estavam envolvidos Possesiros, em 09 Pescadores/ribeirinhos, em 08 Indígenas, em 04 Atingidos por Barragens e em um, comunidade Quilombola. Em outras 06, outras categorias sociais.



As implicações dessas grandes obras nos conflitos

por terra e água podem ser maiores! Se tivéssemos condições, no momento, de geo-referenciar todos os conflitos e observássemos sua localização em relação às estradas, vias e hidrovias, provavelmente encontraríamos muitas relações.

2- As Populações Tradicionais

O Data-CPT permite identificar tanto as categorias sociais que sofrem violências, como as categorias sociais que as praticam.

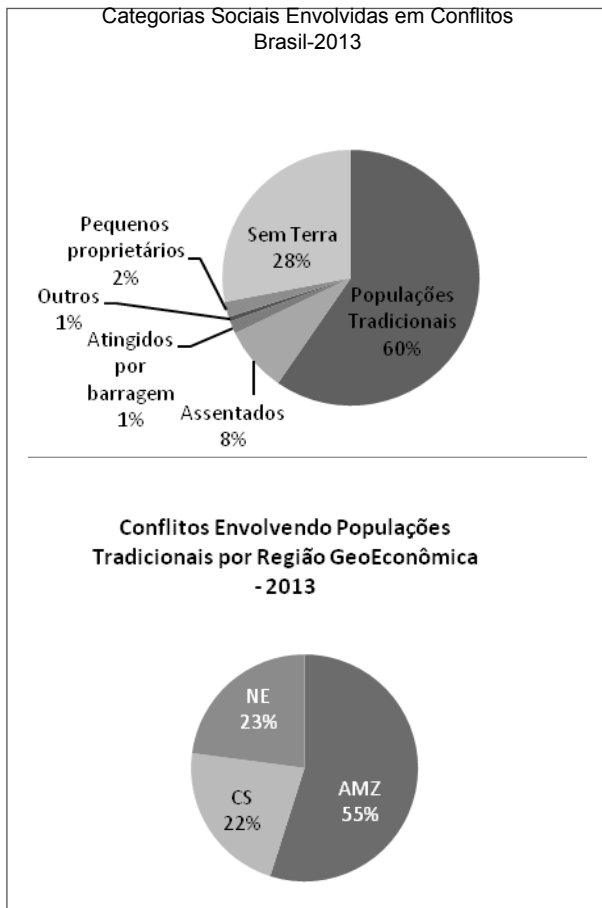
Entre as categorias que sofreram ações violentas, as Populações Tradicionais, desde a segunda metade dos anos 2000, se destacam.

Em 2013, do total de vítimas fatais (assassinatos), 61,3% pertencem a grupos/classes sociais/etnias caracterizados como Populações Tradicionais. Estas correspondem a 58,8% do total das categorias sociais que sofreram ações violentas¹⁰. Em todas as macrorregiões do país, mais de 50% das categorias sociais envolvidas em conflitos são Populações Tradicionais, exceto na região Sudeste. Das Populações Tradicionais que, em 2013, foram vítimas de algum tipo de violência, 55% se localizavam na Amazônia¹¹.

A violência sempre é acompanhada de processos expropriatórios. Uma prática que remonta aos primórdios da formação territorial do país, e que voltou a tomar grande impulso nos anos 1970 com o projeto de Brasil Grande da ditadura, com a construção de megaprojetos de estradas e barragens. Desde então, a população rural do país não só perdeu importância relativa, como também diminuiu em termos absolutos, confirmando a tese de que estamos diante de um processo de acumulação no campo que se caracteriza por ser uma “agricultura sem agricultores” (Miguel Teubal).

¹⁰ Informe-se que sob a caracterização de Populações Tradicionais incluímos um conjunto de populações étnica e culturalmente bastante diversificado, onde se destacam os Possesiros, Indígenas, Quilombolas e Seringueiros entre outras. Via de regra, são grupos sociais que não dispõem da titularidade formal das terras que ocupam, embora as leis vigentes no País lhes assegurem direitos formais pela ocupação tradicional e de boa fé que fazem do território.

¹¹ Essa região inclui todos os estados da região Norte mais os estados do Mato Grosso e do Maranhão.



O colonialismo não é somente um período do nosso passado histórico, mas uma característica necessária do capitalismo em sua dinâmica de acumulação incessante de capital, que implica, inclusive, expansão geográfica para regiões tradicionalmente ocupadas por outros grupos/classes sociais/etnias/povos/nacionalidades. Grupos que são inferiorizados por ideologias que os tratam como “atrasados”, “subdesenvolvidos”, “pobres”. Afinal, não se coloniza quem é igual, daí a necessidade de justificar a expansão do capital inferiorizando previamente o outro, o diferente. Bem afirmou o sociólogo peruano Aníbal Quijano: “na América Latina o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade”. Em 2013, porém, as Populações Tradicionais não

foram simplesmente vítimas de ações violentas. Destacaram-se, sobretudo os povos indígenas, por protagonizarem ações de retomada de seus territórios, com 20 ações na Bahia e 30 no Mato Grosso do Sul. Fatos que desconstróem a noção de passividade dessas populações.

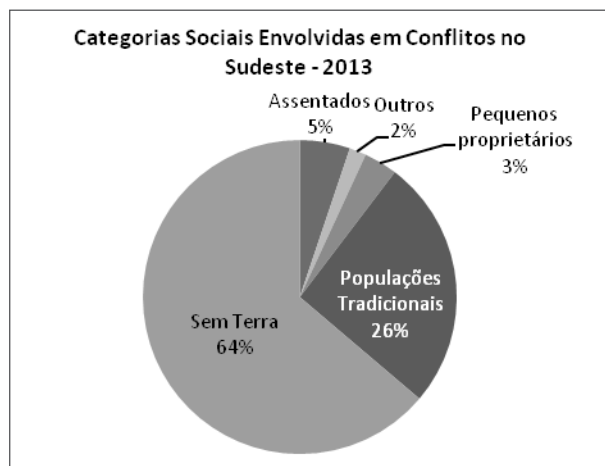
Um destaque para o grande número de pessoas presas no Rio de Janeiro, ligadas à causa indígena, por assinalar um fenômeno novo que tende a se tornar cada vez mais relevante. Trata-se da reterritorialização urbana das populações indígenas onde hoje se encontram, segundo a FIBGE, 54% do total da população brasileira autoidentificada como indígena. A tentativa de retomada do antigo Museu do Índio, nas imediações do estádio do Maracanã, foi duramente reprimida pelo governo estadual¹², fazendo valer novamente os interesses dos grandes grupos empresariais em detrimento de grupos sociais subalternizados.

Os Trabalhadores Rurais Sem-Terra

Os Sem-Terra e os Assentados, em 2013, somaram 36% do total das categorias que sofreram violência em luta pela terra. Aparecem em segundo lugar entre as categorias envolvidas em conflitos, logo atrás das Populações Tradicionais. Na metade da década de 2000 deixaram de ser a principal categoria social envolvida em conflitos, quando passaram a se destacar as Populações Tradicionais. Há uma relação entre os Sem-Terra e as Populações Tradicionais, haja vista que os Sem-Terra são o efeito das expropriações violentas dos últimos 30/40 anos, quase sempre posseiros, indígenas, quilombolas. A distribuição pelo território brasileiro dos Sem-Terra, envolvidos em conflitos, é relativamente equilibrada como se vê no Gráfico abaixo. Todavia, na região Sudeste (FIBGE), centro dinâmico do capitalismo brasileiro, os Sem-Terra se destacam com 64,5% do total das categorias envolvidas em conflitos na

¹² À época o governo Sérgio Cabral estava conformado pelas mesmas forças políticas do governo federal.

região, predomínio que não ocorre em nenhuma outra região do país. Registre-se que, em 2013, os Trabalhadores Rurais, em mais de 50% dos casos em que se viram envolvidos em conflitos, não o foi na condição de vítima, mas sim de protagonistas de ações de ocupações.



Concluindo: a análise de um processo que permanece em aberto

O ano 2013 ratifica o padrão de poder que se desenha no Brasil desde os anos 1970, com a ditadura e seu projeto de Brasil Grande. Desde então, o Estado criou as condições gerais de produção – estradas, energia, portos e comunicação em geral – para a acumulação dos capitais privados. As classes dominantes que comandavam esse padrão de poder, custaram a se recuperar no plano político, depois da crise que levou ao fim da ditadura. Entretanto, no fim dos anos 1990 e início dos anos

2000, retomam seu poder de iniciativa. A Lei Kandir (Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996), criada no governo FHC, foi mantida nos governos subsequentes, isentando de impostos os que produzem para exportação. No mesmo sentido, o megaprojeto de Integração Regional Sul-Americana IIRSA, criado no ano 2000 por FHC, ganhou corpo, sobretudo, a partir de 2003, no governo Lula, que liberou o BNDES para emprestar dinheiro para grandes corporações brasileiras atuarem no exterior, ampliando o poder desse bloco histórico tecnológico-financeiro-latifundiário-midiático. Essas mudanças no “sistema de normas” (Milton Santos), como a Lei Kandir, e no “sistema de objetos” (Milton Santos), com a IIRSA, os PPA e os PACs, trazem as marcas da instrumentalização das políticas governamentais pelos interesses corporativos, sobretudo no campo da logística, sendo de destacar o papel de Eliezer Batista, que formulara a ideia dos EIDs, e todo o conjunto dos Planos Plurianuais do governo FHC, que ainda hoje informam teórico-politicamente as obras do PAC e da IIRSA-COSIPLAN nos governos Lula e Dilma.

Com isso, fazendeiros, empresários, grileiros, madeireiros e mineradores, estimulados pelas ações do Poder Público (PAC e IIRSA-COSIPLAN), se expandiram ao longo dos EIDs. O êxito de suas ações ensejaram, inclusive, que nossa pauta de exportações, que vinha assinalando um significativo aumento das de bens industriais e de serviços, conforme dados da CEPAL, se reprimarizasse. Conflitos por terra ao longo desses EIDs e no entorno das áreas de barragens desses megaprojetos ligam, claramente, a questão (da reforma) agrária à questão regional-nacional, enfim, demonstram cabalmente que o modo como está se dando a inserção do Brasil à ordem global através da integração subcontinental (PAC e IIRSA-COSIPLAN), está promovendo um violento processo expropriatório, do que os dados revelados pela geografia dos conflitos por terra são um registro eloquente.

Há uma geopolítica da despossessão em curso. As maiores vítimas são as populações que tradi-

cionalmente ocupam o território. Não sem razão elas se destacam entre os grupos sociais envolvidos em conflitos, e desse lugar de conflito e r-existência, importantes questões teórico-políticas estão sendo formuladas, como a luta pela

reapropriação da natureza e a afirmação da diversidade social e cultural desses protagonistas, onde o território emana como questão central no novo desenho que vem assumindo a questão (da reforma) agrária.

Referências bibliográficas:

LEAL, Victor Nunes 1997. Coronelismo Enxada e Voto. Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro.

ZIBECHI, Raul 2012 Brasil Potencia. Editora Conseqüência, Rio de Janeiro.

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013. Goiânia.

Tabela 2 - Conflitos no Campo

Acre				
TERRA				
Conflitos por Terra				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Acrelândia	Fazenda Canaã	13/08/2013	60	Posseiros
Acrelândia	Fazenda Jéssica	10/01/2013	144	Sem Terra
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Bananeira	18/12/2013	26	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Bom Lugar/Com. Nova Vida	27/11/2013	50	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Entre Rios	10/08/2013	18	Sem Terra
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Igarapé Grande	06/03/2013	26	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Macapá	31/08/2013	114	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Nova Axioma	30/11/2013	73	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Perseverança	27/11/2013	21	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Pirapora	27/06/2013	350	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Redenção	27/11/2013	59	Seringueiros
Bujari	Faz. Canary/Ramal do Cacau	01/03/2013		Sem Terra
Bujari	Faz. Canary/Ramal do Cacau	23/10/2013		Sem Terra
Bujari	Faz. Canary/Ramal do Cacau	05/12/2013		Sem Terra
Bujari	Faz. Canary/Ramal do Cacau	13/12/2013	218	Sem Terra
Capixaba/Plácido de Castro	Seringal Capatará	26/06/2013	600	Seringueiros
Cruzeiro do Sul	Com. Estirão do Remanso/Petrobras	04/10/2013	50	Ribeirinhos
Cruzeiro do Sul	Seringal Russas	31/05/2013	80	Seringueiros
Cruzeiro do Sul	Seringal Valparaíso	31/05/2013	130	Seringueiros
Mâncio Lima	Comunidade Socó	31/03/2013	14	Posseiros
Manoel Urbano	Seringal Liberdade	04/09/2013	400	Seringueiros
Manoel Urbano	Seringal Novo Destino	19/11/2013	70	Seringueiros
Manoel Urbano	Seringal Santarém	04/09/2013	150	Seringueiros
Marechal Thaumaturgo	T. I. Arara do Amônea/Apolima-Arara/P. A do Rio Amônea	15/01/2013	64	Assentados
Porto Acre	PAE Barreiro	20/09/2013	80	Sem Terra
Porto Acre	Seringal Caquetá	12/09/2013	30	Seringueiros
Rio Branco	Arrombamento da Sede da CPT	21/01/2013		Agente pastoral
Rio Branco	Arrombamento da Sede da CPT	22/01/2013		Agente pastoral
Rio Branco	Arrombamento da Sede da CPT	29/01/2013		Agente pastoral
Rio Branco	Ramal Piçarreira	09/07/2013	50	Posseiros
Rio Branco	Ramal Romão	16/04/2013	30	Posseiros
Rio Branco	Ramal São Francisco	09/01/2013	70	Ocupante
Rio Branco	Seringal Belo Horizonte/Laminados Triunfo	15/02/2013	100	Seringueiros
Rio Branco	Seringal Cachoeira/Laminados Triunfo	15/02/2013	100	Seringueiros
Rio Branco	Seringal Macapá/Laminados Triunfo	15/02/2013	300	Seringueiros
Rio Branco	Seringal Remanso/Laminados Triunfo	15/02/2013	30	Seringueiros
Rio Branco	Seringal São Bernardo/Laminados Triunfo	15/02/2013	19	Seringueiros
Rio Branco	Seringal São Francisco do Espalha/Laminados Triunfo	15/02/2013	350	Seringueiros
Subtotal:		38	3876	
Ocupações/Retomadas				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Acrelândia	Faz. da Rondobrás/BR-364/Km 105/Seringal Porto Luiz	20/11/2013	60	OI
Acrelândia	Faz. do Dr. Roberto/Ramal do Carlão	16/09/2013	60	OI
Acrelândia	Faz. do Senhor Viana/Ramal da 7/Estrada AC-475	15/09/2013	25	OI
Acrelândia	Faz. do Zé Capim/BR-364/Km105/Ramal do Carlão	17/09/2013	40	OI
Acrelândia	Faz. Graúna/BR-364/Ramal do Carlão	18/09/2013	80	OI
Acrelândia	Fazenda Jéssica	03/01/2013	144	CUT
Bujari	Faz. Canary/Ramal do Cacau	05/03/2013		OI
Bujari	Faz. Canary/Ramal do Cacau	30/11/2013	218	OI
Marechal Thaumaturgo	T. I. Arara do Amônea/Apolima-Arara/P. A do Rio Amônea	02/06/2013	95	Índios
Porto Acre	PAE Barreiro	30/06/2013	80	OI
Rio Branco	Ramal Mutum	18/10/2013	80	SI

Subtotal:		11	882
Acampamentos			
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias Organização
Acrelândia	Fazenda Canaã	13/08/2013	60 OI
Bujari	Faz. Canary/Ramal do Cacau	01/03/2013	OI
Bujari	Faz. Canary/Ramal do Cacau	23/10/2013	218 OI
Subtotal:		3	278
Total Conflitos por Terra - AC		52	5036
TRABALHO			
Trabalho Escravo			
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia Libertos Menores Tipo de Trabalho
Rio Branco	Agropecuária Sorriso	12/04/2013	13 13 Pecuária
Subtotal:		1	13 13
Total Conflitos Trabalhistas - AC		1	13
Total dos Conflitos no Campo AC		53	Pessoas: 25193

Alagoas

TERRA				
Conflitos por Terra				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Atalaia/Joaquim Gomes	Faz. São Sebastião/Acamp. São José/Us. Ouricuri	31/01/2013		Sem Terra
Atalaia/Joaquim Gomes	Faz. São Sebastião/Acamp. São José/Us. Ouricuri	04/06/2013	50	Sem Terra
Capela	Faz. Pitombeira/Us. João de Deus/Grupo João Lyra	15/01/2013	300	Sem Terra
Joaquim Gomes	Fazenda Feliz Deserto	17/09/2013	40	Sem Terra
Maragogi	Fazenda Martin Afonso	29/01/2013		Sem Terra
Maragogi	Fazenda Martin Afonso	08/03/2013	36	Sem Terra
Murici	Faz. Cachoeira/Usina Laginha	01/08/2013		Sem Terra
Murici	Faz. Cavaleiro II/Gulangi/Us. Sta. Clotilde	14/06/2013	25	Sem Terra
Murici	Fazenda Bota Velha	14/06/2013	100	Sem Terra
Murici	Fazenda Mumbuca	04/04/2013	40	Sem Terra
Murici/Rio Largo	Faz. Sede/São Simeão/Us. Santa Clotilde	14/06/2013	36	Sem Terra
Palmeira dos Índios	Quilombo Tabacaria	15/06/2013	89	Quilombolas
Palmeira dos Índios	T. I. Xucuru-Kariri/Faz. Canto	15/04/2013	95	Índigenas
Rio Largo	Área do DER/AL-220	19/02/2013	195	Sem Terra
Traipu	Quilombo Mumbaça	15/06/2013	400	Quilombolas
Traipu	T. I. Aconã	20/04/2013	10	Índigenas
União dos Palmares	Acamp. Sto. Antônio da Lavagem/Usina Laginha	29/06/2013		Sem Terra
União dos Palmares	Acamp. Sto. Antônio da Lavagem/Usina Laginha	06/07/2013		Sem Terra
União dos Palmares	Acamp. Sto. Antônio da Lavagem/Usina Laginha	15/07/2013	80	Sem Terra
Subtotal:		19	1496	
Ocupações/Retomadas				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Atalaia/Joaquim Gomes	Faz. São Sebastião/Acamp. São José/Us. Ouricuri	08/03/2013	50	MST
Boca da Mata	Fazenda Bebedouro	09/04/2013	80	MST
Branquinha	Faz. Batateira/Us. Laginha	04/04/2013	50	MTL/VT*
Branquinha	Faz. Caipe/Us. Laginha	28/03/2013	60	MLST/VT*
Branquinha	Faz. Sapucaia/Us. Laginha	28/03/2013	60	MLST/VT*
Delmiro Gouveia	Canal do Sertão/Transp. Rio São Francisco	28/11/2013	300	MST
Maceió	Fazenda Mória	09/03/2013	70	VT*
Maragogi	Fazenda Martin Afonso	15/03/2013	36	CPT
Novo Lino	Fazenda Palmeirinha	26/03/2013	65	VT*
Palmeira dos Índios	T. I. Xucuru-Kariri/Faz. Canto	23/03/2013	6	Índios
União dos Palmares	Faz. Açucena/Us. Laginha	01/04/2013	50	MTL/VT*
União dos Palmares	Faz. Caboré/Us. Laginha	01/04/2013	50	MLT/VT*
União dos Palmares	Faz. Gipirana/Us. Laginha	19/04/2013	6	VT*
União dos Palmares	Faz. Mangabeira/Us. Laginha	01/04/2013	50	MLT/VT*

União dos Palmares	Faz. Palmeiral/Us. Laginha	05/04/2013		MTL/VT*
União dos Palmares	Faz. Sto. Antônio da Boa Vista/Us. Laginha	05/04/2013		MTL/VT*
União dos Palmares	Faz. Timbó/Us. Laginha	05/04/2013		MTL/VT*
Subtotal:		17		933

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Messias	Acampamento às margens da BR-101	12/03/2013	30	Terra Livr/VT*
União dos Palmares	Acamp. Sto. Antônio da Lavagem/Usina Laginha	11/06/2013	80	MLST
Subtotal:		2		110

Total Conflitos por Terra - AL	38	2539
---------------------------------------	-----------	-------------

TRABALHO

Superexploração

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Atalaia	Usina Uruba	30/12/2013	52			Cana-de-açúcar
Messias/Murici/Rio Largo	Usina Utinga Leão	30/12/2013	30			Agrotóxico
Subtotal:		2	82			

Total Conflitos Trabalhistas - AL	2	82
--	----------	-----------

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Maceió	Comunidade Pescadores do Jaraguá	26/07/2013	66	Uso e preservação	Ameaça de expropriação
Penedo	Colônia de Pescadores Z-12/Transp. São Francisco	04/10/2013		Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Subtotal:		2	66		

Conflitos em Tempos de Seca

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Pessoas	Reivindicação
Maceió	Protesto contra os Efeitos da Seca	10/06/2013	500	Cumprimento de acordo/Políticas públicas

Total Conflitos Seca	1	500
-----------------------------	----------	------------

Total dos Conflitos no Campo AL	43	Pessoas: 13607
--	-----------	-----------------------

Amapá

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Amapá	Cruzeiro/Amcel	01/03/2013	2	Posseiros
Amapá	Faz. Itapoã/Amcel/Piquiá	31/12/2013	20	Posseiros
Amapá	Faz. Itapoã/Santa Bárbara/Amcel	31/12/2013	15	Posseiros
Amapá	Fazenda Espírito Santo	31/12/2013	16	Posseiros
Calçoene	Bela Vista	31/12/2013	8	Posseiros
Calçoene	Cunani e 7 Ilhas	31/12/2013	30	Posseiros
Calçoene	Juncal	31/12/2013	30	Posseiros
Calçoene	Ramal Ilha Grande	01/07/2013	5	Posseiros
Calçoene/Oiapoque	Parque Nac. do Cabo Orange/Vila Velha/Taperebá/Cunani	31/12/2013	80	Posseiros
Cutias do Araguari	Amcel/Alta Floresta/Gurupora	31/12/2013	54	Posseiros
Cutias do Araguari	Fazenda Parabrillo/Gurupora	31/12/2013	20	Posseiros
Cutias do Araguari	Rebio Lago Novo	31/12/2013	15	Posseiros
Cutias do Araguari	Retiro Santa Rosa	05/01/2013	2	Posseiros
Ferreira Gomes	CFA/Grilagem	31/12/2013		
Ferreira Gomes	Chácara Bonito da Pedreira	31/12/2013		
Ferreira Gomes	Faz. Teimoso/Grilagem	31/12/2013		
Ferreira Gomes	Igarapé do Palha/Amcel	31/12/2013	16	Posseiros
Ferreira Gomes	Retiro Bom Pastor	31/12/2013		
Ferreira Gomes	Retiro Chácara do Céu	31/12/2013		

Ferreira Gomes	Retiro dos Pinhais	31/12/2013		
Ferreira Gomes	Retiro Pedreira	31/12/2013		
Itaubal do Piririm	Amcel/Inajá/Corre Água	31/12/2013	30	Posseiros
Itaubal do Piririm	Áreas em Itaubal /Agronegócio Sinal Verde/Boa Vista	01/08/2013	15	Posseiros
Itaubal do Piririm	Quilombo da Conceição	01/11/2013	20	Quilombolas
Itaubal do Piririm	Retiro São Francisco/Areia Branca	31/12/2013	1	Posseiros
Itaubal do Piririm	Retiro São João/Areia Branca	31/12/2013	1	Posseiros
Laranjal do Jari	Resex/Cajari	31/12/2013	190	Posseiros
Macapá	Abacate do Pedreira/Rio Fugido	31/12/2013	15	Quilombolas
Macapá	Amcel/Corre Água	31/12/2013	14	Posseiros
Macapá	APA da Fazendinha	31/12/2013		
Macapá	Ariri	01/01/2013	20	Quilombolas
Macapá	Bonito da Pedreira	31/12/2013		Quilombolas
Macapá	Jupati	01/10/2013	15	Ribeirinhos
Macapá	Pacuí	01/01/2013	30	Posseiros
Macapá	Quilombo Maruanum/Sta. Luzia/Bacaba	20/02/2013	2	Quilombolas
Macapá	Ramal do Abacate/Km 34/EFA	31/12/2013		
Macapá	Ressaca Mirim	01/04/2013	27	Posseiros
Macapá	Retiro Boa Vista	31/12/2013		
Macapá	Santa Luzia	01/01/2013	75	Posseiros
Macapá	Sítio Petry	31/12/2013		
Macapá	Torrão do Matapi/Ramal dos Maranhenses	31/12/2013	35	Quilombolas
Macapá	Vila dos Paricás	01/04/2013	49	Posseiros
Mazagão	Assentamento Extrativista do Maracá	31/12/2013	12	Assentados
Mazagão	Retiro Barrau e Outros	31/12/2013	3	Posseiros
Mazagão/Porto Grande	Mineração Amapari/Santa Maria	31/12/2013	23	Posseiros
Pedra Branca do Amapari	Igarapé William/MPBA	31/12/2013	31	Posseiros
Porto Grande	Amcel/Copalma/Km 92	31/12/2013	29	Posseiros
Porto Grande	Assentamento Munguba	31/12/2013	20	Assentados
Porto Grande	Assentamento Nova Colina	31/12/2013	70	Assentados
Porto Grande	Colônia do Matapi/Linha C	31/12/2013	2	Pequenos proprietários
Porto Grande	Km 117 da EFA	31/12/2013	30	Posseiros
Porto Grande	P. A. Nova Canaã	31/12/2013	8	Assentados
Porto Grande/Santana	Servidão Estrada e Ferrovia/MMX/Anglo Ferrous	31/12/2013	500	Posseiros
Pracuúba	Cujubim	31/12/2013	1	Posseiros
Pracuúba	Retiro Santo André	31/12/2013		
Pracuúba	Retiro São Jorge	31/12/2013		
Pracuúba	Rio Flexal/Igarapé Henrique	31/12/2013	10	Posseiros
Santana	P. A. Matão do Piaçacá	31/12/2013	14	Assentados
Santana	Pau Furado/Matapi/MMX	01/01/2013	14	Ribeirinhos
Serra do Navio	Assentamento Silvestre	31/12/2013		Assentados
Serra do Navio	Cachaço	01/03/2013	2	Posseiros
Tartarugalzinho	Aporema/Livramento	31/12/2013	12	Posseiros
Tartarugalzinho	Aporema/Ramal São Benedito/Amcel	31/12/2013	5	Posseiros
Tartarugalzinho	Asa Branca/Amcel	31/12/2013		
Tartarugalzinho	Assentamento Janary Nunes	31/12/2013	30	Assentados
Tartarugalzinho	Campo Belo	31/12/2013	1	Posseiros
Tartarugalzinho	Champion/Chamflora	31/12/2013		
Tartarugalzinho	Comunidade do Meraúba	31/12/2013	5	Posseiros
Tartarugalzinho	Duas Bocas/Cassimiro/S. Bento e Manoel/Agrop. Nova Canaã	31/12/2013	5	Posseiros
Tartarugalzinho	Faz. Santo Antônio/Grilagem	31/12/2013		
Tartarugalzinho	Fazenda Santa Cruz	31/12/2013	20	Posseiros
Tartarugalzinho	Ponta do Socorro e Vareiro	31/12/2013	50	Posseiros
Tartarugalzinho	Ramal do Ariramba/Grilagem	31/12/2013	28	Posseiros
Tartarugalzinho	Ramal Nova Canaã/Colônia de Itaubal/Faz. Santa Isabel/Amcel/Pedreiro/Boca do Braço	31/12/2013	50	Posseiros
Tartarugalzinho	Reflorex/Novo Horizonte/Amcel	31/12/2013	2	Posseiros
Tartarugalzinho	Rocinha do Espírito Santo	31/12/2013	5	Posseiros
Tartarugalzinho	Três Marias	31/12/2013	30	Posseiros
Tartarugalzinho	Uapezal	01/06/2013	10	Posseiros
Vitória do Jari	Glebas Jari/Morro do Felipe/Jarcel	31/12/2013	57	Posseiros
Subtotal:			79	1931

Total Conflitos por Terra - AP **79** **1931**

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Ferreira Gomes	AHE Ferreira Gomes	31/12/2013	49	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Laranjal do Jari	UHE Santo Antônio	31/12/2013	34	Barragens e Açudes	Desconstrução do histórico-cultural
Mazagão	Rio Preto/PAE Maracá	31/12/2013	150	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Mazagão/Porto Grande	Rio Vilanova/Amapari	31/12/2013	58	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Pedra Branca do Amapari	Igarapé William/São Domingos	31/12/2013	48	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal:		5	339		

Total dos Conflitos no Campo AP **84** **Pessoas: 11350**

Amazonas

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Apuí	Rodovia BR-230/Km-135	01/11/2013		Pequenos proprietários
Canutama	Acamp. Rio Azul/Com. Vila Aspecra	19/09/2013	68	Posseiros
Humaitá/Manicoré	T. I. Tenharim	02/12/2013		Índigenas
Irlanduba	Gleba Igarapé do Bode	25/09/2013	120	Posseiros
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	01/11/2013	500	Posseiros
Lábrea	Comunidade Cainaã	01/11/2013	13	Extrativistas
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	12/02/2013	250	Assentados
Lábrea	PAF Curuquetê/Linha 02/Km 09/Ramal do Jequitibá	01/11/2013	10	Assentados
Lábrea	Resex Ituxi	23/08/2013	109	Ribeirinhos
Lábrea	Resex Médio Purus	24/09/2013	30	Extrativistas
Manaus	Comunidade Pau Rosa	21/08/2013	160	Posseiros
Manaus	Comunidades Ribeirinhas do Puraquequara	08/03/2013	800	Ribeirinhos
Manaus	Tarumã-Açu/Com. Novo Paraíso/Frederico Veiga/Empresa Eletroferro	22/08/2013	250	Posseiros
Manaus	Uberê	01/11/2013	80	Posseiros
Manicoré	Comunidade Mata Azul	14/07/2013	5	Posseiros
Presidente Figueiredo	Com. Terra Santa/Km 152/BR-174	20/08/2013	200	Posseiros
Tapauá	Reserva Biológica de Abufari	01/11/2013	389	Ribeirinhos
Subtotal:		17	2984	

Total Conflitos por Terra - AM **17** **2984**

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Barcelos/Santa Isabel do Rio Negro	Marauá/Padauri/Demini e Aracá/Índios Yanomami	04/07/2013		Uso e preservação	Pesca predatória
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco- Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	01/11/2013	118	Uso e preservação	Pesca predatória
Subtotal:		2	118		

Total dos Conflitos no Campo AM **19** **Pessoas: 15510**

Bahia

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Antas	Fazenda Boa Vista	18/08/2013	111	Sem Terra
Barra	Comunidade Quilombola Torrinha	31/10/2013	97	Quilombolas
Barra/Muquém de São Francisco	Com. Quilombola Boa Vista do Pixaim	17/10/2013	200	Quilombolas
Brotas de Macaúbas	Com. São Gonçalo/Mato do Meio/Retiro/Descanso/Santana/São Domingos/Barriguda/Gentio dos Chagas/Tiririca	11/10/2013	165	Posseiros
Buerarema/Ilhéus/Una	Serra do Padeiro/PovoTupinambá	14/08/2013		Índigenas
Buerarema/Ilhéus/Una	Serra do Padeiro/PovoTupinambá	24/08/2013		Índigenas
Buerarema/Ilhéus/Una	Serra do Padeiro/PovoTupinambá	03/09/2013		Índigenas
Buerarema/Ilhéus/Una	Serra do Padeiro/PovoTupinambá	05/09/2013		Índigenas
Buerarema/Ilhéus/Una	Serra do Padeiro/PovoTupinambá	08/11/2013		Índigenas
Buerarema/Ilhéus/Una	Serra do Padeiro/PovoTupinambá	30/11/2013	130	Índigenas
Camacan/Mascote	Fazenda Guanabara	14/08/2013	33	Sem Terra
Camamu	Faz. Jequitibá/Acamp. Antônio Conselheiro	18/01/2013	35	Sem Terra
Cansanção	P. A. Nova Esperança/Mineradora Yamana Gold	14/09/2013	100	Assentados
Casa Nova	Com. de Areia Grande/Riacho Grande/Salina da Brinca/Jurema/Melancia	17/01/2013		Camponeses de fundo de pasto
Casa Nova	Com. de Areia Grande/Riacho Grande/Salina da Brinca/Jurema/Melancia	09/02/2013	336	Camponeses de fundo de pasto
Casa Nova	Lagoa da Catinga	31/03/2013	30	Camponeses de fundo de pasto
Cordeiros	Com. Tapera do Rochedo	19/10/2013	35	Camponeses de fundo de pasto
Correntina	Com. Arrojelândia/Planta 7 Empreendimentos Rurais Ltda	26/03/2013	226	Posseiros
Curaçá	Com. Esfomeado e Vargem Comprida/Mineradoras Caraíba e Surubim	08/08/2013		Camponeses de fundo de pasto
Eunápolis	Faz. São Caetano/Veracel	18/02/2013	85	Sem Terra
Gentio do Ouro	Com. Descanso/Mato do Meio/Retiro/Sacatruz/São Gonçalo/Energia Eólica	31/05/2013		Camponeses de fundo de pasto
Ibicoara	Fazenda São Roque do Paraguassu	24/04/2013	25	Sem Terra
Iguaí	Faz. Lagedo/Três Lagedos	02/04/2013	300	Sem Terra
Ilhéus	Área do Grupo Inaceres/Serra do Padeiro	01/09/2013	50	Índigenas
Ilhéus	Faz. Estrela do Mar/Povo Tupinambá	07/06/2013	30	Índigenas
Itaguaçu da Bahia/Jussara/Sento Sé/Xique-Xique	Projeto de Irrigação Baixo do Irecê/24 Comunidades Atingidas/PAC	23/08/2013	600	Pequenos proprietários
Mascote	Fazenda Pindorama	09/08/2013	55	Sem Terra
Monte Santo	Com. Algodões/Mineradora Ferbasa	19/09/2013	120	Posseiros
Pau Brasil	Faz. Camacan/T. I. Caramuru Paraguaçu	07/02/2013	50	Índigenas
Piripá	Com. Bonito/Mineradora Navigan	17/11/2013	30	Posseiros
Prado	Fazenda Santa Lúcia	02/12/2013	50	Índigenas
Santa Cruz Cabrália	Faz. Bom Retiro/T. I. Pataxó Coroa Vermelha	25/10/2013	100	Índigenas
Sento Sé	Comunidade Brejo de Dentro	31/03/2013	160	Camponeses de fundo de pasto
Sento Sé	Retiro de Baixo	30/10/2013	30	Posseiros
Simões Filho	Com. Quilombola Rio dos Macacos	03/01/2013		Quilombolas
Simões Filho	Com. Quilombola Rio dos Macacos	17/01/2013	43	Quilombolas
Una	Área entre Acuípe de Baixo e Mamão/Faz. do Senhor Jorge	04/09/2013	30	Índigenas
Subtotal:		37	3256	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Antas	Fazenda Boa Vista	02/08/2013	111	MST
Barra do Choça	Área da EBDA	08/04/2013	14	MST
Barro Preto	Fazenda São João	19/10/2013	30	FTL
Buerarema	Faz. Boa Sorte/Serra do Padeiro	03/08/2013		Índios
Buerarema	Faz. Ouro Verde/Serra do Padeiro	03/08/2013		Índios
Buerarema	Faz. Santa Rita/Serra do Padeiro	03/08/2013		Índios
Buerarema	Faz. Sempre Viva/Serra do Padeiro	03/08/2013	50	Índios
Buerarema/Ilhéus/Una	Faz. Santa Rosa/T. I. Tupinambá Olivença	06/06/2013	100	Índios
Buerarema/Una	Conjunto Trindade/Povo Tupinambá	06/06/2013		Índios

Buerarema/Una	Faz. São Marcos 2/Povo Tupinambá	06/06/2013		Índios
Camamu	Faz. Culturosa/Cultrosa	05/03/2013	80	MST
Canarana	Fazenda Araxá	19/11/2013	120	MST
Eunápolis/Itabela	Faz. Água Vermelha/Bom Jardim/Veracel Celulose/Pataxó	04/03/2013	240	Via Campes
Ilhéus	Área do Grupo Inaceres/Serra do Padeiro	01/09/2013	50	Índios
Ilhéus	Faz. Estrela do Mar/Povo Tupinambá	07/06/2013	30	Índios
Ilhéus	Faz. São José/Serra do Padeiro	10/08/2013		Índios
Ilhéus	Faz. São Pedro/Serra do Padeiro	02/09/2013		Índios
Itaju do Colônia/Pau Brasil	T. I. Caramuru Paraguaçu/Faz. Boa Vista	06/06/2013		Índios
Mascote	Faz. Conjunto Sta. Helena/Veracel	17/11/2013	200	FLTDC*
Mascote	Fazenda Pindorama	12/05/2013	55	FTL
Porto Seguro/Santa Cruz Cabralia	APA Coroa Vermelha	05/03/2013	180	Índios
Prado	Fazenda Santa Lúcia	28/02/2013	50	Índios
Prado	T. I. Cahy-Pequi/Comexatibá	28/11/2013	40	Índios
Santa Cruz Cabralia	Faz. Bom Retiro/T. I. Pataxó Coroa Vermelha	17/10/2013	100	Índios
Teixeira de Freitas	Área da Suzano Celulose (1)	04/03/2013	100	Via Campes
Teixeira de Freitas	Área da Suzano Celulose (2)	04/03/2013	100	Via Campes
Una	Área de um Hotel na Fazenda da Lagoa	07/04/2013	70	Índios
Una	Área entre Acuípe de Baixo e Mamão/Faz. do Senhor Alcides	31/08/2013	30	Índios
Una	Área entre Acuípe de Baixo e Mamão/Faz. do Senhor Jorge	31/08/2013	30	Índios
Una	T. I. Caramuru Paraguaçu/Faz. Unacau	06/06/2013		Índios
Subtotal:		30	1780	

Total Conflitos por Terra - BA 67 5036

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Barreiras	Fazenda MS1/Mauricéa Alimentos	30/04/2013	29	33		Pecuária
Correntina	Fazenda Itaiquara	19/03/2013	46			Catação de raiz
Ilhéus	Fazenda Nossa Senhora de Guadalupe	20/06/2013	6	6		Banana
Vitória da Conquista	Fazenda Sandalus	11/06/2013	24	24		Café
Vitória da Conquista	Fazenda Sítio Novo	30/07/2013	26	26		Café
Subtotal:		5	131	89		

Superexploração

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
São Desidério	Fazenda São José	01/03/2013	4			Serviços gerais
São Desidério	Fazenda Zuttion IV	02/03/2013	20			Café
Subtotal:		2	24			

Total Conflitos Trabalhistas - BA 7 155

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Baixa Grande	Olhos d'Água/Região da Lagoa Queimada	12/02/2013		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Caetité	Com. João Barroca/Bamin/BML	17/09/2013	26	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Caetité	Com. Casa da Roda/Projeto Pedro de Ferro/Bamin	16/10/2013	18	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Caetité	Com. Rancho do Meio/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	16/10/2013	9	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Caetité	Com. Araticum/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	16/10/2013	18	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Caetité	Com. Olho d' Água dos Pires/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	16/10/2013	7	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Caetité	Com. Flores/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	16/10/2013	21	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Maragogipe	Baixão do Guai	14/02/2013		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição

Pindaí	Com. Rega Pé/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	16/10/2013	8	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Pindaí	Com. Cachoeira de Cima/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	16/10/2013	17	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Pindaí	Com. Cachoeira de Baixo/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	16/10/2013	30	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Pindaí	Com. Pau Ferro/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	16/10/2013	10	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Pindaí	Com. Baixa Preto/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	16/10/2013	19	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Pindaí	Com. Poço Comprido/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	16/10/2013	27	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Pindaí	Com. Barriguda/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	16/10/2013	33	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Pindaí	Com. Tábuas/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	16/10/2013	5	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Pindaí	Com. Barra dos Crioulos/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	16/10/2013	6	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Pindaí	Com. Piripiri/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	16/10/2013	5	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Salvador	Colônia de Pescadores Z-3	14/01/2013		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Salvador	Território Quil. da Ilha de Maré/Porto de Aratu/Petrobras/PAC	22/10/2013		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Santo Amaro	Ilhota Coroa Branca/Passarinho/Nordeste	22/08/2013		Uso e preservação	Impedimento de acesso à água
Subtotal:		21	259		

Conflitos em Tempos de Seca

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Pessoas	Reivindicação
Barreiras	Acampamento diante da Codevasf	16/10/2013	250	Cumprimento de acordo/Políticas públicas
Feira de Santana	Caminhada e Protesto diante do Banco do Nordeste	15/04/2013		Cumprimento de acordo/Políticas públicas
Queimadas	Bloqueio da BA-120	16/04/2013		Cumprimento de acordo/Políticas públicas
Total Conflitos Seca		3	250	
Total dos Conflitos no Campo BA		98	Pessoas: 26880	

Ceará

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Amontada	Com. Caetanos de Cima/Assent. Sabiaguaba/Imobiliárias/Us. Eólica Icarai/PAC	10/09/2013	300	Assentados
Aracati	Com. do Cumbe/Emp. de Carcinicultura	20/08/2013	27	Pescadores
Ararendá	Fazenda Lindóia	26/10/2013	60	Sem Terra
Carnaubal	Com. Lagoa do Américo	04/09/2013	120	Posseiros
Crateús	Fazenda Catingueira	25/10/2013	40	Sem Terra
Icó	Fazenda Bom Lugar	25/10/2013	80	Sem Terra
Maracanaú/Pacatuba	T. I. Pitaguary/Emp. Britaboa	21/02/2013	573	Índigenas
Mauriti	Faz. Gravatá/Acamp. Vida Nova	28/10/2013	30	Sem Terra
Quixeramobim	Fazenda Reunidas Jacareí	27/10/2013	60	Sem Terra
Senador Pompeu	Fazenda Sobradinho	29/10/2013	25	Sem Terra
Sobral	Comunidade de Boqueirão	13/07/2013	9	Posseiros
Subtotal:		11	1324	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Beberibe	Fazenda Pimenteira	02/02/2013	100	Fetraece
Crateús	Fazenda Catingueira	01/05/2013	40	MST
Santa Quitéria	Faz. Jardim	24/03/2013	50	MST
Subtotal:		3	190	

Acampamentos						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização		
Aracati	Com. do Cumbe/Emp. de Carcinicultura	10/03/2013	27	STR		
Subtotal:		1	27			
Total Conflitos por Terra - CE		15	1541			
TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Granja	Faz. do Ivan Batista	03/12/2013	11	11		Extrativismo
Granja	Fazenda Lagoa Seca	03/12/2013	85	85		Extrativismo
Ibaretama	Fazenda São Jorge	08/10/2013	7	7		Desmatamento
Subtotal:		3	103		103	
Total Conflitos Trabalhistas - CE		3	103			
ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Alto Santo/Iracema/Potiretama	Barragem do Figueiredo/PAC	22/10/2013	45	Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado	
Amontada	Com. Caetanos de Cima/Assent. Sabiaguaba/Imobiliárias/Us. Eólica Icarai/PAC	10/09/2013	300	Apropriação Particular	Ameaça de expropriação	
Limoeiro do Norte/Morada Nova	Projeto de Irrigação Tabuleiro do Russa/Dnocs	25/09/2013	120	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento	
Novo Oriente	Barragem Águas Flor do Campo	31/07/2013		Barragens e Açudes	Divergência	
Subtotal:		4	465			

Conflitos em Tempos de Seca

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Pessoas	Reivindicação	
Chorozinho	Bloqueio BR-116/km 69	24/04/2013		Cumprimento de acordo/Políticas públicas	
Itapiúna	Ocupação da Prefeitura	26/11/2013	100	Cumprimento de acordo/Políticas públicas	
Milagres	Bloqueio da BR-116/km 488	24/04/2013		Cumprimento de acordo/Políticas públicas	
Pedra Branca	Bloqueio da BR-020	24/04/2013		Cumprimento de acordo/Políticas públicas	
Salitre	Ato Público na Câmara Municipal	20/02/2013		Cumprimento de acordo/Políticas públicas	
São Gonçalo do Amarante	Bloqueio da BR-222	24/04/2013		Cumprimento de acordo/Políticas públicas	
Sobral	Bloqueio BR-222/km 221	24/04/2013		Cumprimento de acordo/Políticas públicas	
Total Conflitos Seca		7	100		

Total dos Conflitos no Campo CE 29 Pessoas: 10233

Distrito Federal

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Brazlândia	Núcleo Rural Alexandre Gusmão/Faz. Jatobazinho	30/10/2013	350	Sem Terra
Subtotal:		1	350	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Brazlândia	Núcleo Rural Alexandre Gusmão/Faz. Jatobazinho	07/04/2013	350	MST
Planaltina	Acamp. Roseli Nunes/Faz. Pipiripau	31/08/2013	250	MST

Planaltina	Fazenda Lagoa Bonita Congado	03/05/2013	450	CUT/FAF/Fetra/MATR/MBS T/MST/MTL
Sobradinho	Faz. Sávila/Sálvia	10/08/2013		MBST/MLT/MST
Subtotal:		4	1050	
Total Conflitos por Terra - DF		5	1400	
Total dos Conflitos no Campo DF		5	Pessoas: 7000	

Espírito Santo

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Cachoeiro do Itapemirim/Presidente Kennedy	Faz. Santa Maria/Acamp. José Marcos de Araújo dos Santos	16/10/2013	105	Sem Terra
Conceição da Barra	Com. Quilombola S. Domingos/Sapê do Norte/Aracruz	26/03/2013	70	Quilombolas
Guaçuí	Fazenda Lambari	16/10/2013	26	Sem Terra
Linhares	Faz. Entre Rios/Emp. União Ferragens e Montagens	12/08/2013	25	Pescadores
Montanha	Faz. Floresta Reserva/Grupo Simão	22/10/2013	130	Sem Terra
Subtotal:		5	356	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Montanha	Faz. Floresta Reserva/Grupo Simão	14/10/2013	130	MST
Subtotal:		1	130	

Total Conflitos por Terra - ES		6	486
---------------------------------------	--	----------	------------

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
São Mateus	Fazenda Córrego dos Cavalos	13/03/2013	13	13		Coco
Subtotal:		1	13	13		

Total Conflitos Trabalhistas - ES		1	13
--	--	----------	-----------

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Linhares/São Mateus	Com. das Praias de Barra Seca e Urussuquara/Transpetro/Petrobras	11/04/2013	70	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal:		1	70		

Total dos Conflitos no Campo ES		8	Pessoas: 2793
--	--	----------	----------------------

Goiás

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Itaçu	Acamp. na GO-054/Próx. à Fazenda do Estado/Córrego Rico	22/05/2013	20	Sem Terra
Rio Verde	P. A. Fazenda Pontal dos Buritis	03/05/2013		Assentados
Rio Verde	P. A. Fazenda Pontal dos Buritis	19/09/2013		Assentados
Santa Cruz de Goiás	Faz. Vala do Rio do Peixe/Di' Roma	11/05/2013	20	Posseiros
Subtotal:		4	40	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Arenópolis	Faz. das Pedras/Acamp. Renovar	17/10/2013		SI
Fazenda Nova	Faz. Sta Ines/N. Sra de Fátima/Impertenente	05/12/2013	113	Fetra
Israelândia	Fazenda Itaipava	18/09/2013	123	Fetra

Lagoa Santa	Fazenda do Gaúcho	07/05/2013	120	Terra Livr
Lagoa Santa	Fazenda Santa Maria	13/01/2013	70	Terra Livr
São Miguel do Araguaia	Fazenda Rancho Alegre	11/08/2013	45	MVTC
Vila Propício	Fazenda Caieiras	11/08/2013	300	MST
Subtotal:		7	771	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Aparecida de Goiânia/Aragoiânia	Acamp. Santiago/GO- 040	02/09/2013	370	SI
Itaçu	Acamp. na GO-054/Próx. à Fazenda do Estado/Córrego Rico	20/05/2013	20	Terra Livr
Subtotal:		2	390	

Total Conflitos por Terra - GO 13 1201

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Abadia de Goiás	Fazenda Florasul	06/04/2013	15	15		Eucalipto
Campo Alegre de Goiás	Fazenda Dois Rios	09/12/2013	7	7		Seringal
Cristalina	Fazenda Capim Pubo	28/08/2013	2			Pecuária
Crixás	Carvoaria na Faz. Lago Perdido	03/04/2013	4	4		Carvoaria
Crixás	Carvoaria na Faz. Santa Bárbara	03/04/2013	12	12		Carvoaria
Goiânia	Fazenda Palmital Hortaliças	21/01/2013	12	12		Hortaliças
Jaraguá	Fazenda Curralinho	16/09/2013	11	11		Feijão
Subtotal:		7	63	61		

Total Conflitos Trabalhistas - GO 7 63

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Minaçu	UHE de Cana Brava	11/08/2013	500	Barragens e Açudes	Não reassentamento
Subtotal:		1	500		

Total dos Conflitos no Campo GO 21 Pessoas: 8568

Maranhão

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Açailândia	Assent. Novo Oriente/Vale	05/02/2013	66	Assentados
Açailândia	Com. Francisco Romão/Vale	05/02/2013		Posseiros
Alcântara	São Maurício	30/10/2013	21	Quilombolas
Alcântara	São Raimundo	30/10/2013	55	Quilombolas
Alcântara	Tiquara	30/10/2013	23	Quilombolas
Alto Alegre do Maranhão	Com. Diamantina/KBF Participação e Empreendimentos Ltda	30/03/2013	29	Posseiros
Alto Alegre do Maranhão	Com. Faveira/KBF Participação e Empreendimentos Ltda	30/03/2013	30	Posseiros
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Arame	30/06/2013		Posseiros
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Arame	14/09/2013		Posseiros
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Arame	14/10/2013		Posseiros
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Arame	06/11/2013		Posseiros
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Arame	13/11/2013		Posseiros
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Arame	08/12/2013	45	Posseiros
Amapá do Maranhão/Boa Vista do Gurupi/Junco do Maranhão	Comunidade São João	06/10/2013		Posseiros
Amapá do Maranhão/Boa Vista do Gurupi/Junco do Maranhão	Comunidade Vilela	06/10/2013	100	Posseiros

Amarante do Maranhão	Terra Indígena Governador	13/01/2013		Indígenas
Amarante do Maranhão	Terra Indígena Governador	15/01/2013		Indígenas
Amarante do Maranhão	Terra Indígena Governador	20/01/2013	220	Indígenas
Amarante do Maranhão/João Lisboa/Senador La Rocque	Faz. Cipó Cortado/Rollete	09/07/2013		Sem Terra
Amarante do Maranhão/João Lisboa/Senador La Rocque	Faz. Cipó Cortado/Rollete	30/09/2013	118	Sem Terra
Anajatuba/Itapecuru Mirim	Quilombolo Monge Belo/Vale	27/02/2013	67	Quilombolas
Anajatuba/Itapecuru Mirim/Santa Rita	Sítio do Meio/São João da Mata/Mata dos Pires	17/04/2013	150	Quilombolas
Anapurus	Com. Formiga/Suzano Papel Celulose	18/01/2013	12	Posseiros
Araguanã/Centro do Guilherme/Centro Novo do Maranhão/Maranhãozinho/Nova Olinda do Maranhão/Santa Luzia do Paruá/Zé Doca	T. I. Alto Turiaçu	26/08/2013	7	Indígenas
Araioses	Santa Rosa	13/09/2013	30	Posseiros
Barreirinhas	Anajás	04/01/2013	25	Assentados
Barreirinhas	Assentamento Mamede II	04/01/2013	60	Assentados
Barreirinhas	Com. Quilombolas de Santa Cruz	31/12/2013	53	Quilombolas
Barreirinhas	Povoado Grota da Norata	18/07/2013	8	Posseiros
Belágua/Chapadinha	Com. Pequizeiro/Suzano Papel Celulose	04/01/2013	21	Posseiros
Bequimão	Com. Quilombola Sibéria	12/03/2013	10	Quilombolas
Bom Jardim	Fazenda Alto Canaã	28/02/2013	100	Sem Terra
Bom Jardim/Carutapera/Grajaú/Turiaçu/Zé Doca	Área Indígena Awá - Guajá	21/11/2013	90	Indígenas
Bom Jesus das Selvas	P. A. Capoeira	20/02/2013		Assentados
Brejo	Com. Quilombola de Depósito	26/01/2013		Quilombolas
Brejo	Com. Quilombola de Depósito	22/02/2013	22	Quilombolas
Brejo	Quilombo Alto Bonito	31/12/2013	65	Quilombolas
Buriti	Pov. Capão Grande/Empresa Fanip Agrícola	01/09/2013	30	Posseiros
Buriticupu	Acampamento Guairacás	13/05/2013	80	Sem Terra
Cachoeira Grande	Campinho/Mangueira/Bacabal/Estiva do Nazáreo	18/11/2013	27	Sem Terra
Cajari	Com. Quilombola Camaputua	19/04/2013	46	Quilombolas
Cantanhede/Vargem Grande	Pov. Buriti/Tambá	06/08/2013	36	Quilombolas
Cedral	Canavial	31/12/2013	24	Quilombolas
Cedral	Engole	16/12/2013	33	Quilombolas
Chapadinha	Área Próxima ao Assentamento Baturité	22/05/2013	55	Posseiros
Chapadinha	Comunidade Barro Vermelho	05/11/2013	20	Quilombolas
Chapadinha	Comunidade Baturité	25/04/2013	30	Posseiros
Chapadinha	Tiúba	08/06/2013		Posseiros
Chapadinha	Tiúba	29/10/2013		Posseiros
Chapadinha	Tiúba	31/10/2013	30	Posseiros
Chapadinha/Mata Roma	Data Muquém/Taboquinha	06/08/2013	1	Posseiros
Codó	Com. Queimadas/Empresa Costa Pinto	11/11/2013	18	Quilombolas
Codó	Com. Quilombola Santa Maria dos Moreiras	03/02/2013	33	Quilombolas
Codó	Com. Três Irmãos/Empresa Costa Pinto	18/11/2013		Quilombolas
Codó	Com. Três Irmãos/Empresa Costa Pinto	12/12/2013	48	Quilombolas
Codó	Comunidade Livramento	31/08/2013	50	Posseiros
Codó	Comunidade Puraquê	30/11/2013	40	Quilombolas
Codó	Faz. Manguinhos/Pov. Buriti Corrente/TG Agroindústria	27/06/2013	87	Quilombolas
Codó	Lagoa do Leme	05/05/2013	28	Posseiros
Codó	Monta Barro/Empresa Costa Pinto	11/11/2013	10	Quilombolas
Codó	Pov. Vergel/Vegel/Faz. Boa Esperança	11/01/2013		Quilombolas
Codó	Pov. Vergel/Vegel/Faz. Boa Esperança	30/04/2013		Quilombolas
Codó	Pov. Vergel/Vegel/Faz. Boa Esperança	30/09/2013	5	Quilombolas
Codó	Povoado Brejo Seco	14/04/2013	1	Posseiros
Duque Bacelar	Gleba Coroa da Onça/Faz. São João	01/03/2013	22	Sem Terra
Governador Nunes Freire	P. A. Maracaçumé Mesbla	16/05/2013		Assentados
Icatu	Papagaio	31/12/2013	21	Quilombolas

Icatu	Povoado Santa Isabel	28/09/2013		Posseiros
Icatu	Prainha	31/12/2013	110	Quilombolas
Itapecuru Mirim	Com. Quilombola Sta. Rosa dos Pretos/Vale	27/02/2013	500	Quilombolas
Itapecuru Mirim/Santa Rita	Com. Quilombola Santana	16/05/2013	110	Quilombolas
Itinga do Maranhão	Assentamento Santa Helena	08/03/2013	43	Assentados
Magalhães de Almeida	Povoado Santa Maria	05/01/2013	1	Posseiros
Matões	Com. São João/Suzano Papel Celulose	11/05/2013	60	Quilombolas
Matões	Com. Tanque de Rodagem/Faz. Castiça/Suzano Papel Celulose	09/09/2013	80	Quilombolas
Matões do Norte	Com. Quilombola Lago do Coco	15/08/2013	30	Quilombolas
Montes Altos	Terra Indígena Krikati	03/01/2013	206	Indígenas
Morros	Comunidade Fineza	06/10/2013		Posseiros
Morros	P. A. Lagoa da Onça/Gleba Santana e Contrato	08/10/2013	100	Assentados
Paço do Lumiar	Pov. Pindoba/Enciza Engenharia	31/12/2013	205	Quilombolas
Paço do Lumiar	Povoado Tendal Mirim	30/06/2013	110	Posseiros
Paço do Lumiar/Raposa	P. A. Cumbique	13/09/2013	44	Assentados
Paço do Lumiar/São José de Ribamar	Engenho/Vila Sarney	24/04/2013		Posseiros
Paço do Lumiar/São José de Ribamar	Engenho/Vila Sarney	08/12/2013	60	Posseiros
Palmeirândia	Com. Quilombola São Carlos	18/12/2013	13	Quilombolas
Palmeirândia	P. A. Dibom I	17/12/2013	10	Assentados
Palmeirândia	Quilombo Cruzeiro	30/09/2013	80	Quilombolas
Parnarama	Cocalinho	31/12/2013	110	Posseiros
Parnarama	Pov. Guerreiro/Faz. Cana Brava/Suzano Papel Celulose	31/12/2013	72	Quilombolas
Parnarama	Toari	31/12/2013	36	Assentados
Peri - Mirim	Capoeira Grande	31/12/2013	40	Quilombolas
Peri - Mirim	Com. Quilombola Pericumã	31/12/2013	56	Quilombolas
Pinheiro/Santa Helena	Pov. Benfica/Olho d'Água/Ribeirão de Baixo	17/12/2013	32	Quilombolas
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Pontes/Data Aldeia Velha	31/01/2013		Quilombolas
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Pontes/Data Aldeia Velha	31/05/2013	33	Quilombolas
Presidente Sarney	Povoado Pirinã	31/12/2013	62	Posseiros
Presidente Vargas	Lagoa Preta	31/12/2013	38	Quilombolas
Presidente Vargas	Sapucaial	31/12/2013	67	Quilombolas
Primeira Cruz	Faz. São Raimundo/Rosarinho	31/03/2013	1	Posseiros
Raposa	Vila Maresia	12/03/2013	107	Sem Terra
Ribamar Fiquene/Senador La Rocque	Faz. Arizona/Acamp. Saleté Moreno	04/04/2013	58	Sem Terra
Rosário	P. A. Bom Jesus III	16/07/2013	10	Assentados
Rosário	Povoado Boa Vista	08/11/2013	78	Quilombolas
Santa Helena	Com. Quilombola São Roque	20/08/2013		Quilombolas
Santa Helena	Janubeira	31/12/2013	28	Quilombolas
Santa Inês	Cuba	31/12/2013	45	Quilombolas
Santa Inês	Marfim	31/12/2013	26	Quilombolas
Santa Luzia/Tufilândia	Povoado Pimenta	10/07/2013	61	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão	Cabeceira da Tabatinga/Suzano Papel Celulose	06/03/2013	35	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão	Com. Baixão do Coceira/Suzano Papel Celulose	06/03/2013	20	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão	Com. Coceira/Suzano Papel e Celulose	04/01/2013	20	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão	Com. Lagoa das Caraibas/Suzano Papel e Celulose	06/03/2013	30	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão	Com. Quilombola Onça	09/09/2013		Quilombolas
Santa Quitéria do Maranhão	Com. Quilombola Onça	02/10/2013	50	Quilombolas
Santa Quitéria do Maranhão	Com. São José/Suzano Papel e Celulose	06/03/2013	34	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão	Pau Serrado/Suzano Papel Celulose	04/01/2013	280	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão	Vertente	04/01/2013	63	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão/Urbano Santos	Bracinho/Suzano Papel Celulose	04/01/2013	39	Posseiros
Santa Rita	Com. Quilombola Cariongo/Vale	05/02/2013	30	Quilombolas

Santa Rita	Oiteiro dos Pires/Vale	08/05/2013	120	Posseiros
Santa Rita	Sítio Novo e Vaca Morta/Vale	05/02/2013		Posseiros
São Bernardo	Com. Enxu/Suzano Papel Celulose	04/01/2013	110	Posseiros
São João do Soter	Com. Quilombola Jacarezinho/Suzano Papel Celulose	14/01/2013	60	Quilombolas
São José de Ribamar	Comunidade São Brás Macaco	31/01/2013	30	Posseiros
São José de Ribamar	Vila Tamer	13/10/2013	1	Posseiros
São Luís	Cajueiro/MPX/Suzano Papel Celulose	31/12/2013	180	Pescadores
São Luís	Pov. Ilhinha/Vila Maranhão/MPX/Suzano Papel Celulose/Vale	31/12/2013	250	Pequenos proprietários
São Luís Gonzaga do Maranhão	Com. Quilombola São Pedro	02/01/2013	35	Quilombolas
São Luís Gonzaga do Maranhão	Comunidade Quilombola de Santarém	17/04/2013	72	Quilombolas
São Mateus do Maranhão	Pov. Pai Mané/Retiro Velho/Barroco e Simão/Faz. Ouro Azul	31/10/2013	30	Posseiros
São Raimundo das Mangabeiras	Assentamento Bacuri	06/04/2013		Assentados
São Raimundo das Mangabeiras	Data Ipoeira	24/04/2013	30	Posseiros
São Vicente Ferrer	Com. Quilombola de Charco	15/04/2013	30	Quilombolas
Satubinha	P. A. Santa Maria	26/04/2013	80	Assentados
Senador La Rocque	Assentamento Batata da Terra	01/03/2013	20	Assentados
Serrano do Maranhão	Cabanil	31/12/2013	94	Quilombolas
Serrano do Maranhão	Com. Açude/Iteno/Vista Alegre	01/10/2013	100	Quilombolas
Serrano do Maranhão	Com. Quilombola Brasília	31/12/2013	45	Quilombolas
Serrano do Maranhão	Com. Quilombola Rosário	31/12/2013	112	Quilombolas
Serrano do Maranhão	Nazaré	31/12/2013	30	Quilombolas
Timbiras	Fazenda Campestre Catulo	16/02/2013	350	Posseiros
Turilândia	Com. Quilombola Pindoal de Fama	02/12/2013	56	Quilombolas
Turilândia	Guajará	31/12/2013	26	Quilombolas
Urbano Santos	Bom Princípio/Suzano Papel Celulose	04/01/2013	25	Posseiros
Urbano Santos	Com. Santa Rosa/Bacabal	30/04/2013		Posseiros
Urbano Santos	Com. Santa Rosa/Bacabal	30/06/2013	30	Posseiros
Urbano Santos	Comunidade Mangueira II	31/12/2013	9	Posseiros
Urbano Santos	Mangabeira/Mangueira/Suzano Papel Celulose	04/01/2013	105	Posseiros
Urbano Santos	São Raimundo/Suzano Papel Celulose	16/05/2013	54	Posseiros
Viana	Santa Tereza	31/12/2013	60	Quilombolas
Subtotal:		150	7669	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Arame	13/09/2013	45	ATR
Pinheiro/Santa Helena	Pov. Benfica/Olho d'Água/Ribeirão de Baixo	28/09/2013	32	Moquibom
Subtotal:		2	77	

Total Conflitos por Terra - MA

152

7746

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na			Tipo de Trabalho
			denúncia	Libertos	Menores	
Açailândia	Faz. Mexicana/Do Rogério	12/01/2013	12			Pecuária
Açailândia	Faz. Muzerá/Da Prata	04/07/2013	3			Pecuária e agrotóxico
Açailândia	Faz. Redenção III/Carvoaria do Alcides	05/07/2013	39		2	Carvoaria
Açailândia	Fazenda Alto do Bonito	02/04/2013	5	8		Pecuária
Açailândia	Fazenda Baixa Verde	23/04/2013	1	1		Pecuária
Açailândia	Fazenda Pneus Brasil	20/08/2013	10			Seringal
Açailândia	Seringal do Galdino	21/10/2013	5			Seringal
Balsas	Fazenda Sol Nascente/Fapcen	18/03/2013	13			Pecuária
Bom Jardim	Fazenda Palmireno/Victória	15/07/2013	12	11		Pecuária
Bom Jesus das Selvas	Fazenda do Rio do Sonho	06/03/2013	12			Pecuária
Buriticupu	Fazenda Sossego	30/06/2013	3	2		Pecuária e agrotóxico
Cidelândia	Carvoaria do Flávio/Água Boa	29/05/2013	6			Carvoaria e pecuária

Codó	Terra Nova/Eira/Santo Antônio Chico Preto	11/07/2013	9	9	Pecuária
Itinga do Maranhão	Carvoaria Madermel/Dentro da Faz. do Jamel	27/05/2013	20		Carvoaria e pecuária
Itinga do Maranhão	Faz. Ipuí/São José	12/07/2013	5		Pecuária
Itinga do Maranhão	Fazenda Boa Esperança	19/11/2013	12		Desmatamento
Itinga do Maranhão	Seringal Nordeste Borracha/São José/Empresas Senhor	18/08/2013	15		Seringal
Paulo Ramos	Fazenda São Francisco	25/07/2013	16		Pecuária e agrotóxico
São Pedro da Água Branca	Fazenda Ihrapiar	09/07/2013	6	1	Pecuária e agrotóxico
Senador La Rocque	Fazenda Pantanal	07/06/2013	4		Pecuária
Tasso Fragoso	Fazenda Graziela	11/10/2013	50		Catção de raiz
Vila Nova dos Martírios	Fazenda do Gaúcho	13/08/2013	7		Pecuária
Vila Nova dos Martírios	Fazenda Morro Alto	13/02/2013	6	6	Soja
Subtotal:		23	271	38	2
Total Conflitos Trabalhistas - MA		23	271		
Total dos Conflitos no Campo MA		175		Pessoas: 39001	

Mato Grosso

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alto da Boa Vista/São Félix do Araguaia	T. I. Marãiwatsedé/Xavante/Faz. Suiá-Missu	20/01/2013		Indígenas
Alto da Boa Vista/São Félix do Araguaia	T. I. Marãiwatsedé/Xavante/Faz. Suiá-Missu	06/03/2013		Indígenas
Alto da Boa Vista/São Félix do Araguaia	T. I. Marãiwatsedé/Xavante/Faz. Suiá-Missu	08/03/2013		Indígenas
Alto da Boa Vista/São Félix do Araguaia	T. I. Marãiwatsedé/Xavante/Faz. Suiá-Missu	21/04/2013		Indígenas
Alto da Boa Vista/São Félix do Araguaia	T. I. Marãiwatsedé/Xavante/Faz. Suiá-Missu	02/06/2013		Indígenas
Alto da Boa Vista/São Félix do Araguaia	T. I. Marãiwatsedé/Xavante/Faz. Suiá-Missu	05/08/2013	153	Indígenas
Brasnorte	T. I. Menku/Aldeia Japuía/Myky	12/05/2013		Indígenas
Brasnorte	T.I. Irantxe/Manoki	10/11/2013	20	Indígenas
Castanheira	Assentamento na Gleba Santa Luzia	24/06/2013	200	Assentados
Castanheira	Fazenda Sumaré	15/11/2013	150	Sem Terra
Cláudia	Assentamento Terra de Viver	13/11/2013		Assentados
Cláudia	Assentamento Terra de Viver	21/11/2013	10	Assentados
Cláudia	Assentamento Zumbi dos Palmares	01/08/2013	62	Assentados
Confresa/Porto Alegre do Norte	Assent. Fartura/Faz. Roncador	30/09/2013		Assentados
Confresa/Porto Alegre do Norte	Assent. Fartura/Faz. Roncador	25/10/2013	60	Assentados
Feliz Natal	Assentamento Ena	11/01/2013	500	Assentados
Guiratinga	Faz. Recreio Moreno/Acamp. Renascer Pe. Libânio	31/03/2013		Sem Terra
Guiratinga	Faz. Recreio Moreno/Acamp. Renascer Pe. Libânio	28/05/2013	380	Sem Terra
Jaciara/Sinop	Área da Usina Pantanal/Acamp. José Martí	21/09/2013	80	Sem Terra
Juína	Faz. Tarciana/Assent. Vale do Juinão	28/02/2013	140	Assentados
Luciara	Reserva Extrativista Retireira do Araguaia	18/09/2013		Retireiros
Luciara	Reserva Extrativista Retireira do Araguaia	19/09/2013		Retireiros
Luciara	Reserva Extrativista Retireira do Araguaia	22/09/2013		Retireiros
Luciara	Reserva Extrativista Retireira do Araguaia	23/09/2013	94	Retireiros
Nova Brasilândia/Rosário do Oeste	Fazenda Barreiro Branco	23/09/2013	78	Sem Terra
Nova Guarita	Assentamento Raimundo Vieira	21/03/2013		Assentados
Nova Guarita	Gleba Gama	11/03/2013	12	Assentados
Nova Guarita/Peixoto de Azevedo	Gleba do Gama/P. A. Renascer	11/03/2013	12	Assentados
Nova Maringá	Assent. Arinos/Fertilizantes Mitsui S/A Indústria e Comércio	24/06/2013	26	Assentados
Nova Olímpia	Assentamento Riozinho	10/05/2013		Assentados

Novo Mundo	Acampamento União Recanto	26/06/2013	93	Sem Terra
Novo Mundo	Gleba Nhandu/Faz. Belo Horizonte	16/04/2013		Sem Terra
Novo Mundo	Gleba Nhandu/Faz. Belo Horizonte	14/06/2013	80	Sem Terra
Subtotal:		33	2150	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Jaciara	Faz. Mestre/Triângulo/Us. Pantanal	19/01/2013	40	MST
Nova Brasilândia/Rosário do Oeste	Fazenda Barreiro Branco	03/09/2013	78	STR
Nova Uiratã	Gleba Capenha	14/10/2013	100	STR
Novo Mundo	Faz. Araúna/Acamp. Nova Esperança/Gleba Nhandu	15/04/2013	80	SI
São José do Povo	Faz. Brocotá/Acamp. Pe. Miguel	15/12/2013	100	MTAA/MT
Subtotal:		5	398	

Total Conflitos por Terra - MT	38	2548
---------------------------------------	-----------	-------------

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Itiquira	Fazenda Cachoeira	23/04/2013	12	12		Reflorestamento
Itiquira	Fazenda Cachoeira	23/04/2013	3	3		Reflorestamento
Matupá	Área em Matupá	15/03/2013	19	15		Mineração
Paranaíta	Fazenda Bragatti III	16/12/2013	8	8		Mineração
Paranatinga	Fazenda Eucaflora	09/05/2013	5	5		Soja
Ribeirão Cascalheira	Carvoaria na Faz. São Sebastião	15/04/2013	2	2		Carvoaria
Santo Antônio do Leverger	Fazenda Flexas/Piuva	23/09/2013	4	4		Pecuária
São Félix do Araguaia	Fazenda Reunidas	04/07/2013	15			Catação de raiz
Vila Rica	Fazenda Taiapu	19/08/2013	5	5		Pecuária
Subtotal:		9	73	54		

Superexploração

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Porto Alegre do Norte	Fazenda do Joel Medeiros	02/05/2013	1			Pecuária
Subtotal:		1	1			

Total Conflitos Trabalhistas - MT	10	74
--	-----------	-----------

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Cláudia/Colider/Itaúba/Nov a Canaã do Norte	UHE Colider/Complexo Teles Pires/PAC	25/11/2013	70	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Nova Guarita	Assentamento Raimundo Vieira	14/12/2013	64	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal:		2	134		

Total dos Conflitos no Campo MT	50	Pessoas: 13484
--	-----------	-----------------------

Mato Grosso do Sul

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Amambaí/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	08/03/2013	130	Indígenas
Amambaí/Ponta Porã	Acamp. Tekoha Guavirivry/MS-386	04/01/2013		Indígenas
Amambaí/Ponta Porã	Acamp. Tekoha Guavirivry/MS-386	30/01/2013	60	Indígenas
Antônio João	Antiga Faz. Mosquiteiro/T.I. Campestre	27/02/2013		Indígenas
Aquidauana	Faz. Esperança/T. I. Taunay Ipeg	14/06/2013	100	Indígenas
Caarapó	Aldeia Te Yikue/Te'yikue/Faz. Sta Helena/Faz. Sardinha	17/02/2013		Indígenas
Caarapó	Aldeia Te Yikue/Te'yikue/Faz. Sta Helena/Faz. Sardinha	21/02/2013		Indígenas
Caarapó	Aldeia Te Yikue/Te'yikue/Faz. Sta Helena/Faz. Sardinha	22/02/2013		Indígenas

Caarapó	Aldeia Te Yikue/Te'yikue/Faz. Sta Helena/Faz. Sardinha	23/02/2013		Indígenas
Caarapó	Aldeia Te Yikue/Te'yikue/Faz. Sta Helena/Faz. Sardinha	12/04/2013	40	Indígenas
Corumbá	Com. em Porto Esperança/Agrop. Brahman Beef Show	14/12/2013	80	Ribeirinhos
Corumbá/Porto Murinho	T. I. Kadiwéu/Faz. Limoeiro	22/08/2013	60	Indígenas
Corumbá/Porto Murinho	T. I. Kadiwéu/Faz. Ressaco	22/08/2013	60	Indígenas
Dois Irmãos do Buriti/Sidrolândia	Faz. São Sebastião/T. I. Buriti	04/06/2013		Indígenas
Douradina/Itaporã	T. I. Lagoa Rica/Guarani-Kaiowá	10/04/2013		Indígenas
Douradina/Itaporã	T. I. Lagoa Rica/Guarani-Kaiowá	12/04/2013		Indígenas
Douradina/Itaporã	T. I. Lagoa Rica/Guarani-Kaiowá	21/04/2013		Indígenas
Douradina/Itaporã	T. I. Lagoa Rica/Guarani-Kaiowá	12/06/2013		Indígenas
Douradina/Itaporã	T. I. Lagoa Rica/Guarani-Kaiowá	12/07/2013		Indígenas
Douradina/Itaporã	T. I. Lagoa Rica/Guarani-Kaiowá	14/07/2013	50	Indígenas
Dourados	Acamp. Nhu Porã/Campo Bonito/Curral de Arame	28/01/2013	47	Indígenas
Dourados	Aldeias Bororo e Jaguapiru/Guarani - Kaiowá	10/08/2013		Indígenas
Dourados	Com. Apyka'y/Acamp. na BR-463/Km 10/Próximo à Faz. Serrana	22/03/2013		Indígenas
Dourados	Com. Apyka'y/Acamp. na BR-463/Km 10/Próximo à Faz. Serrana	22/08/2013		Indígenas
Dourados	Com. Apyka'y/Acamp. na BR-463/Km 10/Próximo à Faz. Serrana	23/08/2013		Indígenas
Dourados	Com. Apyka'y/Acamp. na BR-463/Km 10/Próximo à Faz. Serrana	10/11/2013		Indígenas
Dourados	Com. Apyka'y/Acamp. na BR-463/Km 10/Próximo à Faz. Serrana	21/11/2013		Indígenas
Dourados	Com. Apyka'y/Acamp. na BR-463/Km 10/Próximo à Faz. Serrana	13/12/2013	30	Indígenas
Dourados	Passo Piraju/Faz. Campo Belo	27/12/2013	70	Indígenas
Iguatemi	Faz. Chaparral/T. I. Ivy Katu	03/11/2013	250	Indígenas
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	08/01/2013		Indígenas
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	10/02/2013		Indígenas
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	10/03/2013	170	Indígenas
Iguatemi/Japorã	Chácara São Luiz/T. I. Ivy Katu	08/11/2013	50	Indígenas
Iguatemi/Japorã	Estância Varago/T. I. Ivy Katu	08/11/2013	50	Indígenas
Iguatemi/Japorã	Faz. São José/T. I. Ivy Katu	08/11/2013	30	Indígenas
Iguatemi/Japorã	Faz. São Pedro/T. I. Ivy Katu	08/11/2013	106	Indígenas
Japorã	Faz. Remanso Guaçu/T. I. Ivy Katu	27/01/2013		Indígenas
Japorã	Faz. Remanso Guaçu/T. I. Ivy Katu	08/11/2013	250	Indígenas
Japorã	Faz. São Jorge/T. I. Ivy Katu	02/11/2013	30	Indígenas
Japorã	Sítio São João/T. I. Ivy Katu	08/11/2013	50	Indígenas
Juti	T. I. Guarani-Kaiowá/Aldeia Taquara/Faz. Brasília do Sul	29/01/2013		Indígenas
Juti	T. I. Guarani-Kaiowá/Aldeia Taquara/Faz. Brasília do Sul	21/03/2013		Indígenas
Juti	T. I. Guarani-Kaiowá/Aldeia Taquara/Faz. Brasília do Sul	29/03/2013		Indígenas
Juti	T. I. Guarani-Kaiowá/Aldeia Taquara/Faz. Brasília do Sul	13/07/2013	64	Indígenas
Miranda	Área não Identificada/Arrendada para a Criação de Gado/T. I. Pillad Rebuá	12/11/2013	50	Indígenas
Miranda	Chácara Boa Esperança/T. I. Pillad Rebuá	09/10/2013		Indígenas
Miranda	Chácara Boa Esperança/T. I. Pillad Rebuá	14/10/2013		Indígenas
Miranda	Chácara Boa Esperança/T. I. Pillad Rebuá	28/11/2013		Indígenas
Miranda	Chácara Boa Esperança/T. I. Pillad Rebuá	06/12/2013	50	Indígenas
Miranda	Faz. Petrópolis/T. I. Cachoeirinha	04/02/2013	100	Indígenas
Miranda	T. I. Pillad Rebuá/Aldeia Moreira	08/12/2013		Indígenas
Paranhos	T. I. Arroio Korá/T. I. Takwarity/Aldeia Paraguassu/Faz. Eliane e Campina	12/06/2013	127	Indígenas
Rio Brilhante	Faz. Sto. Antônio da Nova Esperança/Com. Laranjeira Nhanderu	04/01/2013		Indígenas
Rio Brilhante	Faz. Sto. Antônio da Nova Esperança/Com. Laranjeira Nhanderu	03/03/2013	35	Indígenas
Sete Quedas	T. I. Sombreiro/Guarani-Kaiowá /Faz. São Lucas/Floresta Negra	07/02/2013	200	Indígenas
Sidrolândia	Fazenda Querência São José	07/02/2013		Indígenas
Sidrolândia	Fazenda Querência São José	14/02/2013	60	Indígenas
Sidrolândia	Sítio Santo Antônio	08/11/2013	200	Indígenas
Sidrolândia	T. I. Buriti/Faz. Buriti/Terena	18/05/2013		Indígenas
Sidrolândia	T. I. Buriti/Faz. Buriti/Terena	30/05/2013	40	Indígenas

Subtotal:		61	2639	
Ocupações/Retomadas				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias Organização	
Amambai/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	07/03/2013	130 Índios	
Aquidauana	Faz. Esperança/T. I. Taunay Ipeg	31/05/2013	100 Índios	
Aquidauana	Faz. Fazendinha/T. I. Taunay Ipeg	24/06/2013	Índios	
Aquidauana	T. I. Limão Verde/Faz. Bonanza	12/09/2013	25 Índios	
Aquidauana	T. I. Limão Verde/Faz. da Mocinha	12/09/2013	25 Índios	
Caarapó	Aldeia Te Yikue/Te'yikue/Faz. Sta Helena/Faz. Sardinha	18/02/2013	40 Índios	
Campo Grande	Aldeia Água Bonita	04/09/2013	104 Índios	
Corumbá/Porto Murinho	T. I. Kadiwéu/Faz. Limoeiro	21/08/2013	60 Índios	
Corumbá/Porto Murinho	T. I. Kadiwéu/Faz. Ressaco	21/08/2013	60 Índios	
Dois Irmãos do Buriti/Sidrolândia	Faz. São Sebastião/T. I. Buriti	04/06/2013	Índios	
Dourados	Acamp. Nhu Porã/Campo Bonito/Curral de Arame	18/11/2013	95 Índios	
Dourados	Com. Apyka'y/Acamp. na BR-463/Km 10/Próximo à Faz. Serrana	15/09/2013	30 Índios	
Iguatemi	Faz. Chaparral/T. I. Ivy Katu	23/10/2013	250 Índios	
Iguatemi	Sítio São Marcos/T. I. Ivy Katu	17/10/2013	15 Índios	
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	05/08/2013	170 Índios	
Iguatemi/Japorã	Faz. São José/T. I. Ivy Katu	27/10/2013	30 Índios	
Inocência	Fazenda Boa Vista	01/01/2013	80 Terra Livr	
Japorã	Faz. São Jorge/T. I. Ivy Katu	13/10/2013	30 Índios	
Juti	T. I. Guarani-Kaiowá/Aldeia Taquara/Faz. Brasília do Sul	28/02/2013	64 Índios	
Miranda	Área não Identificada/Arrendada para a Criação de Gado/T. I. Pillad Rebuá	09/10/2013	50 Índios	
Miranda	Chácara Boa Esperança/T. I. Pillad Rebuá	09/10/2013	50 Índios	
Miranda	T. I. Cachoeirinha/Faz. São Pedro de Paratudal	08/07/2013	Índios	
Miranda	T. I. Cachoeirinha/Faz. São Pedro de Paratudal	04/10/2013	30 Índios	
Ponta Porã/Sidrolândia	Faz. Cambará/T. I. Buriti	15/05/2013	Índios	
Ponta Porã/Sidrolândia	Faz. Cambará/T. I. Buriti	02/06/2013	60 Índios	
Sidrolândia	Faz. Água Clara/T. I. Buriti	22/06/2013	100 Índios	
Sidrolândia	Faz. Lindóia/T. I. Buriti	02/06/2013	Índios	
Sidrolândia	Fazenda Querência São José	05/02/2013	60 Índios	
Sidrolândia	T. I. Buriti/Faz. Buriti/Terena	15/05/2013	Índios	
Sidrolândia	T. I. Buriti/Faz. Buriti/Terena	31/05/2013	40 Índios	
Sidrolândia	T. I. Buriti/Faz. Santa Helena	15/05/2013	50 Índios	
Subtotal:		31	1748	
Total Conflitos por Terra - MS		92	4387	
TRABALHO				
Trabalho Escravo				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia Libertos Menores Tipo de Trabalho	
Aquidauana	Fazenda Pontal	23/07/2013	4 4	Pecuária
Corumbá	Fazenda São Sebastião	17/12/2013	3 3	Pecuária
Dourados	Fazenda Canaã	16/01/2013	11 11	Lavouras temporárias
Dourados	Fazenda São Lourenço	23/04/2013	1 1	Pecuária
Itaquiraí	Fazenda Dois Meninos	01/03/2013	34 34	Mandioca
Maracaju	Retiro da Serra	16/04/2013	4 4	Eucalipto
Porto Murinho	Fazenda Barranco Branco	05/02/2013	5 5	Pecuária
Porto Murinho	Fazenda Bocajá	02/07/2013	8 8	Pecuária
Porto Murinho	Fazenda Quebracho	05/02/2013	12 12	Pecuária
Santa Rita do Pardo	Fazenda Coroados	18/02/2013	9 9	Pecuária
Terenos	Fazenda Santa Rita do Ipê	12/11/2013	10 10	Pecuária
Subtotal:		11	101 101	
Total Conflitos Trabalhistas - MS		11	101	
Total dos Conflitos no Campo MS		103	Pessoas: 22036	

Minas Gerais

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Açucena/Belo Horizonte/Carmésia	T. I. Pataxó	19/03/2013	80	Indígenas
Almenara/Bandeira	Faz. Marobá/Singapura/Tabatinga/Acamp. 16 de Abril	31/10/2013		Sem Terra
Almenara/Bandeira	Faz. Marobá/Singapura/Tabatinga/Acamp. 16 de Abril	05/11/2013	13	Sem Terra
Campanha	Fazenda Real Paraíso Cônego Vitor	05/09/2013	100	Sem Terra
Conceição do Mato Dentro	Com. Quil. Água Santa/Mumbuca/Anglo Ferrous/Anglo American/MontCalm/MMX	03/09/2013	5	Quilombolas
Esmeraldas	Faz. Salgada/Casa Grande	15/04/2013	120	Sem Terra
Itacarambi	Faz. São Judas Tadeu/Com. Vargem Grande/Povo Xakriabá	02/09/2013		Indígenas
Itacarambi	Faz. São Judas Tadeu/Com. Vargem Grande/Povo Xakriabá	03/09/2013		Indígenas
Itacarambi	Faz. São Judas Tadeu/Com. Vargem Grande/Povo Xakriabá	08/11/2013	60	Indígenas
Itambé do Mato Dentro/Jaboticatubas/Morro do Pilar/Santana do Riacho	Parque Nacional da Serra do Cipó	05/08/2013	6	Ocupante
Jequitaiá	Faz. Novo Paraíso/Ferroliga	11/01/2013	135	Sem Terra
Manga	Faz. Marilândia/Acamp. Valdir Júnior	13/02/2013	100	Sem Terra
Matias Cardoso/Miravânia/Montalvânia	Faz. 3J Mata do Japoré/Com. Olaria Barra do Mirador	13/05/2013	49	Sem Terra
Matinho Campos/Pompéu	T. I. Capão do Zezinho/Fundinho/Pindaíba	13/04/2013	93	Indígenas
Pedras de Maria da Cruz	Acamp. Unidos Com Deus Venceremos	30/09/2013	32	Sem Terra
Pedras de Maria da Cruz	Faz. Pedra de São João Agropecuária/Ilha da Capivara e Caraibas	18/05/2013		Pescadores
Pedras de Maria da Cruz	Faz. Pedra de São João Agropecuária/Ilha da Capivara e Caraibas	16/09/2013		Pescadores
Pedras de Maria da Cruz	Faz. Pedra de São João Agropecuária/Ilha da Capivara e Caraibas	30/09/2013	32	Pescadores
Pirapora	Faz. da Prata/Acamp. José Bandeira	11/01/2013	260	Sem Terra
Rio Pardo de Minas	Fazenda Capão Muniz	31/01/2013	100	Sem Terra
Rio Pardo de Minas	Geraizeiros/Empresa Estância Lagoa da Pedra	07/08/2013	100	Geraizeiro
Santa Vitória	Assent. Nova Jacaré Curiango/PAC	19/09/2013	9	Assentados
São João da Ponte/Varzelândia/Verdelândia	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever/Arapuã/Lagoa da Varanda	31/01/2013		Quilombolas
São João da Ponte/Varzelândia/Verdelândia	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever/Arapuã/Lagoa da Varanda	26/02/2013		Quilombolas
São João da Ponte/Varzelândia/Verdelândia	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever/Arapuã/Lagoa da Varanda	29/10/2013	512	Quilombolas
Serra do Salitre	Faz. Porto Seguro/Acamp. Chico Mendes	28/03/2013		Sem Terra
Serra do Salitre	Faz. Porto Seguro/Acamp. Chico Mendes	29/03/2013		Sem Terra
Serra do Salitre	Faz. Porto Seguro/Acamp. Chico Mendes	05/05/2013		Sem Terra
Serra do Salitre	Faz. Porto Seguro/Acamp. Chico Mendes	12/06/2013	200	Sem Terra
Tumiritinga	Faz. Jaqueira/Acamp. Boa Esperança/Empresa Fibria	05/06/2013	380	Sem Terra
Tumiritinga	P. A. Cachoeirinha	21/10/2013		Assentados
Uberaba	Faz. Cedros/Empresa Cossisa	05/02/2013	80	Sem Terra
Uberlândia	Faz. São Francisco Letreiros/Acamp. 1º de Maio	01/10/2013	1	Sem Terra
Varzelândia	Assent. Para Terra I/Brejo dos Crioulos	06/02/2013	35	Assentados
Verdelândia	Faz. Ipiranga/Vitória	17/07/2013	30	Sem Terra
Subtotal:		35	2532	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Campanha	Fazenda Real Paraíso Cônego Vitor	04/09/2013	100	MST
Goianá	Faz. Fortaleza de Sant'Anna	03/09/2013	60	MST
Itacarambi	Faz. São Judas Tadeu/Com. Vargem Grande/Povo Xakriabá	01/09/2013	60	Índios

Patos de Minas	Faz. no Distrito de Boassara	05/05/2013	40	MST
Pedras de Maria da Cruz	Faz. Pedra de São João Agropecuária/Ilha da Capivara e Caraibas	18/05/2013	30	MPP
Prata	Faz. São José dos Cravos/Acamp. 21 de Agosto/Us. Vale do Tijuco	20/04/2013	30	MLST
Rio Pardo de Minas	Fazenda Capão Muniz	18/03/2013	100	MST
Rio Pardo de Minas	Geraizeiros/Empresa Estância Lagoa da Pedra	10/05/2013	100	OI
São João da Ponte/Varzelândia/Verdelândia	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever/Arapuã/Lagoa da Varanda	10/03/2013		Quilombola
São João da Ponte/Varzelândia/Verdelândia	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever/Arapuã/Lagoa da Varanda	31/03/2013		Quilombola
São João da Ponte/Varzelândia/Verdelândia	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever/Arapuã/Lagoa da Varanda	29/04/2013		Quilombola
São João da Ponte/Varzelândia/Verdelândia	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever/Arapuã/Lagoa da Varanda	06/05/2013	250	Quilombola
Serra do Salitre	Faz. Porto Seguro/Acamp. Chico Mendes	20/05/2013	200	MST
Varzelândia/Verdelândia	Faz. Vista Alegre/Brejo dos Crioulos	29/09/2013	180	Quilombola
Vazante	Fazenda Lavado	26/01/2013	70	MST
Subtotal:		15	1220	

Total Conflitos por Terra - MG 50 3752

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Brasilândia de Minas	Fazenda Santa Felicidade	04/03/2013	10	10		Carvoaria
Campanha	Fazenda Real Paraíso Cônego Vitor	26/08/2013	1	1		Café e cana-de-açúcar
Comendador Gomes	Fazenda Vale Verde	22/07/2013	23	23		Laranja
Coronel Pacheco	MPR Empreendimentos LTDA	10/04/2013	11	11		Eucalipto
Governador Valadares	Fazenda Estrela Dalva	10/09/2013	1	1		Pecuária
Sacramento	Faz. Resa/Chapadão do Zagaia	14/05/2013	33	33		Soja
Subtotal:		6	79	79		

Total Conflitos Trabalhistas - MG 6 79

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Aimorés/Itueta/Resplendor	UHE de Aimorés/Vale	14/03/2013	100	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Berilo/Grão Mogol/José Gonçalves de Minas/Leme do Prado	UHE de Irapé/Porto Coris/42 Comunidades	13/08/2013		Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
Bonito de Minas/Januária/Montalvânia	Rio Carinhanha/32 Comunidades	18/06/2013	600	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Claro dos Poções/Engenheiro Navarro/Francisco Dumont/Jequitaí/Lagoa dos Patos/Várzea da Palma	UHE Jequitaí/PAC	27/03/2013		Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Conceição do Mato Dentro	Com. Quil. Água Santa/Mumbuca/Anglo Ferrous/Anglo American/MontCalm/MMX	19/03/2013	80	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Janaúba/Nova Porteirinha/Porteirinha	Barragem do Bico da Pedra/Com. Goiabeira	17/03/2013	300	Barragens e Açudes	Não reassentamento
Janaúba/Porteirinha	Projeto Gorutuba/Barragem Pico das Pedras	27/03/2013		Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Mirai/Muriaé/Patrocínio de Mirai/Rosário de Limeira	Mineração Rio Pomba Cataguazes	11/04/2013		Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Subtotal:		8	1080		

Total dos Conflitos no Campo MG 64 Pessoas: 24239

Pará				
TERRA				
Conflitos por Terra				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Abaetetuba	Com. Quil. Unidos do Rio Capim	18/11/2013	110	Quilombolas
Abel Figueiredo	Faz. Asturya/Acamp Jesus é Rei/Sid. Ibérica	10/12/2013	80	Sem Terra
Afuá	Cajueiro/PAE Ilha dos Carás**	31/12/2013	20	Ribeirinhos
Afuá	Furo Grande/PAE Ilha Queimada**	31/12/2013	1	Ribeirinhos
Afuá	Furo Seco/Furo dos Porcos/PAE Ilha dos Carás**	31/12/2013	5	Ribeirinhos
Afuá	Igarapé Picanço/PAE Ilha do Pará**	31/12/2013	6	Ribeirinhos
Afuá	Ilha da Luzitana/PAE Ilha Panema**	31/12/2013	8	Ribeirinhos
Afuá	Ilha do Caldeirão/PAE Ilha Caldeirão**	31/12/2013	18	Ribeirinhos
Afuá	Ilha do Chagas/PAE Ilha do Pará**	31/12/2013	8	Ribeirinhos
Afuá	Ilha dos Porcos/Caetano/PAE Ilha dos Carás**	31/12/2013	6	Ribeirinhos
Afuá	Ilha dos Porcos/Cajueiro/PAE Ilha dos Carás**	31/12/2013	30	Ribeirinhos
Afuá	Ilha dos Porcos/Carás/PAE Ilha dos Carás**	31/12/2013	20	Ribeirinhos
Afuá	Ilha dos Porcos/Igarapé Grande**	31/12/2013	4	Ribeirinhos
Afuá	PAE Ilha Charapucu**	31/12/2013	140	Ribeirinhos
Afuá	Rio Furtado/PAE Ilha Queimada**	31/12/2013	1	Ribeirinhos
Afuá	Rio Maniva/PAE Ilha do Pará**	31/12/2013	1	Ribeirinhos
Afuá	Rio Salvadorzinho/PAE Ilha Salvador**	31/12/2013	48	Ribeirinhos
Afuá	Serraria Pequena/PAE Ilha Queimada**	31/12/2013	20	Ribeirinhos
Alenquer	Faz. Libra/Gleba Camburão/Com. Novo Progresso III	18/11/2013	32	Posseiros
Altamira	Área no Travessão do Cenec/Norte Energia/PAC	28/01/2013	1	Pequenos proprietários
Altamira/Pacajá/São Félix do Xingu/Senador José Porfírio	T. I. Trincheira Bacajá/Xikrin/Proj. Onça Puma/Vale/UHE Belo Monte/PAC	24/01/2013	250	Indígenas
Altamira/São Félix do Xingu	T. I. Apyterena/Apyterewa/Parakanã	14/09/2013	176	Indígenas
Anapu	Gleba Bacajá/PDS Esperança/Caso Dorothy	27/03/2013	178	Assentados
Barcarena	Com. Barajuba/Codebar/Itupema/Caripi	28/02/2013	50	Extratvistas
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Gaúcha	04/11/2013	350	Sem Terra
Breu Branco	Faz. Nazaré de Patos	14/06/2013	61	Sem Terra
Breu Branco	Fazenda Alcoraça	31/12/2013	60	Sem Terra
Breu Branco	Fazenda Três Poderes	04/12/2013		Sem Terra
Breu Branco	Fazenda Três Poderes	10/12/2013	120	Sem Terra
Canaã dos Carajás	Vila Racha Placa/Empresa CVRD - Vale	03/07/2013	60	Posseiros
Conceição do Araguaia	Faz. Cruzeiro Novo/Acamp. São José	15/04/2013	45	Sem Terra
Curionópolis/Marabá/Parauapebas	Faz. Marambaia/Fazendinha/Colorado/Acamp. Frei Henri	12/09/2013		Sem Terra
Curionópolis/Marabá/Parauapebas	Faz. Marambaia/Fazendinha/Colorado/Acamp. Frei Henri	21/09/2013	280	Sem Terra
Floresta do Araguaia	Faz. Faras/Assent. Bom Sucesso/Gleba Las Casas	01/09/2013	144	Assentados
Goianésia do Pará	Faz. Baronesa/Acamp. São Sebastião	28/05/2013	105	Sem Terra
Igarapé-Açu	Fazenda Dom Bosco	04/02/2013		Sem Terra
Igarapé-Açu	Fazenda Dom Bosco	26/03/2013	93	Sem Terra
Itupiranga	Aldeia Ororubá/Reserva dos Atikum	09/07/2013	18	Indígenas
Itupiranga	Fazenda Gereba	08/01/2013	25	Posseiros
Itupiranga	Fazenda Moranjuba	30/04/2013		Ocupante
Itupiranga	Fazenda Moranjuba	07/09/2013		Ocupante
Itupiranga	Fazenda Moranjuba	12/10/2013	28	Ocupante
Itupiranga/Marabá	Faz. Arapari/Acamp. Nova Vitória	25/05/2013	90	Sem Terra
Itupiranga/Nova Ipixuna	Fazenda Nova Era	18/11/2013		Sem Terra
Itupiranga/Nova Ipixuna	Fazenda Nova Era	30/11/2013	58	Sem Terra
Marabá	Faz. Cedro/Agrop. Sta. Bárbara	02/04/2013	300	Sem Terra
Marabá	Faz. Itacaiúnas/Grupo Sta. Bárbara	22/03/2013		Sem Terra
Marabá	Faz. Itacaiúnas/Grupo Sta. Bárbara	14/04/2013		Sem Terra
Marabá	Faz. Itacaiúnas/Grupo Sta. Bárbara	18/04/2013	200	Sem Terra
Marabá	Faz. Muriaé/Acamp. José Cláudio e Maria	30/10/2013		Sem Terra
Marabá	Faz. Muriaé/Acamp. José Cláudio e Maria	03/12/2013	30	Sem Terra
Marabá	Fazenda Cabo de Aço/Acamp. Zumbi dos Palmares	16/02/2013	40	Assentados
Moju	Faz. Santa Martha/Terranorte	10/11/2013	400	Sem Terra
Moju	Quil. de Jambu-Açu/Vale do Rio Doce	29/07/2013	778	Quilombolas

** As ocorrências dos conflitos no município de Afuá-PA são acompanhadas pela CPT Amapá.

Moju	T. I. Anambé	26/01/2013	25	Indígenas
Nova Ipixuna	Assent. Praia Alta Piranhreira/Cupu/Passé Bem/Mamona	04/01/2013		Assentados
Nova Ipixuna	Assent. Praia Alta Piranhreira/Cupu/Passé Bem/Mamona	25/06/2013	400	Assentados
Novo Progresso	T. I. Mebengokré/Mekrãgnoti/Kayapó	03/08/2013	25	Indígenas
Oriximiná	Com. Quil. Alto Trombetas e Jamari/Último Quilombo/Moura	24/09/2013	330	Quilombolas
Oriximiná	T. I. Kaxuyana e Tunayana/Quil. Cachoeira Porteira/Flota Trombetas e Faro	16/08/2013	100	Indígenas
Piçarra	Faz. Castanhais/Acamp. Alto Bonito/Agrop. Sta. Bárbara	09/02/2013		Sem Terra
Piçarra	Faz. Castanhais/Acamp. Alto Bonito/Agrop. Sta. Bárbara	11/02/2013		Sem Terra
Piçarra	Faz. Castanhais/Acamp. Alto Bonito/Agrop. Sta. Bárbara	15/03/2013	110	Sem Terra
Santa Maria das Barreiras	Complexo Forkilha	16/01/2013	40	Sem Terra
Santana do Araguaia	Faz. Mabel/Nobel/Acamp. Brasil Novo	22/05/2013	74	Sem Terra
Santana do Araguaia	Fazenda Três Palmeiras	01/06/2013	27	Sem Terra
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	01/10/2013	150	Sem Terra
São Félix do Xingu	Faz. Jaguará/Belauto	17/06/2013	412	Assentados
São Félix do Xingu	Fazenda Barra do Triunfo	08/09/2013	200	Posseiros
São João do Araguaia	Faz. Araguaia/Gl. Fortaleza "A"/Acamp. Ponta de Pedra do Araguaia	09/10/2013	90	Sem Terra
Senador José Porfírio	Garimpos Grota Seca/Galo/Ouro Verde/Vila da Ressaca/Ilha da Fazenda/T.I. Juruna/T.I. Arara/Emp. Belo Sun/PAC	17/12/2013	1000	Garimpeiro
Trairão	P. A. Areia II/Com. São Mateus	02/10/2013	40	Assentados
Trairão	P. A. Ypiranga/Gleba H/Lotes 46 a 49	07/10/2013	60	Assentados
Tucuruí	Fazenda Cahoeira	04/01/2013		Sem Terra
Tucuruí	Fazenda Cahoeira	06/01/2013	100	Sem Terra
Xinguara	P. A. Escalada do Norte	20/01/2013	60	Sem Terra
Subtotal:		76	7741	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Abel Figueiredo	Faz. Asturya/Acamp Jesus é Rei/Sid. Ibérica	30/06/2013	80	STR
Anapu	Lote na Gleba Bacajá	31/12/2013	35	SI
Brejo Grande do Araguaia	Fazenda Consolação	31/01/2013	60	STR
Igarapé-Açu	Fazenda Dom Bosco	02/02/2013	93	MST
Itupiranga	Fazenda Gereba	04/06/2013	9	STR
Marabá	Faz. Itacaiúnas/Grupo Sta. Bárbara	17/04/2013	130	STR
Marabá	Faz. Muriaé/Acamp. José Cláudio e Maria	30/06/2013	30	STR
Moju	Faz. Santa Martha/Terranorte	26/01/2013	400	Fetagri/PA
Santa Maria das Barreiras	Colônia Coração	10/08/2013		SI
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	01/10/2013	80	STR
Tucumã	Faz. Kaumé	02/01/2013	38	MST
Subtotal:		11	955	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Marabá	Faz. Muriaé/Acamp. José Cláudio e Maria	25/11/2013	30	STR
Piçarra	Faz. Castanhais/Acamp. Alto Bonito/Agrop. Sta. Bárbara	11/02/2013	110	Fetagri/PA
Subtotal:		2	140	

Total Conflitos por Terra - PA

89

8836

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Água Azul do Norte	Faz. dos Irmãos Cláudio e Rose	20/11/2013	17			Pecuária
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Três Doutorras	06/06/2013	9			Pecuária
Brejo Grande/Palestina do Pará/São Geraldo do Araguaia	Fazenda Serra Grande	01/03/2013	30			Pecuária
Conceição do Araguaia	Faz. Boi Preto/ Navarro	15/10/2013	5	5		Pecuária
Cumaru do Norte	Associação dos Fazendeiros do Vale do Rio Fresco	20/08/2013	5	5		Serviços gerais
Cumaru do Norte/Santana do Araguaia	Faz. Estrela de Maceió/Acamp. Cangaia-Brilhante	24/08/2013	4		2	Pecuária

Curionópolis	Fazenda Boa Sorte	10/04/2013	4	6		Pecuária e agrotóxico
Eldorado dos Carajás	Minerkhon Extração Comércio e Transporte Ltda/EPP	10/09/2013	2	2		Mineração
Floresta do Araguaia	Fazenda Arapuru/Do Vital	29/01/2013	6			Abacaxi
Itupiranga	Fazenda Boa Esperança	05/11/2013	1	1		Pecuária
Itupiranga	Fazenda Serra Verde	05/11/2013	1	1		Pecuária
Marabá	Fazenda Sul Carajás	10/09/2013	6	6		Pecuária
Medicilândia	Faz. do José Gotardo	23/04/2013	6	6		Tomate
Medicilândia	Faz. Sítio Verde/Vale/Boi Não Berra	13/08/2013	17	17		Cacau
Medicilândia	Fazenda Bela Vista	13/08/2013	8	8		Cacau
Medicilândia	Fazenda São Geraldo	13/08/2013	3	3		Pecuária
Novo Repartimento	Fazenda Alvorada	20/08/2013	2	2		Pecuária
Novo Repartimento	Fazenda Campos de Olinda	18/04/2013	8	1		Roçagem e agrotóxicos
Novo Repartimento	Fazenda Pará-Goiânia	01/10/2013	10			Pecuária
Pacajá	Faz. do Maurivan da Silva Nascimento	08/10/2013	2	2		Pecuária
Pacajá	Faz. Zé dos Cachorros	16/08/2013	7	2		Pecuária
Pacajá	Fazenda Escorpião	08/10/2013	2	2		Pecuária
Pacajá	Sítio Mansão Piabanha	08/10/2013	2	2		Pecuária
Parauapebas	Faz. Catuxo/Cartucho/Cartucheira	19/04/2013	12	6	1	Pecuária
Redenção	Fazenda Mundo Novo	15/10/2013	2	2		Pecuária
Rondon do Pará	Carvoaria na Faz. Lacy	09/04/2013	2	2		Carvoaria
Rondon do Pará	Fazenda Baixa Verde	08/02/2013	10			Pecuária
Rondon do Pará	Madeira Paricá Ltda	09/04/2013	7	7		Desmatamento
São Félix do Xingu	Fazenda Lagoa da Serra	01/03/2013	7	15		Agrotóxicos e pecuária
São Félix do Xingu	Fazenda Patos de Minas	09/07/2013	1	1		Pecuária
São Félix do Xingu	Fazenda Serra Dourada	29/04/2013	35			Pecuária
São Félix do Xingu	Fazenda Terra Morena	05/05/2013	4			Pecuária e agrotóxico
Tailândia	Fazenda São Gabriel	20/08/2013	2	2		Desmatamento
Tucumã	Fazenda Indiana	09/07/2013	21	21		Pecuária
Xinguara	Fazenda do Ildeu	21/10/2013	4			Pecuária
Subtotal:		35	264	127	3	

Superexploração

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Três Doutoradas	06/06/2013	9			Pecuária
Goianésia do Pará	Fazenda Água Vermelha	09/09/2013	1			Não informado
São Félix do Xingu	Fazenda do Deraldo	12/07/2013	8			Pecuária
São Félix do Xingu	Fazenda Vale do Triunfo/Agrop. Sta. Bárbara	24/07/2013	1			Serviços gerais
Tailândia	Faz. na Carvoaria do Beto	12/04/2013	1			Carvoaria e pecuária
Subtotal:		5	20			

Total Conflitos Trabalhistas - PA

40

284

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Acará/Tomé-Açu	Com. Quil. Alto Acará/Biovale	27/03/2013	650	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Alenquer	Quil. Pacoval/Barragem Rio Curuá/Igarapé Canacupá	24/01/2013	200	Apropriação Particular	Ameaça de expropriação
Alenquer	Com. Ingá/Barragem Rio Curuá/Igarapé Canacupá	10/02/2013	200	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Alenquer	Com. Ribeirinhas/Barragem Rio Curuá/Igarapé Canacupá	10/02/2013	200	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Alenquer	Com. Apolinário/Barragem Rio Curuá/Igarapé Canacupá	10/02/2013	200	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Altamira	T. I. Xipáia Kuruáia/UHE Belo Monte/PAC	02/05/2013	40	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais

Altamira	Colônia de Pescadores Z-57/UHE Belo Monte/PAC	16/07/2013	3000	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Altamira	Área de Oleiros/UHE Belo Monte/PAC	17/07/2013	300	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Altamira/Medicilândia/Rurópolis/Uruará	T.I. Cachoeira Seca do Iriú/Índios Arara/UHE Belo Monte/Belo Sun Mineradora/PAC	02/05/2013	111	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Altamira/São Félix do Xingu	T. I. Apyterena/Apyterewa/Parakanã	02/05/2013	70	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Anapu/Senador José Porfírio/Vitória do Xingu	T. I. Paquiçamba/Juruna/UHE Belo Monte/PAC	07/01/2013		Barragens e Açudes	Destrução e ou poluição
Anapu/Senador José Porfírio/Vitória do Xingu	T. I. Paquiçamba/Juruna/UHE Belo Monte/PAC	14/08/2013	10	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento
Itaituba/Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/PAC	29/03/2013		Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Itaituba/Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/PAC	10/08/2013	1400	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Itaituba/Trairão	PCHs do Rio Tapajós/Com. Pimental/T.I. Munduruku/Eletronorte/PAC	22/03/2013	800	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Novo Progresso	T. I. Mebengokré/Mekrãgnoti/Kayapó	05/03/2013	300	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Vitória do Xingu	Vila Santo Antônio/UHE Belo Monte/PAC	08/02/2013	67	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Subtotal:		17	7548		

Total dos Conflitos no Campo PA 146 **Pessoas:** 82204

Paraíba

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Caaporã	Acamp. Nova Esperança/Parte do Eng. Retirada/Us. Maravilha	04/10/2013	400	Sem Terra
Caaporã	Faz. Tamanduá/Us. Maravilha/Acamp. Wanderley Caixe	04/10/2013	1300	Sem Terra
Campina Grande	Fazenda Santa Cruz	06/01/2013	54	Assentados
João Pessoa	Fazenda Ponta de Gramame	31/01/2013	38	Posseiros
Pedras de Fogo	Fazenda Santa Emília	08/05/2013	20	Assentados
Santa Rita	Faz. São Francisco do Grajaú/Acamp. 15 de Novembro	20/11/2013	30	Sem Terra
Subtotal:		6	1842	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Caaporã	Acamp. Nova Esperança/Parte do Eng. Retirada/Us. Maravilha	10/07/2013	400	MST
Caaporã	Faz. Tamanduá/Us. Maravilha/Acamp. Wanderley Caixe	10/07/2013	1300	MST
Santa Rita	Faz. São Francisco do Grajaú/Acamp. 15 de Novembro	15/11/2013		STR
Santa Rita	Faz. São Francisco do Grajaú/Acamp. 15 de Novembro	20/11/2013	347	STR
Subtotal:		4	2047	

Total Conflitos por Terra - PB 10 **3889**

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Serra Branca	Fazenda Sitio Serra Verde	05/11/2013	21	21		Mineração
Subtotal:		1	21	21		

Total Conflitos Trabalhistas - PB 1 **21**

ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Aroeiras	Barragem Acauã	04/03/2013	800	Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado	
Baía da Traição/Marcação/Rio Tinto	T. I. Potiguara	30/09/2013	500	Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Cajazeiras	Barragem Eng. Avidos/Boqueirão	16/09/2013		Barragens e Açudes	Impedimento de acesso à água	
Subtotal:		3	1300			

Total dos Conflitos no Campo PB 14 Pessoas: 25966

Paraná

TERRA						
Conflitos por Terra						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
	Aldeia Tekohá Nhemboete/T. I. Guarani	07/06/2013	6	Índigenas		
Guaira	Aldeia Tekohá Araguaju/Por do Sol/T. I. Guarani	12/02/2013	40	Índigenas		
Guaira	Aldeia Tekohá Guarani/Emp. Mate Laranjeira	05/06/2013		Índigenas		
Guaira	Aldeia Tekohá Guarani/Emp. Mate Laranjeira	07/06/2013	21	Índigenas		
Guaira	Aldeia Tekohá Jevy/T. I. Guarani	05/06/2013	49	Índigenas		
Guaira	Aldeia Tekohá Karumbe'y/T. I. Guarani	04/06/2013	21	Índigenas		
Guaira	Aldeia Tekohá Marangatu/T. I. Guarani/Itaipu Binacional	02/08/2013	61	Índigenas		
Guaira	Aldeia Tekohá Mirim/T. I. Guarani	27/03/2013		Índigenas		
Guaira	Aldeia Tekohá Mirim/T. I. Guarani	23/11/2013	20	Índigenas		
Guaira	Aldeia Tekohá Yhovv/T.I. Guarani	12/02/2013		Índigenas		
Guaira	Aldeia Tekohá Yhovv/T.I. Guarani	23/11/2013	21	Índigenas		
Terra Roxa	Aldeia Tekohá Araguaju/Por do Sol/T. A. Guarani	12/02/2013	36	Índigenas		
Terra Roxa	Aldeia Tekohá Pohã Renda/T. I. Guarani	07/06/2013	25	Índigenas		
Terra Roxa	Aldeia Tekohá Tajy Poty/T. I. Guarani	06/06/2013	7	Índigenas		
Terra Roxa	Aldeia Tekohá Yvyraty Porã/T. I. Guarani	07/06/2013	36	Índigenas		
Subtotal:		15	343			

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Cascavel/Corbélia	Faz. Bom Sucesso/Acamp. Primeiros Passos	26/02/2013	90	MLST
Goioxim	Área em Água Fria/Goioxim	01/12/2013		OI
São Miguel do Iguaçú	T.I. Avá Guarani / Ocuí/Res. Sta. Rosa do Ocuí/UHE Itaipu	15/10/2013	10	Índios
Subtotal:		3	100	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Lindoeste	Fazenda Gasparetto	22/07/2013	80	MST
Subtotal:		1	80	

Total Conflitos por Terra - PR 19 523

TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Campina Grande do Sul	P.O.S. Administração e Participação de Bens Ltda	02/12/2013	14	14		Pinus
Honório Serpa	Fazenda 2 A	08/04/2013	9	9		Eucalipto
Inácio Martins	Faz. Boa Vista/Agroflorestal Justus S. A	27/02/2013	19	17		Erva-mate
Pinhalão	Fazenda Boa Sorte	22/07/2013	17	17		Café
Pinhão	Ervateira Berté	20/05/2013	6	6		Erva-mate
Wenceslau Braz	Fazenda do Ari Gervande	02/08/2013	1	1		Pecuária
Subtotal:		6	66	64		

Total Conflitos Trabalhistas - PR 6 66

ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Capanema/Capitão Leônidas Marques/Nova Prata do Iguaçu/Planalto/Realeza	UHE Baixo Iguaçu/PAC	10/06/2013	1000	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação	
Foz do Iguaçu/Guaíra	Colônia de Pescadores Z-12/UHE Itaipu	10/09/2013	73	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais	
Guaraqueçaba	Com. Barra do Superagui/Pq. Nac. Marinho Ilha de Currais	06/12/2013	200	Uso e preservação	Divergência	
Subtotal:		3	1273			

Total dos Conflitos no Campo PR	28	Pessoas: 9046
--	-----------	----------------------

Pernambuco

TERRA						
Conflitos por Terra						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Aliança	Engenho Falcão/Us. Aliança	14/03/2013	82	Posseiros		
Arcoverde	Faz. Experimental do IPA/Acamp. Serra das Varras	13/06/2013	80	Sem Terra		
Bom Conselho	Fazenda Amargoso	05/05/2013	100	Sem Terra		
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Algodoads/Complexo Suape/PAC	07/09/2013	40	Posseiros		
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Serraria/Complexo Suape/PAC	07/09/2013	58	Posseiros		
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Tiriri/Complexo Suape/Transnordestina/PAC	07/09/2013	40	Posseiros		
Cabo de Santo Agostinho	Engenho Boa Vista/Complexo Suape	07/09/2013	219	Posseiros		
Carnaíba	Com. Sta. Rosa/Mineradora Vale do Pajeú	02/09/2013	140	Posseiros		
Cumaru/Limoeiro/Passira	Fazenda Ameixa	18/08/2013	70	Sem Terra		
Iguaraci	Faz. Varzinha dos Paulinos/Com. Quilombola Varzinha dos Paulinos	19/10/2013	30	Quilombolas		
Ipojuca	Comunidades Atingidas/Complexo Suape/PAC	07/09/2013	4889	Posseiros		
Ipojuca	Eng. Arendepe/Complexo Suape	11/09/2013	105	Posseiros		
Ipojuca	Eng. Conceição/Complexo Suape	11/09/2013	105	Posseiros		
Ipojuca	Eng. Mercês/Com. Poeirinha/Complexo Suape/PAC	11/10/2013	480	Posseiros		
Ipojuca	Eng. Penderama/Complexo Suape/PAC	11/09/2013	105	Posseiros		
Ipojuca	Eng. Pirajá/Complexo Suape	11/09/2013	105	Posseiros		
Ipojuca	Eng. Setúbal/Complexo Suape/PAC	06/10/2013	330	Posseiros		
Ipojuca	Eng. Tabatinga/Complexo Suape	11/09/2013	105	Posseiros		
Ipojuca	Engs. Massangana/Complexo de Suape/PAC	07/09/2013	219	Posseiros		
Moreno	Engenho Una	28/02/2013		Posseiros		
Moreno	Engenho Una	02/03/2013		Posseiros		
Moreno	Engenho Una	18/11/2013		Posseiros		
Moreno	Engenho Una	19/11/2013	25	Posseiros		
Moreno/São Lourenço da Mata	Engenho Araújo e Covos	17/04/2013	30	Sem Terra		
Palmares	Áreas Impactadas pela Transnordestina/PAC	27/06/2013	50	Pequenos proprietários		
Santa Maria da Boa Vista	Fazenda Goiás	29/11/2013	30	Sem Terra		
Santa Maria da Boa Vista	Fazenda Milano	15/10/2013	400	Sem Terra		
Sirinhaém	Us. Trapiche/Ilha de Constantino	30/11/2013		Pescadores		
Sirinhaém	Us. Trapiche/Ilha de Constantino	03/12/2013		Pescadores		
Sirinhaém	Us. Trapiche/Ilha de Constantino	11/12/2013	53	Pescadores		
Subtotal:		30	7890			
Ocupações/Retomadas						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização		
Aliança	Eng. São Bento/Dois Rios II	06/05/2013	50	STR		
Aliança/Condado/Timbaúba	Us. Cruangi/Us. Maravilha	08/03/2013	80	CPT/MST		
Arcoverde	Faz. Experimental do IPA/Acamp. Serra das Varras	14/04/2013	80	MST		
Bom Conselho	Fazenda Amargoso	05/05/2013	100	MST		

Cabo de Santo Agostinho/Vitória de Santo Antão	Engenho Pimentel	16/04/2013	100	MST
Carnaubeira da Penha	Fazenda Xique-xique	20/04/2013	250	MST
Caruaru/Sertânia	Fazenda Nossa Senhora de Fátima	15/06/2013	80	MST
Catende	Engenho Juçaral/Us. São Luiz	16/04/2013	80	MST
Custodia	Complexo Tapera/Faz. Numerianos	11/07/2013	100	CPT
Goiana	Eng. Belo Horizonte/Us. Maravilha	07/07/2013	130	MST
Goiana	Eng. Pau Amarelo/Us. Maravilha	12/04/2013	70	MST
Iguaraci	Fazenda Cedro Branco	11/04/2013	30	CPT
Itambé	Eng. Mereté/Us. Maravilha	21/04/2013	80	MST
Itaquitinga	Engenho Jacarapina	14/04/2013	60	MST
Lagoa Grande	Vivícola Bianchetti	10/11/2013	250	MST
Moreno	Engenho Una	01/09/2013		CPT/MST/STR
Moreno	Engenho Una	19/11/2013	25	STR
Moreno/São Lourenço da Mata	Engenho Araújo e Covos	17/04/2013	30	MST
Petrolândia	Fazenda Serra dos Papagaios	14/04/2013	60	MST
Petrolina	Fazenda da Empresa Copa Fruit	15/04/2013	90	MST
Santa Maria da Boa Vista	Fazenda Caxangá	20/04/2013	80	MST
Santa Maria da Boa Vista	Fazenda Goiás	20/04/2013		MST
Santa Maria da Boa Vista	Fazenda Goiás	01/12/2013	30	MST
Santa Maria da Boa Vista	Fazenda Milano	14/10/2013	400	MST
São Caitano	Fazenda Poço de Chocalho	14/04/2013	80	MST
São Joaquim do Monte	Faz. Sta. Maria/Consulta	24/01/2013		MST
São Joaquim do Monte	Fazenda Cajueiro	24/04/2013	200	MST
São José do Egito	Faz. Cipó/Melancia	16/10/2013	150	MST
Tupanatinga	Fazenda Cachoeirinha	18/04/2013	80	MST
Subtotal:		29	2765	

Total Conflitos por Terra - PE 59 10655

TRABALHO

Superexploração

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Primavera	Us. União Indústria	31/10/2013				
Subtotal:		1				

Total Conflitos Trabalhistas - PE 1

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Afogados da Ingazeira/São José do Egito/Tabira/Tuparetama	Barragem da Ingazeira	12/11/2013	173	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Cabo de Santo Agostinho	Colônia de Pescadores Z-8/Complexo Suape/PAC	15/04/2013	66	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Orocó	Com. do Riacho Brígida/Transp. Rio São Francisco	24/05/2013	300	Barragens e Açudes	Impedimento de acesso à água
Palmares	Barragem de Serro Azul	31/07/2013	300	Barragens e Açudes	Não reassentamento
Sirinhaém	Us. Trapiche/Ilha de Constantino	01/02/2013	53	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal:		5	892		

Total dos Conflitos no Campo PE 65 Pessoas: 57735

Piauí

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Altos	Serra do Coroaá	05/09/2013	55	Sem Terra

Alvorada do Gurguéia	P. A. Curvina	06/06/2013	35	Assentados
Baixa Grande do Ribeiro	Piaçava/Cabela d' Água/Brejo Novo/Brejo Velho/Angical	20/12/2013	80	Posseiros
Baixa Grande do Ribeiro	Vale do Riozinho	01/02/2013	34	Posseiros
Barras	Barra do Taquari	06/06/2013	24	Posseiros
Barras	Santa Teresa/São Francisco	06/06/2013	20	Posseiros
Barras	São Luís	04/12/2013	21	Posseiros
Beneditinos	Assentamento Barreiros	06/06/2013	78	Assentados
Bom Jesus	Fazenda Barroco	20/12/2013	6	Posseiros
Bom Jesus/Currais	Aroeira Correntinho/Com. Sucruí	05/09/2013	105	Posseiros
Cajazeiras do Piauí	Bom Jesus	25/11/2013	26	Posseiros
Campo Largo do Piauí/São João do Arraial	Tabocal Grande	06/06/2013	270	Posseiros
Cristino Castro	Araçás	05/09/2013	35	Posseiros
Esperantina	Faz. Ninho da Ema/Nova Conquista	05/09/2013	12	Sem Terra
Jardim do Mulato	Área Boqueirão	11/07/2013	44	Posseiros
Madeiro	Murici	05/09/2013	55	Posseiros
Madeiro	Povoado Vassoural	05/09/2013	25	Posseiros
Miguel Alves	Povoado Mato Seco	21/11/2013	60	Posseiros
Miguel Leão	Bacuri	06/06/2013	42	Assentados
Monsenhor Gil	Assentamento Nova Conquista	06/06/2013	41	Assentados
Palmeira do Piauí	Palmeirinha	20/12/2013	100	Pequenos proprietários
Parnaaguá	Faz. Sinal Verde/Berlengas/Descoberto	06/06/2013	41	Posseiros
Parnaaguá/Riacho Frio	Pau d' Arco/Toca	05/09/2013	118	Posseiros
Teresina	Faz. Buriti/Acamp. Salitre Chileno	20/12/2013	32	Sem Terra
Teresina	Fazenda Atalaia	22/10/2013	350	Sem Terra
União	Retrato/Barra dos Kágados/Novo Nilo/Mamede/P.A. Barra dos Kágados Sambaíba/Empresa Gecosa	06/06/2013	120	Assentados
União	Veneza/Limoeiro	25/11/2013	13	Posseiros
Subtotal:		27	1842	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Teresina	Fazenda Atalaia	17/04/2013	350	MST
Subtotal:		1	350	

Total Conflitos por Terra - PI 28 2192

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Manoel Emídio	Fazenda Cadoré	29/01/2013	26	26		Carvoaria
Subtotal:		1	26	26		

Total Conflitos Trabalhistas - PI 1 26

Total dos Conflitos no Campo PI 29 Pessoas: 10986

Rio de Janeiro

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Campos dos Goytacazes	Acamp. Oziel Alves 2/Mergulhão/Cambahyba	25/01/2013		Sem Terra
Campos dos Goytacazes	Acamp. Oziel Alves 2/Mergulhão/Cambahyba	06/02/2013	200	Sem Terra
Campos dos Goytacazes	Assent. Zumbi dos Palmares/Faz. São João	14/02/2013	507	Assentados
Parati	APA de Cairuçu	09/04/2013		Ambientalista
Quatis	Quilombo Santana	25/01/2013	25	Quilombolas
Rio de Janeiro	Acamp. no Museu do Índio/Aldeia Maracanã	11/01/2013		Indígenas
Rio de Janeiro	Acamp. no Museu do Índio/Aldeia Maracanã	08/02/2013		Indígenas
Rio de Janeiro	Acamp. no Museu do Índio/Aldeia Maracanã	22/03/2013		Indígenas
Rio de Janeiro	Acamp. no Museu do Índio/Aldeia Maracanã	16/12/2013		Aliados
Rio de Janeiro	Acamp. no Museu do Índio/Aldeia Maracanã	17/12/2013	17	Indígenas
São João da Barra	Complexo Portuário de Açú/Grupo EBX/LLX/PAC	28/03/2013		Pequenos proprietários
São João da Barra	Complexo Portuário de Açú/Grupo EBX/LLX/PAC	05/05/2013		Pequenos proprietários

São João da Barra	Complexo Portuário de Açú/Grupo EBX/LLX/PAC	28/07/2013		Pequenos proprietários
São João da Barra	Complexo Portuário de Açú/Grupo EBX/LLX/PAC	01/08/2013		Pequenos proprietários
São João da Barra	Complexo Portuário de Açú/Grupo EBX/LLX/PAC	02/08/2013		Pequenos proprietários
São João da Barra	Complexo Portuário de Açú/Grupo EBX/LLX/PAC	11/09/2013		Pequenos proprietários
São João da Barra	Complexo Portuário de Açú/Grupo EBX/LLX/PAC	17/10/2013	466	Pequenos proprietários
Subtotal:		17	1215	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Maricá	Área em Itaipuaçu/IDB Brasil/Guarani Mbyá	19/04/2013	5	Índios
Rio de Janeiro	Acamp. no Museu do Índio/Aldeia Maracanã	05/08/2013	17	Índios
Subtotal:		2	22	

Total Conflitos por Terra - RJ 19 1237

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Cachoeiras de Macacu	Barragem do Rio Guapiaçu/COMPERJ	23/09/2013	360	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Itaguaí/Mangaratiba/Rio de Janeiro	Baía de Sepetiba/Vale/Thyssen Krupp CSA	11/04/2013	8075	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Magé/Niterói/Rio de Janeiro/São Gonçalo	Comunidades da Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	28/01/2013		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Magé/Niterói/Rio de Janeiro/São Gonçalo	Comunidades da Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	11/04/2013		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Magé/Niterói/Rio de Janeiro/São Gonçalo	Comunidades da Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	20/06/2013	800	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Quatis	Quilombo Santana	22/03/2013	25	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
São João da Barra	Complexo Portuário de Açú/Grupo EBX/LLX/PAC	16/01/2013	466	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal:		7	9726		

Total dos Conflitos no Campo RJ 26 Pessoas: 54815

Rio Grande do Norte

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Apodi	Proj. Irrig. Sta. Cruz/Acamp. Edivan Pinto	25/10/2013	1000	Sem Terra
Apodi	Proj. Irrigação Santa Cruz do Apodi	05/09/2013	800	Posseiros
Areia Branca	Com. Lagoa de Salsa/Vila Nova	12/02/2013	250	Posseiros
Baía Formosa	T. I. Sagi Trabanda/Potiguar	13/03/2013	49	Indígenas
Lagoa Nova	Com. Quilombola Macambira	31/10/2013	263	Quilombolas
São Gonçalo do Amarante	Faz. Catamboeira/Acamp. Maria Aparecida	13/05/2013	10	Sem Terra
Taipu	Faz. Livramento/Acamp. João Pedro Teixeira	06/09/2013	50	Sem Terra
Subtotal:		7	2422	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Apodi	Proj. Irrig. Sta. Cruz/Acamp. Edivan Pinto	24/07/2013	1800	MST/STR
Subtotal:		1	1800	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Ceará-Mirim	Usina São Francisco	31/01/2013	1500	MST
Subtotal:		1	1500	

Total Conflitos por Terra - RN 9 5722

ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Guamaré/Macau	RDS Ponta do Tubarão/Pq. Eólico Miassaba I e II/Pq. Alegrial/Consórcio Brasventos/PAC	02/06/2013	1200	Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Subtotal:		1	1200			

Total dos Conflitos no Campo RN	10	Pessoas: 34610
--	-----------	-----------------------

Rio Grande do Sul

TERRA						
Conflitos por Terra						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Caçapava do Sul/Cachoeira do Sul	T. I. Irapuá/Guarani Mbyá	07/02/2013	15	Índigenas		
Cacique Doble/Sananduva	T. I. Passo Grande do Rio Forquilha/Kaingang	07/02/2013		Índigenas		
Cacique Doble/Sananduva	T. I. Passo Grande do Rio Forquilha/Kaingang	15/07/2013	40	Índigenas		
Capivari do Sul	Acamp. Indígena Capivari/Mbyá Guarani	07/02/2013	10	Índigenas		
Erebango	T. I. Tekoá Arandú Verá/Guarani/Mato Preto	07/02/2013	11	Índigenas		
Porto Alegre	T. I. Mbyá-Guarani/ Lomba do Pinheiro	07/02/2013	33	Índigenas		
Porto Alegre/Viamão	Reserva Indígena Estiva	07/02/2013	17	Índigenas		
Porto Alegre/Viamão	T. I. Tekoá Jatíty/Aldeia Santa Galo	07/02/2013	145	Índigenas		
Restinga Seca	Com. Quil. Rincão dos Martimianos	31/03/2013	52	Quilombolas		
São Borja	Fazenda Palermo	12/07/2013	350	Sem Terra		
Subtotal:		10	673			

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Caçapava do Sul/Cachoeira do Sul	T. I. Irapuá/Guarani Mbyá	25/07/2013	15	Índios
Cacique Doble/Sananduva	T. I. Passo Grande do Rio Forquilha/Kaingang	08/07/2013	30	Índios
Eldorado do Sul/Guaíba	T. I. Arroio do Conde/Guarani Mbya	22/03/2013		Índios
Salto do Jacuí	Área em Salto do Jacuí	10/06/2013	30	Quilombola
São Borja	Fazenda Palermo	11/07/2013	350	MST
Subtotal:		5	425	

Total Conflitos por Terra - RS	15	1098
---------------------------------------	-----------	-------------

TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Ipê	Faz. do Laércio da Costa	20/11/2013	17	17		Morango
Ipê	Pedreira Caravaggio	30/07/2013	3	3	1	Mineração
Subtotal:		2	20	20	1	

Total Conflitos Trabalhistas - RS	2	20
--	----------	-----------

ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Alpestre/Rio dos Índios	UHE Foz do Chapecó/Com. Lageado Grande/Leão/Linha do Riva/PAC	14/03/2013	300	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais	
Pirapó/Porto Lucena/Porto Xavier/Roque Gonzales/Santo Antônio das Missões/São Nicolau	Complexo Hidrelétrico Garabi/Panambi	14/03/2013	1080	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação	
Subtotal:		2	1380			

Total dos Conflitos no Campo RS	19	Pessoas: 12410
--	-----------	-----------------------

Rondônia

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alto Paraíso	Faz. Formosa/Acamp. 10 de Maio	29/10/2013	20	Sem Terra
Alvorada do Oeste	Faz. da Agrop. Rio Ricardo Franco/Acamp. Silvio Rodrigues	15/05/2013	50	Sem Terra
Ariquemes	Acampamento Canaã	14/08/2013	110	Sem Terra
Ariquemes	Acampamento Zé Porfírio	27/02/2013	60	Sem Terra
Ariquemes	Faz. Cauan/Galhardi/Acamp. Raio do Sol/Linha C-19/Trav. 1 da Linha 45	10/08/2013	40	Ocupante
Candeias do Jamari	Agrop. Rio Candeias/Faz. Urupá/Assent. Flor do Amazonas	14/03/2013		Assentados
Candeias do Jamari	Agrop. Rio Candeias/Faz. Urupá/Assent. Flor do Amazonas	08/04/2013		Assentados
Candeias do Jamari	Agrop. Rio Candeias/Faz. Urupá/Assent. Flor do Amazonas	29/04/2013	163	Assentados
Candeias do Jamari	Gleba Jacundá/P.A. Florestal Jequitibá	28/05/2013	120	Assentados
Chupinguaia	Faz. Bodanese/Acamp. Barro Branco/Lotes 16 e 17/Setor 06	24/04/2013	54	Sem Terra
Chupinguaia	Faz. Dois Pinguins/Caramello	17/05/2013	40	Sem Terra
Chupinguaia/Vilhena	Faz. Estrela/Lotes 52 e 53/Linhas 80 e 85/Gl. Corumbiara/Assoc. Nossa Sra. Aparecida	14/03/2013		Sem Terra
Chupinguaia/Vilhena	Faz. Estrela/Lotes 52 e 53/Linhas 80 e 85/Gl. Corumbiara/Assoc. Nossa Sra. Aparecida	25/07/2013	46	Sem Terra
Costa Marques	Com. Quilombola do Forte Príncipe da Beira	09/10/2013	70	Quilombolas
Guajará-Mirim	Acampamento Serra do Ouro	25/08/2013	46	Posseiros
Monte Negro	Faz. do Jordão/Acamp. Monte Verde	15/10/2013	30	Posseiros
Monte Negro	Faz. Mourão/Linha C-25/Lote B30	23/10/2013	11	Sem Terra
Nova Mamoré	Distrito de Jacinópolis/Linha 02/Km 17	04/03/2013		Sem Terra
Parecis/Vilhena	Gl. Corumbiara/Lote 76/Aspreong Nascente do Rio Pimenta	14/03/2013	12	Posseiros
Porto Velho	Área do Militão/Setor Chacareiro: Jardim Santana e Ulisses Guimarães	04/06/2013	800	Posseiros
Porto Velho	Gleba Rio das Garças	17/05/2013	60	Sem Terra
Porto Velho	P. A. Pau d' Alho/Faz. Fartura/Fartura Agropecuária e Mineração Ltda	24/09/2013	39	Assentados
Porto Velho	T. I. Karitiana/Aldeia Myniwin/Igarapé Preto	17/05/2013	70	Indígenas
Seringueiras	Faz. Riacho Doce/Acamp. Paulo Freire 3	13/04/2013		Sem Terra
Seringueiras	Faz. Riacho Doce/Acamp. Paulo Freire 3	04/07/2013	80	Sem Terra
Theobroma	Acamp. Bom Futuro/Linha C-38/Km 35	25/02/2013		Posseiros
Theobroma	Acamp. Bom Futuro/Linha C-38/Km 35	06/04/2013	40	Posseiros
Theobroma	Faz. Seringal Rio Branco/Nena da Nova Vida/Linha C-45/Acamp. Fortaleza	06/04/2013		Sem Terra
Theobroma	Faz. Seringal Rio Branco/Nena da Nova Vida/Linha C-45/Acamp. Fortaleza	08/09/2013	62	Sem Terra
Vilhena	Assoc. Boa Esperança/BR-174/Gleba Matriz	13/03/2013	20	Posseiros
Vilhena	Gl. Corumbiara/Assoc. Canarinho/Setor 12/Lt. 42 e 52	09/05/2013	75	Posseiros
Vilhena	Gl. Corumbiara/Lote 53/Assoc. dos Produtores do Rio d' Ávila	14/03/2013	40	Posseiros
Vilhena	Gleba Iquê/Lotes 50-B e 02/St. 12/Coop. Aprovida e Cooperfrutas	24/04/2013	150	Posseiros
Vilhena	Lote 26/Setor 07/G. Corumbiara/Assoc. Aspergau	25/08/2013	40	Ocupante
Vilhena	Lote 46/Setor 12/Gl. Corumbiara/Assoc. Ampamel	25/08/2013	35	Ocupante
Vilhena	Nova Vida/Lotes 76, 77 e 78	13/03/2013	80	Sem Terra
Vilhena	P. A. Águas Claras	14/03/2013		Assentados
Vilhena	P. A. Águas Claras	07/05/2013		Assentados
Vilhena	P. A. Águas Claras	25/08/2013	64	Assentados
Vilhena	União da Vitória/Lote 57	14/03/2013	160	Posseiros
Subtotal:			40	2687

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Alto Paraíso	Faz. Formosa/Acamp. 10 de Maio	31/05/2013	20	SI
Ariquemes	Acampamento Zé Porfírio	28/02/2013	60	OI
Chupinguaia	Faz. Dois Pinguins/Caramello	21/09/2013	40	STR
Porto Velho	Gleba Rio das Garças	18/02/2013	60	ATR

Seringueiras	Faz. Riacho Doce/Acamp. Paulo Freire 3	03/07/2013	80	ATR
Subtotal:		5	260	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Cacaulândia	Acamp. na RO-140/Km 04/Diante das Faz. Quatro Cachoeiras e Nova Vida	08/07/2013	30	MST
Subtotal:		1	30	

Total Conflitos por Terra - RO	46	2977
---------------------------------------	-----------	-------------

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Ariquemes	Fazenda Massangana	11/06/2013	2	2		Pecuária
Chupinguaia	Fazenda Bandeirante	12/04/2013	11	11		Pecuária
Subtotal:		2	13	13		

Total Conflitos Trabalhistas - RO	2	13
--	----------	-----------

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Porto Velho	Assent. Joana Darc I, II e III/UHE Jirau e Sto. Antônio/PAC	22/04/2013		Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Subtotal:		1			

Total dos Conflitos no Campo RO	49	Pessoas: 14898
--	-----------	-----------------------

Roraima

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alto Alegre/Caracará/Mucajá	T. I. Yanomami/Apiuí/Papiu/Yawaripé	14/04/2013		Indígenas
Caracará	Assent. Cujubim/Empresa Madeireira Vale Verde	30/08/2013	40	Assentados
Caracará	P. A. Caxias/Confiança III/Vicinal 09	11/12/2013		Agente pastoral
Caracará	Paulista/Região Baruana/BR-174	30/08/2013	1	Assentados
Rorainópolis	P. A. Sucuriçu/Vicinal 41,42,43 e 44	06/09/2013	20	Assentados
Subtotal:		5	61	

Total Conflitos por Terra - RR	5	61
---------------------------------------	----------	-----------

Total dos Conflitos no Campo RR	5	Pessoas: 305
--	----------	---------------------

Santa Catarina

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Palhoça	T. I. Morro dos Cavalos/ Itaty/ Guarani M'Bya	01/03/2013	28	Indígenas
São José do Cerrito	Fazenda Linda Vista	17/01/2013	80	Sem Terra
Subtotal:		2	108	

Total Conflitos por Terra - SC	2	108
---------------------------------------	----------	------------

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Imbuia	Área de Extração de Madeira	23/01/2013	3	3		Desmatamento
Ituporanga	Área de Extração de Madeira	23/01/2013	7	7		Desmatamento

Euclides da Cunha Paulista./Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Rosa	14/11/2013	45	MST***
Iepê	Fazenda Esperança	03/06/2013	200	CUT/MAST/MST***
Itapevi	Área Bela Vista Alta/Comuna Pe. João Carlos Pacchin	31/08/2013	100	MST
Junqueirópolis	Faz. Nossa Senhora de Lourdes	01/06/2013	30	MST
Marabá Paulista	Fazenda Célia Maria	15/11/2013	65	MST***
Marabá Paulista	Fazenda Floresta	03/06/2013		CUT/MAST/MST***
Marabá Paulista	Fazenda Floresta	15/11/2013	200	MST***
Marabá Paulista	Fazenda Nazaré	07/03/2013		MST
Marabá Paulista	Fazenda Nazaré	18/11/2013	196	MST
Mirante do Paranapanema	Área da RFFSA	16/09/2013		MST
Orlândia/Sales Oliveira	Área da Fepasa/RFFSA/Assent. Aparecida Segura	18/04/2013	100	MST
Piracicaba	Área em Tupi	19/10/2013		MST
Piracicaba	Faz. Dona Lavínia/Usina Grupo Cosan	18/08/2013	30	MST
Rancharia	Fazenda Santa Maria	31/05/2013		MST***
Rancharia	Fazenda Santa Maria	03/06/2013	200	CUT/MAST/MST***
Rinópolis	Fazenda Pauliceia	03/06/2013	200	CUT/MAST/MST***
Sandovalina	Faz. São Domingos/Acamp. Pe. Josimo/UHE de Taquaraçu	05/06/2013		MST
Sandovalina	Faz. São Domingos/Acamp. Pe. Josimo/UHE de Taquaraçu	15/10/2013	150	MST
Sandovalina	Usina Hidrelétrica de Taquaraçu	20/10/2013	40	MST
São Bernardo do Campo	Aldeia que Compreende a T. I. Tenodé Porã	31/01/2013	42	Índios
São Paulo	T. I. Tekoa Eukalipto/Guarani	16/10/2013		Índios
Serrana	Faz. Martinópolis/Usina Nova União	07/03/2013	40	MST
Sud Mennucci	Fazenda São João	30/08/2013	200	MST
Tarabaí	Faz. Santa Dolores	15/06/2013	90	MST***
Tarabaí	Fazenda São José	15/06/2013	36	MST***
Subtotal:			36	2956

Total Conflitos por Terra - SP 56 4683

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Divinolândia	Faz. do Tércio Ferreira Junqueira	29/08/2013	7	7		Café
Divinolândia	Sítio Aparecida	23/08/2013	7	7		Café
Guararapes	Usina Unialco	08/03/2013	50	50	3	Cana-de-açúcar
Itirapuã	Fazenda Ouro Verde	18/07/2013	26	26		Café
Matão	Citrosuco S/A Agroindústria	02/07/2013	26	26		Laranja
Pedregulho	Faz. Santa Ângela/Grupo Louis Dreyfus	13/08/2013	40	40	9	Laranja
Subtotal:		6	156	156	12	

Total Conflitos Trabalhistas - SP 6 156

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Anhembi/Santa Maria da Serra	UHE Várzeas do Tanquã/Hidrovia Tietê-Paraná	20/12/2013		Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Barra do Turvo	Com. Quil. Ribeirão Grande/Terra Seca/Vale do Ribeira	06/02/2013	77	Uso e preservação	Impedimento de acesso à água
Subtotal:		2	77		

Total dos Conflitos no Campo SP 64 Pessoas: 23956

Sergipe

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Brejo Grande	Comunidade Quilombola Brejão dos Negros	17/04/2013	42	Quilombolas
Riachuelo	Fazenda Tingui	29/08/2013	223	Sem Terra

Subtotal:	2	265
------------------	----------	------------

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Neópolis	Platô de Neópolis	15/10/2013	500	MST
Subtotal:		1	500	

Total Conflitos por Terra - SE	3	765
---------------------------------------	----------	------------

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Aracaju	Com. Ribeirinhas/Rio Santa Maria/Robalo	26/09/2013		Uso e preservação	Impedimento de acesso à água
Subtotal:		1			

Conflitos em Tempos de Seca

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Pessoas	Reivindicação
Poço Redondo	Marcha por Políticas Públicas de Combate à Seca	22/01/2013	500	Cumprimento de acordo/Políticas públicas

Total Conflitos Seca	1	500
-----------------------------	----------	------------

Total dos Conflitos no Campo SE	5	Pessoas: 4325
--	----------	----------------------

Tocantins

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Araguaína	Índios Krahô/Apinajé	20/03/2013		Indígenas
Barra do Ouro	Gleba Tauá	26/06/2013	10	Sem Terra
Campos Lindos	Área Região de Rancharia/Warre Engenharia	18/11/2013		Posseiros
Campos Lindos	Área Região de Rancharia/Warre Engenharia	20/11/2013	60	Posseiros
Campos Lindos	Serra do Centro/Proj. Campos Lindos	24/09/2013	82	Posseiros
Campos Lindos/Goiatins	Gleba Santo Antônio	25/09/2013	135	Posseiros
Esperantina	Fazenda São Judas Tadeu	03/05/2013	250	Sem Terra
Fortaleza do Tabocão	Faz. Aragarina/Acamp. Olga Benário	18/11/2013	500	Sem Terra
Palmas	Faz. Córrego Grande/Área da Agrotins	30/07/2013	125	Sem Terra
Palmeirante	Assentamento Guariroba/Chácara Boa Vitória	16/04/2013	1	Assentados
Palmeirante	Faz. Santo Reis/Brejão/Acamp. Vitória/Gleba Anajá	24/09/2013	19	Sem Terra
Paraná	Faz. Sta. Maria/S. José/Vista Alegre	18/06/2013	2	Posseiros
Porto Nacional	Faz. Dom Augusto/Acamp. Sebastião Bezerra	20/07/2013		Sem Terra
Porto Nacional	Faz. Dom Augusto/Acamp. Sebastião Bezerra	31/07/2013	250	Sem Terra
São Bento do Tocantins	P. A. Formosa/Faz. Marju	25/09/2013	56	Assentados
Tocantinópolis	T. I. Apinajé/Apinayés/UHE Serra Quebrada/PAC	09/07/2013	227	Indígenas
Subtotal:		16	1717	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Aliança do Tocantins	Fazenda Aliança	07/03/2013	100	MAB/MST
Esperantina	Fazenda São Judas Tadeu	03/05/2013	250	MST
Fortaleza do Tabocão	Faz. Aragarina/Acamp. Olga Benário	31/05/2013	500	MST
Muricilândia	Assentamento Mato Azul	26/02/2013	90	MLST
Palmas	Faz. Córrego Grande/Área da Agrotins	07/07/2013	125	MST
Palmas	Fazenda Vargem Bonita	22/06/2013	400	MST
Subtotal:		6	1465	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Fortaleza do Tabocão	Faz. Aragarina/Acamp. Olga Benário	01/05/2013	500	MST
Subtotal:		1	500	

Total Conflitos por Terra - TO **23** **3682**

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Aragominas	Fazenda Altamira	03/04/2013	1			Pecuária
Bandeirantes do Tocantins	Fazenda Baixa Verde	15/04/2013	6	4		Pecuária e agrotóxico
Bandeirantes do Tocantins	Fazenda Ipanema	20/03/2013	15			Pecuária e agrotóxico
Bandeirantes do Tocantins	Fazenda Pantera	19/03/2013	12		1	Pecuária e agrotóxico
Bandeirantes do Tocantins	Fazenda Planalto	26/04/2013	12			Pecuária e agrotóxico
Colméia	Fazenda Estação	25/05/2013	16	16		Pecuária
Darcinópolis	Fazenda São Sebastião	15/08/2013	11			Lavoura
Goiatins	Fazenda Ilha do Porto	21/05/2013	65			Eucalipto
Lagoa da Confusão	Faz. Diamante/Tio Jorge	15/11/2013	43	43		Arroz
Luzinópolis	Carvoaria da TS Lima	28/08/2013	18			Carvoaria
Muricilândia	Rancho São Francisco	29/04/2013	3			Pecuária
Natividade	Faz. Pedra Branca/Carvoaria Dois Irmãos	10/08/2013	11	11		Carvoaria
Natividade	Fazenda Boa Vista	09/09/2013	10	10		Pecuária
Nazaré	Carvoaria da TS Lima na TO - 230	28/08/2013	4			Carvoaria
Nova Olinda	Fazenda Samambaia	17/03/2013	10			Pecuária
Santa Maria do Tocantins	Carvoaria do Sr. Sívio Perez	05/06/2013	26			Carvoaria
Xambioá	Faz. Nossa Senhora Aparecida	03/04/2013	3			Pecuária
Xambioá	Fazenda Fortaleza	01/04/2013	10			Pecuária
Subtotal:		18	276	84	1	

Superexploração

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Araguaína	Fazenda São Francisco	09/04/2013	3			Lavoura
Araguaína	Granja Frango Americano	26/03/2013	12			Pecuária
Subtotal:		2	15			

Total Conflitos Trabalhistas - TO **20** **291**

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Cristalândia/Formoso do Araguaia/Piúma	T. I. Iñawébohona/Aldeia Boto Velho/Javaé	11/07/2013	20	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Tocantinópolis	Colônia de Pescadores Z-7/UHE Estreito	18/04/2013	520	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Subtotal:		2	540		

Total dos Conflitos no Campo TO **45** **Pessoas: 21401**

Brasil

	Conflitos	Pessoas
Terra	1007	435075
Trabalho	154	1858
Água	93	134835
Seca	12	1350
Total Brasil	1266	573118



Foto: João Zinclar

Conflitos, violência: um olhar pastoral

Anna Maria Rizzante Gallazzi¹

Fui convidada a olhar os dados do Conflitos no Campo Brasil 2013 a partir do ser e sentir pastoral. Voltei meus olhos para a bíblia e o que ela nos fala de pastores e ovelhas e, presente no coração, a vida das famílias vítimas de violência na região onde trabalho: estado do Amapá e ilhas da foz do rio Amazonas.

A palavra do profeta Ezequiel me ajudou muito. Senti que sua clareza e realismo eram dirigidos a mim, a nós que nos identificamos e colocamos nos-

sa vida num serviço “pastoral” que, na maioria das vezes, exige de nós bem mais do que as obrigações de um emprego. Penso em nós, agentes de pastoral e nas dezenas, centenas de lideranças que, ao longo dos anos, me ensinam com sua vida e sua ação como sermos pastores cuidadosos.

Esta edição de Conflitos no Campo Brasil não estaria em nossas mãos não fosse o olhar atento e amoroso destes “pastores” que conhecem, convivem, sentem na pele o sofrimento das pessoas e o registram cuidadosamente, transformando em números o grito de dor, muitas vezes abafado, que se ergue do chão, da terra, das florestas e das águas do Brasil. É por isso que esta publicação goza de tanta credibilidade. Por trás de cada tabela, tem vida vivida, sofrida, muitas vezes massacrada por uma violência inaceitável e cruenta que provoca compaixão, indignação e raiva em nosso coração de “pastores

¹ Agente da CPT Amapá.

e pastoras da terra”, ao mesmo tempo em que nos desafia a continuar sendo “presença solidária, profética, ecumênica, fraterna e afetiva”, na fidelidade inabalável aos pobres da terra, movidos e movidas pela fidelidade ao Deus dos pobres e na certeza que a terra de Deus é para a vida de todos e de todas.

Olho a tabela que traz os números da violência contra a pessoa, olho outra tabela, com outros números, os da violência contra ocupação e posse.

Números parecem tão áridos, tão “limpos”, assépticos.

Não mostram a poeira, a destruição das casas, as telhas, tábuas e tijolos quebrados. Não permitem ver roças e colheitas destruídas, o trabalho de anos pisoteados pelas rodas e as esteiras implacáveis dos tratores e nem mostram as matas seculares destruídas rapidamente por motosserras que rasgam os troncos e os ouvidos.

Para nós “pastores e pastoras da terra” números não são somente números.

Eles trazem o estampido das balas, o cheiro do sangue que se espalha no chão encharcando a poeira, com sua cor escura. O cheiro do sangue, do suor, do medo que cobre os corpos abatidos pela violência, corpos dilacerados, feridos, estropiados.

Em 2013 foram 34 assassinatos, 42 se somarmos os 8 que morreram em consequência. Outras 15 pessoas sofreram tentativas de assassinato, mas conseguiram escapar.

Uma sentença adiada... até quando? O medo e a insegurança serão seus companheiros inseparáveis a segui-los que nem sombra. Os números não conseguem dizer isso, nem conseguem registrar a vida vivida aos soluços, dos 241 ameaçados de morte.

Números não dizem, nem mostram a angústia, as lágrimas, a dor das esposas, mães e pais, filhos e filhas, irmãos que recebem a notícia e os corpos dos que foram assassinados.

Menos ainda mostram a dureza dos dias, quando precisa continuar a vida, aprender a viver sem a pessoa querida, seguir a vida, trabalhar, engolir os soluços e a dor para ajudar quem sobreviveu. Não mostram as longas noites de insônia e de medo, cheias de preocupação. Números não mostram, não falam, não contam...

A não ser que tenha alguém que dê vida, rostos, nomes e história a cada um deles!

Como um pastor cuida do seu rebanho, quando está no meio das suas ovelhas dispersas, assim cuidarei das minhas ovelhas e as recolherei de todos os lugares por onde se dispersaram, num dia de nuvem e de escuridão (Ez 34,12).

Estas palavras do profeta Ezequiel ilustram e dão sentido a esta reflexão.

Ezequiel, o profeta, lá do sexto século antes de Jesus, nos dá a chave de leitura para compreender a dimensão pastoral do trabalho, aparentemente árido e desafiador, da documentação. Trabalho que é serviço pastoral, de contar a cada ano os números dos conflitos. Não é o registro do jornalista, nem a análise do pesquisador. É o serviço de alguém que está no meio, que cuida, recolhe, reúne. Eles conhecem, porque estão perto, porque acompanham.

Se a violência dispersa e assusta, que nem nuvens e escuridão, eis que pastor é aquele que se faz presente e recomeça:

Buscarei a ovelha perdida, reconduzirei a que estiver desgarrada, curarei a que estiver ferida e restaurarei a que estiver abatida (Ez 34, 16).

Jesus dirá que Pastor bom é aquele que conhece suas ovelhas e as chama pelo nome.

Creio que ser e fazer pastoral seja esse estar perto, conhecer uma a uma as pessoas e chamá-las pelo próprio nome. A cada número registrado, corresponde um nome que o pastor e a pastora da terra conhecem. Por isso sei que os números podem falar sim, pois para coletá-los nós encontramos pessoas

com seus rostos, seus nomes e suas histórias. Dedizamos tempo, cuidados e emoção para escutar e registrar cada fato, cada detalhe, cada apelido que possa ajudar a identificar melhor vítimas, agressores, circunstâncias. Esperamos as lágrimas descer, os soluços parar, a raiva e indignação se aplacar, para voltar aos registros. Choramos juntos, descobrimos feridas escondidas, buscamos socorro, amparamos e cuidamos das vidas ameaçadas das testemunhas e sobreviventes. Acalentamos crianças assustadas e reanimamos esperanças prometendo uma visita para um cafezinho àquela senhora que teve a casa destruída e não sabia o que seria de seu futuro.

As reconduzirei para sua terra, apascentando-as sobre os montes, nas margens irrigadas de seus rios e em todas as regiões da terra. Apascentarão num bom pasto, eu mesmo apascentarei meu rebanho, eu mesmo lhes darei repouso, palavra do Senhor Javé! (Ez 34,14-15).

Olho a tabela dos registros da violência contra ocupação e posse, que atingiu quase 87.000 famílias, em 2013. Destas, 1.144 foram expulsas pelo braço armado dos fazendeiros e 6.358 foram despejadas por ordem de algum juiz.

Aqui no meu estado, o Amapá, foram 118 as famílias despejadas. Uma sentença liminar e o despejo podem ser mais violentos do que capangas. É uma constante que se mantém ao longo dos últimos anos.

Olhando as imagens de vários despejos e do que deixaram para trás, fica evidente o rastro de destruição que é sempre violenta, pois arrasa o trabalho, o esforço, o sacrifício de toda uma vida, que nunca mais será a mesma. Escuto o choro das mulheres e mães, vejo a criança recolhendo o cachorrinho, que corria latindo contra o trator que com cabo de aço arrastava a casa, até que não ficasse uma tábuca e uma telha pregada na outra. “Mas não dava ao menos pra deixar desmanchar?”, implora a mulher, num último apelo, sufocado pelo barulho do trator e da casa caindo.

Por acaso, vos parece pouco o pastardes no melhor pasto, ainda pisais o resto do pasto com vossos pés, ou beberdes a água límpida, mas ainda turvais o resto com vossos pés? E as minhas ovelhas não de pastar o pisado pelos vossos pés e beber o turvado pelos vossos pés? Pois bem, assim diz o Senhor Javé: eu mesmo vou escolher entre ovelhas gordas e ovelhas magras, visto que empurrastes com os ombros e com os lados, escoreastestes as ovelhas abatidas, até afugentá-las para longe, eu mesmo vou trazer salvação ao meu rebanho de modo que não mais sejam saqueadas. (Ez 34,18-22)

O que me chamou atenção, neste texto profético, é que não se fala de lobos: quem maltrata, afugenta, pisoteia, são outras ovelhas! As ovelhas gordas!

Sim: há ovelhas que sofrem destruição, morte, violência provocadas por outras, que não se contentam com o que têm, mas querem ocupar mais e mais, mesmo que isso signifique tomar de quem já tem tão pouco.

O pastor conhece. É preciso discernir: discernir entre ovelhas e lobos; discernir entre ovelha magra e ovelha gorda. Quais são as “ovelhas abatidas, afugentadas para longe”?

Os números revelam uma tendência clara na situação de conflito que, nos últimos anos, assola o campo do Brasil. As maiores vítimas são as populações tradicionais, justamente aquelas comunidades que estavam estabelecidas há muito tempo e que poderiam estar vivendo na segurança e na tranquilidade.

O que chama atenção é que das 847 áreas em conflito, onde se registraram 1.266 ocorrências, em 123 dessas áreas, 15%, estiveram envolvidos os indígenas; em outras 192, 23%, estiveram envolvidas comunidades tradicionais – quilombolas, ribeirinhos, geraizeiros, fundo de pasto, pescadores etc. Mais de 38% das áreas em conflito dizem respeito aos ocupantes históricos e tradicionais, sujeitos de direitos constitucionais garantidos. Conflitos que não deveriam existir em nenhum país que se diz civilizado. Em outras 172 áreas, 20%, os posseiros é que foram

as vítimas dos conflitos e em 68 outras áreas, os assentados, que já deveriam ter sua terra garantida, é que foram as vítimas.

E os sem-terra continuam presentes, envolvidos em conflitos, em 231 áreas, pouco mais de 27%.

E ainda há registro dos pescadores, dos atingidos pelas barragens e outros diversos grupos, inclusive dois agentes de pastoral.

Mais de 100.000 famílias! É gente demais obrigada a sofrer pela violência, pela insegurança, pela ganância de uns poucos. Ezequiel as chamou de “ovelhas gordas” que além de já terem o melhor pasto, pisoteiam e devastam o pasto das outras.

Ezequiel, conforme o costume de seu tempo, chama todos os que tinham autoridade de “pastores”. Sua obrigação era garantir os direitos de todos, sobretudo dos mais fracos, contra os abusos dos mais fortes. Toda autoridade: juízes, nobres, reis, sacerdotes, sábios. É por isso que encontramos, nos textos bíblicos, palavras duras contra os pastores que mais se parecem lobos devoradores, quando renegam sua obrigação e se aliam às forças da morte.

E veio a mim a palavra do SENHOR, dizendo: Assim diz o Senhor DEUS: Ai dos pastores de Israel que se apascentam a si mesmos! Não devem os pastores apascentar as ovelhas? Comeis a gordura, e vos vestis da lã; matais o cevado; mas não apascentais as ovelhas; mas dominais sobre elas com rigor e dureza. Portanto, ó pastores, assim diz o Senhor DEUS: Eis que eu estou contra os pastores; os pastores não se apascentarão mais a si mesmos; e livrarei as minhas ovelhas da sua boca, e não lhes servirão mais de pasto (Ez 34,1-10).

Esta palavra nos interpela e, ao mesmo tempo, nos orienta e ilumina em nosso ser e fazer Pastoral: de que lado nos colocamos, a quem olhamos, conhecemos, de quem cuidamos? A quem procuramos na hora da dispersão, das violências, dos despejos. A quem damos voz, visibilidade, escuta, espaço e lugar, também fazendo o registro preciso de seus sofrimentos e das violações sofridas?

A quem denunciemos, de quem exigimos o cumprimento da lei, o respeito do direito e da justiça, a proteção dos injustiçados? Com quem estamos para pedir que os prejuízos sejam repostos, os danos reparados, os abusos julgados e punidos, mesmo sabendo que nunca, nem nada poderá restaurar totalmente o que foi tomado? E, depois de ter feito isso tudo, continuar ao lado, com compaixão e ternura, para que o afeto alimente a esperança que ajuda a viver. Penso nos colegas que, por longos anos continuam ao lado das famílias das vítimas da violência, amparando, buscando solidariedade, não deixando faltar o necessário para viver, na busca incansável por justiça sempre tardia demais. Estas novas fraternidades ampliam os espaços de nossas vidas e relações, nos enriquecem e nos alimentam para os novos enfrentamentos.

Precisamos conhecer e nomear também os agressores, em nosso fazer pastoral, para tentar evitar que as ovelhas sejam dilaceradas nas bocas deles. Autoridades/pastores são iguais a lobos, quando apoiam os interesses de fazendeiros e empresários, e nada fazem para combater a grilagem, pelo contrário a legitimam. Governantes que ainda toleram práticas de trabalho escravo, de exploração até à exaustão. Governantes que não garantem os direitos constitucionais de índios, quilombolas, ribeirinhos e posseiros. Mas favorecem a concentração das terras, com a desculpa do crescimento do País, quando, na realidade, fortalece o mercado neocolonialista, baseado na exportação de matérias-primas, na devastação ambiental e na violência contra os ocupantes tradicionais.

Parlamentares formando uma poderosa bancada ruralista, ameaçando e agredindo os territórios sagrados de índios e quilombolas, favorecendo os interesses de mineradoras, madeireiros e grileiros.

Juízes que sacralizam uma, muitas vezes discutível, propriedade da terra, sem considerar a prática deletéria da grilagem cartorial que forja matrículas e títulos de terra, e sem levar em conta sua obrigatória função social.

Sem falar da corrupção, dos desvios de recursos, da aplicação duvidosa de verbas públicas, da falta de políticas públicas e da crônica ausência do Estado.

Quanta atualidade nesta milenar denúncia de Ezequiel! Muitas vezes, também, dentro das nossas igrejas. Quanta gente omissa, calada e até conivente com todas essas injustiças!

É por isso que o serviço de documentação é eminentemente um serviço pastoral: porque alerta, porque revela, porque sacode, em primeiro lugar as nossas consciências cristãs, quando adormecidas e acostumadas com tanta dor, sofrimento, injustiças.

Esta publicação contribui também para combater o que o Papa Francisco chamou de globalização da indiferença.

Porque nós teimamos em acreditar que ainda há verdes pastagens e águas tranquilas para todos e todas; porque nós teimamos em ter como única referência ética e política o Bom Pastor que dá a vida pelas ovelhas, para que cada um possa repousar em sua casa e em seu campo, sem medos, sem sobresaltos, na fartura e na segurança. É o que queremos e sonhamos e pelo qual dedicamos nossas vidas.

Não somos os únicos, nem temos exclusividade disso: a dimensão ecumênica da CPT nos ensinou, ao longo dos anos, a reconhecer solidariedade e tecer alianças com quem não se reconhece nem identifica com nossa fé e pastoral, mas toma posição e se soma com as nossas lutas e desafios.

Estou escrevendo nos dias em que celebramos a memória do martírio de São Romero de América², Pastor que deu a vida por seu rebanho mais atacado e ferido. Pastor que teve o mesmo fim: sua vida tirada pelas balas de lobos ferozes, os mesmos que atacavam seu povo e que ele denunciou abertamente. Solidário na vida e na morte matada. Vida pela vida, como Jesus, de quem celebrava a memória, no altar. Sangue com sangue. Para nós cristãos da América Latina, Romero é e será exemplo e modelo de pastor.

Tomo a liberdade de dedicar esta pequena reflexão à equipe de Documentação da CPT Nacional, que com sensibilidade, respeito, rigor e, sobretudo paciência infinita, recolhe os dados de todas as CPTs do Brasil, os insere no Banco de Dados DATA CPT e os transforma a cada ano, na publicação *Conflitos no Campo Brasil*, acolhendo além dos números, toda a vida que pulsa, sofre, anseia por dias melhores.

² Dom Oscar Romero, arcebispo de San Salvador, foi morto em 24 de março de 1980, por um atirador de elite do exército, enquanto celebrava a missa. Dom Oscar era conhecido por sua defesa dos direitos humanos e do povo pobre.



Foto: CPT Mato Grosso do Sul

Terra

Terra, ocupação e posse: novos desafios aos movimentos sociais frente à ação do capital agrário

José Paulo Pietrafesa¹

1. Uso da terra, controle e poder do latifúndio e o enfrentamento com camponeses

Os conflitos ocorridos no Brasil em 2013 envolvendo ocupações e acampamentos é um retrato de questões muito mais amplas que esse fenômeno em si. Este movimento de disputa e conflito direto, de luta de classes, acontece a partir do necessário enfrentamento pelo controle e domínio produtivo da propriedade e uso da terra. Portanto é um marco que deve ser compreendido a partir da política fundiária e, de questões agrárias levantadas no enfrentamento do capital com os camponeses. Neste sentido as disputas pela terra são ações políticas e econômicas que colocam em evidência as diferenças, distorções e concentração de riquezas, além de estabelecer conflitos ideológicos.

Da última década do século XX até a primeira década do século XXI se assistiu a uma batalha ideológica em torno da reforma agrária. Pereira (2013) identificou que vários governos no Brasil e na América Latina acataram orientações do Banco Mundial que, para despolitizar a questão, propôs a criação de um “banco” de terras em que os “interessados” poderiam fazer negócios no livre mercado de compra e venda. O Estado não deveria desapropriar terras, mas sim facilitar sua aquisição mediante políticas de financiamento individual, transformando o problema social, em questão comercial entre dois agentes envolvidos no mercado: um comprador e

um vendedor. Ao Estado caberia agenciar os recursos para materializar a demanda e a oferta.

Estas políticas foram implementadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no ano de 1996, inicialmente no estado do Ceará e, em 1997 foram estendidas para os estados do Maranhão, Pernambuco e Bahia. Neste período o governo de Fernando Henrique Cardoso criou o programa “Cédula da Terra” (SAUER, 2004). Com isso se evitaria o surgimento de novas áreas de conflitos. Sauer identificou a lógica do Programa Cédula da Terra como política de “[...] pacificação do campo com os sem-terra negociando diretamente a compra e a venda das terras [...]” (SAUER, 2004: 43). A “pacificação” pretendida justificava a implantação do Programa.

Para além das análises sobre reforma agrária de mercado, Silva (2013) apresentou reflexões sobre implementação de políticas de reforma agrária voltadas a atender demandas de caráter social. Apresentou a visão de Caio Prado Jr., que identificou que para o Brasil superar o modelo de desenvolvimento econômico atrasado, eram necessárias ações estatais que deveriam romper com o isolamento dos camponeses inserindo-os na economia nacional.

Nos anos de 1960 e 1970, alteraram-se as formas de organização da produção. Pesquisas foram financiadas. Instrumentos mecânicos intensificadores das atividades agropecuárias foram adquiridos. Passou-se a utilizar fertilizantes químicos e sementes selecionadas que aumentavam a produtividade

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal de Goiás e Colaborador do Programa Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente da UniEVANGÉLICA.

de forma considerável. Esse conjunto de inovações (denominado “revolução verde”), efetivamente modernizou a grande propriedade fundiária e empresas agropecuárias se constituíram. Ao mesmo tempo, não diminuiu a expansão das fronteiras. A modernização dos latifúndios foi associada a incentivos (isenções fiscais a empresas) para investimentos privados e à criação de projetos de colonização para a ocupação de terras na Amazônia e no Centro-Oeste (MARTINS, 1996).

Esse processo ressurgiu e se renova com a ocupação e cultivo de soja, por exemplo, e ampliação de áreas de pecuária recriando conflitos, seja com a natureza no bioma Amazônico e parte do bioma Cerrado, seja com posseiros, populações tradicionais e quilombolas, ribeirinhos, grupos indígenas.

Alguns autores identificaram esse novo momento agropecuário, no Brasil, como sendo as agroestratégias. É um conjunto abrangente, articulado, de novas significações discursivas e ações de governos e de setores privados, especialmente de empresas agroindustriais multinacionais, que têm como principal objetivo a apropriação crescente dos recursos territoriais, ou nos termos de Delgado (2013), a apropriação da renda fundiária.

A economia do agronegócio ou as agroestratégias estão assentadas “[...] na captura e superexploração das vantagens comparativas naturais” ou na renda fundiária (DELGADO, 2013: 64), materializando verdadeiras lutas por território (SAUER e ALMEIDA, 2011).

Neste sentido, os “novos conflitos” criados a partir das ocupações e dos acampamentos colocam em risco a marcha do capital industrial em direção à obtenção de maior renda da terra e controle do sistema de produção de alimentos, que é base para a segurança das populações. A luta pela terra é, mais uma vez, a luta por controle e poder do sistema econômico geral, neste sentido luta política.

O processo de consolidação das agroestratégias, expansão do capital industrial na agropecuária, tem

provocado novos conflitos pelo uso e domínio da terra em várias regiões do Brasil, destacadamente nos bioma Amazônico e Cerrado (SAUER e ALMEIDA, 2011).

2. Conflitos agrários e movimentos sociais: ocupar e acampar para contestar a hegemonia do capital

No decorrer das décadas de 1980 e 1990 um conjunto de pesquisadores buscaram compreender o significado das lutas sociais que tomavam corpo. No final dos anos 1980 Scherer-Warren (1987) identificou, resumidamente, que a classe trabalhadora, para construir seu espaço de lutas deveria apresentar quatro elementos centrais: Práxis, Projeto, Ideologia e Direção. Passados quase vinte e cinco anos destas reflexões, Pedon, assim conceituou movimentos sociais (MS): “[...] um tipo de mobilização coletiva de caráter perene, organizada e que realiza, por meio de suas ações, uma crítica aos fundamentos da sociedade atual, baseado nos processos de acumulação de riquezas e concentração do poder, manifestados na forma de território” (PEDON, 2013: 11).

Os MS são promotores de ações coletivas de caráter social, político, econômico e cultural que viabilizam as distintas formas de populações se organizarem e expressarem suas reivindicações, para conquista de suas demandas.

A partir das novas configurações do capital agrário é que se identificam as ações e reações dos movimentos sociais camponeses. São nações indígenas que buscam demarcar suas terras, ou retomar áreas das quais foram esbulhados; comunidades quilombolas que reivindicam legalização de seus territórios; agricultores sem-terra que ocupam áreas que não cumprem sua função social e, ainda, comunidades rurais que reivindicam políticas públicas.

Os conflitos atuais, no espaço rural brasileiro, têm componentes variados, para muito além dos enfrentamentos ocorridos entre as décadas de 1960 e 1990, que se caracterizavam por lutas por acesso à terra. A internacionalização do sistema de produ-

ção de alimentos e de biocombustíveis, no Brasil (PIETRAFESA e PIETRAFESA, 2013), também se configura como um desafio novo para a articulação dos movimentos sociais.

O conflito agrário se efetiva quando movimentos propõem novas formas de produzir o espaço e novas bases para a apropriação dos espaços rurais. As ações dos movimentos sociais entram em choque imediato com as seculares formas de organização do mundo rural brasileiro, em que o Estado normalmente se coloca a serviço do capital, enquanto é lento no atendimento às reivindicações camponesas.

Segundo Araújo da Silva, não faltam exemplos de ações governamentais geradoras de conflitos: [...] “as grandes barragens continuam sendo construídas, as leis trabalhistas dificilmente são aplicadas para milhares de trabalhadores rurais e a apropriação da terra e da água continua extremamente desigual” (SILVA, 2013: 5).

Para fazer frente às situações históricas de ação do estado e do capital, segundo Mazzetto Silva (2012), existe o “rural da resistência da vida”, da construção de um lugar para se viver, da perspectiva da efetivação de novos direitos espaciais, culturais e sociais que aceita uma diversidade de atores: sem-terra, quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais, atingidos por barragens e outros que formam esse rico universo do campesinato brasileiro. Neste sentido, os enfrentamentos persistem e resistem no campo.

Arroyo refletiu que será necessário: “Deixar de ver o latifúndio, o agronegócio como o único ator social, econômico e político do campo e reconhecer que sempre, desde a colonização, Outros atores resistiram e resistem à ocupação de seus territórios, de suas terras [...]” (ARROYO, 2012: 85). Segundo o autor, reconhecer que nessas resistências, “Outros sujeitos” reconfiguram valores, saberes, identidades e culturas coletivas.

Ocupações de terra

Os dados sobre “Ocupações e Acampamentos”,

ocorridos em 2013, registrados pela CPT, vão ser analisados à luz das reflexões acima. A análise corresponde a uma “fotografia” desses registros.

Optou-se por organizar os quadros por grande região geográfica. De modo geral é possível ver que as ocupações de terra se dão em todas as regiões do país. Em 23 estados da Federação o fenômeno se repetiu. Muitos conflitos ocorreram em estados com agropecuária empresarial e sistema camponês consolidado, indicando que não é este fator inibidor de enfrentamentos entre sem-terras e capital agrário. As agroestratégias se estabelecem em áreas de fronteira, se consolidam em áreas tradicionais, mas não evitam disputas pelo domínio da terra.

Os movimentos sociais são a voz dissonante no processo. Desenvolveram e desenvolvem constantes lutas que denunciam a lógica de mercado que tudo quer subordinar. Suas ações, no entanto, não desestabilizaram o capital agrário. Neste momento histórico, buscam colocar no sistema produtivo agropecuário alguns milhares de camponeses.

Em 2013, 22.824 famílias ocuparam terras, em 308.457 hectares de áreas em litígio. Além destas, o governo federal diz que assentou 30.239 famílias, em 315 mil hectares, conforme relatório anual do INCRA. A soma das famílias que ocuparam e das famílias assentadas são semelhantes ao total de famílias assentadas em 2009 (55.498). Não se vivencia, portanto, uma dimensão de quebra de projetos hegemônicos, para instalação de novas ideologias (papel central de movimentos sociais qualificados para ações de enfrentamento ao projeto do capital agrário). Os dados indicam que, mesmo em regiões como a Sudeste, onde as agroestratégias estão consolidadas, historicamente, não se resolveram as contradições nas relações sociais agrárias regionais. Os dados indicam realidades diferentes de estado para estado numa mesma região. No Nordeste, por exemplo, houve ocupações nos nove estados da região, mas, dos 88 casos informados, 76 se concentraram em apenas três estados: Pernambuco (29 casos), Bahia (30) e Alagoas (17). Os proces-

sos de produção agropecuária, na região, são antigos, mas novos sistemas concentradores de terras foram implantados. Na Bahia, por exemplo, sua porção Noroeste foi transformada em lavouras de soja.

Na região Norte não se registraram ocupações de terras no Amazonas, Roraima e Amapá. Destaca-se o Tocantins pelo número de famílias ocupantes. Já 59% dos hectares ocupados estão no Acre. O Pará, por sua vez, concentra 33% de áreas em disputa (11 de 33). Como é um estado em que o capital agropecuário expande seu domínio, os camponeses também tendem a disputar espaços.

No Centro-Oeste, o Mato Grosso do Sul concentra o maior número de famílias ocupantes e a maior área em disputa. Predomínio para ações indígenas. 99% das ocupações no estado são retomadas de terras pelos indígenas. O Mato Grosso apresentou o menor número de famílias em ocupações de terra. O Distrito Federal destacou-se pelo número de organizações envolvidas em ações de ocupação, e também pelo segundo maior número de famílias em ocupações.

No Sudeste, dois diferenciadores: Em três estados (SP, RJ e MG) ocorreram ações de ocupação de terras por indígenas. Em Minas Gerais, quilombolas realizaram cinco ocupações (33% do total do estado). Minas Gerais é o estado com a maior área em disputa de todo o país, quase 92 mil hectares. São Paulo, por sua vez, registrou o maior número de famílias em ocupações (2.956).

Na região Sul, o Rio Grande do Sul apresenta um fenômeno muito parecido com a região Sudeste. As ocupações foram realizadas por populações indígenas e quilombolas. De cinco ocorrências, três foram retomadas de terras pelos índios e uma por quilombolas.

Destaca-se no fenômeno das ocupações, a retomada de terras por comunidades indígenas. Foram responsáveis por 60 das 230 ocupações (26,2%). Predominaram em quatro estados. Rio de Janeiro,

com 100% do total de ocorrências (2), Mato Grosso do Sul, com 99% das ocorrências, 26 das 27 ações; Bahia com 20, das 30, 66%, e Rio Grande do Sul, 60% das ocorrências, três das cinco ocupações. Os índios realizaram, ainda, retomadas de terras nos estados do Acre, Alagoas, Minas Gerais e São Paulo. As populações indígenas tentam reocupar áreas das quais foram espoliadas ou expropriadas. É, sem dúvida, um marco na luta contra o domínio do capital. Velhos conflitos com novos dilemas de mercado e “integração” nacional.

Outro elemento a destacar na análise destes dados é o da pulverização de organizações e movimentos sociais (identificados na coluna “movimentos envolvidos”). Para explicar isso levantamos três hipóteses.

Primeira: A diversidade de ação do capital provoca reações organizativas de atores sociais que antes pouco se destacavam.

Segunda: a partir dos conceitos de Movimentos Sociais indicados por Scherer-Warren (1987), Gohn (2008) e Pedon (2013), dentre os autores citados acima, tem ocorrido fragmentação nos projetos, nas ideologias, na direção e nas formas de ação dos movimentos.

Terceira hipótese: com a extensão geográfica do Brasil dificilmente uma organização, ou mesmo poucas organizações do campo, dariam conta da nova diversidade de conflitos pela posse e uso do solo, pois a configuração do capital também é diversa.

Com relação aos movimentos sociais, destaca-se que, apesar da pulverização, o MST é o mais presente nas ocorrências de ocupação (com presença em 16, dos 23 estados em que ocorreram). Esta é uma de suas ações tradicionais desde sua fundação. No Espírito Santo e Sergipe é o único movimento a desenvolver tais ações. Em Pernambuco realizou 23 ações de um total de 29, e em São Paulo 19 das 36 ações. É o expoente mais consolidado e mais presente neste tipo de enfrentamento com o capital agrário.

Quadro 1: Ocupações/Retomadas realizadas no Brasil em 2013

Grandes regiões e Estados	Quant.de munic.	Quant. de conflitos	Total em área (ha)	Total em famílias	Movimentos envolvidos	Obs.
NORTE						
Acre	5	11	59.400	882	OI, CUT, Índios	
Rondônia	5	5	2.480	260	OI, SI, STR, ATR	
Pará	10	11	33.292	995	MST, STR, SI	7 STR
Tocantins	5	6	5.202	1.465	MST, MAB e MLST	
Total Região	24	33	100.374	3.562		
NORDESTE						
Alagoas	9	17	7.980	933	MTL/VT, CPT, MST, MLST/VT, Índios	7 com o MTL
Bahia	16	30	61.105	1.780	Índios, Via Camp., FLTDC, FTL	20 com índios
Ceará	3	3	16.167	190	MST	
Maranhão	2	2	1.785	77	ATR, Moquibom	
Paraíba	1	4	9.000	2.047	MST	
Pernambuco	18	29	23.834	2.765	MST, CPT, STR	17 MST
Piauí	1	1	1.200	350	MST	
Rio Grande do Norte	1	1		1.800	ASA/CPT, MST e STR	
Sergipe	1	1	10.432	500	MST	
Total Região	52	88	131.503	10.442		
CENTRO-OSTE						
Distrito Federal	3	4	2.936	1.050	CUT, MST, MTL, FETRAF, MATR, MBST, FAF	
Goiás	6	7	6.663	771	Terra Livre, MVTC, MST	
Mato Grosso	5	5	10.895	398	STR, MTAA, MST	
Mato Grosso do Sul	14	31	12.643	1.748	Índios, Terra Livre	26 com índios
Total Região	28	47	33.137	3.967		
SUDESTE						
Minas Gerais	11	15	91.930	1.220	MST, Índios, MLTS, OI, Quilombolas,	5 com quilombolas.
Rio de Janeiro	2	2	93	22	Índios	2 com índios
São Paulo	23	36	26.891	2.956	MST, Índios, CUT, MAST	27 MST e 2 com índios
Espírito Santo	1	1		130	MST	
Total Região	37	54	118.914	4.328		
SUL						
Paraná	3	3	1.685	100	MLST e OI	
Rio Grande do Sul	5	5	1.642	425	Índios, MST Quilombolas	3 com índios
Total Região	8	7	3.327	525		
BRASIL						
TOTAL	150	230	387.024	22.824		

Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.

Elaboração e adaptação dos dados em forma de quadro: José Paulo Pietrafesa.

Os indicadores de área e de famílias envolvidas apontam que os conflitos recrudescem onde o capital agropecuário está estabilizado. Minas Gerais tem a maior área em disputa e, São Paulo, o maior número de famílias envolvidas em ocupações.

Os Acampamentos

Em relação aos acampamentos, quadro 2, os procedimentos metodológicos são os mesmos do quadro anterior. São registradas apenas ações de 2013. Estas não se somam aos acampamentos de anos anteriores.

Quadro 2: Ações de acampamentos realizadas no Brasil em 2013

Grandes regiões e Estados	Quant. de munic.	Quant. de conflitos		Total em famílias	Movimentos envolvidos	Obs.
NORTE						
Acre	2	3		278	OI	
Rondônia	1	1		30	MST	
Pará	2	2		140	STR	
Tocantins	1	1		500	MST	
Total Região	6	7		948		
NORDESTE						
Alagoas	2	2		110	Terra Livre, MLST	
Ceará	1	1		27	STR	
Rio Grande do Norte	1	1		1.500	MST	
Total Região	4	4		1.637		
CENTRO OESTE						
Goiás	2	2		390	Terra Livre, SI	
Total Região	2	2		390		
SUDESTE						
Total Região						
SUL						
Paraná	1	1		80	MST	
Total Região	1	1		80		
BRASIL						
TOTAL	13	14		3.055		

Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.

Elaboração e adaptação dos dados em forma de quadro: José Paulo Pietrafesa.

O maior número de famílias envolvidas nas ações de acampamentos está no Nordeste (1.637 de 3.055, ou seja, 53% do total). Em número de acampamentos e de estados envolvidos, o destaque é para o Norte (sete acampamentos em quatro Estados, 50% do total). Não há registro na re-

gião Sudeste e é quase inexistente na região Sul, com apenas 80 famílias envolvidas em um acampamento, no Paraná. A pulverização de ações dos movimentos sociais também se manteve, porém em menor intensidade.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO DA SILVA, O. Conflitos agrários, movimentos sociais e a ação de governos neoliberais: o caso do município de Ponto Novo no estado da Bahia – Brasil. In.:CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 8, n. 15, p. 1-17, fev., 2013.

ARROYO, M. G. Trabalho e educação nas disputas por projetos de campo. Revista Trabalho & Educação. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, v.21, n.3, p.81-93, set./dez. 2012

BOTTOMORE, T. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

DELGADO, Guilherme. Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. Revista Reforma Agrária, edição especial, p. 61-68, jul. 2013.

GOHN, M. das G. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. In.:CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008.

MARTINS, J.de S.. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant’Ana Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Volume VI, livro terceiro: o processo global de produção capitalista.

MAZZETTO SILVA, C. E. Reconhecer a força, a vida, a pulsação que vem do campo, É uma tarefa pedagógica. In.: Revista Trabalho & Educação, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Belo Horizonte, v.21, n.3, p.95-98, set./dez. 2012.

PEDON, N. R. Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

PEREIRA, J. M. M. A luta política em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado durante o governo Cardoso. In.: STEDILE, João Pedro. A questão agrária no Brasil: Debate sobre a situação e perspectivas de reforma agrária na década de 2000. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2013.

PIETRAFESA, J. P.; PIETRAFESA, P. A. Capital internacional e novas fronteiras na produção de bioenergia: estudo de caso de questões sócio-ambientais. In.: DUTRA, PIETRAFESA, FRANCO, DRUMMOND, TAVARES (orgs.). Fronteira Cerrado: Sociedade e Natureza no Oeste do Brasil. Editora da PUG Goiás. Goiânia, 2013.

REIS, T. Número de famílias assentadas sobe, mas é menor que de anos FHC e Lula. Portal G1. Disponível em <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2014/01/numero-de-familias-assentadas-sobe-mas-e-menor-que-de-anos-fhc-e-lula.html>. Acesso em 10 mar. 2014.

RICARDO, D. Princípios de Economia Política e Tributação. 3 ed., São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SAUER, S. A terra por uma cédula: estudo sobre a “reforma agrária de mercado”. In.:MARTINS, Mônica Dias. O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. Editora Viramundo, São Paulo, 2004.

SAUER, S.; ALMEIDA, W. (org.). Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas. Brasília: Editora da UnB, 2011. p.411-422.

SAUER, S.; PIETRAFESA, J. P. Novas fronteiras agrícolas na Amazônia: expansão da soja como expressão das agroestratégias no Pará. In.:Acta Geográfica. Edição especial 2013. VI. 1. P. 245-264. ISSN 1980-5772

SILVA, J. G. da. Por uma reforma agrária não essencialmente agrícola. In.: STEDILE, João Pedro. A questão agrária no Brasil: Debate sobre a situação e perspectivas de reforma agrária na década de 2000. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2013.

Tabela 3 - Violência contra a ocupação e a posse

UF	Nº de Ocorrências	Famílias	Área	Famílias Expulsas	Famílias Despejadas	Ameaçadas de Despejo	Tentativa ou Ameaça de Expulsão	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Pistolagem
Centro-Oeste											
DF	5	1400	2936	350				350		350	
GO	13	1201	8643	20		20		20			
MS	92	4387	28061	50	40	1543	1435	33		132	1525
MT	38	2548	400885		486	630	602	12		10	195
Subtotal:	148	9536	440525	420	526	2193	2037	415	0	492	1720
Nordeste											
AL	38	2539	10015		531	328	255	126	36	126	290
BA	67	5036	349876	111	163	514	996	120	200	700	1241
CE	15	1541	22152		27	309	420	6			205
MA	152	7746	466095	62	358	2469	1665	141	387	74	1030
PB	10	3889	9790		30	1338	1701				1754
PE	59	10655	29246	71	650	576	6528	244	40	4	1197
PI	28	2192	74419			750	761				350
RN	9	5722	22444		10	1612	1063				
SE	3	765	10432			265					
Subtotal:	381	40085	994469	244	1769	8161	13389	637	663	904	6067
Norte											
AC	52	5036	259162		676	799	747	296	278	218	380
AM	17	2984	1107682	246	3	982	304	3	3		68
AP	79	1931	406779		118	791	818	93	78	15	
PA	89	8836	2602194	217	710	836	2964	477	264	247	2904
RO	46	2977	192032		191	1722	238	164	1	121	400
RR	5	61	900			1					
TO	23	3682	94307		625	312	611			1	89
Subtotal:	311	25507	4663056	463	2323	5443	5682	1033	624	602	3841
Sudeste											
ES	6	486	1730			331	25	2	25		
MG	50	3752	55276		200	1865	738	200	32	32	1225
RJ	19	1237	46758	17	18	89	527	17	1		507
SP	56	4683	15791		1075	982	75				125
Subtotal:	131	10158	119555	17	1293	3267	1365	219	58	32	1857
Sul											
PR	19	523	2067		97	106	185		21		153
RS	15	1098	6047		350		40				
SC	2	108	2948			80				28	
Subtotal:	36	1729	11062	0	447	186	225	0	21	28	153
Total:	1007	87015	6228667	1144	6358	19250	22698	2304	1366	2058	13638

* O número de ocorrências e famílias envolvidas refere-se à soma de Ocupações / Retomadas, Acampamentos e Conflitos por Terra.



Foto: Carmelo Fioraso

Vida e Morte no campo: o perímetro Irrigado de Santa Cruz do Apodi/RN

João Paulo do Vale de Medeiros¹

Perímetros irrigados: “da mesma morte Severina (...) a de tentar despertar terra sempre mais extinta”, uma estratégia nefasta de desenvolvimento no semiárido nordestino.

Até meados da década de 70 a função das grandes propriedades, de uma forma geral, estava desvinculada da agricultura, resumindo seu uso à fonte de especulação. Todavia, as mudanças no contexto internacional advindas da “revolução verde”, recolocaram a agricultura como função estratégica para a economia. Por meio de uma “modernização conservadora” industrializaram-se as relações agrícolas, reprimarizou-se o mercado e ganharam novo fôlego e poder as velhas oligarquias rurais. No novo século esse rearranjo se consolidou enquanto encarnação do capitalismo agrário e assumiu seu nome de batismo: agronegócio. A revalorização dada à agricultura pelo Estado, e também pelo mercado internacional, não teve como fato gerador a sua função estratégica de combate à fome ou de reconhecimento das culturas tradicionais, mas o

¹ Professor de direito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Especialista em direitos humanos. Mestre em meio ambiente e desenvolvimento. Advogado popular ligado à Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares - RENAP. Coordenador do Ser-tão assessoria jurídica universitária e educação popular (UERN) e do MIRE - Mística e Revolução.

seu uso como mecanismo em voga de acumulação de divisas.

Por meio de tal junção harmoniosa do capital com a concentração fundiária, a política agrária brasileira tem se inclinado cada vez mais para a produção de *commodities* em larga escala, mantendo, outrossim, a dependência econômica ao mercado internacional e suas variações, conservando a política de subserviência neocolonial. A vinda avassaladora desse modelo para o campo brasileiro representa o avanço das disparidades econômico-sociais, a intensificação do ecocídio, bem como um impacto sensível nas expressões culturais e autonomia do povo do campo, a começar por sua desterritorialização. Como lembra Marés (2002: 57) a ação de impedir que a massa da população tenha acesso à terra objetiva não apenas o desejo individual de apropriar para si os valores da natureza e usar a propriedade como moeda de troca e especulação, mas também o intento de formar um grande excedente de mão de obra barata.

De acordo com Rigotto (2009: 2049-2059), uma vez instalados esses grandes processos de produção, como os perímetros irrigados, ocorrem amplas transformações que repercutem de maneira negativa na vida dos grupos atingidos. A desorganização do modo de vida de comunidades tradicionais; o comprometimento do acesso a recursos naturais, como a terra e a água; a desagregação familiar e a atração de grandes contingentes de trabalhadores de outras localidades para o território, gerando novas demandas de saneamento, moradia, educação, lazer, transporte são exemplos do quão impactante é esse processo de câmbio paradigmático. Além de que há graves danos à saúde dos trabalhadores devido à mudança na forma de trabalhar e viver e ao uso de agrotóxicos, trazendo problemas de saúde tanto para os trabalhadores como para as comunidades do entorno e a sociedade em geral que consome o alimento com veneno (RIGOTTO et al., 2010: 148-175).

No pacote de morte oferecido pelo agronegócio cabe ainda a força ideológica do desenvolvimento

e da modernidade, apresentando esse modelo de progresso como uma resposta ao suposto arcaísmo do campesinato, ideia amplamente absorvida pela população em uma realidade em que a grande mídia é, na verdade, a mídia dos grandes, como certa vez acentuou o profeta Dom Pedro Casaldáliga.

É nesse contexto de reestruturação produtiva do capitalismo que estão inseridos os perímetros irrigados, grandes áreas delimitadas pelo Estado para a implantação de projetos públicos de fruticultura irrigada que, em geral, possuem significativo potencial agricultável, caracterizado por solos férteis, presença hídrica, clima favorável e abundante força de trabalho (PONTES et al., 2012: 3214).

Entre os anos 70 e 80 mantinham-se sob uma perspectiva assistencialista e beneficiavam, pelo menos em parte, os pequenos agricultores. Após a consolidação dos moldes neoliberais na política agrária brasileira em meados dos anos 90, os projetos de irrigação na região nordeste deram uma guinada em seu sistema de direção, passando a ter a sua execução por empresas privadas, respondendo às exigências do capital em detrimento das populações tradicionais que têm suas terras expropriadas. (FREITAS, 2010: 52).

De 1970 a 2004 foram construídos 37 perímetros irrigados no Nordeste, marcados pela desterritorialização dos camponeses (FREITAS, 2010: 53). Alguns desses passaram por um processo de reterritorialização ao voltar à terra como pequenos proprietários capitalistas, agora com sua autonomia tolhida, sujeitos à lógica do agronegócio e seu pacote tecnológico.

Ocorre que grande parte desses ex-camponeses que se inserem na lógica dos perímetros, são submetidos a uma segunda desterritorialização em razão dos altos custos de operacionalização das tecnologias e da incompatibilidade da cultura camponesa, com o novo modo de vida baseado na produção para o capital. Podemos usar como comparativo o Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, do lado cearense da Chapada onde já há uma ampla incidência

de perímetros e nos tem servido de espelho para análise. Segundo Freitas, dos 316 irrigantes selecionados em 1992, 225 foram expropriados até o ano de 2009, representando um índice de 81% de expropriação (FREITAS, 2010: 103).

Nessa nova moldagem, as terras que antes pertenciam aos agricultores são apropriadas pelas grandes empresas aumentando a concentração fundiária. Estes, por sua vez, passam a ser assalariados sujeitos a condições precárias de trabalho, baixos salários e uma jornada exaustiva, isso enquanto a monocultura for rentável na localidade. Quando esse quadro muda, as empresas vão embora deixando o solo arrasado e uma grande massa de desempregados, “severinos, retirantes, iguais em tudo na vida”.

Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi/RN: “vida que é menos vivida que defendida”, o Projeto da Morte

A ideia de um perímetro irrigado na região de Apodi é antiga, data de 1973, ainda no regime militar, sob a tutela da SUDENE e do Banco Mundial. No ano de 1994 teve início a moldagem do empreendimento como hoje é pensado. Nessa mesma época é realizado a maioria de seus estudos técnicos por meio do Plano de Gestão de Recursos Hídricos com Derivação das Águas do Rio São Francisco – PLANGESF (BRASIL. DNOCS, 2009: 13). Depois de um tempo engavetado, o atual governo resolve ressuscitá-lo e em setembro de 2009 publica o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, que teve por base os dois estudos anteriores. E no dia 10 de junho de 2011, declarou-se, por meio do decreto nº 0-001 da Presidência da República, de utilidade pública, para fins de desapropriação a área de terra e respectivas benfeitorias de 13.855,13 hectares, localizada no município de Apodi, no estado do Rio Grande do Norte (BRASIL, 2011).

Desde a primeira ideia – falaciosa – de se acabar com a seca no sertão de Apodi ainda nos anos de chumbo, até nossos dias, muita coisa mudou na região. Áreas quase inabitadas se transformaram em

comunidades em transição agroecológica; o reservatório hídrico da bacia do Apodi passou a ter dezenas de funções e o projeto de transposição do Rio São Francisco - para o bem de todos - está cada vez mais longe de ser realizado.

O resultado disso é que se o projeto, à época, já não seguia uma linha que pudesse beneficiar o povo do campo, hoje a sua efetivação representa um desastre. Isso não só pela região estar rumando por trilhos bem diversos do capitalismo agrário – como falaremos um pouco mais a frente - mas em razão das inúmeras irregularidades e inviabilidades técnicas que a obra carrega em seu bojo.

O dossiê-denúncia “Projeto da Morte: projeto de irrigação Santa Cruz do Apodi”, através de uma análise comparativa do RIMA com a legislação brasileira, catalogou uma série dessas irregularidades e atestou que o perímetro padece de dois males incuráveis: a injustiça ambiental e o anacronismo. A distribuição desigual dos impactos negativos da obra e os danos ao meio ambiente, somados à inviabilidade técnica de um projeto que pensa ser executado nos dias de hoje com os pés fincados na realidade socioambiental da década de setenta, nos nutrem de motivos para rejeitar o modelo que tenta se impor.

Seguindo uma praxe quando se fala em grandes obras, o RIMA do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi é marcado por contradições e superficialidades, mascarando grande parte das violações trazidas pelo empreendimento. Vejamos algumas delas: Na área de impacto do projeto está localizado o lajeado de Soledade, uma formação de rocha calcária do período paleolítico, com idade geológica estimada em 90 milhões de anos e pinturas rupestres datadas de 3 a 10 mil anos, considerado um dos mais importantes patrimônios histórico-culturais do país. Na região também se localiza uma comunidade remanescente de quilombo que leva o mesmo nome, Soledade. Nem o sítio arqueológico, nem a comunidade tiveram qualquer atenção dada pelo estudo (DOSSIÊ-DENÚNCIA, 2012: 13).

Outro ponto de preocupação é em relação às comu-

nidades expropriadas. Compreendendo a área desapropriada e a de influência indireta, hoje habitam 1.649 famílias divididas em 55 comunidades rurais com seus aspectos culturais, históricos e socioeconômicos próprios, referência nacional em produção agroecológica familiar e que, devido ao modo como o projeto está sendo executado, estão na iminência de uma série de violações aos seus direitos humanos, culturais, históricos e patrimoniais. Vale mencionar que as populações locais não foram consultadas, nem convidadas para qualquer processo decisório ou audiência pública. O mais grave: para o relatório elas não existem, não são mencionadas em momento algum, é como se tudo fosse uma imensa gleba de terra ociosa e sem vida.

Não bastasse isso, essas famílias até então invisíveis para o Estado receberão um valor irrisório a título de indenização. A média, por hectare, gira em torno de R\$ 700 (setecentos reais). Imaginemos o caso de uma família que possua 10 ha. Esta receberá R\$ 7.000 (sete mil reais) para construir uma nova vida. Frise-se que nem todas receberão indenização em razão de não possuírem o título da propriedade.

O dossiê-denúncia cita outras irregularidades como a omissão em relação a espécies endêmicas; a análise superficial quanto ao desmatamento e mortandade de animais e à inexistência de quaisquer mecanismos ou recomendações referentes aos potenciais danos causados pelo uso de agrotóxicos. Porém é na questão hídrica que encontramos o maior entrave técnico capaz de, por si só, inviabilizar o empreendimento: contraditoriamente não há água para o projeto de irrigação.

O Relatório de Impacto ao Meio Ambiente é eivado de contradições. Diverge, por exemplo, em relação à origem hídrica para o empreendimento. Em suas páginas iniciais o estudo afirma que a viabilidade do projeto dependerá das águas oriundas da transposição do Rio São Francisco, o que é desmentido pelo próprio relatório logo em seguida. Já nas páginas subsequentes afirma que a região apresenta déficit hídrico mensal durante todo o ano, mesmo

nos meses de março e abril quando ocorrem as precipitações mais intensas (DOSSIÊ-DENÚNCIA, 2012: 14).

Ele é ainda mais profundo ao apresentar um dado fundamental para a paralisação imediata do “projeto da morte”. Segundo o relatório, as águas da barragem Santa Cruz, fonte hídrica do projeto, somente podem atender a um terço da área a ser irrigada, ou seja, 3.000 ha. E não é só isso, o volume útil do seu reservatório permite atender às demandas a ele atribuídas somente até o ano 2020 (BRASIL. DNOCS, 2009: 34). Em resumo, temos água somente durante os próximos seis anos e para um terço do empreendimento. Após esse período não haverá mais água e o projeto irremediavelmente terá que parar.

As obras do perímetro estão em sua fase inicial de perfuração e demarcação. Dezenas de famílias já perderam suas terras. Caso o governo federal, réfém do grande capital, continue a olvidar o desastre socioambiental que se aproxima, financiaremos com dinheiro público, R\$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões) um dos maiores contrassensos das últimas décadas no sertão nordestino.

Apodi, do Tupi, firmeza

O município está localizado no estado do Rio Grande do Norte, na microrregião Chapada do Apodi que se estende até o Ceará. De acordo com o IBGE (2010), tem uma população de 34.777 habitantes: 17.545 em áreas urbanas e 17.232 em áreas rurais.

A região apresenta uma exemplar distribuição agrária, onde prevalecem as pequenas propriedades familiares. Essa estrutura fundiária teve origem em um período de grande eferescência dos movimentos do campo nas décadas de 1980 e 1990. Por meio de manifestações políticas, entre elas diversas ocupações de terra, foi impulsionado na região um acentuado processo de reforma agrária, que levou a ser atualmente destaque na distribuição fundiária do Nordeste brasileiro (MEDEIROS, 2013).

Tal simetria permitiu a consolidação de um modelo de agricultura contra-hegemônico comparando-se com o atual cenário nacional. Marcado pelo protagonismo das mulheres, produção familiar e, em muitos casos, agroecológica, a política agrária da região do Apodi possibilitou a fixação do homem e da mulher no campo e a redução sensível das injustiças sociais ao garantir o acesso à terra. Do mesmo modo, comprovou a possibilidade de sustentação econômica independente do modelo do agronegócio e perímetros irrigados. A região conta hoje com cerca de 70 associações comunitárias, outras tantas cooperativas, e procura inaugurar relações societárias baseadas em valores externos ao capital como solidariedade, cooperação, preservação ambiental e equidade.

A acentuada consciência política por parte dos agricultores possibilita alimentar, diuturnamente, a resistência ao “Projeto da Morte”. Dois grandes atos, reunindo cada um cerca de duas mil pessoas; duas mil cartas escritas a mão pelas agricultoras e destinadas à presidência da República denunciando o projeto; a propositura de uma ação civil pública – resultado da pressão dos movimentos sociais – pela Procuradoria Geral da República pedindo a paralisação imediata do projeto; dezenas de seminários, debates, conferências; um acampamento, liderado pelo MST, em repúdio à obra, contando com cerca de 600 famílias e o bloqueio em várias ocasiões das BRs 101, 304 e 405, são alguns exemplos da resistência dos camponeses. Esta recebeu apoios de organizações de trabalhadores e grupos de direitos humanos, a exemplo de uma nota de solidariedade que contou com a adesão de mais de cem entidades nacionais e internacionais. Um documentário, “Chapada do Apodi – morte e vida”, foi lançado em apoio à luta e a Marcha Mundial de Mulheres organizou uma jornada de solidariedade intercontinental com o lema “somos todas Apodi”. Os bispos das dioceses do Rio Grande do Norte visitaram a área, prestando solidariedade às famílias e emitiram Nota Pública apoiando suas reivindicações.

Nitidamente dentro das premissas do capitalismo rural, o modelo do agronegócio “não foi desenvolvido levando em conta as necessidades sociais, nem as condições de conservação e produtividade dos ecossistemas”, mas surgiu como necessidade de atender aos interesses do mercado externo e suas empresas multinacionais, bem como aos anseios de uma burguesia nacional ávida de auferir lucros com esse padrão de agricultura, (LEFF, 2009: 35). É por isso que na Chapada do Apodi acontece um fenômeno *sui generis*: na contramão da história desfaz-se um modelo de distribuição de terras para dar lugar à concentração fundiária, em uma verdadeira contrarreforma agrária.

Com a consolidação do agronegócio, enquanto modelo agrário hegemônico, adotado e incentivado pelo Estado brasileiro, o problema fundiário passa a não ser mais somente a terra ociosa. A entrada perigosa do capitalismo no mundo agrário tornou o latifúndio produtivo ainda mais danoso do que a ociosidade das grandes glebas de terra (MEDEIROS, 2013). O processo de expansão do capitalismo no campo passa a ter como alvo também as organizações estruturas camponesas, vistas como uma ameaça à antiética do capital.

O conflito na Chapada do Apodi é, pois, a materialização da dialética entre dois modelos agrários que, por sua vez, são signos representativos de dois modelos de sociedade bem distintos e autoexcludentes. A resistência protagonizada pelos agricultores da Chapada do Apodi/RN assenta mais uma pedra de um processo contínuo e diferenciado de vivência, marcado pela resistência e recriação de suas realidades em busca da emancipação enquanto possibilidade histórica. A experiência é paradigmática e de certo modo profética, a exemplo da Agrovila Palmares, fincada no coração da Chapada e que, por um acerto dialógico do destino na bandeira de sua associação no lugar de “Agrovila Palmares” foi inscrito “Agro Vida Palmares”, nos levando a acreditar que outra realidade é possível, ou melhor, necessária.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Decreto nº0-001, de 10 de junho de 2011. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, a área de terra mencionada, localizada no Município de Apodi, no Estado do Rio Grande do Norte.
- BRASIL. DNOCS. Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), referente à implantação do Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi, situado nos municípios de Apodi e Felipe Guerra, no Estado do Rio Grande do Norte. Natal: Acquatoool Consultoria, 2009.
- DOSSIÊ-DENÚNCIA. Projeto da Morte: Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi. Mossoró, 2012.
- FREITAS, BMC. Marcas da modernização da agricultura do perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará (Dissertação). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.
- LEFF, E. Ecologia, Capital e Cultura: A territorialização da racionalidade ambiental. São Paulo: Vozes, 2009.
- MEDEIROS, J.P.V. Ecosocialismo: a gênese de uma ecologia social a partir dos movimentos sociais do campo. Dissertação de Mestrado. Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013.
- MARÉS, C. F. A função Social da Terra. Rio de Janeiro: Sérgio Antônio Fabris, 2002.
- MELO NETO, J.C. Morte e Vida Severina. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007
- RIGOTTO, R. M.; MARINHO, A. M. C. P.; ELLERY, A. E. L.; SAMPAIO, J. L. F.; TUPINAMBA, S. V. Da primavera silenciosa às primaveras silenciadas: conflitos socioambientais no agronegócio da fruticultura e agrotóxicos no Baixo Jaguaribe. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). Desenvolvimento e conflitos ambientais. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- RIGOTTO, R. M. Inserção da saúde nos estudos de impacto ambiental: o caso de uma termelétrica a carvão mineral no Ceará. Ciênc. Saúde Coletiva, v. 14, n. 6, Rio de Janeiro, 2009.
- PONTES, A. G. V; GADELHA, D; FREITAS, B.M.C; RIGOTTO, R. M; FERREIRA, M.J.M. Os perímetros irrigados como estratégia geopolítica para o desenvolvimento do semiárido e suas implicações à saúde, ao trabalho e ao meio ambiente. Ciênc. Saúde Coletiva, v. 18, n. 11, Rio de Janeiro, 2009.

Tabela 4 - Conflitos por Terra

	Conflitos por Terra*		Ocupações		Acampamentos		Total UF	
	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias
Centro-Oeste								
DF	1	350	4	1050			5	1400
GO	4	40	7	771	2	390	13	1201
MS	61	2639	31	1748			92	4387
MT	33	2150	5	398			38	2548
Subtotal:	99	5179	47	3967	2	390	148	9536
Nordeste								
AL	19	1496	17	933	2	110	38	2539
BA	37	3256	30	1780			67	5036
CE	11	1324	3	190	1	27	15	1541
MA	150	7669	2	77			152	7746
PB	6	1842	4	2047			10	3889
PE	30	7890	29	2765			59	10655
PI	27	1842	1	350			28	2192
RN	7	2422	1	1800	1	1500	9	5722
SE	2	265	1	500			3	765
Subtotal:	289	28006	88	10442	4	1637	381	40085
Norte								
AC	38	3876	11	882	3	278	52	5036
AM	17	2984					17	2984
AP	79	1931					79	1931
PA	76	7741	11	955	2	140	89	8836
RO	40	2687	5	260	1	30	46	2977
RR	5	61					5	61
TO	16	1717	6	1465	1	500	23	3682
Subtotal:	271	20997	33	3562	7	948	311	25507
Sudeste								
ES	5	356	1	130			6	486
MG	35	2532	15	1220			50	3752
RJ	17	1215	2	22			19	1237
SP	20	1727	36	2956			56	4683
Subtotal:	77	5830	54	4328			131	10158
Sul								
PR	15	343	3	100	1	80	19	523
RS	10	673	5	425			15	1098
SC	2	108					2	108
Subtotal:	27	1124	8	525	1	80	36	1729
Brasil:	763	61136	230	22824	14	3055	1007	87015

* O número de ocorrências e famílias envolvidas refere-se à soma de Ocupações / Retomadas, Acampamentos e Conflitos por Terra.

Conflitos e violência na Amazônia Legal

Inaldo Vieira dos Santos, Darlene Braga e Josep Iborra Plans¹

Com usinas hidrelétricas, mineração, grilagem de terras, extração de madeira e monoculturas (pecuária, soja, dendê, eucalipto) avançando sobre terras indígenas, de pequenos agricultores, quilombolas e outras comunidades tradicionais, em 2013, a Amazônia continua sendo considerada como colônia, fonte de recursos naturais a serem explorados pelo resto do Brasil e do mundo.

Amazônia: área de conflito pelas riquezas naturais

O ano de 2013 foi marcado no Pará pela resistência de indígenas, ribeirinhos e pequenos agricultores à construção de hidrelétricas. Belo Monte e Tapajós viraram palco de guerra dos indígenas Munduruku e de outros povos, atingidos pelos projetos.

Os Yanomami de Roraima denunciaram impactos das atividades de garimpo em suas terras.

Em outubro foi lançado relatório de violações decorrentes do complexo de extração, beneficiamento

e escoamento de minério de ferro, sob responsabilidade da Vale S.A e de empresas relacionadas com ela no complexo siderúrgico da região de Carajás, que atinge Pará e Maranhão.

Sem dar ouvidos aos problemas, o novo marco regulatório da mineração está sendo elaborado a portas fechadas, sem a presença de organizações da sociedade civil.

A extração de riquezas naturais continua convertendo a Amazônia em palco de conflitos e expulsando famílias do campo. Com ligeira redução em relação a 2012 (-11%), os conflitos por terra em 2013 atingiram 35.801 famílias na Amazônia Legal, pressionadas para abandonar suas terras. No Acre e Tocantins, as ocorrências de violência contra a Ocupação e a Posse cresceram. No Acre, o número de famílias envolvidas passou de 3.310 para 5.036 famílias, 53%; no Tocantins de 1.456 para 3.682, 153%. Milhares de famílias engrossaram o número de migrantes, desempregados e sem-terra, jogados às margens das rodovias, algumas sucumbindo ao trabalho escravo, ou obrigadas a desmatar novas florestas, a ingressar nas periferias das cidades e a depender de programas sociais do governo.

Fig. 1 : Violência contra Ocupação e a Posse na Amazônia Legal 2013

UF	Nº de Ocorrências	Famílias	Área	Famílias Expulsas	Famílias Despejadas	Ameaçadas de Despejo	Ameaçadas de Expulsão	Com Casas Destruídas	Com Roças Destruídas	Com Pertences Destruídos	Pistolagem
AC	52	5036	259162		676	799	747	296	278	218	380
AM	17	2984	1107682	246	3	982	304	3	3		68
AP	79	1931	406779		118	791	818	93	78	15	
PA	89	8836	2602194	217	710	836	2964	477	264	247	2904
RO	46	2977	192032		191	1722	238	164	1	121	400
RR	5	61	900			1					
TO	23	3682	94307		625	312	611			1	89
MT	38	2548	400885		486	630	602	12		10	195
MA	152	7746	466095	62	358	2469	1665	141	387	74	1030
	501	35801	5530036	525	3167	8542	7949	1186	1011	686	5066

Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino

¹ Equipe de Articulação das CPT's da Amazônia.

O departamento jurídico da Comissão Pastoral da Terra - CPT da Diocese de Marabá fez um estudo sobre quatro das 50 fazendas pertencentes ao grupo Santa Bárbara, do megaempresário Daniel Dantas: Cedro e Itacaiúnas (localizadas no município de Marabá), Castanhais e Ceita Corê (localizadas nos municípios de Sapucaia e Xinguara). “O estudo concluiu que 71,81% da área que compõe os quatro imóveis é composta por terras públicas federais e estaduais”. “Os quatro imóveis juntos, possuem uma área total de 35.512 hectares e de acordo com o levantamento feito, desse total, 25.504 hectares, não há qualquer comprovação documental de que tenha havido o regular destaque do patrimônio público para o particular, ou seja, mais de 2/3 da área é constituída de terras públicas federais e estaduais”.

No Amapá, a CPT estima em 380 mil hectares com indícios de grilagem de terras, inclusive com títulos fraudados em cartórios. Empresas multinacionais de celulose são consideradas as principais responsáveis por grilagem de terras na região nos últimos anos, e pelas constantes expulsões de pequenos produtores do Estado.

Grilagem, uma das principais causas de conflitos agrários

Em outros estados, a fronteira agrícola avança pela floresta, puxada principalmente por grileiros e madeireiros, sem respeitar reservas naturais, nem territórios tradicionais, especialmente na região do Sul do Amazonas (Lábrea e Humaitá). A atividade massiva da pecuária na Amazônia é pioneira na grilagem de terras e já concentra o maior rebanho bovino de todo o Brasil.

A bandeira da regularização fundiária desenvolvida pelo Programa Terra Legal, que deveria recuperar a iniciativa pública no imenso território amazônico, consagra a pilhagem existente na Amazônia, a grilagem e a corrida por terras nas últimas décadas. Beneficiando alguns pequenos posseiros, a maior parte das áreas cadastradas é de grandes grileiros, que se apossaram da maior parte das Terras da União. A titulação de terras do programa Terra Le-

gal, que tem a constitucionalidade contestada pelo Ministério Público Federal (MPF), é uma contrarreforma agrária, que consagra a concentração fundiária e a grilagem de terras e afronta as reivindicações territoriais dos mais antigos e legítimos proprietários da Amazônia - indígenas, quilombolas e ribeirinhos - que ainda não têm seus territórios reconhecidos e titulados. A morosidade em reconhecer seus legítimos direitos contrasta com a celeridade em legalizar o avanço desenfreado do desmatamento e da fronteira agrícola. Incentiva a grilagem e contribui para que a disputa violenta pela terra continue.

A violência contra a Ocupação e a Posse envolve a disputa por uma imensa área territorial, 6.228.267 hectares de terra; 89% da superfície total das áreas em conflito, de todo o Brasil. 5.530.036 ha estão na Amazônia Legal. Boa parte envolve áreas de comunidades indígenas, entre outras comunidades tradicionais, e de pequenos agricultores, que sofrem constante pressão para abandonarem a terra.

Os estados onde a área em disputa é maior são Pará (1.651.109 ha), Amazonas (1.107.682 ha) e Mato Grosso (400.885 ha). Em alguns estados cresce a pressão pela redução de áreas de reserva florestal como a Reserva Extrativista (Resex) Renascer, em Prainha, no Pará; a invasão de reservas ambientais, Flona Bom Futuro e Resex de Jaci Paraná, em Rondônia; os “retireiros” de Luciara, MT. Estas áreas foram palco de confrontos e violência em 2013.

O poder do Estado cada vez mais repressor

Em agosto de 2013, as 150 famílias sem-terra do acampamento Sebastião Bezerra, a 30 km de Palmas, no Tocantins, foram despejadas pela Polícia Militar, após mandado de reintegração de posse concedido pela Justiça. O fato é corriqueiro e milhares de famílias continuam pressionadas a saírem de suas terras.

Em 2013, o número total de expulsões no Brasil diminuiu em relação a 2012, passaram de 1.388 para 1.144, o mesmo aconteceu em relação aos despejos judiciais, de 7.459, para 6.358. Na Amazônia deu-se

o fenômeno inverso: o número de famílias expulsas cresceu, passou de 472, em 2012, para 525, um aumento de 11% em 2013. E o número de famílias despejadas teve aumento de 76%, passou de 1.795, para 3.167. Acre, Tocantins e Amapá que, em 2012, não registraram nenhuma família despejada, em 2013, registram respectivamente 676, 625 e 118 famílias. No Pará, o número cresceu de 193 para 710, 274%. Estes despejos assinalam para o crescimento do papel repressivo do Estado na região. Despejos e expulsões, juntos, aumentaram 63% em 2013.

Frente à ofensiva com constantes invasões de madeireiros, ataques de ruralistas, avanço das mineradoras, presença das forças armadas em apoio aos grandes projetos governamentais, sobretudo de construção de barragens, a CPT, movimentos sociais, dioceses e comunidades quilombolas denunciaram a escalada da violência. “A negação do direito de comer, de trabalhar e de morar sob um teto são consequências imediatas de centenas de conflitos pela terra e território que transformam o Maranhão numa terra árida de justiça e equidade”, escreveu o assessor jurídico da CPT Maranhão, Diogo Cabral.

Abandonada a Reforma Agrária, o governo aumenta o investimento no agronegócio, criminaliza camponeses e tolera a pistologem

No Maranhão, jagunços armados com pistolas e escopetas mandaram tratoristas derrubar casas, currais e até a capela da comunidade de Tiúba, zona rural de Chapadinha, em outubro.

Fazendeiros abriram fogo contra acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no sul do Pará, entre Parauapebas e Curionópolis, na rodovia PA-250.

Em Rondônia, o registro de casas destruídas passou de 31 em 2012, para 164, em 2013. Alguns agricultores do Projeto de Assentamento (PA) Flor do Amazonas, em Candeias do Jamari, tiveram suas casas queimadas por duas vezes.

O total de registros de destruição de bens nos es-

tados amazônicos teve significativo aumento, em 2013. O número de casas destruídas passou de 503 para 1.186, 126%; e o número de famílias que tiveram bens destruídos, passou de 570 para 686, 20%. Neste item destaca-se o Acre que de 26 casas destruídas em 2012, passou para 296, 1.038%. Em 2013 foram registrados 278 casos de roças destruídas, e 216 de bens destruídos, enquanto que no ano anterior, em 2012, não fora registrada nenhuma ocorrência desses casos. Também no Acre, a atuação de pistoleiros ou de milícias armadas mais que quadruplicou: de 90 famílias afetadas por ações de pistoleiros em 2012, este número saltou para 380, 322%. No Mato Grosso, o número de famílias na mira de pistoleiros quase dobrou. De 103 passou para 195, 79%.

Estas violências denunciam que muitas áreas da Amazônia continuam sendo terra sem lei, palco habitual de atuação de pistoleiros impondo pela força os interesses dos poderosos. E quando o Estado intervém normalmente o faz em benefício dos mesmos. Enquanto aumenta o investimento do Governo no agro e no hidronegócio, os camponeses, os povos indígenas e as demais comunidades tradicionais perdem territórios e direitos. O estado de Mato Grosso tem contabilizado mais de dez mil famílias acampadas esperando para serem assentadas. Dessas, algumas já estão há mais de 12 anos vivendo debaixo da lona preta. Em Rondônia acontece o mesmo: há mais de 80 conflitos não resolvidos, muitos deles se arrastam há anos. E o desemprego, com a proximidade do fim da construção das usinas do Rio Madeira, tem provocado o aumento das ocupações de terras na região de Porto Velho.

Ao lado disso, cresce na Amazônia, como no resto do Brasil, o uso de agrotóxicos. Mato Grosso é o estado campeão com um consumo médio de 40 litros/pessoas/ano.

A violência contra a população amazônica

O número de pessoas vítimas de alguma forma de violência na Amazônia é de 223.346, apenas no Pará são 82.204. Houve uma redução de 30% no número de pessoas, em relação a 2012. O Acre, porém, é

exceção: o número de conflitos cresceu 33%, com 53 conflitos registrados, contra 40 em 2012, passando de 16.550 pessoas envolvidas, para 25.193, 52% a mais. No Tocantins, o número de pessoas envolvidas em conflitos quase dobrou, de 11.401 para 21.401, um aumento de 88%.

Se levarmos em consideração a relação das pessoas envolvidas em conflitos com a população rural de cada estado, veremos que a situação é preocupante. Na Amazônia, quase que numa monótona repetição, se concentram os maiores números da violência contra a pessoa. 20 dos 34 assassinatos ocorreram na Amazônia Legal, 59%. 174 das 241 pessoas ameaçadas de morte vivem na Amazônia, 72%. Ali também vivem 63 dos 143 presos, 44%, e 129 dos 243 agredidos, 53%.

Apesar dos esforços contra a impunidade, muito pouco se conseguiu avançar

Dois anos depois da morte do casal José Cláudio e Maria do Espírito Santo, em maio de 2011, foram condenados os executores. E foi condenado também o pistoleiro Valdemir Coelho de Oliveira, pelo homicídio de Pedro Laurindo da Silva, assassinado em 2005.

Mas, foram absolvidos os acusados de serem mandante e intermediários da morte do sindicalista Dezinho, “motivo de comemoração para todos aqueles que vivem da prática criminosa da grilagem de terras públicas, da pistolagem, do trabalho escravo e dos crimes ambientais na Amazônia”, conforme denuncia Nota Pública. Também foi absolvido o acusado de mandar assassinar o casal de extrativistas.

Em 2013, a CPT Rondônia denunciou “a violência pesada do tráfico ilegal de madeira na Amazônia”. Boa parte dos conflitos do Acre e Sul do Amazonas continua sendo em decorrência da extração de madeira, inclusive em planos de manejo legalizados. No Acre, o professor Dr. Elder Andrade de Paula, da Universidade Federal do Acre (UFAC), atribui um aumento significativo nas áreas de conflito, ameaças, degradação e destruição florestal ao fato de que a exploração madeireira no estado aumentou de forma vertiginosa, inclusive com “planos de manejo sustentável”. A expansão do controle público da terra vem acompanhada de apropriação privada dos recursos. “Trata-se de uma política de dar com uma mão e tirar com a outra”, diz o professor. “Ao mesmo tempo em que se anunciou uma expansão do controle da propriedade da terra sob controle público, para ser concedida como forma de uso para seus ocupantes, apareceu um conjunto de políticas que fizeram com que esse público fosse apropriado para fins privados”, analisa. “O exemplo mais emblemático disso foi a mal denominada lei de Florestas Públicas (Lei 11.284) aprovada em 2006”, esclarece. Segundo Elder, “essa lei colocou, sob o domínio efetivo das grandes corporações vinculadas à exploração e comércio mundial de madeira, a exploração de um potencial de 50 milhões de hectares na Amazônia”.

Em nome do desenvolvimento parece que se pode tudo. Os constantes ataques à sede da CPT Acre, seis invasões entre 2011 e 2013, sendo duas em janeiro de 2013, são consequência das denúncias realizadas sobre conflitos em áreas de plano de manejo. Grilagem e extração de madeira aparecem como pano de

Fig. 2: Violência contra a Pessoa na Amazônia Legal em 2013

UF	N.º de Conflitos	Pessoas Envolvidas	Assassinatos	Tentativas de Assassinatos	Mortos em Consequência	Ameaçados de Morte	Torturados	Agredidos	Presos	Ameaçados de prisão
AC	53	25193	1			2		3		
AM	19	15510	1			40				
AP	84	11350								
PA	146	82204	6			46		94	26	6
RO	49	14898	1			9		9	28	1
RR	5	305	5			1		10		
TO	45	21401								
MA	175	39001	3	2		49		8	2	
MT	50	13484	3			27		5	9	
	626	223346	20	2	0	174	0	129	65	7

Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino

fundo da maioria de conflitos no sul do Amazonas, atingindo seringueiros e ribeirinhos. Neste cenário se insere o grave conflito entre a população da transamazônica e os indígenas Tenharim, em Humaitá, no final de 2013.

Amazônia: “Teste decisivo”

Grandes projetos, hidrelétricas, mineração, desmatamento, concentração da terra, pecuária e as outras monoculturas, o crime impune da prática do trabalho escravo; perda de território e de direitos das populações amazônicas... “sustentadas pela ga-

nância, miséria e impunidade” foram denunciadas pelos bispos da Amazônia Legal, reunidos em Manaus, em outubro de 2013 . A Comissão Pastoral da Terra da Amazônia também constata que continua alto o número de famílias e de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade, por causa dos conflitos agrários e da violência no campo. Um cenário no qual a devastação da natureza e as agressões ao ser humano andam unidas, desafiando nossa região e o Brasil como um todo, nesta Amazônia que, em palavras do papa Francisco, é “teste decisivo, banco de prova para a Igreja e a sociedade brasileiras” (Rio de Janeiro, 27 de julho de 2013).



Foto: João Zinclar

Água

A água e a sede do capital

Alexandre Gonçalves¹

A CPT registra os dados referentes aos conflitos por água desde 2002. Um olhar atento sobre estes conflitos nos traz elementos importantes para o debate, a reflexão e a ação frente ao que vem acontecendo com a água. Um direito essencial à vida, passa a ser visto crescentemente como recurso hídrico e bem econômico, submetido às “leis do mercado”, com consequências perversas para a população e o meio-ambiente, como o agravamento da escassez, a contaminação e a extinção de mananciais. É o que pretendemos mostrar aqui, ao revelar as relações entre os conflitos pela água e o atual modelo mercantil de gestão hídrica que está sendo imposto pelo governo federal, para subsidiar empreendimentos com o argumento de que são importantes para o crescimento econômico do País. Empreendimentos que violam direitos ambientais e territoriais de comunidades tradicionais e da sociedade como um todo.

Para a CPT, são conflitos pela água as “ações de resistência, em geral coletivas, para garantir o uso e a preservação das águas e de luta contra a construção de barragens e açudes, contra a apropriação particular dos recursos hídricos e contra a cobrança do uso da água no campo, quando envolvem ribeirinhos, atingidos por barragens, pescadores etc”.

Em 2013 foram registrados 93 conflitos pela água, envolvendo 26.967 famílias e dois assassinatos. A tabela abaixo, que relaciona a evolução dos números de conflitos pela água desde 2002, mostra um constante aparecimento de novos conflitos, que atingiram em 2013 um recorde histórico.

Conflitos pela água em números absolutos por ano

Ano	Casos	Famílias	Ano	Casos	Famílias
2002	8	1.227	2008	46	27.156
2003	20	9.601	2009	45	40.335
2004	60	21.449	2010	87	39.442
2005	71	32.463	2011	68	27.571
2006	45	13.072	2012	79	31.784
2007	87	32.747	2013	93	26.967

Os conflitos pela água registrados em 2013 se deram em todas as regiões do Brasil. Dos 93 conflitos, 37 estão no Nordeste, 27 no Norte, 18 no Sudeste, 8 no Sul e 3 no Centro-Oeste. Ocorreram em todas as grandes bacias hidrográficas do Brasil, porém, mais naquelas localizadas na Caatinga (29) e na Mata Atlântica (30) do que na Amazônia (27) e no Cerrado (7). Os conflitos não se restringem às regiões com menor disponibilidade de água, já que nos biomas Amazônia e Mata Atlântica, ricos em água, ocorreram mais 60% dos casos. Como também não ocorrem apenas nos rincões longínquos das “fronteiras do capital”, mas em regiões ditas “desenvolvidas”, como no Sul e Sudeste do país, o que revela a fragilidade e insustentabilidade do modelo de desenvolvimento imposto, onde se insere aí o modelo de gestão hídrica em curso.

O detalhamento dos dados possibilita compreender melhor o que eles revelam e para o que apontam.

Tipo de conflitos por água

Região	Casos	Uso e Preservação	Barragens e açudes	Apropriação Particular
Nordeste	37	27	8	2
Norte	27	6	19	2
Sudeste	18	8	9	1
Centro-oeste	3	1	2	0
Sul	8	3	5	0
Total	93	45	43	5

¹ Engenheiro Agrônomo, mestre em Administração, articulador do Projeto São Francisco, agente da CPT Minas Gerais.

Quem causa os conflitos?

Barragens e Açudes: 46% dos casos. A maioria dos conflitos desta categoria está relacionada à implantação de hidrelétricas. Os casos estão presentes em todas as regiões, mas são maiores na região Norte (44%) e Sudeste (21%). Em Rondônia, o Rio Madeira mostra as contradições deste atabalhoado avanço das hidrelétricas, com as recentes enchentes que desalojaram 10 mil pessoas e outras 20 mil estão em áreas de risco². Os licenciamentos ambientais, de procedência duvidosa, são feitos às pressas. Muitas das obras implantadas são marcadas pela violência e algumas até pela militarização. Carregam o desrespeito às populações locais, invadem territórios tradicionais e áreas prioritárias para a preservação da biodiversidade.

Mineradoras – “mau uso e destruição”. Os conflitos que envolvem as empresas mineradoras somam 30% do total e espalham-se por todas as regiões do País. O maior número de casos está nas regiões Nordeste e Sudeste, 16 e 8 casos, respectivamente. Chama a atenção que dos 28 casos, 17 estão localizados no Semiárido. A demanda por água e a destruição dos sistemas hídricos, causadas pelo setor minerário, são avassaladoras. Basta ver os graves problemas socioeconômicos e ambientais que vivem as populações atingidas pelas mineradoras em Minas Gerais. Neste estado são cinco minerodutos em planejamento ou implantação, aumentando a demanda por água. O avanço das mineradoras no Semiárido acontece concomitantemente ao ciclo de intensificação da seca neste bioma. Assusta quando avaliamos os cenários previstos para a Caatinga frente os efeitos das mudanças climáticas. Os riscos de escassez acentuada estão cada vez mais claros. Mas essas razões não estão nos horizontes das empresas e dos governos a elas associados, que pen-

sam no imediatismo dos lucros, objeto de acordos políticos e econômicos.

Os governos federal, estaduais e municipais são os causadores diretos de 13 conflitos. As empresas são responsáveis por 18 casos. Apenas quatro dos casos envolvem fazendeiros e grileiros de terra. Os conflitos gerados pelas mineradoras, hidrelétricas e empresários somam 80,5% dos casos. Desse modo, fica clara a disputa entre grandes empresas de capital nacional e/ou estrangeiro pelos territórios – terra e água - de comunidades camponesas. Estes conflitos envolvem e prejudicam principalmente comunidades de pescadores, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pequenos agricultores, assentados pela reforma agrária, dentre outras.

As séries de informações registradas no relatório Conflitos no Campo Brasil indicam que o enfrentamento no campo não se dá apenas com os latifundiários, sejam eles os velhos ou novos coronéis, mas com os grandes grupos econômicos que buscam o lucro extraordinário pela exploração dos recursos naturais e dos povos que os detém e deles vivem. O capital, inclusive o estrangeiro, quer controlar as regiões ainda não incorporadas totalmente ao sistema de exploração do capitalismo globalizado, como diz Milton Santos sobre os espaços da racionalidade³. Neste processo, o que o governo brasileiro tem feito é injetar capital público, através do BNDES, e tirar as “travas”, as outras “razões” que impedem a racionalização do espaço pelas grandes empresas. Uma dessas travas é a legislação, daí as recentes mudanças, a exemplo do novo Código Florestal e agora do Código da Mineração.

O papel ativo do Estado nessa conjuntura conflituosa é evidente, como revela o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal,

² Informações do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). [MAB; Em Rondônia, atingidos cobram responsabilidade das usinas por enchentes do Madeira; 18/03/2014; <http://www.mabnacional.org.br/noticia/em-rondonia-atingidos-cobram-responsabilidade-das-usinas-por-enchentes-do-madeira>; data do acesso: 20/03/2014].

³ “Os espaços da racionalidade funcionam como um mecanismo regulado, onde cada peça convoca as demais a se pôr em movimento, a partir de um comando centralizado”(Santos, Milton. *A Natureza do Espaço*. Editora da Universidade de São Paulo, 2006).

seja na promoção desse tipo de desenvolvimento, seja na omissão de setores do poder judiciário diante das violações de direitos, seja nas mudanças da legislação, ainda que inconstitucionais, para viabilizar o avanço dos empreendimentos, independentemente dos seus aspectos devastadores.

Ressalte-se ainda o uso do Estado como empreendedor das grandes obras hídricas, a exemplo das grandes barragens e da onerosa transposição do Rio São Francisco na região semiárida. Nesta região, a baixa oferta de água limita os projetos do agronegócio, mas o atual governo garante a infraestrutura para que as empresas do ramo possam ter acesso às águas do maior rio da região. Por isso, os custos dessa obra são públicos, mas a água que as sustenta e o lucro são privatizados, ou seja, voltados para empreendimentos agrícolas e aquícolas que sequer garantem a segurança alimentar da população nordestina, quanto mais da brasileira. Isso porque produzem as chamadas *commodities* agrícolas para o mercado internacional.

A seca e os seus projetos

Com o prolongamento da estiagem no Semiárido, os conflitos pela seca em 2013 foram inevitáveis: registrados 12 casos, envolvendo 1.350 famílias, todos na região Nordeste do país. As secas – isso é cada vez mais evidente – são fenômenos que não têm apenas causas naturais. O período seco de todo ano tem suas consequências sociais agravadas pela incúria dos responsáveis públicos e a manipulação política e econômica interessada de grupos privados, como acontece há séculos. Os conflitos apresentam também a dimensão sociopolítica da resistência e da mobilização das comunidades afetadas. Frente ao período de estiagem na região semiárida, com foco na realidade do Norte de Minas Gerais, saltam aos olhos estas graves contradições. As políticas governamentais caminham na mesma lógica de concentração, uso abusivo, investimento em grandes obras hídricas e exclusão. Alguns exemplos:

- A Barragem de Berizal – Bacia do Rio Pardo - lo-

calizada nos municípios de Taiobeiras, São João do Paraíso, Ninheira, Berizal, Indaiabira e Rio Pardo de Minas atingirá mais de 700 famílias.

- A Barragem de Congonhas, no Rio com o mesmo nome, Região do Alto Jequitinhonha, com transposição de águas desta Bacia para a do São Francisco. As duas bacias hidrográficas foram bastante impactadas pelas imensas áreas de monocultivo do eucalipto, que expulsou as famílias camponesas das áreas de chapada, típicas de Cerrado, que eram usadas para o extrativismo de forma coletiva e abasteciam os cursos d'água – hoje os sistemas hídricos apresentam avançada destruição.

- Na Barragem no Rio Jequitaí, que atinge os municípios de Jequitaí, Claro dos Poções, Bocaiúva e Francisco Dumont, com obras já em andamento, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf) viola vários direitos dos atingidos. Esta, além de um barramento de quase 10 mil hectares, anuncia um perímetro irrigado de 35 mil ha para empresários do agronegócio. Modelo de produção controlado por empresários e sustentado pelo crédito público, expulsa os camponeses, desmata e usa de forma intensiva água e agrotóxicos. Todas se anunciam e se propagandeiam com o discurso do combate à seca. Grande parte dos recursos públicos é investido nestes projetos. Algum recurso, com muita propaganda, é investido em programas propostos pelas organizações sociais na linha da convivência com o clima semiárido.

O governo federal apresenta essas grandes obras como a redenção da região para resolver os “problemas da seca”, tentando ignorar que o agravamento da “seca” é consequência do desequilíbrio ambiental causado por estes mesmos empreendimentos.

O Norte de Minas é uma região de transição entre o Cerrado e a Caatinga e as experiências populares de convivência com ambos os biomas apontam para os caminhos do Bem Viver, além de contribuir para a produção de alimentos para a população urbana. Mas, na contramão, para alimentar ainda uma lógica corruptiva e destrutiva, o governo, refém dos

grandes grupos econômicos e credores da dívida pública, continua investindo em atividades econômicas de grande impacto ambiental e baixo retorno social, a exemplo do monocultivo de eucalipto, dos grandes projetos de irrigação e da mineração. Com isso, regiões ricas em água, como o Noroeste de Minas, já falam em seca, mesmo apresentando alta pluviosidade.

O caso da mineração expõem algumas das estratégias de privatização da água na região. A empresa Sul Americana de Metais, instalada em Grão Mogol, (MG) tem outorga da Agência Nacional de Águas⁴ para explorar 51 milhões de m³ de água por ano da Barragem de Irapé – Rio Jequitinhonha. A empresa Carpathian Gold implanta a barragem de rejeito de ouro a jusante da Barragem do Bico da Pedra, no Rio Gorutuba. Esta é voltada para o abastecimento humano de milhares de pessoas na região e um perímetro irrigado. Somente neste licenciamento ambiental foram dadas quatro licenças *ad referendum* pelo Governo de Minas Gerais.

Seca e Corrupção

No final do ano de 2013, o Tribunal de Contas da União (TCU) realizou auditoria na “Operação Carro Pipa” (Programa Emergencial de distribuição de

água) no Norte de Minas e em todo o Nordeste. Encontrou corrupção e absurdas irregularidades: venda ilegal de água potável; derramamento da água para economizar combustível e reabastecimento com água imprópria; água contaminada com agrotóxicos, empresas fantasmas e corrupção ativa. O TCU também encontrou corrupção no programa Garantia Safra, voltado para a região do semiárido, numa clara tentativa de boicotar a agricultura familiar sertaneja.

Os conflitos pela água em 2013 revelam a falência do atual modelo de gestão da coisa pública, onde se insere a gestão das águas, se é que podemos chamar de gestão esse controle predador. Nesse modelo, a água deixa de ser vista como um bem natural e público e direito da cidadania e da natureza, e passa a ser tratada como uma mercadoria qualquer a serviço dos interesses de empresas e governos a elas ligados. Nesse processo, evidencia-se a violação dos direitos indissociáveis à terra e à água, essenciais à vida humana e à biodiversidade, atuais e futuras. A resistência e a mobilização social das comunidades nestes conflitos sinalizam uma esperança... Mas o futuro das águas depende de que, além delas, mais amplos setores da sociedade se empenhem na defesa e preservação do bem comum e do direito que é a água.

⁴ <http://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2012/72-2012.pdf>

Tabela 5 - Conflitos pela Água*

UF	Ocorrências	Famílias
Centro-Oeste		
DF		
GO	1	500
MS		
MT	2	134
Subtotal:	3	634
Nordeste		
AL	2	66
BA	21	259
CE	4	465
MA		
PB	3	1300
PE	5	892
PI		
RN	1	1200
SE	1	
Subtotal:	37	4182
Norte		
AC		
AM	2	118
AP	5	339
PA	17	7548
RO	1	
RR		
TO	2	540
Subtotal:	27	8545
Sudeste		
ES	1	70
MG	8	1080
RJ	7	9726
SP	2	77
Subtotal:	18	10953
Sul		
PR	3	1273
RS	2	1380
SC	3	
Subtotal:	8	2653
Brasil:	93	26967

* Depois que os dados estavam fechados, chegaram informações de outros 11 conflitos pela água, totalizando 104.



Foto: João Zinclar

Conflitos pela Água: privatização dos bens comuns, ameaça à vida

Maria José Honorato Pacheco¹

Água: Bem Comum Vital. É essencial destacar a água como bem comum fundamental da vida, de toda vida (GRZYBOWSKI, 2011). Os bens comuns são parte das condições de vida de todos e todas. São bens comuns os oceanos, os rios, as lagoas, os lagos, os igarapés e igapós, a biodiversidade.

Percebemos, através do levantamento dos conflitos realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), bem como pelos noticiários ao longo do ano de 2013, que a disputa pela água aumentou de forma vertiginosa. Os conflitos pela água estão relacionados às disputas pelo território, onde o capital sempre quer tornar privados os espaços comuns do povo e, principalmente, os das comunidades tradicionais que vivem em torno da natureza e das águas.

A água cobre 71% da superfície da Terra. Desse número, 1,6% encontra-se em aquíferos e 0,001% na atmosfera como vapor, nuvens e precipitação. Os oceanos detêm 97% da água superficial, geleiras e calotas polares respondem por 2,4%, e outros, como rios, lagos e lagoas, detêm 0,6% da água do planeta. No corpo humano, a água é o principal constituinte (entre 70% a 75%) e sua quantidade depende de

¹ Bacharel em Serviço Social pela UCSAL-BA. Secretária Executiva Nacional do Conselho Pastoral dos Pescadores. Integrante da Rede Brasileira de Justiça Ambiental.

vários fatores estabelecidos durante a vida do indivíduo, entre eles a idade, o sexo, a massa muscular, o aumento ou perda de peso, o tecido adiposo, e até mesmo a gravidez ou lactação. A água é de fundamental importância para a vida de todas as espécies. Segundo Maude Barlow, do Council of Canadians, a cada dia jogamos uma quantidade de esgoto e de resíduos industriais e agrícolas no sistema mundial de águas equivalente ao peso mundial de toda a população humana (2 milhões de toneladas). A indústria de mineração no mundo deixa nos territórios, como veneno, o equivalente a cerca de 800 trilhões de litros, a cada ano. O recurso hídrico mal empregado é uma das maiores ameaças ecológicas para a humanidade. A água contaminada mata mais crianças por dia do que HIV-AIDS, malária e as guerras juntas (BARLOW, 2010).

Os conflitos sociais existem porque a água está ameaçada como bem comum. O aprisionamento da água para uso privado, para a sua mercantilização direta ou na forma de minérios, energia, insumo na produção agrícola e industrial, é o que a torna escassa e motivo de disputa. A água pode ser tratada como um mero recurso natural, na visão de empresas e, muitas vezes, de governos, ou como um bem essencial à própria vida. A disputa se dá por interesses e formas radicalmente diferentes de se relacionar, e os conflitos se intensificam entre a visão diversa do capital viabilizado pelos governos e a visão cosmológica dos povos e comunidades tradicionais.

Analisando os números²

O levantamento dos conflitos pela água realizado pela CPT em 2013 totalizou 104 casos de conflito. Dentre eles, 44 são de Barragens e hidrelétricas (42,31 %); 31 são de mineradoras (29,8 %); 15 são por destruição e poluição (14,4 %) e 11 casos correspondem, especificamente, à apropriação e impedimento de acesso (10,6%), embora todas as formas apresentadas acima também representem expro-

priação e impedimento de acesso. Estes conflitos envolveram mais de 31.426 famílias.

Analisando por estado, a Bahia, responsável por 27 casos, 25,96% das ocorrências apuradas, é o que apresenta o maior número de conflitos pela água. Em seguida aparecem o Pará, com 17 casos (16,35%), seguido por Minas Gerais, com 8 casos (7,7%) e o Rio de Janeiro com 7 casos (6,7%).

Quando se observa por região, nota-se que 43,26% dos casos levantados se dão no Nordeste, seguido do Norte com 25% dos conflitos, estando em terceiro lugar o Sudeste com 18,26% dos casos.

Para entender os dados é preciso correlacioná-los com determinadas políticas assumidas pelo Estado brasileiro, a partir da demanda e aliança com o capital internacional e com os interesses de empresas que dominam a economia brasileira. Uma delas é a política energética que é uma das que mais gera conflito no Brasil. A maioria dos casos de conflito pela água está relacionada às barragens, que acontecem de norte a sul, sob o discurso da necessidade de geração de energia. A pergunta que se precisa fazer é: para que e para quem? No levantamento, o Norte tem grande concentração de barragens, respondendo por 54,5% dos casos de conflitos por causa das barragens.

No Brasil, a hidroeletricidade é responsável por cerca de 76,6% da capacidade instalada de geração de energia no país, e por 82,8% da eletricidade consumida (Aneel, 2007). Estão previstas a construção de 20 novas hidrelétricas de médio e grande porte até 2020. Na bacia do Rio Tapajós, Juruena e Teles Pires foram inventariadas 42 usinas que teriam potencial para geração de hidroeletricidade (divulgado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE).

Os empreendimentos hidrelétricos têm se mostrado insustentáveis à medida que são identificados

² Os números analisados neste texto, não conferem com a tabela 5 - Conflitos pela Água. Na tabela estão registradas 93 ocorrências de conflitos pela água. Quando este texto nos chegou, com 11 novas ocorrências de conflito, os dados já estavam fechados e tinham sido analisados por outros autores, não sendo possível incluí-los.

problemas físico-químico-biológicos decorrentes da implantação e da operação de uma usina hidrelétrica, e da sua interação com as características ambientais do seu locus de construção. Segundo Bermann (2007), dentre os principais problemas ambientais, podem-se destacar: a alteração do regime hidrológico, comprometendo as atividades a jusante do reservatório; o comprometimento da qualidade das águas, dificultando a decomposição dos rejeitos e efluentes; o assoreamento dos reservatórios, em virtude do descontrole no padrão de ocupação territorial nas cabeceiras dos reservatórios, submetidos a processos de desmatamento e retirada da mata ciliar; a emissão de gases de efeito estufa, particularmente o metano, decorrente da decomposição da cobertura vegetal submersa definitivamente nos reservatórios; problemas de saúde pública, pela formação dos remansos nos reservatórios e a decorrente proliferação de vetores transmissores de doenças; dificuldades para assegurar o uso múltiplo das águas, em razão do caráter de priorização da geração elétrica em detrimento dos outros usos, como a pesca, a agricultura, o lazer, entre outros.

As barragens e hidrelétricas alteram o modo de vida das comunidades tradicionais e camponesas. Ao retirarem a população ribeirinha do seu território, destroem a cultura e os direitos destas comunidades, alterando as suas condições de produção e impedindo a sua reprodução social. Alteram os processos ecológicos e impactam a continuidade da existência de espécies, principalmente dos peixes, impactando fundamentalmente a vida de milhares de pescadores e pescadoras artesanais que passam a viver em condições de miséria.

Segundo o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), as usinas hidrelétricas construídas até hoje no Brasil resultaram na expulsão de mais de um milhão de pessoas, acarretando a destruição de seus projetos de vida sem sequer apresentar compensações que pudessem, ao menos, assegurar a manutenção de suas condições de reprodução num mesmo nível daquele que se verificava antes da implantação do empreendimento.

Há uma relação intrínseca da primeira com a segunda causa de conflitos relacionados com a água no Brasil, que é tipificado pela destruição e poluição pela mineração. Dos casos levantados, foram registrados que 29,8% dos conflitos pela água têm a ver com a mineração. A ampliação da disputa pelos bens naturais representa uma consequência incontrolável do chamado projeto neo-extrativista na América Latina, que compreende ainda um papel ativo do Estado na acumulação do capital e o uso de rendas extrativas como esteiro de legitimidade política segundo Gudynas (2009).

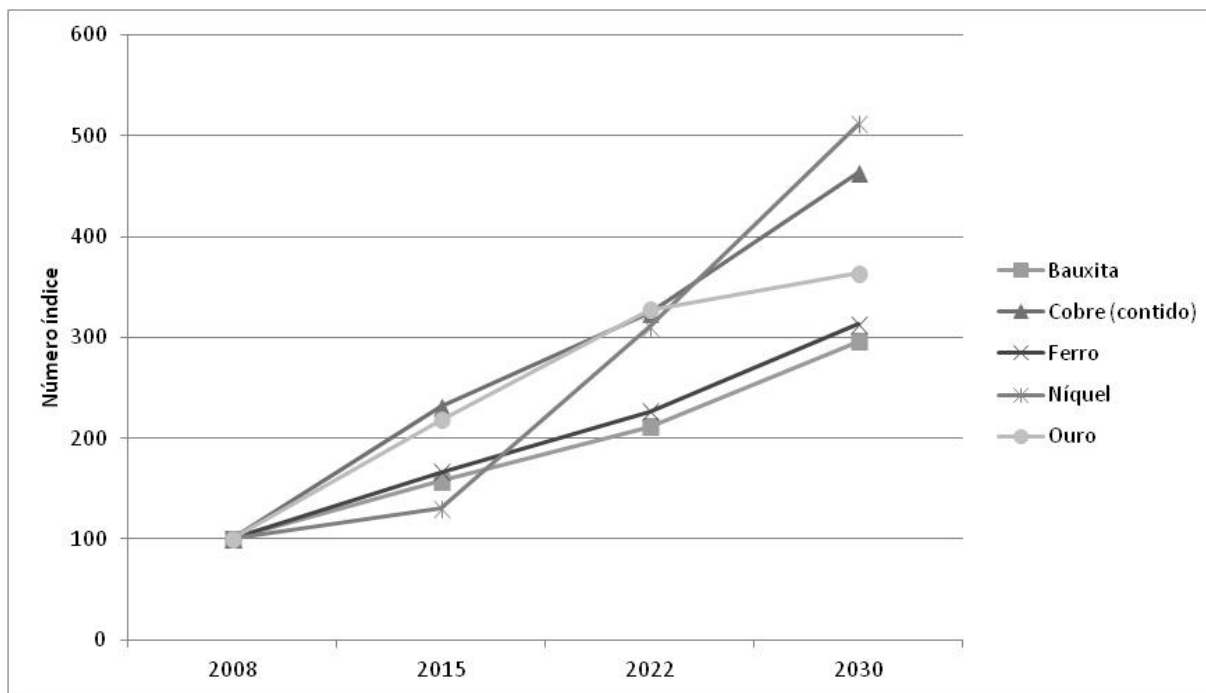
No conjunto da extração e produção mineral, tendo no minério de ferro um exemplo chave, a importância da água está ligada, essencialmente, à necessidade de supressão de poeira, à manutenção de equipamentos, ao processo primário mineral, constituindo-se como insumo dos diferentes processos logísticos. Por sua vez, no que diz respeito aos impactos do uso competitivo da água como bem natural, a indústria extrativa mineral incide diretamente sobre as fontes existentes de água nos territórios.

Os valores de utilização da água na mineração podem atingir 5,97; 4,62 e 2,02 bilhões de m³ de água segundo a “Conjuntura dos Recursos Naturais no Brasil” (Agência Nacional das Águas, 2012: 52).

Em 2009, o setor mineral exportou US\$ 30,83 bilhões, cerca de 20% do total das exportações brasileiras no ano, correspondendo, ainda, a mais de 3/5 da balança comercial. Entre 2010 e o primeiro semestre de 2013, o setor mineral contribuiu para geração de um superávit de mais de US\$100 bilhões na balança comercial brasileira que, sem a participação dos minérios, seria deficitária segundo o IBRAM (2012).

Segundo Malerba (2013), o Plano Nacional de Mineração (MME) prevê a triplicação da produção mineral em um cenário mais conservador, podendo chegar a quintuplicar essa produção até 2030. Tomando por base valores de 2008, o MME antecipa que, até 2030, a exploração de bauxita e ferro deverá aumentar três vezes, a do ouro três vezes e meia, e a do cobre e níquel mais de quatro vezes.

Projeção de crescimento da exploração mineral no Brasil



Fonte: Adaptado de MME, Malerba (2011)

A relação Mineração e Energia

Em 2010, a indústria de mineração e pelotização, o setor de ferro-gusa e aço, as empresas de metais não-ferrosos e a produção de ferro-ligas consumiram, conjuntamente, 27 milhões de toneladas equivalentes de petróleo (tep). Esse montante foi superior ao consumo de todas as residências do país, que ficou no patamar de 23 milhões tep (EPE, 2010).

Mesmo quando comparados com outros setores econômicos, o consumo de energia da indústria do beneficiamento mineral se destaca das demais. Para produzir uma riqueza equivalente a US\$ 1.000, a metalurgia consome 1.186 tep; por outro lado, a indústria de transformação necessita de 225 tep e a indústria têxtil de 133 tep (EPE, 2011).

A mineração e a indústria pesada (que inclui as indústrias de cimento, alumínio, ferro-gusa e aço, ferro-ligas, não ferrosos e outros da metalurgia, química, papel e celulose) consumiam em 2007, 29% de toda a energia elétrica consumida no país (Bermann, 2009).

Assim, percebe-se que os conflitos por água, quando se trata de barragens e mineração, estão relacionados. Desta forma, é possível concluir e desconstruir o discurso de que a energia é para atender as famílias. Em muitas regiões as famílias sofrem os impactos, mas não participam dos benefícios da energia.

Também pode-se apontar que a perspectiva é de ampliar e muito os conflitos em torno da mineração. Quando analisamos o levantamento pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, vemos que a esmagadora maioria dos que sofreram com essa ação são povos e comunidades tradicionais: geraizeiros, povos indígenas, comunidades quilombolas e pesqueiras.

Estas comunidades estão sendo expulsas de seus territórios, e estes são invadidos por contingentes populacionais atraídos pelas promessas de emprego. Uma das grandes consequências desse processo é o aumento do tráfico de drogas, da violência contra mulheres e crianças, e de outras formas de violência. Outra consequência é a contaminação

das águas e das populações. Tem crescido o número de pessoas contaminadas por metais pesados no mundo e também no Brasil.

Outro grande campo dos conflitos levantados está relacionado à destruição, poluição ou impedimento do acesso das comunidades às águas e aos seus territórios, devido à ação de fazendeiros, empresas ou mesmo dos governos nas esferas municipal, estadual e, principalmente, federal. As obras de infraestrutura do PAC são uma das principais provedoras desse choque. Esses conflitos juntos somam 25% de todos os conflitos levantados, e se intensificam principalmente nas regiões Nordeste e Sudeste.

Aqui, pode-se observar que esses são casos de expropriação por fazendeiros, de contaminação dos rios por agrotóxicos, degradação ambiental pelos grandes barcos predatórios (chamados geleiras no Pará), de dragagens que têm destruído a vida biológica, prejudicando a pesca, aumentando e potencializando a contaminação já existente, principalmente nas áreas portuárias. Nesta situação, os conflitos correspondem desde a expulsão de comunidades inteiras, ameaças de morte e até assassinatos, principalmente das comunidades tradicionais.

Os Portos e os projetos petrolíferos, que intensificam os conflitos violentos, ganham destaque. Apontamos aqui os casos do Rio de Janeiro com as comunidades pesqueiras das Baías de Guanabara e Sepetiba.

Destacamos que neste ano de 2013 surgiram novos conflitos pelas águas em decorrência da oficialização, promovida pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), do processo de privatização dos corpos d'água dos mares, rios e lagos, com publicação de editais que garantem o domínio de pessoas físicas ou jurídicas de determinadas áreas. Estas áreas foram determinadas de forma aleatória e, na maioria dos casos, são áreas tradicionalmente utilizadas por comunidades tradicionais pesqueiras. Não houve qualquer processo de consulta e de consentimento, previstos na convenção 169 da OIT qual o Brasil é signatário, e nem mesmo qualquer audiência públi-

ca. A intenção do MPA é transformar o Brasil em um dos maiores produtores de pescado a partir de empresas, visando atender demandas do mercado externo. Esta realidade descrita aponta para a possível intensificação dos conflitos pela utilização dos corpos d'água e é um golpe fatal para avançar na privatização dos bens comuns.

Neste contexto, foi criada uma base legal para conceder autorização de uso privado das águas da União e possibilitar a implantação de fazendas marinhas e de águas continentais. Ainda assim, o MPA está fazendo gestões junto à Casa Civil para facilitar mais o processo de privatização, no intuito de diminuir o controle dos órgãos ambientais e administrativos, como o IBAMA, a ANA e a SPU.

O debate sobre o uso da água é mais relevante diante da previsão de que os conflitos hídricos serão mais comuns daqui em diante. Segundo o Pacific Institute (IP), um dos principais institutos de pesquisa sobre o tema no mundo, o número de disputas hídricas violentas no mundo quadruplicou na última década e o risco de novos conflitos só crescerá com a maior competição pelo recurso, o atual gerenciamento ruim das fontes hídricas e os impactos das mudanças climáticas.

Antônio Carlos Zuffo, especialista em planejamento hídrico da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), ainda alerta que a oscilação histórica do clima acentuará a falta d'água. O pesquisador explica que entre 1970 e 2012 houve chuvas até 30% acima da média histórica. "Agora estamos entrando num período de algumas décadas de chuvas abaixo da média", afirma Zuffo. "A disputa por água se intensificará."

Estes conflitos, como se pode observar, estão intrinsecamente ligados à opção do governo de viabilizar o projeto do capital internacional através das multinacionais aliadas aos interesses das elites brasileiras. De costas para o seu povo diverso e sem a devida responsabilidade com a biodiversidade, não está preocupado com as gerações futuras e nem com a soberania do povo brasileiro. Desta forma, põe em

risco o futuro do país ao sustentar um modelo de desenvolvimento degradador, concentrador e excludente.

Diante do quadro que a realidade apresenta, se faz necessário trazer para a agenda pública, para o centro da ação cidadã, o debate sobre os conflitos pela água. Não se conseguirão enfrentar

os problemas de justiça social e ambiental se a água não for resgatada do seu aprisionamento como recurso na produção e como mercadoria por agressivas forças privatizantes. Sendo assim, para avançar, é preciso lutar para que o Estado garanta o caráter comum da água, como bem a ser compartilhado entre todos e todas, sem discriminações e exclusões.

Referências Bibliográficas:

Agência Nacional de Águas (2012). Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil – Informe 2012. Disponível em: http://arquivos.ana.gov.br/imprensa/arquivos/Conjuntura_2012.pdf
BERMANN, C. “Impasses e controvérsias da hidroeletricidade”. *Estudos Avançados*, v. 21, nº 59, pp.139-153, 2007.

GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e descaminhos para a biocivilização. Rio de Janeiro: Ibase, 2011. (Disponível em <<http://www.ibase.br/pt/wp-content/uploads/2011/08/Caminhos-descaminhos.pdf>>).

GUDYNAS, E. Diez Tesis Urgentes sobre el Nuevo Extractivismo: contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In: VÁRIOS AUTORES. *Extractivismo, Política y Sociedad*. Quito: CAAP y CLAES, 2009.

HELFRICH, Silke et al. *Biens Communs – La prospérité par le partage*. Berlin, Heinrich Böll Stiftung, 2009.

MALERBA, Julianna e MILANEZ, Bruno. Para que um novo código mineral. *Le Monde Diplomatique Brasil*, dez 2012.

MILANEZ, Bruno. O novo marco legal da mineração: contexto, mitos e riscos. In: MALERBA, Julianna et al. *Novo Marco legal da mineração no Brasil: Para quê? Para quem?* Rio de Janeiro: FASE, 2012.

O GLOBO. *Amanhã*. Rio de Janeiro, 11/03/2014.

VIEIRA, Miguel Said. *Bens comuns intelectuais e bens comuns globais: uma breve revisão crítica*. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2012.



Foto: João Laet

Trabalho

Tabela 6 - Conflitos Trabalhistas

	Trabalho Escravo				Superexploração				Total UF	
	Ocorrências	Trab. na Denúncia	Libertos	Menores	Ocorrências	Trab. na Denúncia	Resgatados	Menores	Ocorrências	Trab. na Denúncia
Centro-Oeste										
DF										
GO	7	63	61						7	63
MS	11	101	101						11	101
MT	9	73	54		1	1			10	74
Subtotal:	27	237	216		1	1			28	238
Nordeste										
AL					2	82			2	82
BA	5	131	89		2	24			7	155
CE	3	103	103						3	103
MA	23	271	38	2					23	271
PB	1	21	21						1	21
PE					1				1	
PI	1	26	26						1	26
RN										
SE										
Subtotal:	33	552	277	2	5	106			38	658
Norte										
AC	1	13	13						1	13
AM										
AP										
PA	35	264	127	3	5	20			40	284
RO	2	13	13						2	13
RR										
TO	18	276	84	1	2	15			20	291
Subtotal:	56	566	237	4	7	35			63	601
Sudeste										
ES	1	13	13						1	13
MG	6	79	79						6	79
RJ										
SP	6	156	156	12					6	156
Subtotal:	13	248	248	12					13	248
Sul										
PR	6	66	64						6	66
RS	2	20	20	1					2	20
SC	4	27	27						4	27
Subtotal:	12	113	111	1					12	113
Brasil:	141	1716	1089	19	13	142			154	1858

* Além das denúncias de trabalho escravo no campo, houve 61 denúncias de trabalho escravo na área urbana, envolvendo 1.302 trabalhadores, dos quais 1.153 foram resgatados.

A migração de camponeses e a escravidão na construção civil

Levantamento da CPT aponta que, em 2013, pela primeira vez o número de resgates no trabalho escravo urbano foi maior do que no rural

Por Daniel Santini¹

Em 2013, pela primeira vez o número de pessoas resgatadas da escravidão² foi maior nas cidades do que no campo. A novidade, indicada em dados organizados pela Campanha da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Combate ao Trabalho Escravo³, está relacionada a uma atenção crescente das equipes de fiscalização com as condições dos trabalhadores de setores econômicos tipicamente urbanos, como a construção civil e a indústria têxtil, mas também à multiplicação de infrações em obras do país. Esta, por sua vez, está diretamente ligada à migração de camponeses para a cidade, em fluxos alimentados pela desterritorialização, concentração fundiária no campo e desigualdade social.

Dos 2.242 trabalhadores resgatados em 2013 no Brasil, 858 foram libertados em canteiros; o que representa 38% do total. Para efeito de comparação, o segundo setor com mais resgates no ano passado foi o da agropecuária (criação animal, canaviais e outras lavouras), com 827, ou 37%, seguido pela indústria têxtil, com 122, ou 5%. O aumento de casos na área urbana vem acompanhado do avanço das fronteiras agrícolas sobre o desmatamento, marcado por degradação ambiental e social. Na área rural, chamam atenção os casos relacionados à pro-

dução e extração de madeira como reflorestamento, produção de carvão vegetal, extrativismo vegetal e o próprio desmatamento em si (veja tabela A com os números por setor de atividade).

Os números chamam a atenção, mas é a realidade dos resgatados tanto na cidade quanto no campo que ajuda a melhor compreender a dimensão e a gravidade do problema. Entre as vítimas estão migrantes de algumas das regiões mais pobres ou desiguais do país, com histórias de vida marcadas por violações e falta de oportunidades.

A exploração de trabalho escravo está diretamente relacionada à vulnerabilidade social. Além de apontar uma reconfiguração nos flagrantes, com o número de resgatados de trabalho escravo urbano passando os de rural, levantamentos da CPT também ajudam a visualizar o perfil das vítimas. De 28.702 trabalhadores resgatados entre 2003 a outubro de 2012, período em que foram analisados dados relacionados à concessão do seguro-desemprego, ao qual todo trabalhador resgatado tem direito, nada menos do que 7.319 são maranhenses (25,5%). O Maranhão é o penúltimo estado do país no ranking de Índice de Desenvolvimento Humano (0,639 pontos no índice de 0 a 1)⁴, à frente apenas de Alagoas.

¹ Daniel Santini é coordenador de jornalismo da ONG Repórter Brasil.

² Desde 1995, quando o país reconheceu a existência de trabalho escravo contemporâneo e foram criados os grupos especiais de fiscalização móvel, mais de 45 mil pessoas foram libertadas. O trabalho escravo é crime previsto no artigo 149 do Código Penal brasileiro e pode ser caracterizado pela submissão “a trabalhos forçados”, pela restrição “por qualquer meio, de locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto” (servidão por dívida), e pela submissão sistemática a “jornadas exaustivas” ou “condições degradantes de trabalho”. O artigo está disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.803.htm

³ Uma análise sobre a reconfiguração nos resgates de trabalho escravo no país foi publicada pela Repórter Brasil em 6 de fevereiro de 2014, em reportagem de Igor Ojeda disponível em <http://reporterbrasil.org.br/2014/02/escravidao-urbana-passa-a-rural-pela-primeira-vez/>

⁴ Disponível em <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-UF-2010.aspx>

A. TRABALHO ESCRAVO, POR ATIVIDADE - 2013						
	CASOS	%	FISCALIZADOS	%	TRABALHADORES	%
DESMATAMENTO	6	3%	5	1%	26	1%
PECUÁRIA	70	35%	58	18%	284	13%
REFLORESTAMENTO	8	4%	7	4%	68	3%
EXTRATIVISMO VEGETAL	3	1%	3	3%	102	5%
CANA	1	0%	1	2%	50	2%
OUTRAS LAVOURAS	35	17%	28	20%	443	20%
CARVÃO VEGETAL	13	6%	10	6%	67	3%
MINERAÇÃO	5	2%	5	2%	49	2%
ATIVIDADES NÃO RURAIS [*]	61	30%	59	43%	1.153	51%
TOTAL GERAL	202	100%	176	100%	2.242	100%
SUB-TOTAL ATIVIDADES RURAIS	141	70%	117	57%	1.089	49%
SUB-TOTAL ATIVIDADES NÃO RURAIS [*]	61	30%	59	43%	1.153	51%
Construção civil [*]	39	19%	38	33%	858	38%
Confecção [*]	13	6%	12	5%	122	5%
Outro (*)	9	4%	9	6%	173	8%

Olhar o papel da migração de camponeses é essencial para se compreender a reconfiguração dos casos de trabalho escravo. No que concerne ao aumento de casos na construção civil, uma das questões que mais preocupa, de acordo com autoridades envolvidas no combate à prática⁵, é o aliciamento. Não raro, as empresas ignoram completamente a Instrução Normativa 90⁶ do MTE, que regulamenta as condições para recrutamento e transporte de trabalhadores contratados em localidades diferentes. É um dos principais instrumentos para coibir a atuação de gatos, como são chamados os intermediários que atraem trabalhadores com promessas ilusórias de ganhos e garantias. Muitas das vítimas se endividam para conseguir chegar à obra e acabam tendo que trabalhar de graça, só para pagar os custos da viagem que deveriam ter sido cobertos pelos contratantes.

Cabe destacar que a migração de trabalhadores rurais para cidades acontece em um contexto marcado pela urbanização crescente, fenômeno que se intensificou nas últimas décadas e afeta não só o Brasil, mas todo o planeta. Foi em 2007 que, de acordo com o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-Habitat), pela primeira vez na história o número de moradores das cidades ultrapassou o do campo. O fluxo acelerado favorece a exploração.

A multiplicação de casos de aliciamento e a precarização de condições de trabalho, estão entre os fatores que provocaram revoltas em canteiros de algumas das principais obras do país nos últimos anos. Em 2012, mais de 43 mil operários chegaram a cruzar os braços em greve interrompendo a construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio⁷,

⁵ Para a redação deste artigo, o autor consultou diferentes especialistas sobre o aumento de casos na construção civil, entre os quais a procuradora Christiane Nogueira, coordenadora regional da Coordenadoria de Erradicação do Trabalho Escravo (Conaete) do Ministério Público do Trabalho; o auditor fiscal Renato Bignami, do Ministério do Trabalho e Emprego; e Xavier Plassat, coordenador da Campanha da Comissão Pastoral da Terra de Combate ao Trabalho Escravo.

⁶ Disponível em <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012FB1E516DD0D20/IN%2090-%2029%2004%202011%20-%20Recrutamento%20de%20trabalhadores.pdf>

⁷ Mais sobre a crise pode ser consultado em reportagem de Bianca Pyl, Daniel Santini e Carlos Juliano Barros, publicada em 28 de março de 2012 pela Repórter Brasil, disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2012/03/mesmo-com-acordo-greves-e-violacoes-persistem-em-obras/>.

no Rio Madeira, em Rondônia – 18 mil em Jirau e 25 mil em Santo Antônio. A crise chegou a tal extremo que o governo federal costurou um acordo para tentar garantir direitos de trabalhadores migrantes e assegurar o cumprimento da IN 90. Trata-se do Compromisso Nacional para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da Construção⁸, acordo tripartite estabelecido em 1º de março de 2012, que, apesar de ter sido anunciado pela presidenta Dilma Rousseff como um novo “paradigma”⁹ para o setor, trouxe poucos avanços reais e se resumiu a uma tentativa de fazer com que as

construtoras se comprometessem a cumprir o que já estava previsto em lei.

O que até hoje não acontece, pelo menos no sentido de evitar aliciamentos. Mesmo após o anúncio, as contratações irregulares continuam em curso. Em 2013, a OAS, empresa que participou do lançamento do acordo, foi responsabilizada pelo aliciamento e submissão ao trabalho escravo de um grupo de 111 migrantes provenientes de Bahia, Maranhão, Pernambuco, Piauí e Sergipe¹⁰ (cf tab. B).

B. PROVENIÊNCIA DOS TRABALHADORES RESGATADOS NA OBRA DO AEROPORTO DE GUARULHOS	n
Região de Paulo Afonso BA & Petrolândia PE	88
Região de Pinheiro MA	9
Região de Imperatriz MA	6
Região de Parnaíba PI	6
Outra região do MA	2

Contratados para trabalhar como carpinteiros, pedreiros e armadores nas obras de ampliação do Aeroporto Internacional de Cumbica, em Guarulhos (SP), o principal do país, os trabalhadores foram aliciados e alojados em onze casas no município, onde viviam em condições degradantes. A escravidão foi caracterizada ainda por servidão por dívida, já que muitos dos empregados tiveram que pagar pelo transporte, chegando ao local endividados. Para atrair o grupo, os gatos fizeram promessas de bons salários, registro em carteira e vale-refeição.

Para compreender o fenômeno, é preciso um olhar

mais atento para como se dão os casos de trabalho escravo urbano e para as condições a que acabam submetidos os trabalhadores rurais migrantes.

Responsabilidade terceirizada?

Em fevereiro de 2012, o engenheiro espanhol Raul Jurado Pozuelo, da AccionaInfraestructuras, chegou a ser preso pela Polícia Federal (PF) por colocar em risco a vida de operários e desrespeitar sistematicamente interdições feitas pelo MTE na construção de um Centro de Processamento de Dados para o Banco Santander, em Campinas, no interior de São Paulo¹¹. Ele pagou fiança e conseguiu ser li-

⁸ Disponível em <http://www.secretariageral.gov.br/compromissoconstrucao/termo-de-compromisso>.

⁹ O discurso da presidenta no anúncio do acordo está disponível na íntegra em: <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-assinatura-do-compromisso-nacional-para-aperfeicoamento-das-condicoes-de-trabalho-na-industria-da-construcao>.

¹⁰ Mais informações sobre o flagrante e as condições a que os trabalhadores foram submetidos estão disponíveis em reportagem de Stefano Wroblewski publicada na Repórter Brasil em 25 de setembro de 2013, disponível em <http://reporterbrasil.org.br/2013/09/fiscais-flagram-trabalho-escravo-em-obra-da-oas-para-ampliacao-do-aeroporto-internacional-de-guarulhos-sp/>.

¹¹ O caso foi detalhado em reportagem de Bianca Pyl, publicada na Repórter Brasil em 10 de fevereiro de 2012, disponível em <http://reporterbrasil.org.br/2012/02/engenheiro-responsavel-por-obra-do-banco-santander-e-preso/>

berado no mesmo dia em que foi detido, mas o episódio ajudou a chamar a atenção para as infrações sistemáticas na obra. Antes da autuação, outras interdições haviam sido violadas – um mês antes, um trabalhador caiu de um andaime que havia sido interdito por auditores fiscais por oferecer riscos e teve fratura exposta.

O episódio envolvendo infrações trabalhistas graves na construção de uma unidade do que é considerado o maior banco privado estrangeiro em atuação no Brasil, não é exceção. Os problemas no setor ocorrem de maneira generalizada e envolvem até grupos empresariais sólidos, com tradição e reputação. Em se tratando de escravidão contemporânea, entre as que foram responsabilizadas pela submissão de trabalhadores em canteiros de obras nos casos mais recentes estão, além da Anglo American e da OAS, as construtoras Brookfield, Emccamp, MRV e Racional, só para citar seis companhias que desenvolvem projetos com orçamentos milionários, quando não bilionários.

A multiplicação de casos de escravidão na construção civil, de acordo com os especialistas consultados para a redação deste artigo (ver nota de rodapé número 5) está relacionada ao crescimento das terceirizações irregulares no setor. De modo a evitar gastos com encargos e tentar oferecer melhores orçamentos e preços finais, muitas empresas têm recorrido a subcontratações para execução de serviços, seja na totalidade da obra ou em partes. Cabe ressaltar que, apesar de representar economia imediata, tal estratégia pode resultar em prejuízo futuro¹², já que, no entendimento da Justiça, “a contratação de trabalhadores por empresa

interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário”¹³. Em outras palavras, mesmo terceirizando a atividade-fim para qual foi contratada, a empresa continua responsável por garantir direitos e por eventuais violações cometidas na obra.

É com isso em mente que os fiscais têm responsabilizado grandes grupos empresariais, ignorando argumentos como o de que a situação flagrante não era de conhecimento da sede e de que a culpa é exclusiva da interposta terceirizada. Foi esse o posicionamento, por exemplo, da Racional Engenharia, que teve problemas na ampliação do Hospital Alemão Oswaldo Cruz, na região da Avenida Paulista, em São Paulo. Após denúncia, 11 maranhenses foram libertados trabalhando como serventes e pedreiros na obra. A assessoria de imprensa da empresa alegou na época que os empregados eram terceirizados e a direção desconhecia as irregularidades encontradas. Pela jurisprudência consolidada, porém, a construtora que realiza a obra deve zelar pela segurança e bem-estar dos operários, sejam eles terceirizados ou não. No Brasil, a construção civil está ao lado do setor de saúde e do setor bancário entre as áreas econômicas que mais empregam trabalho terceirizado. Além da multiplicação dos casos de trabalho escravo, outro problema decorrente da banalização das terceirizações é o aumento do número de acidentes de trabalho¹⁴.

Para evitar a responsabilização por casos de escravidão e demais infrações trabalhistas, algumas corporações, não só da construção civil, mas de outros setores, pressionam o Congresso Nacional

¹² Sobre prejuízos com infrações trabalhistas e a necessidade de transparência para investidores em relação aos problemas, vale ler o artigo do procurador Rafael de Araújo Gomes, publicado em 6 de janeiro de 2014, disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2014/01/investidores-trabalhadores-e-orgaos-de-regulacao-alcumas-verdades/>

¹³ Conforme a súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, que pode ser consultada em: http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_301_350.html#SUM-33.

¹⁴ Sobre a relação entre terceirizações e aumento de acidentes de trabalho vale conferir a reportagem sobre a libertação de 179 operários que trabalhavam na instalação e manutenção de postes da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), empresa de economia mista controlada pelo Governo de Minas Gerais. O texto é de Stefano Wroblewski e foi publicado em 21 de fevereiro de 2014 pela Repórter Brasil. Disponível em <http://reporterbrasil.org.br/2014/02/cemig-e-responsabilizada-por-flagrante-de-179-trabalhadores-em-condicoes-analogas-as-de-escravos/>

e o sistema judicial por mudanças. O Projeto de Lei 4.330/2004, do deputado federal Sandro Mabel (PL-GO), talvez seja o passo mais concreto no sentido de reduzir as proteções mínimas para terceirizados. Mais conhecido como PL das Terceirizações, o texto prevê que as empresas contratantes não devem mais ser responsabilizadas em casos como esses. O projeto quase foi colocado em votação no Congresso Nacional no ano passado, mas acabou sendo retirado da pauta após intensa mobilização de sindicatos e confederações de trabalhadores¹⁵. A possibilidade de mudanças acontecerem preocupa autoridades e, em 2012, foi criticada pelo procurador-geral do Ministério Público do Trabalho (MPT), Luís Antônio Camargo de Melo durante o “Seminário sobre terceirização e precarização nas relações de trabalho”¹⁶.

Poder público

Entre as empresas flagradas explorando escravos, chama a atenção o caso da MRV, principal construtora do programa de habitação do governo federal Minha Casa Minha Vida. Desde 2011, a construtora foi flagrada em quatro fiscalizações diferentes e considerada responsável pela escravidão de 85 trabalhadores em canteiros de obras em Americana (SP), Bauru (SP), Contagem (MG) e Curitiba (PR). Foram constatados casos de aliciamento e degradação humana. Entre os libertados, estavam operários que dormiam em espumas finas e até em papelão, direto no chão dos alojamentos.

A MRV teve crescimento acelerado nos últimos anos

apostando em uma fórmula agressiva de custos mínimos para execução de obras públicas, com especial atenção para os editais para construção de habitações populares. Se por um lado tal estratégia proporcionou rápida ascensão e ajudou o presidente e fundador da MRV, Rubens Menin Teixeira de Souza, a entrar na lista de bilionários da revista Forbes, por outro fez com que o MPT abrisse representação apontando “dumping social” e solicitando providências para a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE/MJ), no âmbito do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). O procurador Rafael de Araújo Gomes, responsável pela ação, defendeu no pedido que a conduta da empresa caracteriza-se pela “prática de infração da ordem econômica através da supressão maciça, em larga escala, de direitos trabalhistas, com a conseqüente obtenção de expressiva redução do custo do trabalho e, portanto, de vantagem arbitrária sobre a concorrência”¹⁷.

Por conta dos flagrantes, a MRV já foi inserida por duas vezes na relação oficial de empregadores flagrados com trabalho escravo, a chamada “lista suja”. Mantida pelo MTE e pela Secretaria dos Direitos Humanos, tal relação serve como parâmetro para a concessão de empréstimos e financiamentos públicos e para as empresas signatárias do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, que se comprometem a não fazer transações comerciais com quem estiver na lista¹⁸.

Com acesso a recursos públicos bloqueados, a MRV viu suas ações caírem na bolsa¹⁹ e, em ambos os casos, rapidamente acionou a Justiça pedindo a

¹⁵ Centrais sindicais chegaram a fazer uma vigília no Congresso Nacional, conforme relatado em reportagem de Igor Ojeda, publicada em 13 de agosto de 2013 pela Repórter Brasil, disponível em <http://reporterbrasil.org.br/2013/08/centrais-sindicais-fazem-vigilia-contra-pl-das-terceirizacoes/>

¹⁶ O posicionamento do procurador-geral e informações sobre a questão podem ser consultadas na reportagem de Bianca Pyl sobre o evento, publicada pela Repórter Brasil em 19 de dezembro de 2012 e disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2012/12/aumento-de-terceirizacao-preocupa-ministerio-publico-do-trabalho/>.

¹⁷ Mais informações sobre o caso estão disponíveis em reportagem de Maurício Hashizume, publicada pela Repórter Brasil em 2 de abril de 2012, disponível em <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=2026>.

¹⁸ Cabe destacar que, assim como há as empresas infratoras que violam ou ignoram de maneira sistemática aspectos da legislação trabalhista, há também as que se preocupam não só em observar a lei como também em assumir compromissos reais para fortalecer o combate à escravidão contemporânea. Mais informações sobre o Pacto Nacional estão disponíveis em <http://www.pactonacional.com.br/>.

¹⁹ Conforme registrado em reportagem publicada pelo autor em 2 de janeiro de 2013 na Repórter Brasil, disponível em <http://reporterbrasil.org.br/2013/01/acoes-da-mrv-sao-as-que-mais-caem-na-bolsa-de-valores-apos-reinsercao-na-quot-lista-suja-quot/>

suspensão imediata da inclusão na “lista suja”. Na última delas, o ministro Felix Fisher, do Superior Tribunal de Justiça, chegou a negar o pedido da construtora, mas a ministra Eliana Calmon derrubou a decisão de seu colega, beneficiando a empresa. O posicionamento da ministra foi criticado pela subprocuradora geral da República, Denise Vinci Tulio, que se posicionou após o Ministério Público Federal ser convocado a dar um parecer sobre o caso²⁰. Ao defender que a MRV deveria sim ser mantida na relação, ela destacou que “o trabalho escravo configura odioso desvirtuamento do Estado de Direito, princi-

palmente em época de valorização da dignidade da pessoa humana e da função social da propriedade” e que “a legislação obriga a Administração a punir com rigor o trabalho escravo e a informar à sociedade sobre a sua ocorrência, por meio de mecanismos como o cadastro de empregadores”.

Posicionamento importante em um contexto em que é preciso chamar a atenção para infrações e abusos, e fortalecer mecanismos institucionais de um país ainda em construção. No campo e nas cidades.

²⁰ A cobertura completa sobre a disputa judicial e mais informações sobre os flagrantes estão disponíveis em reportagem do autor publicada pela Repórter Brasil em 27 de novembro de 2013, disponível em <http://reporterbrasil.org.br/2013/11/mpf-da-parecer-contrario-e-mrv-pode-voltar-para-a-lista-suja-do-trabalho-escravo/>



Foto: Ruy Sposati

Violência contra a pessoa

Tabela 7 - Violência contra a pessoa

UF	N.º de Conflitos	Pessoas Envolvidas	Assassinatos	Tentativas de Assassinatos	Mortos em Consequência	Ameaçados de Morte	Torturados	Presos	Agredidos
Centro-Oeste									
DF	5	7000							6
GO	21	8568				1			
MS	103	22036	3	7	2	18		24	59
MT	50	13484	3			27		9	5
Subtotal:	179	51088	6	7	2	46	0	33	70
Nordeste									
AL	43	13607				1		6	
BA	98	26880	6	3		9			11
CE	29	10233				3			9
MA	175	39001	3	2		49		2	8
PB	14	25966	1			4		1	
PE	65	57735				5		1	11
PI	29	10986							
RN	10	34610							
SE	5	4325							
Subtotal:	468	223343	10	5	0	71	0	10	39
Norte									
AC	53	25193	1			2			3
AM	19	15510	1			40			
AP	84	11350							
PA	146	82204	6			46		26	94
RO	49	14898	1			9		28	9
RR	5	305	5			1			10
TO	45	21401							
Subtotal:	401	170861	14	0	0	98	0	54	116
Sudeste									
ES	8	2793							
MG	64	24239		1		10			11
RJ	26	54815	3		3	11		46	2
SP	64	23956							1
Subtotal:	162	105803	3	1	3	21	0	46	14
Sul									
PR	28	9046	1	1	3	3			1
RS	19	12410		1		1			3
SC	9	567				1			
Subtotal:	56	22023	1	2	3	5	0	0	4
Total:	1266	573118	34	15	8	241	0	143	243

* Número de conflitos e de pessoas envolvidas referem-se soma dos conflitos por Terra, Água, Trabalho e Seca.

A difícil luta para punir os responsáveis pelos crimes no campo

José Batista Gonçalves Afonso¹

O ano de 2013 foi marcado por uma intensa luta da Comissão Pastoral da Terra (CPT), de entidades de defesa dos direitos humanos e dos Movimentos Sociais, para levar a júri popular alguns dos responsáveis (principalmente os mandantes) pelos assassinatos de camponeses em diversos estados do Brasil. O combate à impunidade, que acoberta os crimes praticados por pistoleiros, intermediários, mandantes e responsáveis pela violência no campo, continua sendo uma das prioridades da CPT e de outras entidades parceiras. No ano de 2013, foram realizados os seguintes Julgamentos:

- Caso SEBASTIÃO CAMARGO FILHO. Júri ocorrido em 04/02/2013, em Curitiba, Paraná. Sebastião foi assassinado em 07/02/1998, durante um despejo ilegal, na fazenda Boa Sorte, município de Marilena, PR. O tribunal do Júri absolveu Augusto Barbosa da Costa, integrante de uma milícia privada da União Democrática Ruralista - UDR, acusado de participação no homicídio. Em dezembro de 2013, o Tribunal de Justiça do Pará anulou o julgamento que absolveu Augusto e determinou que ele seja, novamente, submetido a julgamento pelo tribunal do júri de Curitiba.
- Em outro Júri ocorrido em 22/11/2013, também em Curitiba, Marcos Menezes Prochet, ex-presidente da UDR local, que foi o autor do disparo que tirou a vida de Sebastião, foi condenado a uma pena de 15 anos e 9 meses de prisão.
- Caso GONÇALO CAMPOS SOUZA. Júri ocorrido em 04/03/2013. Gonçalo foi assassinado em 11/08/1985, em Lago da Pedra, Maranhão. O autor do crime, Almir Maia da Costa, foi condenado pelo Tribunal do Júri a uma pena de 19 anos e 3 meses de prisão.
- Caso JOSÉ CLÁUDIO RIBEIRO DA SILVA e MARIA DO ESPÍRITO SANTO SILVA. Júri ocorrido em 04/04/2013, em Marabá. O casal foi assassinado em 24 de maio de 2011, em Nova Ipixuna, sudeste do Pará. Foram a julgamento os acusados José Rodrigues Moreira (mandante), Lindonjonson Silva e Alberto do Nascimento (executores). José Rodrigues foi absolvido pelo Tribunal do Júri, Lindonjonson e Alberto foram condenados a 42 e 45 anos de prisão, respectivamente.
- Chacina dos FISCAIS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO. Júri ocorrido em 31/08/2013. Os três auditores fiscais e um motorista foram assassinados em 28/01/2004, em Unaí, Minas Gerais. Foram a júri apenas os executores dos crimes. Rogério Allan Rocha Rios foi condenado a 94 anos de prisão; Erinaldo de Vasconcelos Silva, condenado a 76 anos e 20 dias de prisão e Willian Gomes de Miranda, condenado a 56 anos de prisão.
- Caso DOROTHY STANG. Júri ocorrido em 19/09/2013. Dorothy foi assassinada no município de Anapu, estado do Pará, em 12 de fevereiro de 2005. Foi a Júri pela quarta vez em Belém do Pará,

¹ Advogado da CPT de Marabá é mestrando em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, pela UNIFESPA.

um dos mandantes do crime, o fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida. Os jurados mantiveram a condenação anterior de 30 anos de reclusão.

- **Chacina de FELISBURGO.** Júri ocorrido em 11/10/2013. No dia 20/11/2004, cinco trabalhadores rurais sem-terra, militantes do MST, foram assassinados em Felisburgo, Minas Gerais. Foram condenados pelo Tribunal do Júri: o fazendeiro e mandante dos crimes, Adriano Chafik, a 115 anos de prisão; Washington Agostinho da Silva, a 97 anos e seis meses de prisão. Os dois recorrem da sentença em liberdade. Em 24/01/2014, Francisco de Assis Rodrigues de Oliveira e Milton Francisco de Souza foram condenados a 102 anos e seis meses de prisão.
- **Caso JOSÉ DUTRA DA COSTA,** o Dezinho. Júri ocorrido em 25/10/2013, em Belém. O Sindicalista foi assassinado em Rondon do Pará, estado do Pará, no dia 21 de novembro de 2000. O tribunal do Júri absolveu o fazendeiro Lourival de Sousa Costa, acusado de ser um dos mandantes do crime e Domício de Sousa Neto, acusado de ser um dos intermediários da morte do sindicalista.
- **Caso PEDRO LAURINDO DA SILVA.** Júri ocorrido em 30/11/2013 em Marabá, Pará. O sindicalista foi assassinado em 17/11/2005 em Marabá, estado do Pará. O pistoleiro Valdemir Coelho de Oliveira, autor do homicídio, foi condenado pelo Tribunal do Júri a uma pena de 16 anos de reclusão.

Nos nove julgamentos realizados no ano de 2013, dois fazendeiros, Adriano Chafik e Regivaldo Pereira Galvão, acusados de serem mandantes de crimes, em Minas e no Pará, foram condenados e outros dois, José Rodrigues Moreira e Lourival de Souza Costa, ambos do Pará, foram absolvidos.

Já em relação aos pistoleiros e intermediários dos crimes, ocorreram 10 condenações e apenas duas absolvições. Os dados mostram a dificuldade em punir os principais responsáveis pelos crimes, os mandantes. De acordo com os registros da CPT (ver tabela no final do texto) dos 1.268 casos, que resultaram em 1.678 assassinatos no período de 1985 a 2013, em apenas 106 deles se chegou a uma conclusão da ação penal, resultando na condenação de 23 mandantes, sendo que outros 14 foram absolvidos. Já em relação aos executores, 85 foram condenados, outros 58 (não incluído os policiais militares absolvidos no julgamento do massacre de Eldorado dos Carajás) foram absolvidos. Somente em 8,38% dos casos houve conclusão do processo penal e algum responsável submetido a julgamento.

O papel do Judiciário

Nas seções de julgamento ocorridas no ano de 2013 chama a atenção a atuação do Poder Judiciário. No caso do julgamento do mandante do assassinato da missionária Dorothy Stang, o fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, o Júri ocorreu pela quarta vez. Como isso é possível? Levar uma mesma pessoa a julgamento, pela prática do mesmo crime, por quatro vezes consecutivas? Bem quando ocorreu o primeiro julgamento, Bida foi condenado a mais de 20 anos de prisão. No período, o Código de Processo Penal previa a realização de um segundo julgamento quando a pena ultrapassasse 20 anos. No segundo julgamento, Bida foi absolvido, mas, o Júri foi anulado por decisão do Tribunal de Justiça do Pará. No terceiro julgamento, Bida foi novamente condenado, mas o Supremo Tribunal Federal (STF) anulou o julgamento alegando que o juiz do Tribunal do Júri concedeu apenas 10 dias para que a Defensoria Pública pudesse estudar o processo e fazer a defesa do acusado. Isso porque os advogados de Bida tinham se negado a participar do Júri para protelar o julgamento. No quarto julgamento Bida foi novamente condenado. Uma trapalhada que só aumenta o descrédito da sociedade em relação ao Judiciário.

No caso do Julgamento dos responsáveis pelo as-

sassinato do casal de extrativistas em Nova IPIXUNA, a atuação do juiz Murilo Lemos Simão, que coordenou o processo e presidiu o julgamento, influenciou na escandalosa absolvição do fazendeiro José Rodrigues Moreira, acusado de ser o mandante do crime. Durante a fase de investigação das mortes, quando a polícia chegou ao nome de José Rodrigues como o primeiro acusado pelos crimes, foi pedida, de imediato, a prisão temporária dele. No entanto o juiz Murilo Lemos negou o pedido de prisão. Após mais alguns dias de investigação, a polícia chegou ao nome de Lindonjonson Silva, irmão de José Rodrigues, como um dos executores, e então requereu a prisão preventiva de José Rodrigues e Lindonjonson. O Juiz mais uma vez negou o pedido de prisão dos dois. Com mais provas colhidas, a polícia requereu a prisão dos acusados pela terceira vez. O juiz então engavetou o pedido. Foi preciso que os familiares e os movimentos sociais denunciassem o juiz à imprensa, aos organismos de direitos humanos e ao próprio Tribunal de Justiça do Estado. Ao receber a denúncia, o Tribunal intimou o Juiz a responder em 24 horas. Frente à pressão da sociedade e à exigência do Tribunal é que o juiz decidiu então decretar a prisão dos acusados.

No interrogatório de José Rodrigues, na sessão do júri, o juiz permitiu que ele protagonizasse um verdadeiro espetáculo na frente dos jurados: de joelhos e aos prantos, o acusado usou a Bíblia para jurar inocência e pedir bênção especial para o juiz, os jurados, os advogados e as pessoas presentes. Parecia estar participando de um culto evangélico e não de um Tribunal do Júri. A parcialidade do Juiz ficou comprovada em sua própria declaração no texto da sentença final, ao afirmar que “o comportamento das vítimas contribuiu de certa maneira para o crime (...), pois tentaram fazer justiça pelas próprias mãos, utilizando terceiros posseiros, sem-terras, para impedir José Rodrigues de ter a posse de um imóvel rural”. Com essa declaração, o juiz tentou de forma irresponsável criminalizar as vítimas e legitimar a ação dos assassinos. Uma tentativa de manchar a história e a memória do casal assassinado.

O mesmo juiz, Murilo Lemos Simão, no ano ante-

rior, em 09/08/2012, absolveu, através de uma sentença de impronúncia, o fazendeiro Vicente Correia Neto, acusado de ser o mandante e os pistoleiros, Valdenir Lima dos Santos e Diego Pereira Marinho, acusados de serem os executores do crime que vitimou o sindicalista Valdemar Oliveira Barbosa, conhecido como Piauí. Crime ocorrido em Marabá em 25/08/2011.

No caso da Chacina de Unai - MG, quando foram assassinados três auditores fiscais e um motorista do Ministério do Trabalho, o acusado de ser o mandante do crime, o fazendeiro Norberto Mânica, escapou de ser julgado em 2013, graças a uma questionável decisão do ministro Marco Aurélio Melo, do Supremo Tribunal Federal, proferida no dia 16/09/2013, às vésperas da sessão do Tribunal do Júri que o levaria a julgamento.

A impunidade

Como sistematicamente a CPT tem denunciado, a impunidade tem sido uma das principais causas da continuidade dos assassinatos no campo. Financiados por latifundiários e representantes do agronegócio, pistoleiros continuam a assassinar trabalhadores rurais sem terra, indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores, posseiros, assentados e lideranças que fazem a luta pelo direito ao acesso e à permanência na terra. Sem punição exemplar para os criminosos, a impunidade funciona como uma espécie de “licença para matar”, ou seja, o pistoleiro, assalariado do crime, que comete um assassinato a mando de alguém e não é punido, não pensará duas vezes para aceitar outra empreitada criminosa. O mesmo acontece com o mandante da morte.

Maranhão campeão da impunidade

Em relação ao número de camponeses assassinados, o estado do Maranhão só perde para o estado do Pará. No período de 1985 a 2013, foram 128 casos que resultaram em 138 assassinatos (no Pará são 426 casos para 641 assassinatos). Ocorre que no Maranhão apenas quatro casos foram julgados, envolvendo pistoleiros, sendo dois condenados e

dois absolvidos, ou seja, apenas 3,01% dos casos. Nenhum mandante de crime foi a Júri até hoje no estado do Maranhão, uma taxa de 100% de impunidade. No Pará, o número de mandantes que enfrentou o Tribunal do Júri chega a 25, entre condenados

e absolvidos. Embora todos os estados da Federação registrem casos de assassinatos, em apenas sete deles (PA, MG, GO, PE, TO, RO e AC) o Poder Judiciário conseguiu concluir algum processo e levar o mandante ao Tribunal do Júri.

Assassinatos e Julgamentos (1985 a 2013)

UF	Casos	Vítimas	Casos julgados	Mandantes condenados	Mandantes absolvidos	Executores condenados	Executores absolvidos
AC	18	20	3	1	0	3	0
AM	23	28	0	0	0	0	0
AP	2	6	1	0	0	3	0
PA	428	644	21	12	4	17	16
RO	53	84	2	1	0	2	0
RR	5	16	1	0	1	0	2
TO	35	41	4	5	0	1	4
	564	839	32	19	5	26	22
AL	21	21	0	0	0	0	0
BA	93	110	2	0	1	1	1
CE	17	20	2	0	0	3	1
MA	128	138	4	0	0	2	2
PB	25	27	5	0	0	2	4
PE	74	79	4	1	0	4	1
PI	15	17	2	0	0	1	1
RN	8	8	2	0	0	1	2
SE	4	4	0	0	0	0	0
	385	424	21	1	1	14	12
DF	-	-	-	-	-	-	-
GO	25	25	6	1	1	5	1
MT	76	119	3	0	1	2	2
MS	27	37	3	0	0	5	0
	128	181	12	1	2	12	3
ES	11	16	5	0	1	3	2
MG	68	89	25	2	3	24	15
RJ	32	36	3	0	1	1	1
SP	14	16	0	0	0	0	0
	125	157	33	2	5	28	18
PR	46	49	6	3	1	3	3
RS	8	15	1	0	0	1	0
SC	12	13	1	0	0	1	0
	66	77	8	3	1	5	3
	1268	1678	106	26	14	85	58

Condenação não é certeza de punição

Mesmo a condenação atingindo um número muito pequeno de mandantes dos crimes em relação ao total de assassinatos no campo no período estudado, a maioria dos condenados nunca cumprirão as penas atrás das grades. Não importa o tamanho da pena recebida. A Lei lhes garante o direito de recorrer das condenações em liberdade. O fazendeiro Adriano Chafik, por exemplo, condenado a 115 anos de prisão, por ser o mandante da chacina de Felisburgo, vai continuar em liberdade até o STF julgar seu último recurso. Do mesmo jeito no estado do Pará, o fazendeiro Regivaldo Pereira Galvão, o Taradão, condenado a 30 anos de prisão em júri ocorrido em 11/05/2010, permanecerá solto. Não há previsão para o julgamento de todos os seus recursos até a última instância.

O tempo que os tribunais superiores tem levado para julgar todos os recursos possíveis da defesa dos acusados é imprevisível. No caso do Massacre de Eldorado dos Carajás, a condenação do coronel Mário Colares Pantoja (228 anos) e do capitão José Maria Pereira de Oliveira (158 anos), ocorreu em julgamento realizado em maio de 2002. O julgamento do último recurso da defesa dos condenados e a consequente decretação de suas prisões preventivas só ocorreu em 07/05/2012, ou seja, 10 anos depois da condenação. Ou seja, os dois únicos condenados pelos assassinatos de 19 trabalhadores rurais sem terra só foram presos 18 anos após o fato criminoso.

Após julgados os infundáveis recursos, a estratégia dos condenados tem sido: a fuga (caso dos fazendeiros Adilson Laranjeira e Vantuir Gonçalves, condenados como mandantes do assassinato do sindicalista João Canuto, em Rio Maria, em 1985); requerer a prisão domiciliar, alegando o aumento da idade e problemas de saúde, pedido feito, por exemplo, pela defesa dos condenados pelo Massacre de Eldorado dos Carajás. O TJPA indeferiu o pedido, mas a possibilidade é grande de ser concedido posteriormente. Este benefício já foi concedido ao fazendeiro Edmundo Ortiz Virgulino, condenado a 152 anos

de prisão, em júri ocorrido em 14/12/2006, como mandante da chacina de oito trabalhadores rurais na fazenda Ubá, em São João do Araguaia, Pará, no ano de 1985.

Outras teses são também levantadas, nessa fase, pela defesa dos condenados. No caso do fazendeiro Jerônimo Alves Amorim, condenado a 19 anos e 6 meses, como mandante do assassinato do sindicalista Exedito Ribeiro da Silva, crime ocorrido em Rio Maria, em 1991, o condenado foi beneficiado por decisão do Tribunal de Justiça de Goiás, pouco mais de três anos após sua condenação, pelo indulto (perdão) judicial, sob a alegação de ser portador de câncer.

É importante observar que, a grande maioria dos poucos julgamentos realizados em que um mandante de crime sentou no banco dos réus, ocorreu naqueles casos em que o assassinato provocou uma grande repercussão nacional e até internacional. Nas centenas de casos em que não se conseguiu dar visibilidade para o fato e provocar pressão sobre o Judiciário e o próprio Estado, os processos permanecem nas gavetas dos fóruns e os crimes acabam prescrevendo, acobertados pelo manto da impunidade.

As causas desse estado de impunidade não estão relacionadas às explicações dadas pelos representantes do Judiciário, alegando quase sempre poucos recursos financeiros e humanos. No caso dos crimes no campo as razões são outras. Aqueles que comandam os crimes e chefiam as quadrilhas da pistolagem (fazendeiros, madeireiros, empresários do agronegócio, mineradores, etc), concentram a maioria absoluta das terras, têm grande poder econômico e fortes influências políticas em diversas instâncias do Estado. Além de terem dinheiro para pagar um batalhão de advogados para movimentarem em seu favor uma infinidade de recursos que a legislação processual penal brasileira permite, usam de seus poderes econômicos e políticos para fazerem valer seus interesses perante o Judiciário, órgão responsável pela administração da JUSTIÇA.

Tabela 8 - Assassinatos

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Vítimas	Idade	Categoria
Acre						
Bujari	Faz. Canary/Ramal do Cacau	13/12/2013	Margarido		42	Sem - terra
Subtotal:				1		
Amazonas						
Humaitá	T. I. Tenharim	02/12/2013	Ivan Tenharim		A	Liderança Indígena
Subtotal:				1		
Bahia						
Iguaí	Faz. Lagedo/Três Lagedos	02/04/2013	Fábio dos Santos Silva		37	Liderança
Ilhéus	Serra do Padeiro/PovoTupinambá	03/09/2013	Dilson, "Cipó"		35	Índio
Ilhéus	Serra do Padeiro/PovoTupinambá	08/11/2013	Agenor Monteiro de Souza Júnior		28	Índio
Ilhéus	Serra do Padeiro/PovoTupinambá	08/11/2013	Ademilson Vieira dos Santos		36	Índio
Ilhéus	Serra do Padeiro/PovoTupinambá	08/11/2013	Aurino Santos Calazans		28	Índio
Maragogipe	Baixão do Guai	14/02/2013	José Ribeiro dos Santos		74	Pescador
Subtotal:				6		
Maranhão						
Bom Jesus das Selvas	P. A. Capoeira	20/02/2013	Gilmar dos Santos de Jesus		A	Assentado
Icatu	Povoado Santa Isabel	28/09/2013	Rosivaldo Mesquita Sousa		30	Posseiro
Satubinha	P. A. Santa Maria	26/04/2013	Machado		A	Assentado
Subtotal:				3		
Mato Grosso						
Confresa	Assent. Fartura/Faz. Roncador	25/10/2013	Reginaldo Alves Pereira		48	Assentado
Novo Mundo	Gleba Nhandu/Faz. Belo Horizonte	16/04/2013	Josimar Lima Silva		39	Sem - terra
Vila Rica	Assassinato de Antônio Ferreira Caetano	19/07/2013	Antônio Ferreira Caetano, "Toinzinho"		44	Pequeno arrendatário
Subtotal:				3		
Mato Grosso do Sul						
Caarapó	Aldeia Te Yikue/Te'yikue/Faz. Sta Helena/Faz. Sardinha	17/02/2013	Denilson Quevedo Barbosa		15	Índio
Paranhos	T. I. Arroio Korá/T. I. Takwarity/Aldeia Paraguassu/Faz. Eliane e Campina	12/06/2013	Celso Rodrigues		42	Índio
Sidrolândia	T. I. Buriti/Faz. Buriti/Terena	30/05/2013	Oziel Gabriel		35	Índio
Subtotal:				3		
Pará						
Altamira	Faz. Atalas/Tigre/Castelo dos Sonhos/PDS Brasília	16/03/2013	Gilzan Teixeira Lima		A	Liderança
Goianésia do Pará	Fazenda Água Vermelha	09/09/2013	Washington de Freitas Martins		A	Trab. Rural
Itupiranga	Fazenda Nova Era	30/11/2013	Antônio Maciel		A	Sem - terra
Itupiranga	Aldeia Ororubá/Reserva dos Atikum	09/07/2013	Wilson Ambrósio da Silva		43	Índio
Parauapebas	Faz. Catuxo/Cartucho/Cartucheira	19/04/2013	Trabalhador da Faz. Catuxo/Cartucho		A	Trab. Rural
São Félix do Xingu	Fazenda Vale do Triunfo/Agrop. Sta. Bárbara	24/07/2013	Welbert Cabral Costa		26	Trab. Rural
Subtotal:				6		
Paraíba						
Campina Grande	Fazenda Santa Cruz	06/01/2013	Leandro Soares de França Silva		24	Liderança
Subtotal:				1		
Paraná						
Guairá	Aldeia Tekohá Mirim/T. I. Guarani	23/11/2013	Barnardino Dávila		A	Índio
Subtotal:				1		
Rio de Janeiro						
Campos dos Goytacazes	Acamp. Oziel Alves 2/Mergulhão/Cambahyba	25/01/2013	Cícero Guedes dos Santos		47	Liderança
Campos dos Goytacazes	Acamp. Oziel Alves 2/Mergulhão/Cambahyba	06/02/2013	Regina dos Santos Pinho		56	Liderança
Rio de Janeiro	Comunidades da Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	20/06/2013	Clayton Luis dos Anjos Medeiros		41	Pescador
Subtotal:				3		
Rondônia						
Vilhena	Gl. Corumbiara/Assoc. Canarinho/Setor 12/Lt. 42 e 52	09/05/2013	Paulo César Cordoval Ferreira		A	Posseiro

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Vítimas	Idade	Categoria
Subtotal:				1		
Roraima						
Alto Alegre	T. I. Yanomami/Apiauí/Papiu/Yawaripé	14/04/2013	Índios Yanomami	3	A	Índio
Alto Alegre	T. I. Yanomami/Apiauí/Papiu/Yawaripé	14/04/2013	Índia Yanomami		A	Índia
Alto Alegre	T. I. Yanomami/Apiauí/Papiu/Yawaripé	14/04/2013	Criança Indígena Yanomami		M	Índia
Subtotal:				5		
Total:				34		



Foto: Ruy Sposati

Os direitos indígenas frente aos conflitos no campo em 2013

Erika Macedo Moreira*

Ao longo do processo histórico, tomado a partir da invasão/colonização, percebemos como os Povos Indígenas (PI), habitantes originários do continente latinoamericano, tiveram seus modos de vida e sua reprodução social, cultural, econômica, submetidos, subjugados e explorados. A partir de uma concepção autoritária de desenvolvimento, o Estado determi-

nou (ou buscou determinar) de cima para baixo, qual deveria ser o lugar dos índios do Brasil. A partir de uma política indigenista pautada na noção de inferioridade étnica e necessária aculturação, somada ao recente processo de modernização conservadora do campo, com o pacote industrial da Revolução Verde, o Estado buscou o “desenvolvimento nacional”.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) inaugurou um novo modelo de relacionamento entre Estado e PI. Através de um conjunto de dispositivos constitucionais relacionados a uma nova dimensão, a legitimidade das ações estatais passa pela aceitação e criação de mecanismos de reconhecimento e fortalecimento da diversidade cultural, expressos nos modos de vida, cultura, costumes e sistemas normativos plurais. Em contraposição à homogeneidade e à noção de sujeito individual de direitos, temos o

* Doutora em Direito pela UnB. Coordenação Geral do Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais do Campo – Regional Goiás/ UFG. Contato: erika.moreira@pq.cnpq.br.

reconhecimento da diversidade e dos direitos coletivos. Em oposição à ideia da propriedade individual da terra, temos o usufruto do território. Contra o monismo estatal, o reconhecimento dos usos, costumes e tradições (o que abre caminho para pensarmos no pluralismo jurídico e na jurisdição indígena). Estes desafios podem ser classificados em três dimensões da mudança de paradigma: da tutela-proteção, da diversidade de modos de vida, da identidade e auto-determinação. O sentido da tutela transfigura-se da tutela-incapacidade para a tutela-proteção, uma vez que a diversidade das manifestações sociais e culturais passa a ser vista como fonte de riqueza cultural. O paradigma da tutela-proteção está relacionado, portanto, a uma visão do direito que reconhece e valoriza a diversidade social, cultural e jurídica.

Durante este processo de incorporação às comunidades políticas, passando do paradigma da assimilação à interculturalidade, os PI desenvolvem um constante processo de re-elaboração cultural, enquanto estratégia de resistência, com a manutenção dos valores e práticas vinculadas aos saberes tradicionais, simultaneamente à absorção e incorporação dos valores e práticas das sociedades dominantes. Nesse sentido, João Pacheco de Oliveira (2004) nos remete ao conceito de “índios misturados”, a partir da narrativa do processo de territorialização e dos fluxos culturais e migratórios estabelecidos no Nordeste brasileiro: “cada grupo étnico pensa a “mistura” e afirma-se como uma coletividade precisamente quando dela se apropria segundo interesses e crenças priorizados”. Portanto, a ideia de “mistura” está presente também entre os próprios índios e supera a concepção naturalizante de quem são os índios do Brasil. Os PI e suas culturas devem ser tomados em um processo dinâmico de re-elaboração cultural.

Como a conquista dos direitos indígenas na CF/88 não representou efetivação de políticas públicas, uma vez que os postulados de dominação (de civilizar os primitivos e de explorar as riquezas naturais) continuam presentes no imaginário daqueles que efetivam as políticas públicas ou daqueles que devem atribuir um significado – simbólico ou material – à lei, nos propomos a refletir sobre a atualidade e complexidade dos conflitos no campo, especialmente envolvendo os PI.

Ocupação e Retomada de Terras Indígenas

Atualmente existem 1.046 Terras Indígenas (TI), destas, apenas 363 estão regularizadas; 335 terras estão em alguma fase do procedimento de demarcação e 348 são reivindicadas por povos indígenas no Brasil:

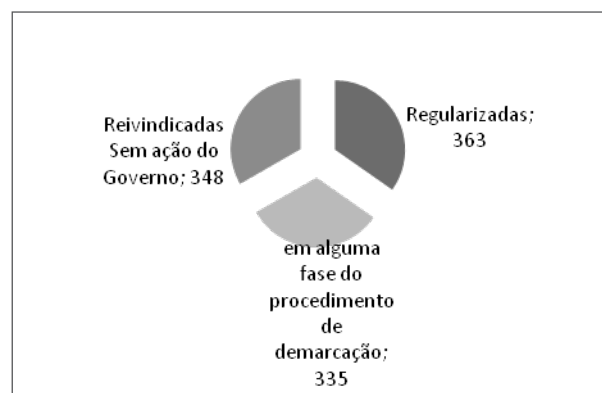


Gráfico: Situação Jurídica das Terras Indígenas no Brasil

Fonte: Cleber Buzatto, in *Jornal Porantim*, Ano XXXV, nº 354, Abril de 2013

Sistematização: Erika Macedo Moreira

Esta situação de insegurança jurídica diante do não acesso e uso da terra/ território indígena, das violências cotidianas, somadas ao crescimento da população indígena², permite compreender porque há uma curva ascendente na luta dos PI pela terra.

² Segundo dados do IBGE (Censo Demográfico, 2010), são 517.383 indígenas vivendo em Terras Indígenas (TI) e 379.534 vivendo fora da TI, totalizando uma população de 896.917 pessoas. O que, com efeito, explica ou remete ao aumento dos conflitos fundiários, diante da incapacidade de suporte das reservas abrigarem, com dignidade e condições de vida, muitas vezes, mais que o dobro da população em relação ao período em que foram constituídas. O aumento da população indígena, com ênfase no crescimento da população urbana e diminuição da população rural, aponta para a superação do paradigma rural e urbano, já que foi constatado pelo censo uma “multilocalidade” dos indígenas, seja em função do crescimento das cidades que alcançam terras indígenas (como no caso da Reserva de Dourados), seja a constituição de bairros ou “terras indígenas” dentro das cidades, constituindo novos territórios, nem rurais, nem urbanos – “rururbanos” (como pudemos observar durante o trabalho de campo no município de Campo Grande, MS, onde um bairro inteiro foi destinado à habitação de indígenas, com cerca de 10 mil pessoas, dividido em aldeias indígenas, conforme esclareceu rezador Kaiowá que vive na Aldeia Bonita/Campo Grande – MS).

Vale lembrar que mesmo na TI regularizada, seja pela necessidade de desintrusão de posseiros/invasores ou outras pendências judiciais, a situação de conflito e insegurança se mantém.

Num contexto de refluxo das lutas dos movimentos camponeses, os dados do Conflitos no Campo Brasil 2013 apontam para presença ativa dos PI, seja em função das ocupações/retomadas de territórios, seja em função das manifestações públicas em defesa de um projeto de sociedade, pautado na diversidade cultural e contra a exploração das fontes naturais e da biodiversidade, em oposição aos interesses representados pelo agronegócio.

Conforme gráfico abaixo, nos estados da Bahia, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul, a luta pelo acesso e manutenção da TI aproxima-se da luta dos demais grupos sociais que realizam a luta pela terra como camponeses, agricultores familiares, assentados, extrativistas, sem-terra, posseiros. No Paraná todos os Conflitos por terra registrados envolveram indígenas.

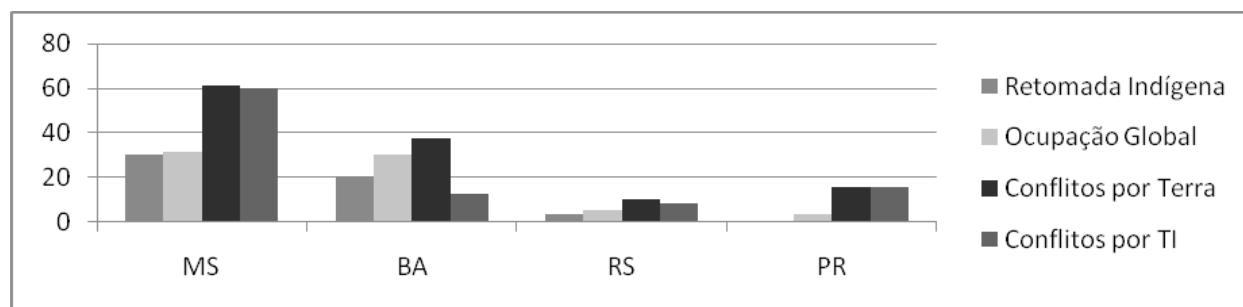


Tabela: Temática Indígena na Luta pela Terra.

Fonte: Tabelas diversas Conflitos no Campo Brasil 2013.

Sistematização: Erika Macedo Moreira

Nas colunas de Retomada Indígena estão relacionadas as ações de ocupação e retomada de territórios organizadas pelos PI. Na coluna Ocupação Global, registram-se o total de ocupações de terra, incluindo as retomadas indígenas. Da mesma forma a coluna Conflito por Terra, aponta a soma de todos os tipos de conflitos por terra, envolvendo os diversos atores do campo. Já a coluna Conflito por TI, apresenta os conflitos ocorridos em territórios de posse indígena. Em sentido inverso ao processo de mobilização e

luta dos PI, as ações do Governo Federal caminham em passos lentos. Em 2012, apenas 37,36% dos R\$ 15.878.566,00 empenhados para as ações de delimitação, demarcação ou regularização de terras indígenas foram utilizados (INESC, 2012). No caso do Mato Grosso do Sul nenhuma terra indígena foi declarada ou homologada. Nesse sentido, Alfredo Wagner Berno de Almeida (2010) nos permite refletir até que ponto a ausência de efetivação das políticas de regularização fundiária está relacionada a um alinhamento político às “agroestratégias”. Na perspectiva do autor, elas envolvem todos os setores: Judiciário, Legislativo, Executivo, e, também disputa os incentivos financeiros dos Bancos Nacionais e dos organismos multilaterais, como Banco Mundial (Bird), Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

A propalada “crise do setor de alimentos” aguça os conflitos territoriais, uma vez que os empreendimentos monocultores necessitam de grandes extensões de terra e a manutenção da homogeneidade da produ-

ção. Nesta lógica os PI se tornam fator de empecilho ao “desenvolvimento nacional” e fonte do racismo institucional, mantendo vivo o conceito de “colonialismo interno” (GONZALEZ CASANOVA, 2002: 96).

Os conflitos nas TI estão relacionados às ações de madeireiros, proprietários de terra, mineradores, grileiros, empresários, garimpeiros e, às vezes, do próprio Estado, tanto no âmbito federal, quanto estadual, através das ações das diferentes polícias. No Paraná, entre os diferentes tipos de violência nas TI (intimidação, ameaça, assassinato) chamou a atenção a incidência de contaminação por agrotóxicos, três ocorrências.

Por sua vez a mobilização dos PI, através de acampamentos à beira de estradas, ocupações de terras ou retomada de áreas de fazendas, na busca pelo retorno aos seus territórios precisa ser compreendida como estratégia de reconhecimento do direito originário dos PI, como legítimos donos de suas terras. Trata-se de um direito congênito, já reconhecido e preliminarmente legitimado pelo Alvará n° 1 de 1680 e ratificado pelas legislações posteriores, não sendo necessária a comprovação de sua posse (que durante o processo histórico foi esbulhada, tomada e expropriada). Apesar disso algumas decisões judiciais representam retrocesso por estabelecerem o marco temporal de 1988 para definição da posse indígena. O art. 231 da CF/88 estabelece que “são reconhecidos aos índios o direito de conservar sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. No §1º, ao definir o que sejam as terras que os índios tradicionalmente ocupam, estabelece quatro pressupostos, complementares: 1) que a terra seja habitada pelos índios em caráter permanente, 2) que os índios utilizem a terra para atividade produtiva, 3) que a terra seja necessária para a manutenção dos recursos indispensáveis ao bem-estar dos índios, 4) que a terra seja necessária à reprodução física e cultural. Portanto, o uso do termo tradicional está relacionado a uma necessária harmonia entre os quatro pressupostos e os usos, costumes e tradições de cada PI. E impõe ao direito o diálogo com outros campos para realizar a tradução da dimensão cultural, envolvida na organização do espaço que envolve a vida da comunidade indígena na relação com seu território e as redes de mobilização³.

Luta por Direitos, Violência e Criminalização

A construção dos direitos é entendida a partir da

luta dos grupos sociais na construção e efetivação dos mesmos, a partir do conflito. Nesse sentido, destaca-se o protagonismo assumido pelos PI. No ano de 2013 promoveram a participação de aproximadamente 35.208 indígenas nas 156 mobilizações promovidas pelo Brasil. Entre as reivindicações destacam-se as lutas por saúde e educação indígena, demarcação de TI, cumprimento de acordos, infraestrutura e efetivação dos direitos humanos, de um lado, e, de outro, contra as barragens, a exploração da natureza, o desmatamento, as monoculturas e os agrotóxicos, a injustiça e violência, a privatização, as transnacionais. Há, portanto, indicação clara de outra relação com a natureza e uso do território.

Uma das respostas mais tradicionais do Estado frente aos conflitos agrários e PI tem sido o encarceramento. Além da consolidação das teses do aculturado, “que fala português”, há no judiciário brasileiro, uma forte tendência à redução do significado dos direitos indígenas ao conflito de terras, como medida determinante para a definição da competência da justiça estadual como jurisdição competente para conduzir a ação penal. O que também influi no aumento do encarceramento.

Segundo o Sistema Integrado de Informações Penitenciárias/InfoPen, do Ministério da Justiça, em junho de 2012, havia 982 índios presos no Brasil. Numa população total de 549.577 pessoas, talvez 0,17% possa parecer não muito significativo. Mas se consideramos os percentuais inseridos nos territórios, no âmbito dos Estados, e consideramos a análise das dinâmicas históricas das *fricções interétnicas*⁴, a leitura sobre estes números nos faz refletir sobre o papel do Estado e do direito penal diante dos direitos indígenas.

³ Dominique Tilkin Gallois (2011) reconhece na diferença dos significados atribuídos nos universos do direito e da antropologia, a primeira dificuldade. No universo jurídico, terra indígena é uma categoria jurídico-política fechada, que não condiz com a ideia de construção e desenvolvimento de um modo de vida, através dos usos variáveis do território, que o exercício antropológico busca desvendar. Terra é uma parcela dentro de um território historicamente construído.

⁴ Conceito utilizado por OLIVEIRA (2006), para designar a construção de direitos, significados, práticas e concepções, constituídas a partir da relação conflituosa entre culturas distintas, como na relação entre Estado e Povos Indígenas.

Estado/ Sexo	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA
Mulheres	0	0	2	**	0	3	0	1	0	0	0	12	1	4
Homens	9	6	209	**	5	56	0	11	10	0	0	157	22	161
Total	9	6	211	**	5	59	0	12	10	0	0	169	23	165
Estado/ Sexo	PB	PR	PE	PI	RJ	RN	RS	RO	RR	SC	SE	SP	TO	
Mulheres	0	1	2	0	0	0	10	0	16	2	0	1	0	
Homens	6	24	50	2	0	1	86	14	39	36	6	14	0	
Total	6	25	52	2	0	1	96	14	55	38	6	15	0	

Tabela: Quantitativo de Índios presos em Junho de 2012.
Sistematizada por: Erika Macedo Moreira. Fonte: Infopen/ MJ.
Tabelas Diversas.

Segundo os estudos desenvolvidos pelo Centro de Trabalho Indigenista, CTI (2008) e pela Associação Brasileira de Antropologia, ABA (2007), a situação dos indígenas presos é reveladora da estrutura assimétrica que permeia as práticas sociais, policiais e penais, face aos índios no país e os obstáculos que estes enfrentam para ter acesso à Justiça segundo os códigos e normas previstos. Aqui, damos ênfase aos instrumentos tradutores da interculturalidade, como peritos tradutores e antropólogos que podem, ou deveriam ser utilizados por um Estado nacional comprometido com a garantia da diversidade cultural, enquanto mecanismo de fortalecimento da democracia e da efetivação dos direitos

Em 2013, a CPT registrou 1.266 ocorrências relacionadas aos conflitos no campo no Brasil. Destas, 205 estão relacionadas aos indígenas. Os casos de violência estão majoritariamente relacionados aos conflitos de terra e ou retomada (154), seguido dos casos de conflitos pela água (11).

No quadro de violências, das 829 vítimas, envolvidas em assassinatos, ameaças, prisões, intimidações, tentativas de assassinato e outras, 238 são indígenas. Em 2013, foram registradas 34 mortes por assassinato, 15 destas são de indígenas. Das 15 vítimas de tentativas de assassinato, 10 são indígenas. Das 241 pessoas ameaçadas de morte, 33 são indígenas. Os estados que lideram o ranking da violência contra os indígenas são: Mato Grosso do Sul, Bahia, Paraná e Minas Gerais. Entre os tipos de violência, destacam-se:

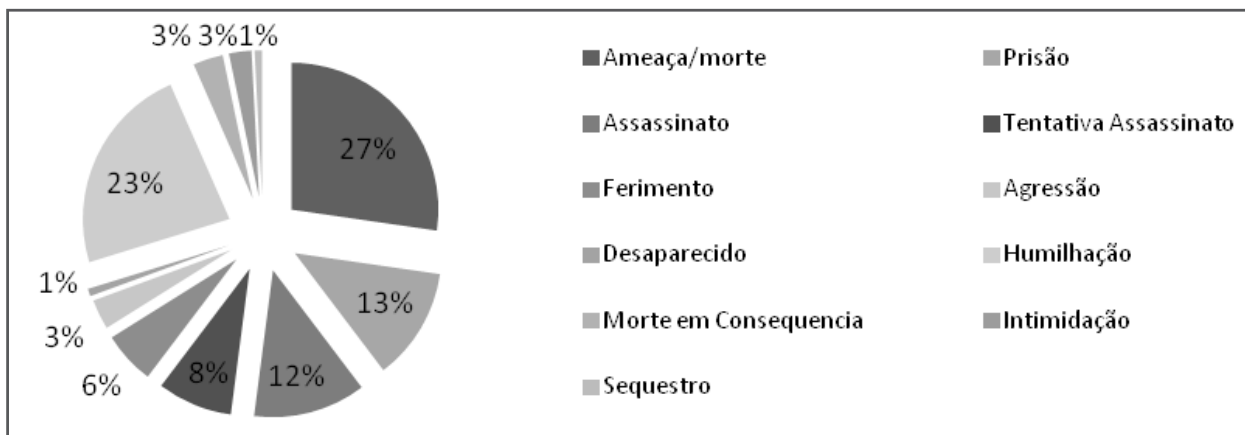


Tabela: Violências contra a pessoa indígena
Fonte: Tabelas diversas Conflitos no Campo Brasil 2013
Sistematização: Erika Macedo Moreira

humanos. Mas esta não é uma peculiaridade dos tempos recentes. Ao contrário, reflete a continuidade do modelo de resposta promovido pelo Estado, mesmo com a transição efetivada pela CF/88.

O Mato Grosso do Sul destaca-se na violência contra os indígenas: 15 ameaçados de morte, 7 sofreram tentativa de assassinato, 3 assassinados, 8 presos. 100% dos assassinados e dos que sofreram tentati-

va de assassinato são indígenas. Também 100% dos assassinados em Roraima são indígenas. Na Bahia, dos 6 assassinatos, 4 são de indígenas e das 3 tentativas de assassinato, 1 é contra indígena, além de 3 ocorrências de ameaça de morte. Chama atenção o alto índice de violência incidente sobre as lideranças indígenas, com 34 ocorrências relacionadas a ameaças de morte, 26 a tentativas de assassinato e 4 assassinatos.

A violência a que os PI estão submetidos não é compatível com a democracia e os princípios que regem o Estado brasileiro. Além da violência e ameaça cotidianas a que os indígenas estão submetidos, também há que se considerar a violência imposta, pela exploração de sua vulnerabilidade: exploração sexual, venda de bebidas, trabalho escravo, extorsão de idosos. E o que dizer dos leilões para arrecadar fundos que financiem a segurança privada dos fazendeiros, para impedir as retomadas de TI, ou promover o seu desapossamento? É uma verdadeira organização criminoso, que precisa ser combatida pelo Estado, que tem o dever constitucional de garantir a continuidade da cultura indígena, sua organização social, seus usos, costumes e tradições.

À guisa de conclusão

A CF/88 ao incorporar na sua sistemática os direitos sociais e culturais impôs o desafio de repensar as políticas públicas e a estrutura do Estado, para garantir a efetivação da democracia intercultural e superar definitivamente a concepção monolítica e centralizadora do poder do Estado, diante das distintas ordens constitucionais historicamente constituídas. A definição do que são os direitos indígenas, daquilo que é ou não relevante para

a preservação de sua cultura, do que é ser índio no Brasil contemporâneo, coloca a necessidade de estabelecer o diálogo entre o direito e os outros campos do saber reconhecendo, em especial na perícia antropológica, uma fonte preciosa de conhecimento e possibilidade de aproximação do “outro”. Esta mudança de postura pressupõe a superação da situação colonial (e sua política de etnocídio), onde a cultura hegemônica, ocidental, monocromática, heterossexual, em nome de uma suposta superioridade, impõe racionalizações, estereótipos e padrões de conduta discriminatórios em face dos índios, especialmente naquilo que se refere a sua própria definição.

Apesar de a CF/88 ter promovido a quebra do paradigma individualista e da recepção da Convenção nº 169 da OIT, a efetivação do direito à autodeterminação dos povos e a reinvenção do sistema jurídico brasileiro, através da aplicação/ interpretação das normas, para reconhecer garantias coletivas e novas perspectivas de vida local, se apresenta de forma muito tímida. Requer a superação de preconceitos na estrutura do Estado como um todo. Para falar de universalidade dos direitos humanos, primeiro é necessário interculturalizá-los. É preciso modificá-los, ampliá-los e constituí-los, reconhecendo o caráter incompleto dos direitos, cujo sentido, significado se constituiu a partir do conflito. Pensar nessa outra política de Estado pressupõe reconhecer a violência historicamente institucionalizada e construir caminhos para “reduzir danos”. O direito (e tudo aquilo que envolve o universo da justiça) está desafiado a construir novas bases conceituais para compreender os direitos indígenas, expandindo-os para questões de natureza político-territorial e socioculturais.

Referências:

ABA/ Associação Brasileira de Antropologia. Criminalização e Situação Prisional de Índios no Brasil. Relatório Final, em atendimento ao Edital – Projeto de Pesquisa ESMPU n°19/2006. Convênio PGR/ ABA. Brasília, 2007.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Capitalismo globalizado e recursos territoriais - fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Editora Lamparina: Rio de Janeiro, 2010.

CIMI/ Centro Indigenista Missionário. Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil, 2012.

CTI/ UCDB. Situação dos detentos indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul. Brasília: CTI, 2008.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Terras Ocupadas? Territórios? Territorialidades? Disponível in http://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/dgallois-1.pdf.

CASANOVA, Pablo González. 1922 – Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina. Petrópolis/ RJ: Vozes/ LPP/ CLACSO, 2002.

IBGE/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 2010. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_gerais_indigenas/default_caracteristicas_gerais_indigenas.shtm, visitado em 01/10/2012.

INESC/ Instituto de Estudos Socioeconômicos. Nota técnica n° 148 de 2012.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2ª Ed. Rio de Janeiro: contracapa/ Laced, 2004.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 2006.

TOURINHO NETO, Fernando da Costa. Os direitos originários dos Índios sobre as Terras que Ocupam e suas Consequências Jurídicas, in SANTILLI, Juliana (Coord.). Os direitos indígenas e a Constituição. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris/ Núcleo de Direitos Indígenas/ NDI, 1993, pp. 9-43.

Tabela 9 - Tentativas de Assassinato

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Bahia						
Buerarema	Serra do Padeiro/PovoTupinambá	14/08/2013	Lucas Araújo dos Santos		18	Aliados
Buerarema	Serra do Padeiro/PovoTupinambá	14/08/2013	Rangel Silva Calazans		25	Aliados
Santa Cruz Cabralia	Faz. Bom Retiro/T. I. Pataxó Coroa Vermelha	25/10/2013	José Marcos Rodrigues da Silva		28	Índio
Subtotal:					3	
Maranhão						
Itinga do Maranhão	Carvoaria Madermel/Dentro da Faz. do Jamel	27/05/2013	Trabalhador da Carvoaria Madermel		A	Trab. Rural
Timbiras	Fazenda Campestre Catulo	13/02/2013	Raimundo Rodrigues da Silva, "Brechó"+		41	Liderança
Subtotal:					2	
Mato Grosso do Sul						
Amambaí	Acamp. Tekoha Guaiviry/MS-386	30/01/2013	Genito Gomes		A	Liderança Indígena
Douradina	T. I. Lagoa Rica/Guarani-Kaiowá	12/04/2013	João da Silva		A	Índio
Japorá	Faz. Remanso Guaçu/T. I. Ivy Katu	27/01/2013	Cacique Ademir Salina		A	Liderança Indígena
Miranda	Faz. Petrópolis/T. I. Cachoeirinha	19/09/2013	João Pereira/Terena		50	Índio
Miranda	Chácara Boa Esperança/T. I. Pillad Rebuá	06/12/2013	Paulino Terena		A	Liderança Indígena
Rio Brillhante	Faz. Sto. Antônio da Nova Esperança/Com. Laranjeira Nhanderu	04/01/2013	Adelaide Sabino		A	Liderança Indígena
Sidrolândia	Faz. São Sebastião/T. I. Buriti	04/06/2013	Josiel Gabriel Alves		34	Índio
Subtotal:					7	
Minas Gerais						
Tumiritinga	P. A. Cachoeirinha	21/10/2013	José Pavuna Neto		A	Liderança
Subtotal:					1	
Paraná						
Guaíra	Aldeia Tekohá Mirim/T. I. Guarani	23/11/2013	Criança indígena		11	Índio
Subtotal:					1	
Rio Grande do Sul						
Sananduva	T. I. Passo Grande do Rio Forquilha/Kaingang	15/07/2013	Índigena		A	Índio
Subtotal:					1	
Total:					15	

Quando a bala manda recado

Por **Natalia Viana**¹ e **Ismael Machado**²

Quarenta mulheres: Regina, Joana, Francisca, Felicidade, Nilcilene, Marinez, Ivaneide, Rosemeire, Eloisia, Roseli, Lidiane, Damiana, Zuldemir, Laísa, Izabela, Nádia, Késia, Cleude, Zildete, Osvallinda, Noêmia, Daíze, Catiane, Raimundas, e muitas Marias. Dentre os 241 casos de pessoas ameaçadas em 2013 compilados meticulosamente neste relatório da CPT, esses nomes compõem um desenho aterrador. São mães, filhas, irmãs, esposas cujas vidas foram marcadas em algum momento pela cortante sanha da injustiça de terras no Brasil. Escolheram falar, organizar-se, lutar. Muitas abraçaram o sonho de seus companheiros mortos, outras acharam naquele pedaço de terra sua vocação política. Hoje elas não dormem durante a noite, à espera do assassino. Fogem dos filhos e netos para não derramar sobre eles o risco que correm. Tiram sua força da fé religiosa, da fé política: a terra chegará. Como Cleude Conceição, que ao lado do pai coordena ocupações em duas fazendas que ficam em terras da União em Itupiranga, no Pará. Com medo, ela tenta pegar na mão de Deus: “é difícil quando a bala manda recado”, diz. Registrando as suas histórias, este Conflitos no Campo Brasil pretende preservar a vida dessas mulheres e a existência das suas comunidades.

Antes de ouvi-las, valem algumas reflexões. Neste relatório constam apenas aquelas que sofreram uma ameaça pontual durante o ano de 2013, comunicada e catalogada pela Comissão Pastoral da Terra. Muitas, assombradas ao longo dos anos, não estão aqui nominadas porque o conflito está dormente. Outras já se foram. São nomes que não aparecem

na internet, a não ser em notas breves no site da própria CPT. É esse o único registro no olho público da sua saga; suas conquistas e seus medos não têm espaço nos jornais. Contar aqui essas histórias é resguardar um pedacinho delas para o futuro do Brasil.

Como mostra o levantamento anual da CPT, o primeiro passo para o assassinato é a ameaça, ou ameaças, os recadinhos anônimos ou com nome bem próprio espalhados na cidade, nos bares, nas escolinhas rurais e estradas de terra. Segundo os dados, nos últimos 10 anos – entre 2004 e 2013 – 2.282 pessoas foram ameaçadas de morte por questões relativas a conflitos por terra. Deste total, 915 são lideranças em suas comunidades ou apoio, tais como agente pastoral, advogado(a), religioso(a), defensor público, delegado do trabalho; 281 foram ameaçadas mais de uma vez.

Nesses dez anos, 338 pessoas foram assassinadas, e 34 delas tiveram ameaças de morte registradas pela CPT antes do crime. Ou seja: mais de 1 em cada 10 já vivia à espera da morte. Dessas vítimas fatais, 20 são mulheres, incluindo uma jovem de 16 anos, grávida – a sem-terra Francinalva Conceição Silva, assassinada em janeiro de 2005 a facadas. Suspeita-se que a mando do dono da fazenda ocupada pelo Acampamento João Canuto, em Tucuruí, no Pará. Uma menina indígena Yanomami foi morta em um conflito entre tribos que, segundo a Funai, estão sendo armadas por garimpeiros em troca da exploração ilegal do ouro em suas terras em Roraima, na fronteira com a Venezuela.

Somam-se a elas lideranças que sofreram tentativas de assassinato: 55 mulheres dentre 439 entre 2004 e

¹ Natalia Viana, jornalista, mestra em Radiojornalismo pela Goldsmiths College, London, é co-diretora da Agência Pública de Jornalismo Investigativo e autora do livro *Plantados no Chão*, sobre assassinatos de lideranças sociais.

² Ismael Machado, jornalista, mestre em Estudos Literários, com MBA em Comunicação e Semiótica, especialista em Metodologia da Educação. Autor de quatro livros, roteirista de dois documentários. É repórter especial do Diário do Pará.

2013. Mais de 10% do total. “As mulheres se tornaram lideranças que acabaram tomando a frente da luta, muitas vezes são responsáveis pelo sustento da família”, disse a advogada da Comissão Pastoral da Terra, Vânia Maria Santos, ao repórter Ismael Machado. “Da ameaça à concretização é pouca coisa”.

Com apoio da Agência Pública, Ismael visitou as reentrâncias do sul e sudeste paraense em busca de dez mulheres listadas em 2012 como ameaçadas de morte no estado que segue sendo o campeão da violência por terras, para a série de reportagens “Elas, marcadas para morrer”. Encontrou-as nos assentamentos, acampamentos, periferias dos municípios, nas entidades sindicais, seguindo sua vida, cumprindo pena forçada. A série é um dos poucos relatos sobre essa angústia que se arrasta no tempo. Nove delas estão de volta à lista da CPT este ano.

Em 2013 selaram o caixão de Laísa em vida, disse ela ao repórter sobre o julgamento dos assassinos da irmã Maria do Espírito Santo e do esposo, José Cláudio Ribeiro, no dia 4 de abril. “Eu defino o final do julgamento como o pior dia da minha vida”, completou. Aos 47 anos, as ameaças concretizadas contra a irmã agora são para ela. “Quando chega na Justiça e o resultado é o que se viu, é muito mais forte que o dia do assassinato. Estão selando três caixões”. Apenas o autor dos disparos, Alberto Lopes do Nascimento e o ajudante dele Lindonjonson Silva Rocha foram condenados. Nascimento recebeu pena de 45 anos em regime fechado. Rocha, 42 anos e oito meses. O principal acusado de ter sido o mandante do crime, José Rodrigues Moreira, foi absolvido e está em liberdade.

Há registros de ameaças a José Cláudio Ribeiro, desde 2001, e a Maria do Espírito Santo, desde 2003, pois o assentamento Praia Alta/Piranheira, que os dois ajudaram a fundar próximo ao município de Nova Ipixuna, passou a ser alvo de invasões para a retirada clandestina de madeira nobre para as madeiras, e depois comum para as carvoarias. Zé Cláudio presidia a associação de extrativistas, denunciava a atividade ilegal onde podia. “Prote-

gerei as florestas a qualquer custo. É por isso que eu poderia receber uma bala na cabeça a qualquer momento... Porque eu denuncie os madeiros e produtores de carvão e é por isso que eles pensam que eu não posso existir”, disse em um evento em Manaus, prevendo sua morte nove meses antes da bala.

Laísa, no assentamento desde 2001, é professora da escola e herdeira da luta da irmã. Devido à forte repercussão que o caso teve no Brasil e no exterior, o Ibama desencadeou uma operação no assentamento para destruir fornos de fabricação de carvão e fechar as sete serrarias clandestinas. As ameaças aumentaram. Um cachorro seu foi baleado. Um pequeno memorial de homenagem aos parentes assassinados, no justo local da emboscada, amanheceu um dia cravado de balas. “A gente não recuou, mas o pessoal do assentamento pedia para que me calasse, que eu iria acabar como minha irmã”, diz ela. Laísa entrou no Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Sempre que precisa se deslocar é acompanhada por policiais. Em casa recusou a proteção permanente por achar que ‘isso não é vida’. “Em 2012, passei o ano correndo da morte. Em 2013 estou correndo em busca da vida. Sei que diante das ameaças e de tudo o mais tenho que ter fé e coragem”, diz. “Nesse momento só tenho a fé”.

Elas, na linha de frente

No sudeste do Pará, a 532 km da capital, Nicinha mantém em um armário na sua casa uma caixa com mais de 20 folhas de papéis que resumem os anos de constantes ameaças. São cópias de boletins de ocorrência policial, declarações e atas de atendimento encaminhadas ao Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, documentos reunidos ao longo de 12 anos, desde que Zoldemir dos Santos de Jesus assumiu um papel de liderança no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Rondon do Pará. É diretora desde 2002, sob influência de um grande amigo, o diretor sindical Ribamar Francisco dos Santos. Dois

anos depois, Ribamar foi assassinado. “Esse foi um dos maiores choques da minha vida”, diz ela. Hoje com 52 anos, ela acumula as funções de vice-presidente e diretora de Políticas Sociais do sindicato, que atende em torno de 2.500 famílias assentadas. O marido não suportou a pressão e se separou dela. “Ligavam para minha casa sem se identificar, diziam que iam matar eu e minha família toda. Viver com tranquilidade é algo que desaprendi a fazer”.

Outros homens também foram embora. Antes de Ribamar, assassinaram o presidente José Dutra da Costa, o Dezinho, em 2000. Por causa dos assassinatos, nenhum homem quis assumir cargo diretivo no sindicato. Toda a executiva, hoje, é composta por mulheres.

A presidente é Maria Joel Dias da Costa, viúva de Dezinho. No início, ela não queria que ele se envolvesse “com essas coisas do sindicato”; chorava e orava. Mas nos sete anos de ameaças e emboscadas, a esposa foi entendendo e abraçando a luta do marido. Até que a morte veio: “Era de noite, umas 19 horas. Bateram na porta, fui atender e era um jovem, sem características que parecesse um pistoleiro. Ele criou toda uma história de uma avó que precisava ajeitar uns documentos para receber uma pensão”. Na frente da casa, o homem encontrou o sindicalista. Maria Joel ouviu-os conversar, fechou a porta, ouviu o disparo. Wellington de Jesus Silva, o pistoleiro, confessou que havia recebido dois mil reais e um revólver para executar seu marido, a mando do fazendeiro José Décio Barroso Nunes, o Delsão. Foi condenado a 29 anos de reclusão. O acusado de ser mandante do crime responde ao processo em liberdade. Não se sabe quando será julgado.

Viúva, Maria Joel assumiu a direção do sindicato e passou a denunciar o trabalho escravo nas fazendas de Rondon do Pará. As constantes ameaças têm sido encaminhadas para a Secretaria de Segurança Pública do Pará e já resultaram na abertura de alguns inquéritos policiais, sem nenhuma punição concreta. A única ajuda veio do Programa de Defensores de Direitos Humanos: dois agentes que permanecem 24 horas cuidando da sua segurança. Joelma é hoje

uma prisioneira da vida que leva. “Ainda estou de pé. Aos 50 anos ainda não me curvaram. Nem irmão”. Para outra Maria, Maria Regina Gonçalves, a escolta é voluntária e permanente, como o medo e a tristeza. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Eldorado dos Carajás – local onde aconteceu o histórico massacre de dezenove sem-terra em 1996 – ela não anda sem a companhia de pelo menos dois outros dirigentes sindicais. São seus companheiros e seguranças. As ameaças vieram depois que o sindicato passou a organizar 4 mil famílias em 22 projetos de assentamento no município. Os projetos já foram regularizados pelo Incra, mas a terra ainda não foi titulada: as famílias só têm um contrato de concessão de uso. Na indefinição legal, fazendeiros têm se apropriado das terras, cercando os assentamentos, comprando lotes de posseiros e fazendo pressão. “O recado que os agricultores ouvem é que se os fazendeiros não comprarem a terra dos trabalhadores, compram das viúvas”, diz Maria Regina. Os donos de terra a veem como uma grande liderança. No dia 27 de junho de 2012, nove fazendeiros entraram na sede do sindicato para pressionar Regina: “Só viemos falar com ela do risco que ela tá correndo”, disse um fazendeiro. “Eu tenho de passar de moto pelo vão entre duas dessas fazendas. E nas duas já teve assassinatos. Numa sumiram com o corpo, e no outro o corpo foi encontrado dentro de um poço”, conta ela. Com cinco filhos e quatro netos, a dirigente sindical hoje só quer viver em paz. Os filhos não deixam os netos andarem com ela por conta dos riscos. A mãe, sempre que precisa estar com a filha, fica quase o tempo todo rezando. “Quero paz, para mim e para quem tá comigo. Não é fácil andar apenas com a fé. A gente sabe o poder de uma bala. Por que tem de morrer?”.

Às vezes, o recado chega através dos ouvidos dos outros, mas chega. Maria Raimunda César de Souza soube que em uma reunião entre latifundiários de Marabá, também no sudeste paraense, falou-se que para vencer os sem-terra na região era preciso tirar quatro pessoas do caminho. Uma era ela, Maria, 39 anos, dirigente nacional do MST no estado. “Minha opção de vida foi escolher entre o medo

de calar e a defesa dos direitos humanos. Optei pela segunda via”, diz. A decisão veio cedo. Com menos de 12 anos já participava das comunidades eclesiais de base da igreja católica. Acompanhou marchas e mobilizações num período em que os crimes de pistolagem e a luta pela posse da terra atingiram o ápice no sul e sudeste do Pará. Em 1993, foi cursar Letras na Universidade Federal do Pará, onde fez parte do Diretório Central dos Estudantes. Em época de embates entre o MST e os latifundiários, conheceu e entregou-se ao Movimento. Em 2006, Maria Raimunda assumiu a direção do MST, dedicando sua vida e seu nome a todos os processos legais de ocupação de terra, embates com a polícia e disputas judiciais. Por conta disso, já teve pelo menos três prisões preventivas decretadas, teve que virar foragida. “Várias vezes recebi avisos de que poderia morrer. Muitas mensagens, gente dizendo para me cuidar, não viajar à noite, evitar ônibus, barzinhos, a não me expor”. Às vezes o telefone toca e do outro lado só o silêncio ou uma respiração profunda. “Quando baixa a poeira dessas tensões é que eu tenho mais medo. É na calma que os pistoleiros agem mais, quando estamos de guarda baixa”.

Elas só querem permanecer na sua terra ancestral

No dia 6 de janeiro de 2014, Rosemeire dos Santos Silva, negra, 36 anos, mãe de quatro filhas, teve a “cara enfiada” no chão por dois oficiais da marinha. “Ele montou em cima de mim, me amarrou de costas, enfiou meu rosto no chão, me deu muitos tapas, murros, meu corpo todo está doendo, só porque eu ia para casa”, relatou à TV local a moradora e líder do Quilombo Rio dos Macacos, que fica encravado dentro da Base Naval de Aratu, em Simões Filho, região metropolitana de Salvador. A área, da União, é administrada pela Marinha. A única entrada está permanentemente sob o rígido controle dos militares. Todos os 300 moradores do quilombo têm que se identificar à entrada da base. Naquele dia, o Comando do 2º Distrito Naval afirmou em nota que Rosemeire teria tentado pegar a arma de um dos militares. Ela, que voltava de matricular duas

filhas na escola, foi detida junto ao irmão por quatro horas na base naval – até as 20h. Dias depois, os sentinelas foram afastados e o Ministério da Defesa determinou a abertura de uma segunda via de acesso à área da comunidade Rio dos Macacos, sem interferência militar.

Mas não é por essa história que o nome de Rosemeire consta nesta lista de ameaçados. As agressões vêm de muito. E como em muitos – quiçá a maioria – dos conflitos aqui registrados, é a falta de definição legal e a inação do poder público que semeiam as tensões, aumentam as vinganças. São dores que não se apagam.

Apesar do quilombo ocupar a área há mais de 200 anos, formado por ex-escravos de fazendas que produziam cana-de-açúcar no período colonial para o Engenho de Aratu, a Marinha administra a área desde a década de 1950. O conflito acentuou-se nos últimos anos: em 2010, a União ganhou na Justiça Federal uma ação para remover as 33 famílias do terreno de 300 hectares. Desde então, a desocupação está em suspenso e as agressões e ameaças são constantes toda vez que as famílias entram ou saem da sua terra.

Em agosto de 2012, o escritório do INCRA na Bahia concluiu o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, garantindo que são quilombolas. Falta o governo federal demarcar a terra. “Quando a gente para e pensa que cada pé de manga, de jaca e de coco foi a minha vó quem plantou, que cada canto dessa terra tem uma história, que aqui é onde minha mãe enterrou meus irmãos... Tudo isso dá força pra gente. Então não tem nada no mundo que eu troque por esse pedaço de terra. Apesar de todo sofrimento”, disse Rosemeire em entrevista à imprensa local.

Pela terra onde estão enterrados os seus ancestrais, Damiana e sua comunidade passaram 14 anos acampadas à beira da rodovia BR-463, a 8 quilômetros do centro de Dourados, no Mato Grosso do Sul. A cacique Damiana Cabanha, de 73 anos, ficou ao lado da terra utilizada pela Usina São Fernando

para plantio de cana em larga escala. Na estrada cinco guaranis morreram por atropelamento - o último, Gabriel, um dos netos de Damiana, foi morto em março de 2012, aos 4 anos de idade. O motorista do veículo fugiu sem prestar socorro à criança, como nos outros casos.

A terra reivindicada pelos Kaiowá como tradicional está em processo de identificação e delimitação pela Fundação Nacional do Índio (Funai). O grupo de Damiana tenta há anos retomar o território. Com o tempo, o grupo foi minguando. Pelas contas da matriarca, de 130, passaram a 15. Em outubro de 2013, recuperaram a área que reconhecem como lugar do tekoha Apyka'I, a aldeia onde nasceram os seus. "Aqui perdi marido, dois filhos, um neto e uma tia. Agora, mais um neto", lamenta a cacique. No final de janeiro de 2014, o último lance nessa guerra judicial chegou com um novo mandado de reintegração de posse em favor de Cássio Guilherme Bonilha Tecchio, proprietário da Fazenda Serana, arrendada à usina desde 2009. Damiana é firme: não vai sair. "Meu pai morreu aqui no tekoha. Cemitério antigo tá aqui, fazendeiro botou fogo em tudo. Agora só usina usa. Chega. Chega de aproveitar a terra aqui a usina. Usina não vai mais cortar cana", disse Damiana ao jornalista Ruy Sposati, do CIMI. "Agora não vou deixar mais cortar cana e nem passar veneno".

A briga por espaço no novo Brasil

Ao lado da disputa centenária e sem fim de Damiana surgem novas disputas, filhas de megaprojetos aliados à estratégia de crescimento do governo federal. Os conflitos de terra ganham nova roupagem, as disputas chegam a novos espaços de onde moradores são empurrados pelo frenesi do desenvolvimento econômico. Não raro, na base da força e da ameaça, algumas vezes no tiro. No V Distrito de São João da Barra, no norte do Rio de Janeiro, duas famílias acusam funcionários da empresa LLX Logística, do empresário Eike Batista, de atentar con-

tra suas vidas. A última intimidação, registrada em Boletim de Ocorrência, aconteceu em 17 de outubro de 2013 no "Sítio do Birica" onde, de maneira tranquila, Noêmia Magalhães e seu esposo Valmir viveram durante muitos anos, até que a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (Codin) buscasse a desapropriação para as obras do Complexo Portuário do Açu, cujo principal foco será a exportação de petróleo e minérios. No começo de 2014, a obra obteve financiamento de R\$ 1,8 bilhão do BNDES.

Noêmia Magalhães lidera o movimento de resistência à desocupação das terras do V Distrito. Desde o início das desapropriações, em 2011, relata que sua família vem recebendo ameaças e intimidações de funcionários da LLX, nominalmente do chefe de segurança da empresa, Leandro Tavares. Naquela noite de outubro, atiradores passaram em um carro atirando na direção da propriedade. Segundo ela, carros param ostensivamente diante da sua casa e das de outros agricultores. Algumas vezes, tiram fotos. "Agora estou com mais vontade ainda de lutar pelos meus direitos e não são os tiros deles que vão me intimidar", disse ela ao *Jornal do Brasil*.

Seja no Brasil do atraso ou do suposto progresso, elas estão brigando para terem seus direitos garantidos, suas liberdades respeitadas, pelo cuidado e respeito do poder público às suas comunidades. Muitas vezes é só por causa delas que a lei é cumprida. É por isso que as ameaças a essas mulheres são em sua essência um crime contra a democracia, que a CPT tenazmente busca registrar ano após ano. O que escreveu a jornalista britânica Jan Rocha na introdução ao livro *Plantados no Chão*, em 2006, é mais atual do que nunca: "um país que deixa matar seus líderes populares está se ferindo, se mutilando. Essa sangria permanente das mulheres e dos homens mais corajosos e dinâmicos, mais idealistas e generosos, tem um custo alto. A morte de um líder não é simplesmente a eliminação de uma pessoa inconveniente, mas um golpe contra a esperança. Contra o futuro".

Tabela 10 - Ameaçados de Morte

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Acre						
Rio Branco	Arrombamento da Sede da CPT	21/01/2013	Cosme Capistano		A	Ag. pastoral
Rio Branco	Arrombamento da Sede da CPT	21/01/2013	Maria Darlene Braga Martins		A	Ag. pastoral
Subtotal:				2		
Alagoas						
União dos Palmares	Fazenda Martin Afonso	15/07/2013	Marcos Marques		A	Liderança
Subtotal:				1		
Amazonas						
Apuí	Rodovia BR-230/Km-135	01/11/2013	Odomar Neri Fernandes		65	Pequeno proprietário
Canutama	Acamp. Rio Azul/Com. Vila Aspecra	19/09/2013	Jair Lopes Cordeiro		56	Posseiro
Canutama	Acamp. Rio Azul/Com. Vila Aspecra	19/09/2013	Maurício Arza Galasua		A	Liderança
Canutama	Acamp. Rio Azul/Com. Vila Aspecra	19/09/2013	José Maria Martins		52	Liderança
Canutama	Acamp. Rio Azul/Com. Vila Aspecra	19/09/2013	Lauriano Pereira de Lima		A	Posseiro
Canutama	Acamp. Rio Azul/Com. Vila Aspecra	19/09/2013	Genival Costa da Silva		56	Posseiro
Canutama	Acamp. Rio Azul/Com. Vila Aspecra	19/09/2013	Francisco Árza Galasua		A	Liderança
Canutama	Acamp. Rio Azul/Com. Vila Aspecra	19/09/2013	Francisco das Chagas Silva Souza		A	Posseiro
Canutama	Acamp. Rio Azul/Com. Vila Aspecra	19/09/2013	Efésio de Moura Alves		54	Posseiro
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	01/11/2013	Manoel Colares da Silva		68	Liderança
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	01/11/2013	Maria Célia Lopes de Souza		A	Posseira
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	01/11/2013	Raimunda Barbosa da Silva		61	Liderança
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	12/02/2013	João Nonato Piedade		62	Assentado
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	12/02/2013	Evandro da Silva Santos		35	Assentado
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	12/02/2013	Cristiano Araújo da Silva		A	Assentado
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	12/02/2013	Felicidade Araújo da Silva		67	Assentada
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	12/02/2013	Nilcilene Miguel de Lima		47	Liderança
Lábrea	PAF Curuquetê/Linha 02/Km 09/Ramal do Jequitibá	01/11/2013	José Miguel da Rocha		49	Liderança

* Ao lado do nome indica que a pessoa recebeu mais de uma ameaça; a + indica que a pessoa recebeu ameaça e foi assassinada.

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Lábrea	Resex Ituxi	23/08/2013	Francisco Monteiro Duarte		A	Liderança
Lábrea	Resex Ituxi	23/08/2013	Silvério Maciel		A	Ribeirinho
Lábrea	Resex Ituxi	23/08/2013	Pr. Antônio Vasconcelos de Souza		59	Liderança
Lábrea	Resex Médio Purus	24/09/2013	José Maria Ferreira de Oliveira		A	Liderança
Lábrea	Resex Médio Purus	24/09/2013	José Maria Carneiro		A	Liderança
Manaus	Uberê	01/11/2013	Ivaneide Soares Frota		54	Ag. pastoral
Manaus	Tarumã-Açu/Com. Novo Paraíso/Frederico Veiga/Empresa Eletroferro	22/08/2013	João Caetano		93	Posseiro
Manicoré	Comunidade Mata Azul	14/07/2013	Guilherme Oliveira da Silva		A	Posseiro
Manicoré	Comunidade Mata Azul	14/07/2013	Maria Claudete de Oliveira Chagas		A	Posseira
Manicoré	Comunidade Mata Azul	14/07/2013	Benedito Aparecido Rodrigues		A	Posseiro
Manicoré	Comunidade Mata Azul	14/07/2013	Joana da Silva Ferreira		A	Posseira
Manicoré	Comunidade Mata Azul	14/07/2013	Francisca da Silva Magalhães		A	Posseira
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	01/11/2013	Valdemar da Silva Brazão		65	Ribeirinho
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	01/11/2013	Marcelino Machado Ferreira		28	Ribeirinho
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	01/11/2013	Maria do Perpétuo Socorro da Silva Nazaré		63	Ribeirinha
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	01/11/2013	Francisco Parede de Lima		46	Ribeirinho
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	01/11/2013	Marinez Laranjeira de Lima		40	Ribeirinha
Presidente Figueiredo	Com. Terra Santa/Km 152/BR-174	20/08/2013	Francisco Arivaldo Franca Andrade		44	Posseiro
Presidente Figueiredo	Com. Terra Santa/Km 152/BR-174	20/08/2013	Aristeu Bezerra de Souza		A	Posseiro
Presidente Figueiredo	Com. Terra Santa/Km 152/BR-174	20/08/2013	Valdomiro Machado		A	Posseiro
Presidente Figueiredo	Com. Terra Santa/Km 152/BR-174	20/08/2013	Francisco José Borges dos Santos		52	Posseiro
Presidente Figueiredo	Com. Terra Santa/Km 152/BR-174	20/08/2013	Luiz Barbosa Machado		76	Posseiro
Subtotal:					40	
Bahia						
Barreiras	Ameaças de Morte/Audidores Fiscais do Trabalho	31/07/2013	Audidores Fiscais do Trabalho	3	A	Funcionário Público
Buerarema	Serra do Padeiro/PovoTupinambá	14/08/2013	Rosivaldo Ferreira da Silva, "Babau"		A	Liderança Indígena
Buerarema	Serra do Padeiro/PovoTupinambá	14/08/2013	Givaldo Ferreira da Silva, "Gil"		A	Liderança Indígena
Buerarema	Serra do Padeiro/PovoTupinambá	05/09/2013	Edson Machado de Brito, "Edson Kayapó"		41	Índio
Iguaí	Faz. Lagedo/Três Lagedos	02/04/2013	Fábio dos Santos Silva+		37	Liderança
Simões Filho	Com. Quilombola Rio dos Macacos	03/01/2013	Rosemeire dos Santos Silva		34	Liderança Quilombola
Una	Área entre Acuípe de Baixo e Mamão/Faz. do Senhor Jorge	04/09/2013	Cacique Valdenilson Oliveira dos Santos		A	Liderança Indígena
Subtotal:					9	
Ceará						
Amontada	Com. Caetanos de Cima/Assent. Sabiaguaba/Imobiliárias/Us. Eólica Icarai/PAC	07/09/2013	Josafá Ribeiro da Silva		A	Liderança
Amontada	Com. Caetanos de Cima/Assent. Sabiaguaba/Imobiliárias/Us. Eólica Icarai/PAC	07/09/2013	José Barbosa Soares		A	Assentado
Amontada	Com. Caetanos de Cima/Assent. Sabiaguaba/Imobiliárias/Us. Eólica Icarai/PAC	07/09/2013	Francisco Valyres de Sousa		A	Assentado
Subtotal:					3	
Goiás						
Rio Verde	P. A. Fazenda Pontal dos Buritis	19/09/2013	Hugo dos Santos		A	Funcionário Público

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Subtotal:				1		
Maranhão						
Açailândia	Faz. Muzerá/Da Prata	04/07/2013	Josué Alves de Oliveira		A	Trab. Rural
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Arame	13/11/2013	Antônio Carlos		A	Posseiro
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Arame	13/11/2013	Nena Rodrigues do Nascimento		A	Posseiro
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Arame	13/11/2013	José Santana Oliveira da Silva		A	Posseiro
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Arame	13/11/2013	Francisco Cearense		63	Posseiro
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Arame	13/11/2013	Antônio Gaspar Ribeiro		59	Posseiro
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Arame	13/11/2013	João Rosa de Sousa Filho		63	Posseiro
Amarante do Maranhão	Terra Indígena Governador	13/01/2013	Augusto Gavião		A	Liderança Indígena
Bom Jardim	Fazenda Palmireno/Victória	15/07/2013	Juceildo Ribeiro Vieira		A	Trab. Rural
Brejo	Com. Quilombola de Depósito	22/02/2013	Manoel Natal Barros		50	Liderança Quilombola
Chapadinha	Tiúba	08/06/2013	Francisco da Silva		A	Posseiro
Chapadinha	Tiúba	08/06/2013	Eloisia Maria de Jesus da Silva		64	Posseira
Chapadinha	Tiúba	29/10/2013	Maria Ferreira da Rocha		A	Posseira
Chapadinha	Tiúba	29/10/2013	João Cardoso dos Santos, "João Manoca"		A	Posseiro
Chapadinha	Tiúba	29/10/2013	João Lopes da Silva, "João Leodoro"		A	Posseiro
Chapadinha	Área Próxima ao Assentamento Baturité	22/05/2013	Manoel do Baturité		A	Sindicalista
Cidelândia	Carvoaria do Flávio/Água Boa	29/05/2013	Antônio Carlos das Neves Novaes		47	Trab. Rural
Codó	Pov. Vergel/Veget/Faz. Boa Esperança	30/04/2013	Antônio Isídio Pereira**		A	Liderança Quilombola
Codó	Pov. Vergel/Veget/Faz. Boa Esperança	30/04/2013	Pe. José Wasenteiner		A	Religioso
Codó	Com. Três Irmãos/Empresa Costa Pinto	18/11/2013	José da Silva Pacheco, "Sousa"		A	Liderança Quilombola
Codó	Com. Três Irmãos/Empresa Costa Pinto	18/11/2013	Maria Romana		A	Liderança Quilombola
Codó	Com. Quilombola Santa Maria dos Moreiras	03/02/2013	Mário Sérgio		A	Liderança Quilombola
Codó	Comunidade Livramento	31/08/2013	Francisco das Chagas Ferreira dos Santos		A	Liderança Quilombola
Codó	Povoado Brejo Seco	14/04/2013	Manoel Luz da Silva, "Curió"		52	Posseiro
Matões do Norte	Com. Quilombola Lago do Coco	15/08/2013	Francisco Xavier Casanova		A	Liderança Quilombola
Morros	Comunidade Fineza	06/10/2013	Posseiros da Com. Fineza	4	A	Liderança Quilombola
Palmeirândia	Quilombo Cruzeiro	30/09/2013	Catarino dos Santos Costa		35	Liderança Quilombola
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Pontes/Data Aldeia Velha	31/01/2013	José Patrício		A	Liderança Quilombola
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Pontes/Data Aldeia Velha	31/01/2013	Jorge		A	Liderança Quilombola
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Pontes/Data Aldeia Velha	31/01/2013	José da Cruz Conceição Monteiro		A	Liderança Quilombola
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Pontes/Data Aldeia Velha	31/01/2013	João Batista Sousa Pontes		A	Liderança Quilombola
Santa Helena	Com. Quilombola São Roque	20/08/2013	José Emildo Costa Sousa		A	Quilombola
Santa Helena	Com. Quilombola São Roque	20/08/2013	Nilton César Silva Lima		A	Quilombola
Santa Inês	Com. Quilombola Onça	09/09/2013	José Salomão Lopes Silva		46	Quilombola
Santa Inês	Com. Quilombola Onça	09/09/2013	Antônio Alves Ferreira Lima**		53	Quilombola
Santa Inês	Com. Quilombola Onça	09/09/2013	Magno da Conceição		27	Quilombola
Santa Inês	Com. Quilombola Onça	09/09/2013	Maurício de Jesus		23	Quilombola
São João do Caru	Área Indígena Awá - Guajá	21/11/2013	José Pedro dos Santos		A	Aliados
São Luís Gonzaga do Maranhão	Comunidade Quilombola de Santarém	17/04/2013	Antônio Mires Muniz		A	Quilombola
São Luís Gonzaga do Maranhão	Com. Quilombola São Pedro	02/01/2013	Luís Sérgio		A	Liderança Quilombola

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
São Raimundo das Mangabeiras	Assentamento Bacuri	06/04/2013	Assentados do P. A. Bacuri	2	A	Assentado
Serrano do Maranhão	Com. Açude/Iteno/Vista Alegre	01/10/2013	Benedito Silva		A	Liderança Quilombola
Timbiras	Fazenda Campestre Catulo	13/02/2013	Raimundo Rodrigues da Silva, "Brechó"+		41	Liderança
Turilândia	Com. Quilombola Pindoval de Fama	02/12/2013	Elias Santos de Melo		A	Liderança Quilombola
Urbano Santos	Comunidade Mangueira II	31/12/2013	Gilvan Ferreira dos Santos		44	Posseiro
Subtotal:				49		
Mato Grosso						
Bom Jesus do Araguaia	T. I. Marãiwatsedé/Xavante/Faz. Suiá-Missu	08/03/2013	Damião Paradzine		A	Liderança Indígena
Brasnorte	T. I. Menku/Aldeia Japuía/Myky	12/05/2013	Cláudio		A	Índio
Confresa	Assent. Fartura/Faz. Roncador	30/09/2013	Reginaldo Alves Pereira+		48	Assentado
Luciara	Reserva Extrativista Retireira do Araguaia	18/09/2013	Rubem Taverny Sales		A	Liderança
Luciara	Reserva Extrativista Retireira do Araguaia	22/09/2013	Lidiane Sales		A	Retireira
Luciara	Reserva Extrativista Retireira do Araguaia	22/09/2013	Jossiney Evangelista		A	Político
Luciara	Reserva Extrativista Retireira do Araguaia	23/09/2013	José Raimundo Ribeiro da Silva, "Zecão"		A	Ag. pastoral
Nova Guarita	Gleba Gama	11/03/2013	Pré Assentados/Gleba Gama	11	A	Assentado
Nova Maringá	Assent. Arinos/Fertilizantes Mitsui S/A Indústria e Comércio	24/06/2013	Juraci dos Santos Mares		A	Assentado
Nova Maringá	Assent. Arinos/Fertilizantes Mitsui S/A Indústria e Comércio	24/06/2013	Roseli		A	Assentada
Nova Maringá	Assent. Arinos/Fertilizantes Mitsui S/A Indústria e Comércio	24/06/2013	Carlos Alves de Sá		A	Assentado
Novo Mundo	Acampamento União Recanto	26/06/2013	Nelson Alves de Lima		A	Liderança
Novo Mundo	Acampamento União Recanto	26/06/2013	Osmar Rodrigues da Cunha		A	Liderança
Novo Mundo	Acampamento União Recanto	26/06/2013	Teobaldo Francisco de Almeida		A	Liderança
Novo Mundo	Acampamento União Recanto	26/06/2013	Josimar da Silva		A	Liderança
Novo Mundo	Gleba Nhandu/Faz. Belo Horizonte	14/06/2013	Iares Batista Vieira		35	Sem - terra
São Félix do Araguaia	T. I. Marãiwatsedé/Xavante/Faz. Suiá-Missu	06/03/2013	Dom Pedro Casaldáliga		85	Religioso
Subtotal:				27		
Mato Grosso do Sul						
Amambaí	Acamp. Tekoha Guaiviry/MS-386	04/01/2013	Genito Gomes		A	Liderança Indígena
Caarapó	Aldeia Te Yikue/Te'yikue/Faz. Sta Helena/Faz. Sardinha	12/04/2013	Otoniel Ricardo		A	Liderança Indígena
Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurusu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	08/03/2013	Eliseu Lopes		A	Liderança Indígena
Douradina	T. I. Lagoa Rica/Guarani-Kaiowá	10/04/2013	Indígena da T. I. Lagoa Rica/Guarani Kaiowá		A	Índio
Douradina	T. I. Lagoa Rica/Guarani-Kaiowá	21/04/2013	Familiares do Indígena João da Silva	2	A	Índio
Dourados	Aldeias Bororo e Jaguapiru/Guarani - Kaiowá	10/08/2013	Cacique Getúlio de Oliveira		A	Liderança Indígena
Dourados	Com. Apyka'y/Acamp. na BR-463/Km 10/Próximo à Faz. Serrana	22/03/2013	Damiana Cavaña		A	Liderança Indígena
Dourados	Fazenda São Lourenço	23/04/2013	Joaquim Eduardo (nome fictício)		A	Trab. Rural
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	08/01/2013	Frei Franciscano (nome não veiculado)		A	Religioso
Juti	T. I. Guarani-Kaiowá/Aldeia Taquara/Faz. Brasília do Sul	29/01/2013	Cacique Ládio Veron		A	Liderança Indígena
Juti	T. I. Guarani-Kaiowá/Aldeia Taquara/Faz. Brasília do Sul	29/01/2013	Araldo Veron		A	Liderança Indígena
Juti	T. I. Guarani-Kaiowá/Aldeia Taquara/Faz. Brasília do Sul	29/01/2013	Francisco Gonçalves		A	Liderança Indígena

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Miranda	Faz. Petrópolis/T. I. Cachoeirinha	04/02/2013	Lindomar Terena		A	Liderança Indígena
Miranda	Chácara Boa Esperança/T. I. Pillad Rebuá	06/12/2013	Paulino Terena***		A	Liderança Indígena
Rio Brilhante	Faz. Sto. Antônio da Nova Esperança/Com. Laranjeira Nhanderu	03/03/2013	Liderança da Com. Laranjeira Nhanderu		A	Liderança Indígena
Sete Quedas	T. I. Sombreiro/Guarani-Kaiowá /Faz. São Lucas/Floresta Negra	07/02/2013	Indígena da T. I. Sombreiro		14	Índio
Sete Quedas	T. I. Sombreiro/Guarani-Kaiowá /Faz. São Lucas/Floresta Negra	07/02/2013	Indígena da T. I. Sombreiro		17	Índio
Subtotal:				18		
Minas Gerais						
Itacarambi	Faz. São Judas Tadeu/Com. Vargem Grande/Povo Xakriabá	08/11/2013	Abdias Pereira Lopes		34	Liderança Indígena
Itacarambi	Faz. São Judas Tadeu/Com. Vargem Grande/Povo Xakriabá	08/11/2013	Amerindo Bezerra da Silva		60	Liderança Indígena
Itacarambi	Faz. São Judas Tadeu/Com. Vargem Grande/Povo Xakriabá	08/11/2013	João Cavalcante Bezerra		49	Liderança Indígena
Itacarambi	Faz. São Judas Tadeu/Com. Vargem Grande/Povo Xakriabá	08/11/2013	Domingos Nunes de Oliveria		35	Liderança Indígena
Itacarambi	Faz. São Judas Tadeu/Com. Vargem Grande/Povo Xakriabá	08/11/2013	Jácomo Nunes Bezerra		63	Liderança Indígena
Itacarambi	Faz. São Judas Tadeu/Com. Vargem Grande/Povo Xakriabá	08/11/2013	João Batista dos Santos		51	Liderança Indígena
Itacarambi	Faz. São Judas Tadeu/Com. Vargem Grande/Povo Xakriabá	08/11/2013	Hilário Correa Franco		52	Liderança Indígena
Rio Pardo de Minas	Fazenda Capão Muniz	31/01/2013	João Severino Dias		A	Sem - terra
São João da Ponte	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever/Arapuã /Lagoa da Varanda	26/02/2013	Quilombola do Brejo dos Crioulos		A	Quilombola
Verdelândia	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever/Arapuã /Lagoa da Varanda	29/10/2013	José Carlos de Oliveira Neto		A	Liderança Quilombola
Subtotal:				10		
Pará						
Abel Figueiredo	Faz. Asturya/Acamp Jesus é Rei/Sid. Ibérica	10/12/2013	José Carlos de Jesus Oliveira		A	Sem - terra
Abel Figueiredo	Faz. Asturya/Acamp Jesus é Rei/Sid. Ibérica	10/12/2013	Nivaldo Oliveira Sousa		A	Sem - terra
Abel Figueiredo	Faz. Asturya/Acamp Jesus é Rei/Sid. Ibérica	10/12/2013	Vanderlei Lima de Oliveira		A	Sem - terra
Alenquer	Ameaças de Morte	20/10/2013	João Costa Gomes		42	Presidente de STR
Altamira	Faz. Atalas/Tigre/Castelo dos Sonhos/PDS Brasília	16/03/2013	Izabel Oliveira		A	Liderança
Baião	Acampamento Lago Verde	15/07/2013	Maria do Carmo Pinheiro Chaves, "Du Carmo		A	Liderança
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Gaúcha	16/10/2013	Antônio Alves		52	Sem - terra
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Gaúcha	21/10/2013	Bertulino Rodrigues dos Santos		83	Sem - terra
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Gaúcha	21/10/2013	João Pereira Batista		A	Sem - terra
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Gaúcha	31/10/2013	Zildete de Souza Pereira		54	Liderança
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Gaúcha	04/11/2013	Edvaldo Fernandes de Sousa		A	Sem - terra
Breu Branco	Faz. Nazaré de Patos	15/06/2013	Diassis Costa Fernandes		A	Sem - terra
Cumaru do Norte	Faz. Estrela de Maceió/Acamp. Cangaia-Brilhante	24/08/2013	Júnior Amorim Silva		A	Trab. Rural
Eldorado dos Carajás	Ameaças de Morte	14/07/2013	Maria Regina Gonçalves		A	Sindicalista
Floresta do Araguaia	Faz. Faras/Assent. Bom Sucesso/Gleba Las Casas	01/09/2013	João Batista Pereira da Silva		A	Liderança
Floresta do Araguaia	Fazenda Arapuru/Do Vital	29/01/2013	Clevionildo Torres Coutinho		31	Trab. Rural
Itupiranga	Faz. Potiguar/Bandeirantes/Acamp. Planta Brasil	22/07/2013	Cleude Conceição		30	Liderança
Itupiranga	Fazenda Moranjuba	12/10/2013	Antônio Gomes de Souza		46	Ocupante
Marabá	Agrop. Sta. Bárbara/Mª Bonita/Compl. Faz. São Felipe	29/07/2013	Maria Raimunda César de Souza		A	Liderança

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Marabá	Carvoaria na Faz. Lacy	19/07/2013	Trabalhador/Carvoaria Faz. Lacy		A	Trab. Rural
Marabá	Carvoaria na Faz. Lacy	19/07/2013	Jônatas dos Santos Andrade		A	Funcionário Público
Marabá	Carvoaria na Faz. Lacy	19/07/2013	Romoaldo José Oliveira		A	Advogado
Marabá	Faz. Muriaé/Acamp. José Cláudio e Maria	03/12/2013	Jefer Alves de Oliveira		35	Sem - terra
Marabá	Faz. Muriaé/Acamp. José Cláudio e Maria	03/12/2013	Bruno Milton Cardoso da Silva		45	Sem - terra
Marabá	Faz. Muriaé/Acamp. José Cláudio e Maria	03/12/2013	Maria do Espírito Santo de Souza		A	Sem - terra
Marabá	Faz. Muriaé/Acamp. José Cláudio e Maria	03/12/2013	Francisco das Chagas Oliveira		57	Sem - terra
Nova Ipixuna	Assent. Praia Alta Piranhiera/Cupu/Passé Bem/Mamona	04/01/2013	Laisa Santos Sampaio **		47	Liderança
Nova Ipixuna	Assent. Praia Alta Piranhiera/Cupu/Passé Bem/Mamona	04/04/2013	José Maria Gomes Sampaio, "José Rondon"		A	Assentado
Nova Ipixuna	Assent. Praia Alta Piranhiera/Cupu/Passé Bem/Mamona	04/04/2013	Nilton de Lima		A	Assentado
Nova Ipixuna	Assent. Praia Alta Piranhiera/Cupu/Passé Bem/Mamona	25/06/2013	Osmar Cruz Lima		A	Sindicalista
Pacajá	Faz. Zé dos Cachorros	16/08/2013	Sebastião Batista dos Santos		41	Trab. Rural
Rio Maria	Ameaças de morte	21/01/2013	Carlos Cabral Pereira		A	Presidente de STR
Rondon do Pará	Ameaças de Morte	08/07/2013	Maria Joel Dias Costa		50	Sindicalista
Rondon do Pará	Ameaças de Morte	08/07/2013	Zuldemir dos Santos de Jesus, "Nicinha"		A	Sindicalista
Santana do Araguaia	Faz. Mabel/Nobel/Acamp. Brasil Novo	22/05/2013	Késia Furtado de Araújo		32	Sem - terra
Santana do Araguaia	Faz. Mabel/Nobel/Acamp. Brasil Novo	22/05/2013	Nádia Pinho da Silva		44	Liderança
São Félix do Xingu	Assentamento Vila Sudoeste	01/04/2013	Juvêncio Coelho da Luz		A	Liderança
São Félix do Xingu	Fazenda Serra Dourada	29/04/2013	Carlos Alberto Bezerra da Silva		37	Trab. Rural
Trairão	P. A. Areia II/Com. São Mateus	02/10/2013	Gessi da Silva Macedo		A	Assentada
Trairão	P. A. Areia II/Com. São Mateus	02/10/2013	Oswalinda Maria Marcelina Alves Pereira		A	Assentada
Trairão	P. A. Areia II/Com. São Mateus	02/10/2013	Pe. José Boeing		A	Religioso
Trairão	P. A. Areia II/Com. São Mateus	02/10/2013	Daniel Alves Pereira		A	Assentado
Trairão	P. A. Areia II/Com. São Mateus	02/10/2013	Antônio de Paula e Silva		A	Assentado
Trairão	P. A. Ypiranga/Gleba H/Lotes 46 a 49	28/03/2013	Emerson Antunes		A	Assentado
Trairão	P. A. Ypiranga/Gleba H/Lotes 46 a 49	07/10/2013	Evangelista Rodrigues Cordeiro da Silva		A	Assentado
Tucuruí	Barragem Tucuruí/Eletronorte/T.I. Parakanã	01/04/2013	Roquevan Alves Silva		47	Liderança
Subtotal:				46		
Paraíba						
Campina Grande	Fazenda Santa Cruz	06/01/2013	Luís Soares da Silva		A	Liderança
Campina Grande	Fazenda Santa Cruz	06/01/2013	Sebastião Rodrigues do Nascimento		A	Liderança
Campina Grande	Fazenda Santa Cruz	06/01/2013	Josino Barbosa da Silva Neto		A	Liderança
Campina Grande	Fazenda Santa Cruz	06/01/2013	Josias Barbosa da Silva		A	Liderança
Subtotal:				4		
Paraná						
Guaíra	Aldeia Tekohá Mirim/T. I. Guarani	23/11/2013	Cacique Arnaldo Dias		A	Liderança Indígena
Terra Roxa	Aldeia Tekohá Yvyraty Porã/T. I. Guarani	07/06/2013	Cacique Raul Medina		A	Liderança Indígena
Terra Roxa	Aldeia Tekohá Tajy Poty/T. I. Guarani	06/06/2013	Cacique Assunção Benites		63	Índio
Subtotal:				3		
Pernambuco						

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Moreno	Engenho Una	28/02/2013	Posseiros do Eng. Una	3		Liderança
Sirinhaém	Us. Trapiche/Ilha de Constantino	30/11/2013	Maria Nazareth dos Santos		38	Pescadora
Sirinhaém	Us. Trapiche/Ilha de Constantino	03/12/2013	Irmã de Maria Nazareth		A	Pescadora
Subtotal:				5		
Rio de Janeiro						
Campos dos Goytacazes	Acamp. Oziel Alves 2/Mergulhão/Cambahyba	01/01/2013	Cícero Guedes dos Santos+		47	Liderança
Magé	Comunidades da Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	11/04/2013	Maicon Alexandre Rodrigues de Carvalho, o Pelé**		A	Liderança
Parati	APA de Cairuçu	09/04/2013	Analista ambiental da APA de Cairuçu		A	Ambientalista
Rio de Janeiro	Comunidades da Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	28/01/2013	Alexandre Anderson de Souza**		42	Liderança
Rio de Janeiro	Comunidades da Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	28/01/2013	Daize Menezes de Sousa		A	Liderança
São João da Barra	Complexo Portuário de Açú/Grupo EBX/LLX/PAC	17/10/2013	Filhos do Sr. José Irineu Toledo	5	A	Pequeno proprietário
São João da Barra	Complexo Portuário de Açú/Grupo EBX/LLX/PAC	17/10/2013	Noêmia Magalhães		A	Liderança
Subtotal:				11		
Rio Grande do Sul						
Restinga Seca	Com. Quil. Rincão dos Martimianos	31/03/2013	Clédis Rezende de Souza		44	Quilombola
Subtotal:				1		
Rondônia						
Candeias do Jamari	Agrop. Rio Candeias/Faz. Urupá/Assent. Flor do Amazonas	29/04/2013	Catiane Suzana Joniob		29	Assentada
Chupinguaia	Faz. Dois Pinguins/Caramello	17/05/2013	Udo Wahlbrinck		A	Presidente de STR
Chupinguaia	Faz. Estrela/Lotes 52 e 53/Linhas 80 e 85/Gl. Corumbiara/Assoc. Nossa Sra. Aparecida	25/07/2013	Pedro Arrigo		A	Liderança
Chupinguaia	Faz. Estrela/Lotes 52 e 53/Linhas 80 e 85/Gl. Corumbiara/Assoc. Nossa Sra. Aparecida	25/07/2013	Eva Ortiz		A	Liderança
Jaru	Acampamento Zé Porfírio	27/02/2013	Trab. Acampamento Zé Porfírio		A	Liderança
Porto Velho	Gleba Rio das Garças	17/05/2013	Natalino Alexandre dos Santos		45	Liderança
Seringueiras	Faz. Riacho Doce/Acamp. Paulo Freire 3	04/07/2013	José Ossak		A	Ag. pastoral
Vilhena	P. A. Águas Claras	14/03/2013	Adilson Alves Machado		A	Ag. pastoral
Vilhena	P. A. Águas Claras	07/05/2013	Joel Natalício, "Tiziu"***		65	Assentado
Subtotal:				9		
Roraima						
Caracaraí	P. A. Caxias/Confiança III/Vicinal 09	11/12/2013	Antônio Nascimento		A	Ag. pastoral
Subtotal:				1		
Santa Catarina						
Palhoça	T. I. Morro dos Cavalos/ Itaty/ Guarani M'Bya	01/03/2013	Cacique Eunice Antunes		A	Liderança Indígena
Subtotal:				1		
Total:				241		

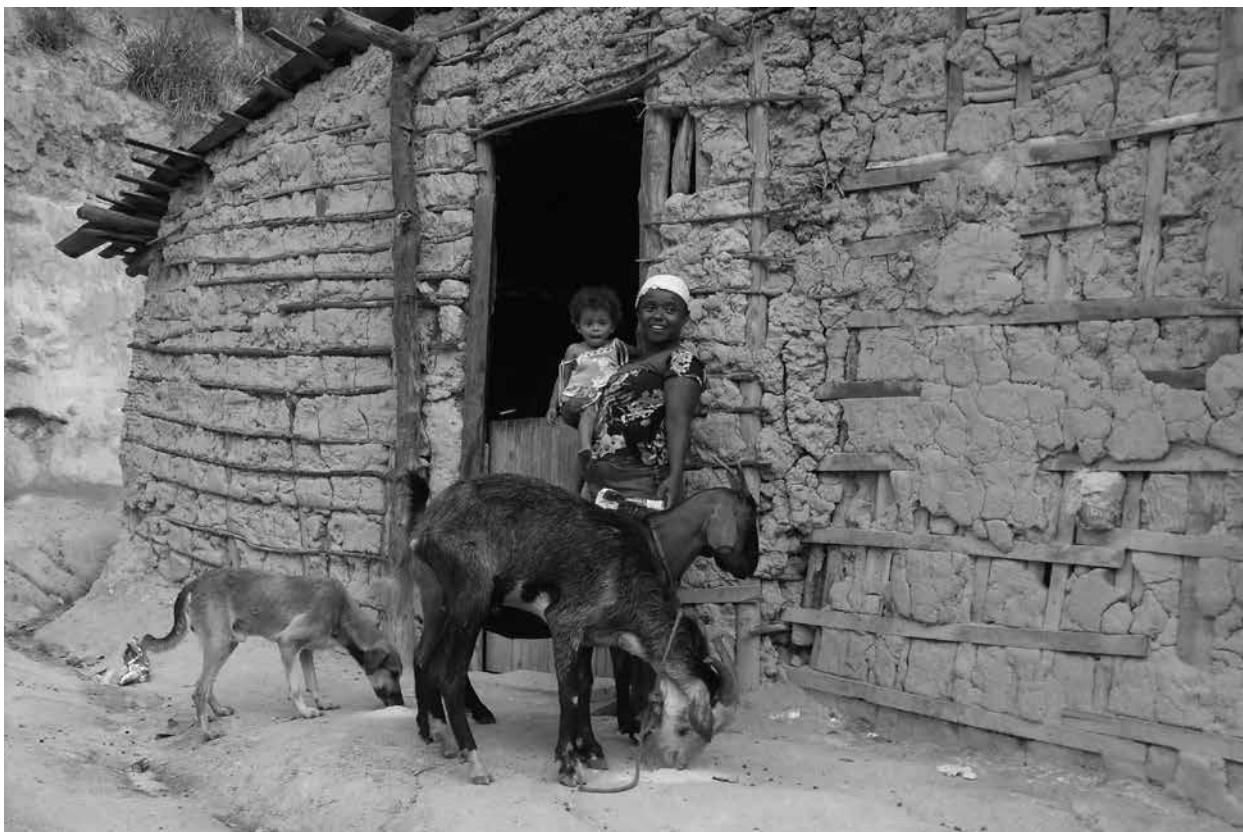


Foto: Plácido Júnior / CPT Nordeste II

Maria de Nazareth

Marluce Melo¹

Na década de 80 surgiu a necessidade de se substituir a importação de petróleo, que causava impactos sobre a balança comercial do país, pelo álcool da cana-de-açúcar. Criou-se então o Proálcool, com a finalidade de incentivar a produção da cana-de-açúcar. Esse programa governamental, na ânsia de obter maior produção, gerou alguns movimentos que alteraram a rotina deste setor agrícola. Num desses movimentos a usina Trapiche,

em Pernambuco, foi parar nas mãos de um usineiro de Alagoas. A usina localizava-se em Sirinhaém, uma ilha cercada de cana por todos os lados.

Dos relatos técnicos não consta a história das muitas Marias e Josés da ilha. Como, por exemplo, a de Maria de Nazareth, que nasceu em Sirinhaém, Pernambuco. Na história do Proálcool não entraram também o pai, a mãe, os avós e bisavós dela, embora fizessem parte da mesma história.

Moravam em duas pequenas ilhas – Sibito e Anjos – de onde retiravam o sustento com a agricultura e a pesca. Mais cinco Marias e nove Josés em uma mesma família inspiraram um tom místico, de religiosidade ou predestinação. Maria Nazareno, Maria José, Maria da Conceição, Maria Isabel e Maria das Graças, esta última mudando, quando adulta, seu nome para Ma-

¹ Agente da CPT Nordeste II.

ria das Dores. E os irmãos José, que eram José Maria, José Francisco, José Pedro e outros seis Josés.

Maria de Nazareth e seus catorze irmãos, assim como todos os meninos e meninas da ilha, corriam entre os manguezais e depois se banhavam no rio, cujas águas, de tão puras, refletiam o azul do céu. De atiradeira, de rede ou anzol, os peixes subiam para o barco, e as crianças viam e aprendiam. Aprenderam a plantar milho, feijão e outras espécies. Aprenderam, também, a cultivar boas relações com as centenas de famílias que viviam na ilha.

Nazareth também aprendeu a conviver harmoniosamente com o mangue. Conhecia bem o de botão, o branco, o preto, o dos bem-te-vis, dos carcarás e garças. Com outras crianças brincava de se atolar na lama até o peito, e depois se jogavam no mar que consideravam seu, porque tudo na ilha era delas. A Ilha era do povo. Era terra da União.

A história oficial não conta, mas foi na ilha que Nazareth construiu sua família. Tudo o que aprendeu com os pais e avós, passou para os filhos. Mas para a sua tristeza, a ilha não era mais do povo. As crianças já não brincavam na margem lamacenta, já não corriam pelos mangues, praticamente não se viam mais crianças. A ilha agora era da cana-de-açúcar, e as famílias foram obrigadas a desocupar o que era delas.

Maria de Nazareth e Maria das Dores foram duas das famílias que resistiram às perseguições. Em 1998 a usina perseguiu as famílias e queimou suas casas. Maria de Nazareth e Maria das Dores persistiram na resistência e passaram a ser as únicas

famílias da ilha. Os filhos dela e os de Maria das Dores aprenderam logo a viver dos manguezais, mas estes já não eram mais os mesmos em que suas mães brincaram e aprenderam a pescar.

No ano de 2010, outro ato covarde da usina: expulsão das duas únicas famílias da ilha. As duas Marias foram obrigadas a viver na periferia de Sirinhaém.

Maria de Nazareth tem fé. Essa guerreira volta ao mangue semanalmente para tirar seu sustento. Embaixo de sua barraca de palha, que ela mesma construiu próximo ao mangue para aguardar o intervalo da maré, lembra-se do tempo de seus pais e do tempo de criança que a usina não devolverá. Volta à ilha semanalmente, não só para tirar seu sustento, mas por acreditar que um dia ela voltará a ser do povo.

Nas três vezes que a usina destruiu a sua barraca no ano de 2013, ela a reconstruiu, alimentando o sonho que a violência não consegue sepultar. Ela sabe que o sonho é também um peso que se carrega, como escreveu o poeta potiguar Demétrio Diniz, “sabe que um sonho não é só sonhar”, que há de se trabalhar pelo sonho, com a mesma paciência e cuidado com que se deve cuidar de um filho, de uma mãe... da mãe Terra.

Da última vez queimaram sua barraca, jogaram sua comida no lixo, levaram os instrumentos de pesca. Mas os sonhos são etéreos, são diáfanos, não pesam como pesam as coisas materiais, e por isso mesmo nada ou ninguém é capaz de destruí-los. Um dia Maria de Nazareth, ela ou a sua sombra, estará ali, sentada, debaixo de uma barraca, escutando o barulho das marés.



Foto: Renato Santana /CIMI

Manifestações

Cartas da Resistência Indígena

Alguns dos fatos que mais marcaram o ano de 2013 foram as ações dos indígenas. Destaque especial para os Munduruku, habitantes da região do rio Tapajós, no Pará. Exigiam ser ouvidos pelo governo antes que o processo de construção de hidrelétricas começasse a se desenvolver.

O governo aceitou fazer reunião com eles, em 25 de abril. Uma equipe do governo foi à região, mas se recusou a fazer a reunião na aldeia como os índios queriam. Enviou a eles uma proposta impressa. Estes, indignados, queimaram o documento. E partiram para a ação, junto com outros povos indígenas. Em 2 de maio, ocuparam o principal canteiro de obras da Usina Hidrelétrica Belo Monte. Liminar da justiça decretou a desocupação da área. Os índios só saíram quando a liminar foi suspensa, com a promessa de que o governo os ouviria.

Promessa não cumprida, em 27 de maio, voltaram a ocupar o canteiro de obras. Outra vez a Justiça determinou a desocupação, que os indígenas se recusaram aceitar. E num intrincado processo de negociação, o governo se propôs recebê-los em Brasília. Aviões da FAB levaram 140 indígenas à capital federal, onde, em 4 de junho, se reuniram com o ministro da Secretaria Geral da Presidência.

Todo este processo foi registrado pelos Munduruku em 10 cartas. Publicamos a seguir algumas delas:

Carta no. 1

Carta da ocupação de Belo Monte

Nós somos a gente que vive nos rios em que vocês querem construir barragens. Nós somos Munduruku, Juruna, Kayapó, Xipaya, Kuruaya, Asurini, Parakanã, Arara, pescadores e ribeirinhos. Nós somos da Amazônia e queremos ela em pé. Nós somos brasileiros. O rio é nosso supermercado. Nossos antepassados são mais antigos que Jesus Cristo. Vocês estão apontando armas na nossa cabeça. Vo-

cês sítiam nossos territórios com soldados e caminhões de guerra. Vocês fazem o peixe desaparecer. Vocês roubam os ossos dos antigos que estão enterrados na nossa terra. Vocês fazem isso porque tem medo de nos ouvir. De ouvir que não queremos barragem. De entender porque não queremos barragem.

Vocês inventam que nós somos violentos e que nós queremos guerra. Quem mata nossos parentes? Quantos brancos morreram e quantos indígenas morreram? Quem nos mata são vocês, rápido ou aos poucos. Nós estamos morrendo e cada barragem mata mais. E quando tentamos falar vocês trazem tanques, helicópteros, soldados, metralhadoras e armas de choque.

O que nós queremos é simples: vocês precisam regulamentar a lei que regula a consulta prévia aos povos indígenas. Enquanto isso vocês precisam parar todas as obras e estudos e as operações policiais nos rios Xingu, Tapajós e Teles Pires. E então vocês precisam nos consultar.

Nós queremos dialogar, mas vocês não estão deixando a gente falar. Por isso nós ocupamos o seu canteiro de obras. Vocês precisam parar tudo e simplesmente nos ouvir.

Vitória do Xingu (PA), 02 de maio de 2013.

Carta no. 4

O governo perdeu o juízo

Nós lemos a nota da Secretaria Geral da Presidência da República. O governo perdeu o juízo. Gilberto Carvalho está mentindo. O governo está completamente desesperado. Não sabe o que fazer com a gente. Os bandidos, os violadores, os manipuladores, os insinceros e desonestos são vocês. E ainda assim, nós permanecemos calmos e pacíficos. Vocês não.

Vocês proibiram jornalistas e advogados de entrar no canteiro, e até deputados do seu próprio partido. Vocês mandaram a Força Nacional dizer que o governo não irá dialogar com a gente. Mandaram gente pedindo listas de pedidos. Vocês militarizaram a área da ocupação, revistam as pessoas que passam e vem, a nossa comida, tiram fotos, intimidam e dão ordens.

Entendemos que é mais fácil nos chamar de bandidos, nos tratar como bandidos. Assim o discurso do Gilberto Carvalho pode fazer algum sentido. Mas nós não somos bandidos e vocês vão ter que lidar com isso. Nossas reivindicações são baseadas em direitos constitucionais. Na Constituição Federal, nas legislações internacionais. E temos o apoio da sociedade e até dos trabalhadores que trabalham para vocês.

O governo está ficando mais violento. Nas palavras na imprensa, e também aqui no canteiro com seu exército. É o governo que não quer cooperar com a lei. E faz manobra para tentar desqualificar nossa luta, inventando histórias para a imprensa. Hoje faz seis meses que vocês assassinaram Adenilson Munduruku. Nós sabemos bem como vocês agem quando querem alguma coisa.

A má-fé é do Gilberto Carvalho e, apesar de tudo, nós queremos que ele venha no canteiro dialogar conosco. Estamos esperando por você, Gilberto. Pare de mandar policiais com armas na mão para entregar propostas vazias. Pare de tentar nos humilhar na imprensa.

Nós estamos em seu canteiro e não iremos sair enquanto vocês não saírem das nossas aldeias.

Belo Monte, Canteiro de obras, Vitória do Xingu, 7 de maio de 2013.

Carta no. 7

Governo federal, nós voltamos

Nós somos indígenas Munduruku, Xipaya, Kayapó, Arara e Tupinambá. Nós vivemos do rio e da

floresta e somos contra destruírem os dois. Vocês já nos conhecem, mas agora somos mais.

O seu governo disse que se nós saíssemos do canteiro, nós seríamos ouvidos. Nós saímos pacificamente – e evitamos que vocês passassem muita vergonha nos tirando à força daqui. Mesmo assim, nós não fomos atendidos. O governo não nos recebeu. Nós chamamos pelo ministro Gilberto Carvalho e ele não veio.

Esperar e chamar não servem para nada. Então nós ocupamos mais uma vez o seu canteiro de obras. Não queríamos estar de volta no seu deserto de buracos e concreto. Não temos nenhum prazer em sair das nossas casas nas nossas terras e pendurar redes nos seus prédios. Mas, como não vir? Se não viermos, nós vamos perder nossa terra.

Nós queremos a suspensão dos estudos e da construção das barragens que inundam os nossos territórios, que cortam a floresta no meio, que matam os peixes e espantam os animais, que abrem o rio e a terra para a mineração devoradora. Que trazem mais empresas, mais madeireiros, mais conflitos, mais prostituição, mais drogas, mais doenças, mais violência.

Nós exigimos sermos consultados previamente sobre essas construções, porque é um direito nosso garantido pela Constituição e por tratados internacionais. Isso não foi feito aqui em Belo Monte, não foi feito em Teles Pires e não está sendo feito no Tapajós. Não é possível que todos vocês vão continuar repetindo que nós indígenas fomos consultados. Todo mundo sabe que isso não é verdade.

A partir de agora o governo tem que parar de dizer mentiras em notas e entrevistas. E de nos tratar como crianças, ingênuas, tuteladas, irresponsáveis e manipuladas. Nós somos nós e o governo precisa lidar com isso. E não minta para a imprensa que estamos brigando com os trabalhadores: eles são solidários a nossa causa! Nós escrevemos uma carta para eles ontem! Aqui no canteiro nós jogamos bola juntos todos os dias. Quando saímos da outra vez,

uma trabalhadora a quem demos muitos colares e pulseiras nos disse: “eu vou sentir saudades”.

Nós temos o apoio de muitos parentes nessa luta. Temos o apoio dos indígenas de todo o Xingu. Temos o apoio dos Kayapó. Nós temos o apoio dos Tupinambá. Dos Guajajara. Dos Apinajé, dos Xerente, dos Krahô, Tapuia, Karajá-Xambioá, Krahô-Kanela, Avá-Canoero, Javaé, Kanela do Tocantins e Guarani. E a lista está crescendo. Temos o apoio de toda a sociedade nacional e internacional e isso também incomoda bastante a vocês, que estão sozinhos com seus financiadores de campanha e empresas interessadas em crateras e dinheiro.

Nós ocupamos de novo o seu canteiro – e quantas vezes será preciso fazer isso até que a sua própria lei seja cumprida? Quantos interditos proibitórios, multas e reintegrações de posse vão custar até que nós sejamos ouvidos? Quantas balas de borracha, bombas e sprays de pimenta vocês pretendem gastar até que vocês assumam que estão errados? Ou vocês vão assassinar de novo? Quantos índios mais vocês vão matar além de nosso parente Adenilson Munduruku, da aldeia Teles Pires, simplesmente porque não queremos barragem?

E não mande a Força Nacional para negociar por vocês. Venham vocês mesmos. Queremos que a Dilma venha falar conosco.

Canteiro de obras Belo Monte, Altamira, 27 de maio de 2013.

Carta no. 9

Tragédias e barragens (a luta não acaba nem lá nem aqui)

Nós saímos da ocupação da usina Belo Monte e viemos dialogar com o governo. Nós não fizemos um acordo com vocês. Nós aceitamos a reunião em Brasília porque, quanto mais nós dizíamos que não sairíamos de lá, mais policiais vocês mandavam para o canteiro de obras. E no mesmo dia em que seríamos tirados à força pela sua polícia, vocês mataram um parente Terena no Mato Grosso do Sul. Então

nós decidimos que não queríamos outro morto. Nós evitamos uma tragédia, vocês não. Vocês não evitam tragédias, vocês executam.

Víamos aqui falar para vocês da outra tragédia que iremos lutar para evitar: a perda do nosso território e da nossa vida. Nós não viemos negociar com vocês, porque não se negocia nem território nem vida. Nós somos contra a construção de barragens que matam a terra indígena, porque elas matam a cultura quando matam o peixe e afogam a terra. E isso mata a gente sem precisar de arma. Vocês continuam matando muito. Vocês simplesmente matam muito. Vocês já mataram demais, faz 513 anos.

Não viemos conversar só sobre uma barragem no Tapajós, como vocês estão falando na imprensa. Nós viemos a Brasília exigir a suspensão dos estudos e das obras de barragem nos rios Xingu, rio Tapajós e rio Teles Pires. Vocês não estão falando apenas com o povo Munduruku. Vocês estão falando com os Xipaya, Kayapó, Arara, Tupinambá e com todos os povos que estão juntos nessa luta, porque essa é uma luta grande e de todos.

Nós não trouxemos listas de pedidos. Nós somos contra as barragens. Exigimos o compromisso do governo federal em consultar e garantir o direito a veto a projetos que destroem a gente.

Mas não. Vocês atropelam tudo e fazem o que querem. E para isso, vocês fazem de tudo para dividir os povos indígenas. Nós viemos aqui dizer para vocês pararem, porque nós vamos resistir juntos e unidos. Estamos reunidos há 35 dias em Altamira, e por 17 dias nós ocupamos a principal hidrelétrica que vocês estão construindo. Junto dessa carta nós estamos mandando todas as cartas das duas ocupações que realizamos. Leiam tudo com atenção para entender nosso movimento. E assim respeitá-lo, o que vocês não fizeram até hoje.

O desrespeito não vem só nas palavras. Vem na ação de vocês.

Na região da Volta Grande do Xingu, tudo está sen-

do destruído e virado de cabeça para baixo, desde que vocês liberaram a construção da barragem Belo Monte. Todos estão muito tristes e apenas os ricos ficaram bem. Os parentes brigaram muito. Até os trabalhadores da obra sofrem.

No Tapajós e Teles Pires, vocês estão começando agora, mas já nos desrespeitaram muito.

Em agosto de 2012, os seus pesquisadores começaram a invadir nossas terras e pegar nossos animais e plantas, e contar hectares e medir a água, e furar nossa terra. Em outubro, a Funai e a Eletrobrás disseram em reunião que as barragens iriam sair de qualquer jeito, mesmo a gente querendo ou não querendo. E que colocariam força policial na nossa terra se fosse necessário.

Em novembro, a polícia federal atacou e destruiu a aldeia Teles Pires, onde somos todos contra as barragens. Adenilson Munduruku foi assassinado com três tiros e outros 19 indígenas foram feridos. No final do mês nós fomos a Brasília denunciar a operação da polícia ao Ministério da Justiça, Funai e Secretaria Geral da Presidência da República. Também fomos ao Ministério Público Federal.

Em janeiro de 2013, fizemos uma grande assembleia Munduruku na aldeia Sai Cinza, onde foi entregue ao funcionário da Secretaria Geral da Presidência da República um documento com 33 pontos de reivindicação.

No mês seguinte, nós fomos novamente à Brasília

exigir alguma resposta da Secretaria Geral da Presidência sobre os 33 pontos. Conseguimos encontrar o ministro, mas ele ignorou nossas reivindicações e tentou fazer com que nós assinássemos um documento aceitando as hidrelétricas do rio Tapajós.

Para garantir à força os estudos das barragens, em março de 2013 o governo baixa um decreto que autoriza a entrada das tropas policiais em nossas terras. Um dia depois nossas aldeias foram invadidas por pelotões de policiais.

No Teles Pires, foram encontrados ossos de parentes, muito antigos. Vocês estão destruindo um lugar sagrado. Nós não pudemos aceitar mais isso. Por isso, ocupamos seu canteiro trazendo nossa reivindicação, exigindo do governo o compromisso em respeitar os povos originários desse país, em respeitar nosso direito à terra e à vida. Ou, pelo menos, respeitar a sua própria lei – a Constituição e os tratados internacionais que vocês assinaram. Mas vocês querem destruir as leis que nos protegem, povos indígenas, com outras leis e decretos novos. Vocês querem legalizar a destruição.

E agora chegamos aqui com vocês. Esperando que afinal vocês nos ouçam, ao invés de ouvir aqueles que pagam suas campanhas. Ainda que vocês não estejam dispostos a aprender a ouvir, nós estamos dispostos a ensinar.

Canteiro de obras de Belo Monte, Vitória do Xingu, 4 de junho de 2013.

Tabela 11 - Manifestações

UF	Ocorrências	Pessoas
Centro-Oeste		
DF	61	71655
GO	24	17300
MS	26	8030
MT	48	3345
Subtotal:	159	100330
Nordeste		
AL	75	12560
BA	70	38960
CE	52	33160
MA	21	8550
PB	31	13870
PE	54	23780
PI	9	2761
RN	27	8215
SE	21	17300
Subtotal:	360	159156
Norte		
AC	21	1269
AM	7	410
AP		
PA	84	19334
RO	24	8710
RR	15	5665
TO	26	3200
Subtotal:	177	38588
Sudeste		
ES	10	2830
MG	57	27337
RJ	31	2721
SP	49	13606
Subtotal:	147	46494
Sul		
PR	47	18970
RS	24	35358
SC	9	2250
Subtotal:	80	56578
Brasil:	923	401146



Foto: Carmelo Fioraso

Notas emitidas pela CPT e outros documentos

Apreensão no campo¹

Dom Tomás Balduino*

Eis o quadro: o pequeno agricultor Juarez Vieira foi despejado de sua terra, em 2002, no município tocantinense de Campos Lindos, por 15 policiais em manutenção de posse acionada por Kátia Abreu. Juarez desfilou, sob a mira dos militares, com sua mulher e seus dez filhos, em direção à periferia de alguma cidade.

O caso acima não é isolado. O governador Siqueira Campos decretou de “utilidade pública”, em 1996, uma área de 105 mil hectares em Campos Lindos. Logo em 1999, uns fazendeiros foram aí contemplados com áreas de 1,2 mil hectares, por R\$ 8 o hectare. A lista dos felizardos fora preparada pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins, presidida por Kátia Abreu (PSD-TO), então deputada federal pelo ex-PFL.

O irmão dela Luiz Alfredo Abreu conseguiu uma área do mesmo tamanho. Emiliano Botelho, presidente da Companhia de Promoção Agrícola, ficou com 1,7 mil hectares. Juarez não foi o único injustiçado. Do outro lado da cerca, ficaram várias famílias expulsas das terras por elas ocupadas e trabalhadas havia 40 anos. Uma descarada grilagem!

Campos Lindos, antes realmente lindos, viraram uma triste monocultura de soja, com total destruição do cerrado para o enriquecimento de uma pequena minoria. No Mapa da Pobreza e Desigualdade divulgado em 2007, o município apareceu como o mais pobre do país. Segundo o IBGE, 84% da população vivia na pobreza, dos quais 62,4% em estado de indigência.

Outro irmão da senadora Kátia Abreu, André Luiz Abreu, teve sua empresa envolvida na exploração de trabalho escravo. A Superintendência Regional de Trabalho e Emprego do Tocantins libertou, em áreas de eucaliptais e carvoarias de propriedade dele, 56 pessoas vivendo em condições degradantes, no trabalho exaustivo e na servidão por dívida.

Com os povos indígenas do Brasil, Kátia Abreu, senadora pelo Estado do Tocantins e presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), tem tido uma raivosa e nefasta atuação.

Com efeito, ela vem agindo junto ao governo federal para garantir que as condicionantes impostas pelo Supremo no julgamento da demarcação da área indígena Raposa Serra do Sol sejam estendidas, de qualquer forma, aos demais procedimentos demarcatórios.

Com a bancada ruralista, ela pressionou a Advocacia-Geral da União (AGU), especialmente o ministro Luís Inácio Adams. Prova disso foi a audiência na AGU, em novembro de 2011, na qual entregou, ao lado do senador Waldemir Moka (PMDB-MS), documento propondo a criação de norma sobre a demarcação de terras indígenas em todo o país.

O ministro Luís Adams se deixou levar e assinou a desastrosa portaria nº 303, de 16/7/12. Kátia Abreu, ao tomar conhecimento desse ato, desabafou exultante: “Com a nova portaria, o ministro Luís Adams mostrou sensibilidade e elevou o campo brasileiro a um novo patamar de segurança jurídica”.

Até mesmo com relação à terra de posse imemo-

¹ Artigo de Dom Tomás Balduino, publicado na Folha de São Paulo, em 23/01/2013.

* Bispo emérito da diocese de Goiás e conselheiro permanente da CPT.

rial do povo xavante de Marãiwatsêdê, ao norte do Mato Grosso, que ganhou em todas as instâncias do Judiciário o reconhecimento de que são terras indígenas, Kátia Abreu assinou nota, como presidente da CNA, xingando os índios de “invasores”.

Concluindo, as lideranças camponesas e indígenas estão muito apreensivas com o estranho poder

econômico, político, classista, concentracionista e cruel detido por essa mulher que, segundo dizem, está para ser ministra de Dilma Rousseff. E se perguntam: “Não é isso o Poder do Mal?”. No Evangelho, Jesus ensinou aos discípulos a enfrentar o Poder do Mal, recomendando-lhes: “Esta espécie de Poder só se enfrenta pela oração e pelo jejum” (Cf. Mt 17,21).

Invasão, roubo e ameaças à CPT no Acre¹

A Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz, da CNBB, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT) vêm a público denunciar novos atos de violência praticados contra a CPT do Acre, e reiterar sua solidariedade e apoio aos agentes de pastoral pelo corajoso trabalho desenvolvido em defesa do povo do campo e da floresta daquele estado.

Na madrugada do dia 20 para o dia 21 de janeiro último, a sede da CPT do Acre foi invadida. O local foi destelhado e o forro destruído para permitir o acesso às dependências. Foram roubados computadores, data show, impressoras, máquinas fotográficas, além de muitos documentos.

A equipe da CPT encaminhou todos os procedimentos legais, fez o registro de boletim de ocorrência e solicitou perícia da polícia civil. Esta, no entanto, informou que não teria sido encontrada nenhuma impressão digital que pudesse levar aos suspeitos de tal violência.

Tudo leva a crer que a ação criminosa tenha sido executada por um profissional bem orientado do que deveria retirar do local, e capaz de dificultar a investigação policial, não se tratando, portanto, de um furto comum. Isso fica ainda mais evidente uma vez que, na madrugada do dia 21 para o dia 22 de janeiro, a mesma sede foi mais uma vez invadida e as únicas coisas levadas foram documentos, inclusive o Boletim de Ocorrência, feito no dia anterior. Com esses dois últimos episódios, já são seis os casos de invasões na sede da CPT no Acre nos últimos dois anos. Julgamos importante destacar o fato

dessas invasões à sede terem se intensificado após a CPT denunciar irregularidades em planos de manejo florestal e ação de fazendeiros e madeireiros no estado do Acre e sul do Amazonas, questionando o latifúndio e as novas formas de apropriação dos meios naturais coletivos para transformá-los apenas em capital para alguns.

Somadas às recorrentes invasões, ameaças foram direcionadas ao agente pastoral que atua no município de Boca do Acre (AM), Cosme Capistano da Silva, bem como a Maria Darlene Braga Martins, coordenadora da CPT na região.

Os signatários acreditam que as ameaças de morte são feitas tendo em vista a atuação da CPT Acre nas áreas onde há conflito envolvendo seringueiros, pretensos donos das terras, grileiros, fazendeiros e madeireiros.

Mesmo tendo sido feitas reiteradas denúncias ao Ministério Público Estadual (MPE), Ministério Público Federal (MPF), secretarias de Direitos Humanos e Secretaria de Segurança Pública nada foi resolvido até o momento. Exigimos que os fatos sejam apurados com profundidade e transparência e que os verdadeiros executores dessas violências sejam responsabilizados e presos.

Brasília / Goiânia, 25 de janeiro de 2013.

Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz, da CNBB
Conselho Indigenista Missionário (Cimi)
Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT)

¹ Nota Pública emitida em 25/01/2013, pela Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz, da CNBB, Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), sobre invasões à sede da CPT Acre.

Carta dos Povos e Comunidades Tradicionais

Documento final do Seminário de Luziânia¹

“O mundo está doente; precisa de cura” (Ninawa, Hunikui, Acre)

No âmbito dos eventos da V Semana Social Brasileira e do Encontro Unitário dos Povos do Campo, das Águas e da Floresta, nós, povos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, seringueiros, vazanteiros, quebradeiras de coco, litorâneos e ribeirinhos, comunidades de fundo e fecho de pasto e posseiros de todo o Brasil, mulheres e homens de luta, nos encontramos em Luziânia GO, de 25 a 28 de fevereiro, para partilhar cruzes e esperanças e repensar as nossas lutas frente ao avanço cada vez mais acelerado e violento do capital e do Estado sobre os nossos direitos.

Vivemos o encontro como um momento histórico que confirma a realidade indiscutível de uma articulação e aliança entre povos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e camponeses. O diálogo entre povos e comunidades que expressam culturas e tradições diferentes, frequentemente marcadas por preconceitos e rejeição, volta-se para a defesa e reconquista dos nossos territórios. Este é o processo que unifica sonhos e estratégias na construção de um País diferente que se opõe à doença capitalista do agro e hidronegócio, mineração, hidroelétricas, incentivados e financiados pelo Estado, em nome do chamado desenvolvimento e crescimento do Brasil.

Não nos deixaremos curvar pelo avanço insaciável do capitalismo com o seu cortejo de políticas governamentais nefastas e genocidas. Território não

se negocia, não se vende, não se troca. É o espaço sagrado onde fazemos crescer a vida, nossa cultura e jeito de viver, nos organizar, ser livres e felizes. “Territórios livres, já!!!”.

“A senzala não acabou. Ficamos livres das correntes e dos grillhões, mas continuamos presos ao cativo do sistema”. (Rosemeire, Quilombo dos Rios dos Macacos, Bahia).

Constatamos, mais uma vez, com dor e angústia, o retrocesso armado pelos três poderes do Estado para desconstruir, com leis, portarias, como a 303, PEC 215, ADIN 3239, e decretos de exceção, a Constituição, que garante, em tese, os nossos direitos territoriais e culturais. É revoltoso e doído o que estamos passando nas nossas aldeias, quilombos e comunidades: nossos territórios invadidos, a natureza sendo destruída, nossa diversidade cultural desrespeitada e a sujeição política via migalhas compensatórias. Querem nos encurralar! Sofremos humilhações, violências, morte e assassinatos, o que nos leva a tomar uma atitude.

O primeiro passo para uma verdadeira libertação do cativo a que estamos submetidos, é continuar o diálogo intercultural, para conhecermos melhor nossas diversidades, riquezas e lutas. Segundo passo é encontrarmos estratégias de unificação de nossas pautas para a construção de uma frente unificada, que possa se contrapor, com eficácia, ao capital

¹ Documento final do Seminário: Os territórios tradicionais e o Estado brasileiro, promovido pela Articulação das Pastorais do Campo, de 25 a 28 de fevereiro de 2013, em Luziânia, GO.

e ao Estado, a partir de mobilizações regionais dos povos indígenas e das populações do campo, das águas e da floresta.

Estamos de olho nas ações dos três poderes do Estado brasileiro, para nos defendermos do arbítrio da desconstrução dos direitos e da violência institucional e privada.

Diante da total paralisia do Governo Dilma em cumprir a Constituição e na contramão da legislação internacional (OIT 169) que decretam o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e

das populações tradicionais, exigimos a imediata demarcação e titulação dos nossos territórios.

Acreditamos que a nossa luta, na construção de projetos de Bem Viver, é sagrada, abençoada e acompanhada pelo único Deus dos muitos nomes e pela presença animadora dos nossos mártires e encantados.

Luziânia, 28 de fevereiro de 2013.

Os participantes do Seminário de Luziânia

Brejo dos crioulos: sem mais adiamentos e protelações¹

A Articulação das Pastorais do Campo, formada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Cáritas, Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) e Pastoral da Juventude Rural (PJR), vem a público manifestar sua indignação contra a morosidade no reconhecimento e na efetivação dos direitos das comunidades quilombolas e de outras comunidades tradicionais sobre os seus territórios, acarretando, com isso, sérios prejuízos às famílias.

Em janeiro deste ano, o Juiz federal da 2ª Vara de Montes Claros (MG) expediu mandado de reintegração de posse contra os quilombolas do Povoado de Araruba, que faz parte do território Quilombola BREJO DOS CRIoulos, em São João da Ponte (MG). A decisão foi em benefício de Miguel Véio Filho, proprietário da Fazenda São Miguel. O advogado dos quilombolas entrou com recurso de contestação, mas o juiz, no final de fevereiro, manteve a decisão.

A fazenda São Miguel faz parte da área quilombola Brejo dos Crioulos, de 17.302 hectares, e onde vivem 512 famílias. Nove fazendeiros têm 12 propriedades e ocupam 13.290 hectares desta área, 77% do território. Durante 12 anos tramitou nos órgãos governamentais o processo de reconhecimento e titulação da área quilombola e, mesmo já concluído, não era assinado. No final de setembro de 2011, duzentas famílias acamparam em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília, exigindo a desapropriação da área, de ocupação centenária. Alguns se acorrentaram em frente ao Palácio, gritando que enquanto

não tivessem a área, continuavam presos à escravidão. Só depois desta manifestação é que, no dia 29 de setembro de 2011, a presidenta Dilma Rousseff assinou o decreto de desapropriação.

Mas entre a desapropriação e sua efetiva execução há um longo caminho a ser percorrido. Um ano depois, os fazendeiros continuavam na área desmatando, aumentando o número de animais nas pastagens e mantendo jagunços. Para pressionar o Incra, em setembro de 2012, 350 famílias ocuparam três fazendas de um mesmo proprietário, que abrangem aproximadamente 2.100 hectares. Houve confronto com os pistoleiros e um deles acabou morrendo. Imediatamente cinco quilombolas foram presos e continuam presos até hoje, mais de 150 dias depois, sem qualquer prova concreta do seu envolvimento na ação. Neste entremeio, os quilombolas voltaram a Brasília, quando o Incra lhes garantiu que até dezembro de 2012 seriam desapropriadas seis fazendas, entre as quais a São Miguel, ficando as demais para 2013.

Às vésperas do Natal, como o Incra não havia encaminhado nada de concreto, os quilombolas do povoado de Araruba ocuparam a fazenda São Miguel. O juiz federal, sem tomar conhecimento do Decreto de Desapropriação da presidenta da República, desengavetou um processo de 2009 e emitiu a ordem de despejo contra os quilombolas.

Esta decisão é mais um capítulo de uma longa e conhecida história de como o direito dos quilombolas, dos indígenas e de outras comunidades tradicionais são tratados neste país. São inúmeros os obs-

¹ Nota emitida pela Articulação das Pastorais do Campo - CPT, CPP, SPM, Cáritas, CIMI e PJR - em 6/03/ 2013, sobre a realidade do quilombo Brejo dos Crioulos, em Minas Gerais.

táculos a vencer para se chegar ao reconhecimento dos direitos destas comunidades sobre seus territórios. Mas, entre o reconhecimento deste direito e sua efetiva realização, um novo e penoso caminho tem que ser percorrido em confronto com os mais diversos interesses e com a cobertura de diversos órgãos públicos.

Diante disto, a Articulação das Pastorais do Campo exige do poder Judiciário que garanta os direitos previstos em lei aos cinco quilombolas presos. Por que o instituto do *habeas corpus* não é aplicado a estas pessoas, como se aplica normalmente a quem tem recursos econômicos?

Ao mesmo tempo exige que o Incra execute imediatamente a desapropriação da área do Brejo dos Crioulos, assinada pela presidenta da República, retirando todos os que ilegalmente a ocupam, para que os quilombolas possam desfrutar em segurança e paz de seu território, como lhes garante a Constituição Federal. Não se pode aceitar, de forma alguma, a qualquer título, adiamentos e protelações que só alimentam a violência.

Brasília, 6 de março de 2013.

Articulação das Pastorais do Campo
CPT, CPP, SPM, Cáritas, CIMI e PJR

Nota dos movimentos sociais e das entidades sobre o júri de José Cláudio e Maria do Espírito Santo¹

1 - Parcialidade do juiz interferiu no resultado da absolvição do mandante

A atuação tendenciosa do Juiz Murilo Lemos Simão, na condução do processo e na presidência do tribunal do Júri, contribuiu para que José Rodrigues Moreira, mandante do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo Silva fosse absolvido pelos jurados com votos de 4 a 3. No interrogatório de José Rodrigues Moreira, o juiz permitiu que ele protagonizasse um verdadeiro espetáculo na frente dos jurados: de joelhos e aos prantos, o acusado usou a Bíblia para jurar inocência e pedir bênção especial ao juiz, aos jurados, aos advogados e às pessoas presentes no tribunal de júri. Parecia-se estar participando de um culto e não de um tribunal do júri. A única coisa que o juiz fez foi oferecer lenços para que o acusado enxugasse as lágrimas. Ao final do espetáculo uma jurada caiu em prantos. De acordo com informações já divulgadas pela imprensa, quando avisado em particular pelo Ministério Público (MP) da reação da jurada, fato que demonstrava claramente a sua parcialidade, o juiz respondeu ao representante do MP que caso suscitasse a parcialidade da jurada e o júri fosse suspenso, ele iria revogar a prisão e mandar soltar imediatamente os três acusados. Frente à ameaça do juiz o MP recuou da decisão de pedir a suspeição da jurada. Ademais, durante toda a sessão do júri, o Juiz teve um comportamento mais ríspido com as testemunhas e com os advogados de acusação, fato que não aconteceu com as testemunhas e com os advogados de defesa.

Durante a fase de investigação do crime, quando a polícia chegou ao nome de José Rodrigues como o primeiro acusado pelo crime, foi pedida de imediato a prisão temporária dele, contudo o Juiz Murilo Lemos, negou o pedido de prisão. Após mais alguns dias de investigação, a polícia chegou ao nome de Lindonjonson Silva, irmão de José Rodrigues, como um dos executores do duplo homicídio. Novamente foi requerida a prisão preventiva de José Rodrigues, desta vez juntamente com Lindonjonson. Mas o Juiz mais uma vez negou o pedido de prisão. Com mais provas colhidas, a polícia requereu a prisão dos acusados pela terceira vez. O juiz então engavetou o pedido. Foi preciso que os familiares e os movimentos sociais denunciasses a parcialidade do juiz à imprensa, aos organismos de direitos humanos e ao próprio Tribunal de Justiça do Estado. Ao receber a denúncia, o Tribunal intimou o Juiz a responder em 24 horas. Frente à pressão da sociedade e a exigência do Tribunal é que o juiz decidiu então decretar a prisão dos acusados.

A parcialidade do Juiz ficou comprovada em sua própria declaração no texto da sentença final, ao afirmar que “o comportamento das vítimas contribuiu de certa maneira para o crime (...) pois tentaram fazer justiça pelas próprias mãos, utilizando terceiros posseiros, sem terras, para impedir José Rodrigues de ter a posse de um imóvel rural”. Uma afirmação absurda, mentirosa e sem qualquer fundamento, pois, de acordo com as in-

¹ Nota pública, emitida no dia 07/04/2013, assinada por 19 entidades e movimentos sociais, entre eles a CPT, sobre a decisão do tribunal do júri, no julgamento do assassinato do casal José Cláudio e Maria do Espírito Santo.

vestigações e as provas existentes no processo e, portanto, confirmadas por todas as testemunhas ouvidas no tribunal de júri, foi o mandante José Rodrigues que comprou ilegalmente lotes de terras na reserva extrativista onde três famílias já residiam há quase um ano. Foi ele que expulsou violentamente as famílias e queimou a casa de uma delas. José Cláudio e Maria do Espírito Santo denunciaram o caso às autoridades constituídas e deram todo apoio para o retorno das famílias para seus lotes. Foi por causa disso que José Rodrigues decidiu mandar matar o casal, contratando, para isso, o seu irmão Lindonjonson Silva Rocha e Alberto Lopes do Nascimento. Portanto, ao contrário da afirmação leviana do juiz, deturpando a fala de testemunhas e contrariando as provas do processo, foi o mandante do crime José Rodrigues Moreira que deu início ao conflito e que decidiu fazer justiça com as próprias mãos ao destruir os pertences e expulsar, de forma violenta, as famílias que estavam ocupando os lotes de terras que pretendia e mandar matar o casal. O juiz tenta de forma irresponsável criminalizar as vítimas e legitimar a ação do assassino. Uma tentativa de manchar a história e a memória de José Cláudio e Maria do Espírito Santo, casal reconhecido internacionalmente pela defesa da floresta.

2 - A decisão dos jurados foi contraditória

As investigações feitas pelas polícias civil e federal deixaram claro que os executores condenados (Lindonjonson e Alberto) não tinham nenhuma ligação com outras pessoas (madeireiros, carvoeiros) que ameaçavam José Cláudio e Maria do Espírito Santo, a não ser com o acusado José Rodrigues. Lindonjonson é irmão de José Rodrigues, ele e seu comparsa, isoladamente, não tinham razões particulares para assassinar o casal. José Rodrigues confirmou perante a polícia e na presença do juiz que tinha em seu poder um equipamento completo de mergulho. No dia do crime, uma máscara de mergulho foi deixada para trás por Lindonjonson. Feito o exame de DNA em fios de cabelos encon-

trados na máscara o resultado comprovou que eram compatíveis com o DNA de Lindonjonson. José Rodrigues pagou 100 mil reais pelos lotes de terras onde já existiam famílias morando e deslocou para a área 130 cabeças de gado. A decisão do casal de extrativistas em apoiar as famílias contrariou os seus interesses, razão pela qual passou a ameaçar de morte o casal e, para isso, combinou com seu irmão Lindonjonson o assassinato dos dois. Portanto, a maioria dos jurados, ao absolver José Rodrigues, contrariou as provas existentes nos autos. É com base nesses fundamentos que a acusação pedirá ao Tribunal de Justiça do Estado a anulação da decisão dos jurados que absolveu o mandante do duplo homicídio José Rodrigues Moreira.

3 - O juiz Murilo absolveu um fazendeiro acusado de mandar matar um sindicalista em 2012

No dia 09 de agosto de 2012, o Juiz Murilo Lemos Simão absolveu o fazendeiro Vicente Correia Neto e os pistoleiros Valdenir Lima dos Santos e Diego Pereira Marinho acusados do assassinato do líder sindical Valdemar Barbosa de Oliveira, o Piauí, crime ocorrido em junho de 2011, em Marabá. De acordo com depoimento prestado pelo pistoleiro Diego Pereira Marinho, o fazendeiro Vicente Correia pagou o valor de 3 mil reais para que a dupla assassinasse o sindicalista.

A confissão do pistoleiro foi sustentada em depoimentos prestados perante a polícia civil de Marabá e acompanhada pela imprensa local. Os dois pistoleiros foram presos após terem assassinado outras pessoas em Marabá. De acordo com informações da polícia, a dupla já assassinou mais de 20 pessoas na região. Após serem presos, Diego prestou novo depoimento perante a polícia afirmando que estava sendo ameaçado na cadeia e que o advogado do fazendeiro Vicente Correia lhe mandou um recado através de Valdenir que se ele negasse o crime perante o Juiz seria financeiramente recompensado. Foi o que ele fez posteriormente. Mesmo com todas

essas provas, o juiz Murilo impronunciou e absolveu o fazendeiro e os dois pistoleiros.

4 - Frente ao exposto os Movimentos Sociais abaixo assinados vão requerer:

- A anulação da decisão dos jurados que absolveu o mandante José Rodrigues e, posteriormente, o desaforamento do processo da comarca de Marabá para a comarca de Belém, por entender que o Juiz

Murilo Lemos Simão não tem imparcialidade para presidir um futuro julgamento;

- A suspeição do Juiz Murilo em todos os processos que tramitam em Marabá e que apuram o assassinato de trabalhadores rurais e lideranças dos movimentos sociais;

Marabá, 07 de abril de 2013.

Familiares de José Cláudio e Maria do Espírito Santo.

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará - FETAGRI/ Pará.

Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra - MST/ Pará.

Comissão Pastoral da Terra - CPT/ Pará.

Pastorais Sociais da Diocese de Marabá/Pará.

Conselho Nacional das Populações Tradicionais - CNS/Marabá.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Ipixuna.

Centro de Estudo e Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular – CEPASP/Marabá.

Movimento Humanos Direitos – MhuD/Rio de Janeiro.

Terra de Direitos/ Paraná.

Rede Social de Justiça e Direitos Humanos/São Paulo.

Sociedade Paraense de Direitos Humanos - SDDH/ Pará.

Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB/Pará.

Movimento Debate e Ação - UFPA/ Marabá.

Conselho Indigenista Missionário - CIMI/Pará.

Fórum Regional de Educação do Campo do Sul e Sudeste do Pará.

Colegiado de Licenciatura em Educação do Campo - UFPA/ Marabá.

Coordenação do Campus da UFPA/ Marabá.

Rede Nacional de Advogados Populares - RENAP/Brasil.

Ministra afronta a Constituição Brasileira¹

A Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra vem a público manifestar sua indignação e repúdio ao que faz o atual governo federal, em defesa da sua visão monocrática de desenvolvimento e de submissão aos interesses do agronegócio.

A ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffman, no dia 8 de maio, em reunião da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, deixou claro qual é a verdadeira e única visão do atual governo em relação aos sérios e graves conflitos que envolvem os povos indígenas.

As diversas manifestações indígenas que vêm ocorrendo nos últimos anos, que mostram sua total discordância com projetos que afetam sua vida e seus territórios, são atribuídos pela ministra a grupos que usam o nome dos índios, tentando, com isso, desqualificar suas ações como se eles apenas fossem massa de manobra nas mãos de outros interesses. “Não podemos negar que há grupos que usam os nomes dos índios e são apegados a crenças irrealistas, que levam a contestar e tentar impedir obras essenciais ao desenvolvimento do país, como é o caso da hidrelétrica de Belo Monte”, disse ela textualmente. E acrescentou: “O governo não pode concordar com propostas irrealistas que ameaçam ferir a nossa soberania e comprometer o nosso desenvolvimento”. A ministra deixa patente que o econômico é o único compromisso do atual governo. Nada pode impedir que os propalados “progresso e desenvolvimento” avancem sobre novas áreas, desconhecendo totalmente os direitos dos povos que há séculos ali vivem e convivem, se assim o governo definir como essenciais ao desenvolvimento.

Com essa fala, ela acaba por legitimar toda a violência empreendida contra os povos originários no país. E confirma que o atual modelo de “desenvolvimento” é o mesmo que se implantou no Brasil, desde a época do Brasil Colônia, e se repetiu nos diversos períodos de nossa história. Esquece-se ela, porém, que a Constituição, em seu artigo 231 garantiu: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” e que o Brasil é signatário de acordos internacionais que corroboram estes direitos. As declarações da ministra soam como uma afronta à Constituição brasileira.

E não são só palavras. Para garantir que as obras que o governo se propõe a realizar não sejam interrompidas, como nos tempos da ditadura militar, militariza-se a questão. Em 12 de março, a Presidente Dilma assinou o Decreto n° 7957/2013, que dá poderes ao próprio governo federal, através de seus ministros de Estado, para convocar a Força Nacional em qualquer situação que avaliarem necessário. E lá está a Força Nacional na região onde se pretende construir o complexo Hidrelétrico do Tapajós. E estava em Belo Monte para retirar os cerca de 200 indígenas de 8 etnias diferentes, que ocupavam o canteiro de obras da usina, depois que o governo conseguiu liminar da justiça para que os mesmos fossem retirados, até mesmo com o uso da força. Pacificamente como entraram, os indígenas deixaram o local.

E não fica só nisso. Nas regiões, onde os índios de-

¹ Nota da CPT, emitida em 13/05/2013, critica as posições anti-indígenas assumidas pela ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffman.

pois de decênios de espoliação, tentam reaver pequena parte do território que lhes pertencia, o Palácio do Planalto desqualifica os trabalhos da Funai propondo submeter os estudos de identificação e delimitação de terras indígenas à análise da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), contrariando, mais uma vez a legislação brasileira.

Aliado a isso tudo, a campanha anti-indígena que se desenvolve no Congresso Nacional com a PEC 215, que quer transferir as atribuições constitucionais da Presidência da República em reconhecer territórios indígenas e de outras comunidades tradicionais para o Senado, e a portaria 303 da Advocacia Geral da União que pretendia estender a todo o Brasil, as condicionantes definidas para a TI Raposa Serra do Sol, nos dão um quadro de como, depois de cinco séculos, os indígenas são vistos e tratados neste país.

A Coordenação da CPT espera que nossa Constituição seja respeitada em primeiro lugar pelo próprio governo, garantindo “aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”, e também sobre os territórios dos quais foram espoliados. A preocupação da CPT se dá, também, com relação aos quilombolas e outras comunidades tradicionais sobre as quais cresce a pressão do capital, apoiado pelos poderes públicos. É hora de respeitar e de garantir a diversidade presente em nosso país, e o espaço físico para reprodução física e cultural dos povos e comunidades existentes.

Goiânia, 13 de maio de 2013.

Coordenação Nacional da Comissão
Pastoral da Terra (CPT)

Mandante do assassinato de Dorothy é favorecido com decisão do STF¹

O Supremo Tribunal Federal, em decisão tomada no final do dia de ontem, anulou o julgamento do fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, júri ocorrido em 12 de abril de 2010, no qual foi condenado a 30 anos de prisão. O argumento que os ministros Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Teori Zavascki usaram para decidem pela anulação, foi que o defensor público à época do júri, não teve o tempo suficiente para estudar o processo e fazer a defesa do fazendeiro.

A decisão do Supremo, na verdade, consagra uma manobra orquestrada pelos advogados de defesa do fazendeiro Bida, que tinha como objetivo impedir a realização do júri naquele período. Frente à manobra dos advogados de não participarem do júri, o juiz que presidia o processo, nomeou um defensor público para atuar na defesa e estipulou o prazo de 12 dias para que ele estudasse o processo.

Os ministros argumentaram que o tempo foi curto para o defensor analisar o processo, o que não encontra consistência! De fato, é um absurdo, pois só reforça ainda mais as armações dos advogados de defesa de mandantes de crimes no campo no sentido de impedir que a justiça seja feita.

Com a decisão do Supremo, o fazendeiro Bida, irá a júri pela quarta vez. Uma vergonha! Situação que parece mais com enredo de novela do que com atuação de justiça séria. Fato que só aumenta o descrédito da sociedade em relação ao poder judiciário. Decisão como essa fortalece ainda mais a situação de impunidade que prevalece em relação aos crimes praticados contra os trabalhadores (as) rurais e suas lideranças, a mando de latifundiários.

Caberá agora ao Poder Judiciário paraense marcar nova data para o julgamento e manter o acusado preso. Bida, o Coronel Pantoja e o Major Oliveira são os únicos mandantes de crimes no campo, condenados pela Justiça paraense, e que se encontram cumprindo pena, num universo de mais de 800 assassinatos ocorridos no Pará nas últimas décadas. A lamentável decisão da mais alta corte de justiça desse país serve apenas para agravar ainda mais os conflitos e as mortes no campo brasileiro.

Belém, 15 de maio de 2013.

Comissão Pastoral da Terra - CPT Regional Pará

¹ Nota Pública emitida pela CPT regional Pará, em 15/05/2013, sobre anulação pelo STF, do julgamento que condenou o mandante do assassinato de Irmã Dorothy Stang.

“Vocês terão muitas tribulações” (Jo 16,33)

Nota de Solidariedade ao CIMI¹

A Coordenação Nacional da CPT quer expressar através desta nota sua mais irrestrita solidariedade ao Conselho Indigenista Missionário, CIMI, e a seus agentes pelos constantes ataques e agressões que vêm sofrendo nos últimos dias, em decorrência do apoio à luta dos povos indígenas na busca de seus direitos. Ruy Sposati, jornalista e agente pastoral do CIMI, foi proibido, por ordem judicial, de entrar no canteiro de obras da usina Belo Monte, no Pará, para fazer a cobertura da ocupação organizada pelos indígenas no começo de maio.

No último sábado, 18, o mesmo Ruy foi impedido de desenvolver sua função, quando acompanhava os índios Terena, atingidos por ordem de reintegração de posse da fazenda Buriti, no município de Sidrolândia, em Mato Grosso do Sul, que haviam ocupado no dia 15, território já declarado como de ocupação tradicional indígena, em 2010. Ruy teve seus equipamentos confiscados de forma ilegal e arbitrária pelo delegado de Polícia Federal, sob a alegação de não conhecer o CIMI, equipamentos que até a presente data não foram devolvidos. Em abril, outro jornalista e agente pastoral do CIMI, Renato Santana, foi agredido pela polícia legislativa, que o espancou e quebrou seus óculos ao acompanhar a ocupação dos indígenas do plenário da Câmara dos Deputados.

As agressões aos povos indígenas que reivindicam o respeito aos territórios que ocupam, ou a reconquista daqueles dos quais foram espoliados, o direito de serem ouvidos e o respeito às normas constitucionais vigentes e aos tratados internacionais assinados pelo Brasil, se multiplicam e crescem como uma avalanche. Da mesma forma atingem os que os apoiam, de modo particular o CIMI.

Estas agressões partem dos ruralistas, que se intitulam proprietários de imensas áreas, muitas delas sem qualquer respaldo legal, encontram ressonância e amplificação no Congresso Nacional, com sua Frente Parlamentar da Agropecuária, passam pelo Judiciário, ágil e rápido na emissão de liminares e sentenças a favor dos automeados “proprietários” e chegam ao Executivo que, para impor a ferro e fogo seus projetos minerários, hidrelétricos e outros, convoca as forças de repressão para que nada impeça sua execução.

A coordenação nacional da CPT, ao mesmo tempo que externa sua solidariedade, deseja aos irmãos e irmãs do CIMI que permaneçam atentos, firmes e fiéis, pois “o Senhor é nossa força” (Sl 27,1). Ele nos diz hoje, como disse a seus discípulos.

“Vocês terão muitas tribulações. Mas não tenham medo, eu venci o mundo” (Jo 16,33)

Goiânia, 22 de maio de 2013.

Coordenação Nacional da CPT

¹ Nota da CPT, em 22/05/2013 em solidariedade a jornalistas e agentes do CIMI agredidos e impedidos de exercerem sua função.

Carta enviada a autoridades do Mato Grosso¹

Goiânia, 01 de julho de 2013

Ex.mo Senhor
Des. Manoel Mendes Carli
Segunda Câmara Criminal
Campo Grande – MS

Excelentíssimo senhor,

Pelo presente vimos solicitar a imediata liberdade dos 6 (seis) indígenas arbitrariamente encarcerados, Samuel Gonçalves; Sergio da Silva; João Isnarde e João da Silva recolhidos no estabelecimento prisional Harry Amorim Costa, município de Dourados/MS e Elaine Hilton e Ifigeninha Hirto, no Presídio Feminino Luiz Pereira da Silva, município de Jateí/MS.

Eles estão presos porque, mesmo tendo sua área estudo antropológico de identificação e delimitação publicado no Diário Oficial da União, eles vinham sofrendo ameaças, agressões e hostilização de vizinhos. Um deles, o policial militar reformado Arnaldo Alves Ferreira, depois de diversas ameaças e agressões foi denunciado à Polícia através de Boletim de Ocorrência, por lesões corporais a golpes de facão. No dia seguinte ao registro da agressão, em 12 de Abril de 2013, o Sr. Arnaldo voltou ao acampamento desferindo vários disparos contra a comunidade. Um dos tiros acertou o indígena João da Silva, provocando indignação e revolta nos moradores, que ao revidar em ação de legítima defesa coletiva, resultou em graves lesões ao ofensor, vin-

do este a falecer. O indígena João da Silva, ferido, foi levado ao hospital e ao serem concluídos os cuidados médicos, recebeu voz de prisão por flagrante delito sob a acusação de homicídio doloso qualificado. O delegado de Polícia Civil Marcelo Damasceno, do município de Douradina/MS, indiciou outros indígenas por homicídio qualificado e concluiu as investigações pedindo a prisão preventiva para todos eles. O Ministério Público manifestou-se favorável e a juíza, de pronto, decretou as prisões dos indígenas.

O delegado em ato de abuso de poder oficiou a FUNAI para apresentar os indígenas com o fim de colaborar com a continuidade das investigações. Os indígenas, de boa fé, compareceram à delegacia prontos para colaborar no esclarecimento do caso e ao chegarem, foram-lhes apresentados os mandados de prisão que de pronto foram cumpridos.

A liberdade a estes indígenas é uma exigência do princípio fundamental de nossa Constituição de que todos são iguais perante a lei e merecem tratamento igual. Dentre as dezenas de assassinatos de indígenas no estado de Mato Grosso do Sul, não se tem notícia de punição dos culpados. Um caso recente do assassinato do adolescente Denilson Barbosa pelo fazendeiro Orlandino Carneiro Gonçalves, no município de Caarapó, é ilustrativo. O fazendeiro confessou o crime e não foi preso. Estando a responder ao processo em liberdade.

Se houver um mínimo de senso de Justiça por parte das autoridades competentes, estes indígenas pre-

¹ Carta enviada, em 01/07/2013, a autoridades do Mato Grosso do Sul, governador, presidente do Tribunal de Justiça, à Segunda Câmara Criminal e ao Procurador Geral de Justiça, solicitando imediata soltura de seis indígenas presos, a quem se pede igual tratamento dispensado a outros cidadãos.

tos devem gozar dos mesmos privilégios garantidos a todos, que é o de responder em liberdade.

É contra esta diferença de tratamento dada no Brasil aos pobres e às elites que as ruas nestes dias se encheram de jovens clamando por Justiça. Esperamos que fale mais alto a consciência cívica e cristã nos que administram a Justiça, para que contra eles não se realize o que profetizou Isaias:

“Ai dos juízes injustos e dos que decretam leis injustas, que não deixam haver justiça para os pobres, para as viúvas e para os órfãos. Que farão vocês

quando vier castigar-vos nesse dia em que vos trouxer a desolação duma terra distante? Para quem hão-de vocês voltar-se a pedir ajuda? Onde vão vocês pôr os vossos tesouros de forma a ficarem em segurança? Eu, em todo o caso não vos ajudarei; andarão antes aos tropeções por entre os prisioneiros e cairão por entre os mortos. Mas ainda assim a minha ira não ficará satisfeita; antes o meu punho se manterá suspenso, pronto a cair-vos em cima”. (Is 10,1-4)

Dom Enemésio Lazzaris
Bispo de Balsas
Presidente da CPT

Carta ao Papa Francisco¹

Caríssimo Irmão Francisco,

Como é bom nos dirigir ao senhor chamando-o simplesmente de irmão, sem qualquer outro título que o distancie do projeto de Jesus. Sentimo-nos muito próximos do senhor por esta sua postura simples e sonhamos com um dia a Igreja se ver totalmente livre, simples e pobre como Jesus de Nazaré, ao lado dos pobres com tantos rostos e nomes. Queremos saudar sua presença no Brasil na Jornada Mundial da Juventude.

Quem somos nós? Somos um conjunto de pastorais da igreja que atuam junto aos homens e mulheres do campo e das águas: o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que atua junto aos povos indígenas de todo o Brasil; a Comissão Pastoral da Terra, CPT, que tem sua atuação junto às diversas categorias de camponeses e camponesas, junto aos trabalhadores e trabalhadoras sem-terra, aos pequenos agricultores familiares, às comunidades quilombolas (comunidades remanescentes formadas por afrodescendentes fugidos da escravidão) e junto aos trabalhadores que acabam submetidos a condições análogas ao trabalho escravo; o Conselho Pastoral dos Pescadores, CPP, que tem como objetivo ser presença de gratuidade evangélica no meio dos pescadores e pescadoras artesanais, estimulando suas organizações para a preservação do meio ambiente e a permanência em seus territórios tradicionais; o Serviço Pastoral dos Migrantes, SPM, que desenvolve sua ação junto às famílias que constantemente migram em busca de melhores condições de vida, ou de pessoas que todos os anos procuram em outras regiões, longe de suas casas, trabalhos temporários; a Pastoral da Juventude Rural, PJR, que atua com os jovens camponeses.

Neste serviço solidário ouvimos todos os dias os gemidos de dor e angústia de milhares de famílias que foram ou ainda são espoliadas de suas terras, de seus meios de subsistência e de sua cultura, que são discriminadas e invisibilizadas. Os direitos destes povos, comunidades e famílias são constantemente negados para abrir espaço ao avanço de empresas e empreendimentos capitalistas com seus grandes projetos de “desenvolvimento” com construção de hidrelétricas, exploração de minérios, monocultivos do agronegócio e outros que tudo querem transformar em mercadoria.

Quando alguns direitos são reconhecidos, acabam não sendo respeitados. Para serem reconhecidos é preciso percorrer um penoso e desgastante processo que se prolonga por décadas. Isto acontece, sobretudo quando se trata do direito aos territórios dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, dos pescadores e ribeirinhos e de outras comunidades tradicionais. Porém o reconhecimento e regularização destes territórios e a sonhada Reforma Agrária continuam presentes na sua pauta.

Este trabalho evangélico desenvolvido por bispos, padres, religiosos e religiosas e, sobretudo, por leigos e leigas sofre o ataque de diversos setores da sociedade, em especial daqueles que se colocam como os únicos portadores de direitos, em particular do direito de propriedade e dos que os apoiam. O mais angustiante, porém, é que esta incompreensão a encontramos também em setores da própria igreja e da parte de muitos bispos e padres que estão mais ao lado dos que têm bens e poder, do que ao lado dos pobres.

¹ Carta da Articulação das Pastorais do Campo, assinada por Dom Enemésio Lazzaris, presidente da CPT, entregue ao Papa Francisco por ocasião da Jornada Mundial da Juventude, no Rio de Janeiro, no dia 23/07/ 2013.

Irmão Francisco, cada vez que o ouvimos falar que a igreja deve sair de dentro de suas estruturas e estar ao lado dos pobres para ouvir seus clamores e sentir de perto seus sofrimentos, nos sentimos apoiados e fortalecidos em nosso trabalho e em nossa Missão que é a missão samaritana de ajudar a que os caídos se levantem e caminhem por si, a que os oprimidos ergam a cabeça reconhecendo sua dignidade de filhos e filhas de Deus.

Gostaríamos imensamente que um dia o senhor pudesse pessoalmente conhecer de perto a realidade do povo das comunidades com as quais trabalhamos para dar-lhes uma palavra de incentivo e afeto.

Mas como no momento não é possível, gostaríamos que mesmo de longe envie sua palavra de conforto para eles que sofrem a cada dia as violências e as ameaças à vida e à dignidade humana.

Que o Senhor que é pai e mãe de todos abençoe seu ministério à frente da Igreja e abençoe a todos e todas nós.

Dom Enemésio Lazzaris
Bispo de Balsas - MA

Presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Rio de Janeiro, 23 de julho de 2013.

Ruralistas ameaçam a Constituição¹

A PEC que transfere ao Legislativo a demarcação de terras indígenas e tantos outros projetos tentam favorecer o uso delas pelo agronegócio

Aos ruralistas, seja na tribuna do Congresso Nacional ou nos jornais, não há o que os leve mais ao descontrole do que a causa indígena.

Descontrole expresso em uma escalada de recursos contra os direitos desses povos e de comunidades tradicionais garantidos pela Constituição Federal, que está prestes a completar 25 anos.

Um desses recursos é a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 215/00, que transfere a competência da demarcação de terras indígenas do Poder Executivo para o Congresso Nacional.

Essa PEC, segundo nota técnica do Ministério Público Federal (MPF), afronta “cláusulas pétreas da Constituição da República” e viola o núcleo essencial de direitos fundamentais. Fere a divisão dos Poderes e anula o direito originário à terra, sendo a demarcação ato administrativo, segundo os juristas Carlos Frederico Marés e Dalmo de Abreu Dallari.

À PEC 215, somam-se dezenas de outros projetos de lei, que tentam impedir o reconhecimento de terras indígenas e favorecer o uso delas pelo agronegócio.

Nada parece deter os ruralistas, que ostentam uma bancada de 214 deputados e 14 senadores, com campanhas eleitorais financiadas pelo capital estrangeiro da Monsanto, Cargill e Syngenta, além da indústria de armas e frigorífico, conforme dados da Transparência Brasil.

O que esperar dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais a não ser a resistência, tal Davi contra Golias, em defesa de seus direitos?

Assim foi em abril, quando indígenas ocuparam a Câmara dos Deputados, e assim tem sido na retomada de terras tradicionais, com procedimentos demarcatórios paralisados pelo Executivo.

É o caso da terra indígena tupinambá de Olivença (BA). Seu procedimento administrativo está encerrado desde 2009. O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, no entanto, nega-se a assinar a portaria declaratória. País afora a situação é dramática.

No Mato Grosso do Sul, a terra Kadiwéu, demarcada há cem anos e homologada há quase 40, continua invadida. Relatório do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) registra que, de 2003 a 2012, ocorreram no Estado 317 assassinatos de indígenas, dos 563 ocorridos no país nesse período.

No caso da morte de Nísio Gomes Guarani Kaiowá, o MPF apontou como mandantes ao menos seis “produtores rurais”. O confinamento às margens de rodovias ou em minúsculas reservas levou ao suicídio, entre 2000 e 2012, de 611 indígenas, jovens entre 14 e 25 anos, de acordo com dados do Dsei (Distrito de Saúde Indígena).

A Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) convoca, entre 30 de setembro e 5 de outubro, uma

¹ Artigo assinado por Dom Erwin Kräutler, presidente do CIMI e por Dom Enemésio Lazzaris, presidente da CPT, publicado na Folha de São Paulo, no dia 17/09/2013.

mobilização nacional contra a ofensiva à Constituição e aos direitos indígenas. Cimi e CPT (Comissão Pastoral da Terra) apoiam o ato, fundamentados nos valores do Evangelho e por dever de justiça e solidariedade a quem tem sido espoliado de seus territórios e de seus direitos há tanto tempo.

A senadora Kátia Abreu (PSD-TO), em coluna nesta Folha (“Causa Inconfessável”, 7/9) tenta desqualificar a ação dessas pastorais taxando-as de “ideológicas”.

O assentamento de famílias sobre terras indígenas, inclusive com a emissão de títulos de propriedade do Estado, não nega o esbulho dos territórios.

Isso não ocorre somente no caso de terras tradicionalmente indígenas. A senadora e familiares foram beneficiados pelo governo do Tocantins com terras ocupadas por posseiros. Além de atentar contra o direito à terra dos povos e de posseiros, Kátia Abreu milita contra o direito à identidade coletiva.

A senadora protocolou na Casa Civil pedido para que a Funai (Fundação Nacional do Índio) paralise o processo de identificação étnica do povo Kanela do Tocantins.

Os indígenas não estão solitários em suas mobilizações, pois a sociedade está atenta ao escândalo do latifúndio ruralista brasileiro.

Conflito no Maranhão, uma lição de realidade¹

A Comissão Pastoral da Terra quer de público agradecer ao deputado estadual César Pires, do DEM do Maranhão, líder do governo Roseana Sarney na Assembleia Legislativa, pelos esclarecimentos que faz a toda a sociedade, sobre como agem os poderes constituídos em relação a conflitos agrários.

Estes esclarecimentos estão contidos no Ofício 71/2013, que o deputado encaminhou na data de 23.09.2013 ao desembargador Gercino José da Silva Filho, ouvidor agrário nacional e presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo. O ofício se reporta ao conflito envolvendo, de um lado, a comunidade quilombola de Santa Maria dos Moreiras, em Codó - MA, e de outro, o próprio deputado.

A comunidade quilombola de Santa Maria dos Moreiras integra um dos maiores territórios étnicos do estado do Maranhão. Pesquisas acadêmicas identificam sua existência há mais de 200 anos. Em 24.01.2008, a Fundação Cultural Palmares reconheceu e certificou o território de Bom Jesus onde se encrava Santa Maria dos Moreiras. Desde 1992, os quilombolas travam uma luta dura pela preservação do seu território, contra o deputado que se arvorou dono da área.

Neste período foram destruídas roças, houve proibições de acesso às fontes de água, restrição de uso dos caminhos de roça e construção de cercas de arame farpado impedindo o acesso das famílias às matas de babaçu e às roças.

Em 3 de novembro de 2012, três policiais militares, acompanhando dois “encarregados” da fazenda,

bloquearam a estrada do quilombo impedindo a passagem das pessoas e disparando tiros de armas de fogo. Antes de irem embora, passaram perto das casas dando tiros para cima.

Em 31 de janeiro de 2013, enquanto os quilombolas realizavam Assembleia da comunidade, um jagunço e um tenente da Polícia Militar incendiaram duas casas.

Por conta destas violências, em 22 de agosto de 2013, foi realizada audiência pública nesta comunidade, reunindo também representantes de outras comunidades com representantes do INCRA e da Ouvidoria Agrária Regional. Os quilombolas relataram as inúmeras violências que têm sofrido, principalmente da parte do deputado estadual Cesar Pires, que tem como forte aliado o prefeito do município de Codó, Zito Rolim, do PV. Este figura, desde 2011, na lista suja do Ministério do Trabalho e Emprego, por exploração de mão de obra em condições análogas às de escravo.

Dias depois da audiência, em 02.09.2013, bois do parlamentar invadiram a roça de Gilberto Bezerra de Araújo, destruindo o que estava plantado.

Segundo se depreende do ofício do deputado, os quilombolas reagiram à destruição da roça e mataram um boi. O fato foi prontamente denunciado e o Sr. Antônio Cesar Pereira dos Santos, presidente da Associação Quilombola de Santa Maria dos Moreiras, foi indiciado pela polícia e “o processo será ou já foi encaminhado à justiça”. Poucos dias depois, a delegacia local iniciou procedimentos para apurar responsabilidades, pela morte de outro boi. “Para

¹ Nota Pública assinada pelo presidente da CPT, em 18/10/2013, sobre conflito envolvendo o quilombo Santa Maria dos Moreiras, no Maranhão, e o deputado estadual César Pires.

minha surpresa já hoje (26/09/2013) (sic) voltaram a matar outro animal, desta vez um burro”, diz o ofício datado de 23/09/2013.

Nele se lê ainda que a Secretaria de Agricultura do município elaborou relatório atestando a inexistência de roças dos quilombolas na área: “as plantações de vazantes são feitas em meu açude sem autorização”.

Realmente este ofício é uma peça pedagógica e ganha consistência maior pela pessoa que o enviou. Mostra com clareza meridiana a diferença de tratamento dado a quem tem poder e dinheiro e aos camponeses e pobres. A morte de animais são denunciadas e apuradas com rapidez incomuns, levando ao indiciamento de supostos culpados. Não se tem notícia de que as agressões sofridas pela comunidade tenham merecido atenção das autoridades. Mostra, também, como interagem diversos poderes.

Neste caso a fábula do lobo e do cordeiro encontra aplicação prática: as ações dos pequenos, no caso os quilombolas, têm como único objetivo provocar a quem se julga detentor de direitos para depois se fazerem passar por vítimas: “as cercas são frágeis feitas com um único propósito de provocar-me e tentar justificar as mortes dos animais”. “A violência no

campo do Maranhão”, deixa explícito o deputado: “às vezes chega a ser fantasiada e alardeada numa tentativa de alguém tirar proveito dos fatos.”

“Matar animais indefesos com armas de grande calibre, e de grande porte. Bandidagem,” registra o ofício. Destruir plantações, impedir o livre trânsito de pessoas, queimar residências, intimidar com armas de fogo, o que será?

Para o deputado, os advogados dos quilombolas não têm “conhecimento”, “nem talento e criatividade”, por isso apelam para a “provocação”, “para torná-los vítimas, única forma de aparecerem”.

Quem, durante 21 anos, intimidou, ameaçou e agrediu, agora declara: “Sinto-me ameaçado de morte e quero registrar isso a nível nacional”, cômico, não fosse trágico.

Mais uma vez a Comissão Pastoral da Terra, citada pelo deputado, quer agradecer a lição prática sobre como se dão as relações na sociedade brasileira.

Goiânia, 18 de outubro de 2013.

Dom Enemésio Lazzaris

Presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Carta Pública do Encontro Nacional de Formação da CPT¹

Aos irmãos e irmãs da CPT, das igrejas e das pastorais.

Estivemos reunidos, em Luziânia, no Centro de Formação Vicente Cañas, do CIMI, de 23 a 26 de outubro de 2013, 55 agentes de pastoral de todos os regionais da CPT, para aprofundar em quatro dias de estudo, convivência fraterna, com fortes momentos de oração e contemplação, a dimensão pastoral da CPT, que nos é irrenunciável.

Nossa reflexão partiu da escuta da pastoralidade que é vivida e desenvolvida de formas diferentes e por pessoas diferentes nos meios populares, quase sempre marginalizados, discriminados e oprimidos. São pessoas que assumem o pastoreio dos seus semelhantes no cuidado da vida e das feridas dos que sofrem. Nossa reflexão buscou e encontrou na Bíblia a fundamentação do ser pastor. E descobrimos que esse pastorear está carregado de ambiguidades, pois os que dominam e governam o povo se fazem chamar de pastores. Os profetas se levantam contra eles, pois em vez de se preocupar com o povo “apascentam a si mesmos” (Ez 34,2). Nosso modelo de pastor é Jesus que deixa 99 ovelhas no deserto e vai em busca da que se perdeu e que disse que o Bom Pastor é aquele que dá a vida por suas ovelhas (Jo 10,11).

No nosso trabalho, enquanto CPT, sentimos diariamente os clamores das comunidades indígenas, quilombolas, camponesas em geral, pois sua relação prazerosa com a terra, a água e as florestas, que para elas é espaço de vida, cada dia se torna mais

inviável no modelo capitalista que domina nosso país que tudo quer transformar em mercadoria.

Hoje a situação das comunidades é mais grave do que quando a CPT foi criada há quase 40 anos. Vivem ameaçadas de perder a terra e o território onde nasceram e os poucos direitos que arduamente conquistaram. Sofrem ataques diários dos que se julgam “donos” da terra e se encastelam nos âmbitos dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Cada dia mais seus sonhos de ter garantido seu espaço de vida é interrompido e negado.

É nesta contradição que a CPT desenvolve sua ação pastoral de acordo com o que vemos nos Evangelhos. Todo o dia temos que nos confrontar com as forças contrárias (ver Jo 10,1.8.12) dos que não querem o pão repartido e o povo organizado, como Jesus nos aponta quando mandou seus discípulos organizarem o povo em grupos para que o pão pudesse saciar a todos (Mc 6,39-40). Nas Igrejas, muitos ainda não entendem que nossa ação é verdadeiramente pastoral, porque falamos de comunidades que se preocupam com a partilha do pão e a organização do povo como fez Jesus. Mas, ao mesmo tempo nunca nos faltou o apoio de outros que se mostram solidários com as causas que defendemos e oferecem seu apoio efetivo e concreto.

Concluimos nossa reflexão com a afirmação de algumas opções irrenunciáveis da nossa identidade e prática pastorais que o Espírito suscitou em nossas igrejas, quando se constituiu a CPT. Partilhamos

¹ Documento final do Encontro Nacional de Formação da CPT, realizado em Luziânia, GO, entre os dias 23 e 26 de outubro de 2013

com vocês estas opções, como compromisso e apelo para a continuidade de nossa missão:

Não podemos nos vender, nem nos render e nos deixar cooptar pelo poder, a ideologia e as seduções do capital.

Não podemos deixar de alimentar a mística e a espiritualidade que funde o humano e o divino.

Não podemos substituir o povo, queimar processos, coibir autonomias, colocar obstáculos ao protagonismo popular.

Não podemos nos apresentar como iluminados e com monopólio da verdade.

Por outro lado reafirmamos que devemos:

Manter fidelidade ao projeto de Jesus e, por isso, manter a fidelidade aos indígenas, quilombolas e todas as categorias de camponeses que são os “últimos e os penúltimos” na escala social, decretados à morte pelo poder dominante. Partilhar suas lutas e conquistas e a memória de seus mártires.

Denunciar as injustiças e a violência contra os povos do campo, da água e das florestas e anunciar-

-lhes o apoio para a vida nova que brota da sua luta e organização.

Acreditar no protagonismo dos pequenos e pobres.

Desenvolver a acolhida, a escuta e o diálogo com a diversidade de expressões religiosas e culturais.

Construir comunhão através da colegialidade nas decisões e fazendo circular o poder.

Garantir um processo permanente de formação, desenvolvendo também a capacidade de registro e sistematização das experiências.

Num tempo em que o capital investe pesadamente na manipulação de uma religião só de louvor para silenciar o profeta, temos que afirmar a nossa pastoral de maneira orgânica, criando espaços de fé, mística, reencantamento e festa que nos alimentam e estimulam e não nos deixam jamais perder a esperança.

Luziânia, 26 de outubro 2013.

Os participantes do Encontro
Nacional de Formação

Não adianta aprovar o confisco da propriedade dos escravagistas se o preço a pagar for a negação do que é trabalho escravo nas condições do Brasil de hoje¹

A persistência da escravidão foi denunciada desde o início dos anos 70, especialmente na Amazônia (a partir da Carta Pastoral de dom Pedro Casaldáliga, em 1971), tendo, porém, se revelado presente desde então em todas as regiões do país e em inúmeras atividades, da pecuária até a carvoaria, da lavoura e do canavial até a construção civil, da mineração até a confecção.

O reconhecimento oficial desta vergonhosa realidade se deu somente a partir de 1995. Iniciou-se então um novo período marcado por avanços importantes no combate ao trabalho escravo, bem como na consciência das formas perversas que este vem assumindo na atualidade: o escravo moderno encontrado pelos competentes auditores fiscais do trabalho, procuradores e policiais, integrantes dos grupos móveis especializados, não é mais aquele sujeito sem direitos (ou melhor: não-sujeito), preso a correntes, como no tempo da Colônia ou do Império.

A analogia da sua situação em relação àquela do antigo escravo se dá necessariamente por meio de critérios modernos, relacionados ao nível civilizatório atual.

Além da utilização de mecanismos de endividamento que o mantém obrigado a seguir trabalhan-

do, o escravo moderno tem sua liberdade negada no que desta constitui a essência: a capacidade de optar, aceitar ou recusar, por que lhe é negada a elementar dignidade que o constitui como sujeito de direitos. De uma pessoa obrigada a jornadas exaustivas, sem direito a água, a alimento, ou a alojamento minimamente decentes, pode-se dizer que é literalmente tratada como coisa ou, como muitos desses trabalhadores relatam quando conseguem fugir daquela situação: pior que animal.

Claramente degradado da sua condição de cidadão.

Por este motivo, desde 2003, a lei penal brasileira passou a identificar as condições degradantes de trabalho e a jornada exaustiva como elementos característicos do trabalho análogo a de escravo, ao lado do tradicional cerceamento da liberdade formal (trabalho forçado e impedimento de ir e vir). Um avanço civilizatório reconhecido internacionalmente, parabenizado pela ONU (na pessoa da Relatora Especial sobre a Escravidão Contemporânea, Dra Gulnara Shahinian) e pela OIT (que sempre incentivou cada país signatário das suas Convenções a construir uma legislação adequada, com base no piso mínimo nelas definidas e, quando necessário, indo além).

É irrelevante alegar que a definição da Convenção 29 da OIT (que data de 1930, mais de 80 anos

¹ Nota Pública da CPT e da Campanha Nacional da CPT contra o Trabalho Escravo, emitida no dia 02/11/2013, sobre as tentativas de alterar o conceito de trabalho escravo.

atrás) possa estabelecer um limite insuperável para identificar a realidade atual do trabalho escravo e formular adequadamente o conceito que lhe corresponde.

Quarenta e cinco mil trabalhadores foram resgatados desde 1995 no Brasil. Sanções mais pesadas passaram a ser aplicadas. Porém, uma delas, proposta desde os anos 90, continuou atolada no Congresso: o confisco da propriedade onde for encontrado trabalho escravo (PEC 438/2001). Só saiu do esquecimento dos congressistas em função da comoção nacional criada em 2004 pela Chacina de Unai, quando três fiscais do trabalho e seu motorista, em missão, foram friamente assassinados. Desde então houve inúmeras manifestações da sociedade em favor da imediata aprovação da PEC do confisco da propriedade. Entre elas destacam-se vários apelos da CNBB.

Em 2012, quando os deputados enfim voltaram a discutir essa PEC, setores ruralistas passaram a condicionar seu voto à revisão do conceito legal de trabalho escravo, o qual, na sua visão, seria vago, exagerado, sujeito a interpretações subjetivas. Em troca da aprovação da PEC que, no Senado, tramita agora sob o nº 57A/1999, congressistas geralmente ligados à bancada ruralista, exigiram que fossem retirados da conceituação legal atual (artigo 149 CPB, aprovado pelo Congresso em 2003) seus traços distintivos modernos de violação grave da dignidade humana e que se voltasse à visão clássica do escravo antigo: aquele trabalhador aprisionado,

submetido à força ao trabalho e privado de sua liberdade de ir e vir. Uma figura abolida desde 1888 e raramente encontrada formalmente na atualidade. Este tipo de entendimento regressivo foi sancionado dia 18/10/2013 por uma Comissão Mista do Congresso, oportunamente criada. Agora está sendo apresentado pelo senador Romero Jucá na forma do PLS 432/2013, a ser submetido à votação dos senadores na próxima semana. Sua aprovação eventual em votação do plenário agendada para esta semana, significaria um dramático retrocesso no combate à escravidão moderna, uma chaga que atinge hoje milhares de trabalhadores rurais, cortadores de cana, carvoeiros, pedreiros em grandes obras e imigrantes latinos.

Sob essas restrições, de nada adiantaria aprovar o confisco da propriedade por um crime cuja materialidade formal já não seria mais plausível de ser encontrada.

Tudo não passaria de uma gritante hipocrisia.

Por isso se faz necessária uma manifestação ampla e inequívoca por parte de todos aqueles e aquelas que há anos lutam pela erradicação do trabalho escravo no Brasil.

Goiânia, 02/11/2013.

CAMPANHA NACIONAL DA CPT CONTRA O
TRABALHO ESCRAVO
CPT NACIONAL

Moção de Repúdio à exploração de gás de xisto e ao uso da fratura hidráulica e em defesa do Cerrado¹

Nós, povos (indígenas, retireiros/as, assentados/as, quilombolas, fechos de pasto, ribeirinhos/as) do cerrado da Bahia, de Minas Gerais, de Rondônia, de Goiás, do Maranhão, do Piauí, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul e São Paulo, agentes da Comissão Pastoral da Terra e do Conselho Indigenista Missionário, religiosos/as, professores/as universitários/as, da Rede Cerrado, do Movimento dos Atingidos por Barragens, da Rede Grita Cerrado, da Agência 10envolvimento e profissionais da área técnica, reunidos em Luziânia (GO), entre 22 e 24 de novembro de 2013, no encontro intitulado “No veio das águas brota a vida, dos troncos retorcidos surge a esperança”, onde nos encontramos para discutir a intensa degradação ambiental do bioma Cerrado e as nossas resistências e meios de preservação, vimos por meio dessa Moção manifestar a nossa indignação e perplexidade ante mais uma forma de degradação ambiental em curso.

O bioma Cerrado, tão intensamente devastado pelo agronegócio, através do desmatamento da vegetação nativa, do uso de agrotóxicos, da contaminação do solo e dos corpos hídricos, nesse momento é alvo de mais uma investida que trará impactos socioambientais de proporções gigantescas. Trata-se da exploração de gás de xisto, que tem como método a chamada fratura hidráulica. A fratura hidráulica, em resumo, consiste em inje-

tar enormes quantidades de água e componentes químicos altamente poluentes no subsolo para a extração do gás, com a finalidade de fraturar as rochas em que ele se encontra. Esses poluentes químicos migram para as águas subterrâneas, e, conforme já se posicionaram inúmeros cientistas, a exemplo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e a Academia Brasileira de Ciência, não há estudos sobre o controle e mitigação de impactos socioambientais gerados pela fratura hidráulica e sobre a despoluição das águas contaminadas pelos metais pesados, o que torna essa contaminação irreversível.

A exploração de gás de xisto por meio da fratura hidráulica tem sido banida em diversos países do mundo, como França e Uruguai. No entanto, o governo brasileiro, sem comunicar a população dessa catástrofe ambiental, irá realizar nos dias 28 e 29 de novembro de 2013, a 12ª Rodada dos Leilões da Agência Nacional de Petróleo. Serão leiloados duzentos e quarenta blocos territoriais no Acre, Amazonas, Piauí, Maranhão, Goiás, Tocantins, Sergipe, Alagoas, Bahia, Mato Grosso, Paraná e São Paulo. Nessas regiões em que estão os blocos e que serão objeto de fratura hidráulica, sabemos que se encontram os principais aquíferos, Bambuí, Urucuia, Guarani, que alimentam os rios brasileiros e suas bacias. O que dá ao impacto ambiental gerado pela fratura hidráulica um caráter nacional e até continental.

¹ Moção aprovada pelos participantes do Encontro de Povos e Comunidades do Cerrado, realizado em Luziânia, GO, de 22 a 24 de novembro de 2013, promovido pela CPT, CIMI e outras entidades.

Em defesa do cerrado, dos aquíferos brasileiros, sobretudo o Urucuia, dos nossos territórios tradicionais, e dos nossos modos de vida, nos posicionamos contra a realização da 12ª Rodada de Leilões da ANP, contra o uso da fratura hidráulica e exploração de gás de xisto, contra mais essa forma nefas-

ta de devastação de bioma que estamos tentando manter em pé.

Participantes do Encontro de Povos e
Comunidades do Cerrado

Luziânia, 24 de novembro de 2013.

Siglas dos Movimentos Sociais, Organizações e Entidades

Siglas dos Movimentos sociais, organizações e entidades

*Utilizamos as letras iniciais das entidades para identificar aquelas cujo nome é apresentado por extenso.

AAV	Agente Ambiental Voluntário	AAI*	Associação Arco Íris
AMA-JF	Aliança do Meio Ambiente de Juiz de Fora	ABA	Associação Brasileira de Antropologia
Ama	Amigos do Meio Ambiente	ABI	Associação Brasileira de Imprensa
APR	Animação Pastoral e Social no Meio Rural	Abra	Associação Brasileira de Reforma Agrária
Acaram	Articulação Central de Associações Rurais de Ajuda Mútua	ABU	Associação Brasileiros Unidos
AEFP	Articulação Estadual de Fundo de Pasto	ACAM*	Associação Camponesa do Amazonas
ANP	Articulação Nacional das Mulheres Pescadoras	ACCS	Associação Catarinense dos Criadores de Suínos
ANMTR	Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais	ACTRU*	Associação Comunidade dos Trabalhadores Rurais de Unaí
ASA Brasil	Articulação no Semiárido Brasileiro	ACUTRMU	Associação Comunidade Unida de Trabalhadores Rurais
APRBSF*	Articulação Pop. pela Revitalização da Bacia do São Francisco	ACBP	Associação Comunitária Bom Pastor
APPF	Articulação Puxirão dos Povos de Faxinais	Acafi	Associação Comunitária dos Agricultores Familiares de Itamarandiba
APRAASSA	Ass. dos Prod. Rurais do P. A. do Seringal Santo Antônio	Acordi	Associação Comunitária Rural de Imituba
APMG*	Assembleia Popular de Minas Gerais	ACSJT*	Associação Comunitária São José do Tomé
APRJ*	Assembleia Popular do Rio de Janeiro	Arqpedra	Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo Pedra do Sal
Aconeruc/MA	Assoc. das Com. Negras Rurais Quilombolas do Maranhão	ACSMAC	Associação da Comunidade São Miguel Arcanjo das Cachoeiras
Acorjuve	Assoc. das Comunidades da Região Juruti Velho	ACRQ	Associação das Comunidades dos Remanescentes de Quilombos
Amigreal	Assoc. dos Moradores de Igaci e Microrregiões do Estado de Alagoas	AQC*	Associação das Quebradeiras de Coco
APPAAFCNF	Assoc. dos Peq. Prod. e Artesãos da Agric. Familiar de Congonhas Nossa Família	AATR	Associação de Advogados e Advogadas dos Trabalhadores Rurais
Agrofran	Assoc. dos Produtores Agropecuários da Gleba S. Francisco	Aacade-PB	Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afro-descendentes
APAO	Assoc. dos Produtores Amigos Organizados	AAPP	Associação de Aquicultores e Pescadores de Pedra de Guaratiba
ATRAMAG	Assoc. dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva de Mata Grande	Acquilerj	Associação de Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro
Arquizumbi	Assoc. Quilombola Zumbi dos Palmares do Igarapé Vilar	AMPCV	Associação de Marisqueiras e Pescadores de Curral Velho
AAIA	Associação Agroextrativista da Ilha do Arapari	AMA/Moeda	Associação de Meio Ambiente de Moeda
AAMPRP*	Associação Agrop. Mista dos Produtores Rurais de Pacajá	Amarqualta	Associação de Moradores e Agricultores Quilombolas do Alto Acará
AAC*	Associação Antônio Conselheiro	Amajar	Associação de Moradores e Amigos de Jaraguá

AJIN	Associação de Moradores e Proprietários de Jurerê Internacional	AMPCV*	Associação dos Moradores de Prainha do Campo Verde
Asparmab	Associação de Pequenos Agricultores Rurais de Marabá	Amora	Associação dos Moradores do Riozinho do Anfrísio
APL*	Associação de Pescadores e Lavradores	APAJ*	Associação dos Pequenos Agricultores de Jarauçu
Arqimar	Associação de Remanescentes de Quilombo da Ilha de Marambaia	Apapais	Associação dos Pequenos Agricultores e Pescadoras Assent. do Sabiaguaba
AST*	Associação de Sem Terra	Aparast	Associação dos Pequenos Agricultores Rurais do Assentamento Santa Terezinha
ATRCMS*	Associação de Trabalhadores Rurais da Colônia Monte Sinai	Terra Nossa	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Agricultura Familiar Terra Nossa
ADC	Associação Direito e Cidadania	APPRBV	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Boa Vista
Ampa	Associação do Movimento dos Pequenos Agricultores	Aprusfa	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Fé do Araguaia e Muricilândia
Apapap	Associação do Projeto de Assentamento Praia Alta Piranha	Asproja	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Rio Jaru
ATRQPC*	Associação do Território Remanescente do Quilombo Pontal dos Crioulos	APPRP*	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sul do Pará
Atesf	Associação dos Agricultores Extrativistas Santa Fé	APJ*	Associação dos Pescadores de Jatobá
AAGRIFPOM	Associação dos Agricultores Familiares do Pombal	Apescari	Associação dos Pescadores dos Cantos dos Rios
Aaico	Associação dos Amigos da Ilha de Colares	Apromar	Associação dos Prod. Rurais do Oeste de Machadinho
AAU	Associação dos Assentados de Uruará	APA	Associação dos Produtores Alternativos
AAPSF	Associação dos Assentados do Projeto São Francisco	Apapats*	Associação dos Produtores do Assentamento Tutuí
AABSS	Associação dos Atingidos pela Barragem de São Salvador	Aspparp	Associação dos Produtores do Projeto de Assentamento Rio do Peixe
Aafit	Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho	APRGER*	Associação dos Produtores Rurais da Gleba Entre Rios
Abanorte	Associação dos Bananicultores do Norte de Minas	APRNE	Associação dos Produtores Rurais de Nova Esperança
ABB*	Associação dos Barqueiros de Babaçulândia	Apracf*	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Carlos Fonseca
AC*	Associação dos Chacareiros	Aprocel*	Associação dos Produtores Rurais do Projeto Poranga
Adufba	Associação dos Docentes da Universidade Federal da Bahia	Asprim	Associação dos Produtores Rurais e Imóveis
Adufro	Associação dos Docentes da Universidade Federal de Rondônia	Arcan	Associação dos Reassentados de Campos Novos
Adufpr	Associação dos Docentes da Universidade Federal do Paraná	Arquig	Associação dos Remanescentes de Quilombo de Gurupá
Aduferj	Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro	ARQM	Associação dos Remanescentes de Quilombo de Muquém
Aduff	Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense	ARQS*	Associação dos Remanescentes de Quilombos de Santana
AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros	ASTST*	Associação dos Sem Terra e Sem Teto
AMRP*	Associação dos Microprodutores Rurais de Petrolândia	ATDST	Associação dos Trabalhadores Desempregados Sem Terra
AMCA*	Associação dos Moradores da Chapada do A		
AMVJ*	Associação dos Moradores da Vila do Jaraguá		
AMC*	Associação dos Moradores de Cupiúba		

ATAFCZ	Associação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Cerro Azul	AUV	Associação União da Vitória
ATR	Associação dos Trabalhadores Rurais	Astrarural	Astrarural
Atri	Associação dos Trabalhadores Rurais de Ipaú	Brigada	Brigada Indígena - ES
Atrust	Associação dos Trabalhadores Rurais do Município de Montes Claros	CLST	Caminho de Libertação dos Sem Terra
ATRB*	Associação dos Trabalhadores Rurais do PDS Brasília	Cáritas Brasileira	Cáritas Brasileira
Astellivra	Associação dos Trabalhadores Sem Terra de Livramento	COAFBRS*	Central das Organizações de Agricultura Familiar do Baixo Rio São Francisco
Astellira	Associação dos Trabalhadores Sem Terra de Nossa Senhora do Livramento	CPM	Central de Movimentos Populares
Atuva	Associação dos Trabalhadores Unidos da Vila Aparecida	CAR	Central dos Assentados de Roraima
Assema	Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão	CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
ADT*	Associação em Direito da Terra	CTR - Brasil	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Brasil
Fruto da Terra	Associação Fruto da Terra	CUT	Central Única dos Trabalhadores
Ahomar	Associação Homens e Mulheres do Mar da Baía da Guanabara	CMC*	Centro das Mulheres do Cabo
AIMM*	Associação Independente Morro da Mesa	CAA	Centro de Agricultura Alternativa
AIP	Associação Indígena Pussuru	Cepagri	Centro de Apoio e Promoção ao Pequeno Agricultor
AIM	Associação Intermunicipal de Mulheres	Ceap	Centro de Articulação de Populações Marginalizadas
Alpapi	Associação Livre de Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu	Campo Vale	Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha
Amda	Associação Mineira de Defesa do Ambiente	CCL	Centro de Cidadania e Liderança
Anauni	Associação Nacional dos Advogados da União	CDVDH	Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos
Antep	Associação Naviraiense Terra e Paz	CDHHT	Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade
ASPJ*	Associação Padre Josimo	Cedefes	Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
ATTAC	Associação para Taxação das Transações Financeiras e Ajuda ao Cidadão	Ceifar	Centro de Estudo, Integração, Formação e Assessoria Rural
PRORURAL	Associação Prorural	Cepami	Centro de Estudos da Pastoral do Migrante
AQI*	Associação Quilombo de Ivaporunduva	CJG	Centro de Justiça Global
AQCNJ	Associação Quilombola das Comunidades Nativas de Jaíba	COAAMS	Centro de Organização e Apoio aos Assentados de Mato Grosso do Sul
AQCC	Associação Quilombola de Conceição das Crioulas	Cebi	Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos
Aspoqui	Associação Quilombola de Quilombo	Ceapa	Centro Estadual das Associações de Assentados e de Pequenos Agric. de Alagoas
AQM*	Associação Quilombola do Machadinho	Cohre	Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos
AQSN*	Associação Quilombola do Sapê do Norte	CTV*	Centro Terra Viva
ARTS	Associação Renovação dos Sem Terra	CPMG	Colônia dos Pescadores de Minas Gerais
ARPRC*	Associação Rural dos Posseiros de Rio dos Couros	Comasses	Comissão de Assentamento do Estado do Espírito Santo
ASA	Associação Santo Antônio	CDH	Comissão de Direitos Humanos
Asseefa	Associação Solidária Econômica e Ecológica de Frutas da Amazônia	Cediter	Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra
ATP	Associação Terra e Paz	CEH	Comissão Estadual dos Hortos
		Codema	Comissão Municipal de Meio Ambiente de Munhuaçu

Conatrae	Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo	Cooterra	Cooperativa dos Lavradores na Luta pela Terra
CPT	Comissão Pastoral da Terra	Cemem	Cooperativa Ecológica de Mulheres Extrativistas de Marajó
CPPSM*	Comissão pela Preservação da Serra da Moeda	Comag*	Cooperativa Mista Agroextrativista de Gurupá
CRMA*	Comissão Regional de Meio Ambiente	Coopervida	Coopervida
Codevise	Comitê de Defesa das Vítimas de Santa Elina	Ceqneq	Coord. Est. das Com. Negras e Quil. da PB
CDS	Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto Moz	COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CPN*	Comitê de Proteção às Nascentes	CMS	Coordenação dos Movimentos Sociais
CPCETEDNNF	Comitê Pop. de Combate e Errad. ao Trab. Escravo e Degrad. no N e NO Fluminense	CECQESCZ*	Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do ES Zacimba Gaba
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base	Conaq	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombos
Confapesca	Conf. Nac. das Fed. e Ass. de Pescad Artesanais, Aquicultores e Ent. de Pesca	Conlutas	Coordenação Nacional de Lutas
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores	CRQ	Coordenação Regional dos Quilombolas
CNAP	Confederação Nacional de Agricultores Portugueses	CSBP	Coordenação Sindical do Bico do Papagaio
CNPA	Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores	Cese	Coordenadoria Ecumênica de Serviços
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	Diocese	Diocese
CRB	Conferência dos Religiosos do Brasil	DCE	Diretório Central dos Estudantes
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil	DJP	Dominicans for the Justice and Peace
Cotrec	Conselho de Trabalhadores Assentados na Região de Cáceres	Eeacone	Eeacone
CDRRI	Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Rio Ituxi	EIV-MG	Estágio Interdisciplinar de Vivência de Minas Gerais
Coema	Conselho Estadual do Meio Ambiente	Fuvi	Famílias Unidas do Vale do Ivinhema
CIR	Conselho Indígena de Roraima	FAF	Federação da Agricultura Familiar
Cimat	Conselho Indígena Munduruku do Alto Tapajós	Fapesca	Federação das Associações de Pescadores Artesanais do Estado do RJ
Cimi	Conselho Indigenista Missionário	FAMCC	Federação das Associações e Conselhos Comunitários do Estado
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros	FCP*	Federação das Colônias dos Pescadores
CP**	Conselho Paroquial	NGolo	Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de MG
CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores	FACQRS	Federação das Comunidades Quilombolas do Estado do RS
Crea	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura	FCQPR	Federação das Comunidades Quilombolas do Paraná
CRABI	Conselho Regional dos Atingidos pela Barragem de Itaipú	Fepaemg	Federação de Pescadores Artesanais do Estado de Minas Gerais
CP*	Consulta Popular	Fepearo	Federação de Pescadores Artesanais e Aquicultores do Estado de Rondônia
Cooperosevelt	Cooperativa Agrícola Mista de Produção Roosevelt	Feraesp	Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
Coomigasp	Cooperativa de Mineração do Garimpo de Serra Pelada	Feab	Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
CMTRCR	Cooperativa de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Cáceres e Região	FPERJ	Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro
Coopemard	Cooperativa de Pescadores Marcílio Dias	FPRN*	Federação dos Pescadores do Rio Grande do Norte

FPPMG	Federação dos Pescadores Profissionais de Minas Gerais	Fetarn	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte
Fetaemg	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais	Fetag/RS	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
Fetaesp	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo	Fetraf	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
Fetacre	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre	Fetrafsul	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
Fetraf	Federação dos Trabalhadores de Agricultura Familiar	Fetagri	Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado
Fetag/RJ	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro	Fetadef	Federação dos Trabalhadores Rurais do DF e Entorno
Fetag/BA	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia	FIST	Federação Internacionalista dos Sem Teto
Fetag/PB	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba	FSDM-MG	Federação Sindical e Democrática dos Metalúrgicos de MG
Fetag/AL	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Alagoas	Fase	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
Fetaeg	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás	Fisco-Fórum	Fisco-Fórum
Fetagri/MT	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso	FTR	Força dos Trabalhadores Rurais
Fetagri/MS	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul	FS	Força Sindical
Fetape	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco	FAPCD	Fórum Araripense de Prevenção e Combate a Desertificação
Fetagro	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Rondônia	FCSSA	Fórum Cearense de Sobrevivência no Semi-Árido
Fetag/RR	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Roraima	FAOR	Fórum da Amazônia Oriental
Fetaesc	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina	FE*	Fórum das Entidades
Fetase	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe	FPS	Fórum das Pastorais Sociais
Fetaet	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Tocantins	FAF*	Fórum de Agricultura Familiar
Fetraece	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará	FLTDC*	Fórum de Lutas por Terra, Direito e Cidadania
Fetaes	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo	FMADT*	Fórum de Meio Ambiente dos Trabalhadores
Fetaema	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão	FMA	Fórum de Mulheres da Amazônia
Fetagri/PA	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará/Amapá	FMGBH*	Fórum de Mulheres da Grande BH
Fetaep	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná	Fompe*	Fórum de Mulheres de Pernambuco
Fetag/PI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Piauí	Fomes	Fórum de Mulheres do Espírito Santo
Fetaerj	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro	Focampo	Fórum do Campo Potiguar
		FVJ	Fórum do Vale do Jequinhonha
		FDDI	Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas
		Fetetipe	Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
		FMCBH	Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas
		FMLTCS*	Fórum Municipal de Luta por Trabalho, Cidadania e Soberania
		FNCVC*	Fórum Nacional contra a Violência no Campo
		FNF	Fórum Nacional do Fisco
		FNRAJC	Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo

FPCDH*	Fórum Paraense de Cidadania e Direitos Humanos	MMM	Marcha Mundial das Mulheres
FPLTTC*	Fórum Paraense de Luta por Trabalho, Terra, Cidadania	Mopic	Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado
FVSMS	Fórum pela Vida no Semiárido da Microrregião de Sobral	Montanha Viva	Montanha Viva
FST	Fórum Social do Triângulo	MAP	Movimento Agrário Popular
FSM*	Fórum Social Mineiro	MACDV*	Movimento Alerta Contra o Deserto Verde
FSPA	Fórum Social Pan-Amazônico	MBB	Movimento Bandeira Branca
FTPV*	Fórum Teles Pires Vivo	MTB**	Movimento Brasil Sem Terra
FDA	Frente de Defesa da Amazônia	MBST	Movimento Brasileiro dos Sem Terra
FOE	Frente de Oposição de Esquerda	MBTR	Movimento Brasileiro dos Trabalhadores Rurais
FPRT*	Frente de Proteção ao Rio Tibagi	MBUQT	Movimento Brasileiros Unidos Querendo Terra
FRP	Frente de Resistência Pataxó	MCC	Movimento Camponês Corumbiara
FTL	Frente de Trabalhadores Livres	MCP	Movimento Camponês Popular
FNP	Frente Nacional dos Petroleiros	Capão Xavier	Movimento Capão Xavier Vivo
Fata	Fundação Agrária de Tocantins/Araguaia	MCXV	Movimento Capão Xavier Vivo
Funáguas	Fundação Águas	MCNT	Movimento Conquistando Nossa Terra
Furpa	Fundação Rio Parnaíba	MTI*	Movimento da Terceira Idade
FSOSMA*	Fundação SOS Mata Atlântica	MMCQ	Movimento das Mulheres Camponesas de Quilombo
FVPP	Fundação Viver, Produzir e Preservar	MATR	Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural
GE*	Global Exchange	MEB	Movimento de Educação de Base
Greenpeace	Greenpeace	MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
GADDH	Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos	MLST-L	Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta
Gdasi	Grupo de Defesa Ambiental e Social de Itacuruçá	MLTRST	Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
GDN	Grupo de Defesa da Natureza	MLT	Movimento de Luta pela Terra
GTA	Grupo de Trabalho da Amazônia	MMA	Movimento de Mulheres Agricultoras
Xambrê	Grupo Xambrê	MMC Brasil	Movimento de Mulheres Camponesas
IEAB	Igreja Episcopal Anglicana do Brasil	AMTBRAN	Movimento de Mulheres de Brasil Novo
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil	MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
Índios	Indígenas	Ceta	Movimento de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas
Inesc	Instituto de Estudos Sócio Econômicos	M8M*	Movimento Dia 08 de Março
IMS	Instituto Marista de Solidariedade	MAST	Movimento dos Agricultores Sem Terra
Idesc	Instituto para o Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira	Moab	Movimento dos Ameaçados por Barragens
ISA	Instituto Socioambiental	MAAP	Movimento dos Assentados do Amapá
Inst. Vidagua	Instituto Vidagua	MABE	Movimento dos Atingidos pela Base Espacial
Intersindical	Intersindical	MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
JG*	Justiça Global	MCST	Movimento dos Carentes Sem Terra
Jufra	Juventude Franciscana Brasileira	MCP*	Movimento dos Conselhos Populares
LCC	Liga Camponesa Corumbiara	MEHT	Movimento dos Expropriados da Hidrelétrica de Tucuruí
LCP	Liga dos Camponeses Pobres		
LCPR	Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia		
LCPCO	Liga dos Camponeses Pobres do Centro-Oeste		
LCPNM	Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas		
LOC	Liga Operária e Camponesa		

MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores	MJA*	Movimento Juriti em Ação
Mopear	Movimento dos Pescadores Artesanais do Paraná	MNDDH	Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos
Mopepa	Movimento dos Pescadores do Estado do Pará	MND	Movimento Nacional de Desempregados
MPPA	Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais	Monape	Movimento Nacional dos Pescadores
Mopeba	Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Estado da Bahia	MPT	Movimento Pacífico pela Terra
MSA	Movimento dos Sem Água	Moral	Movimento para Reforma Agrária e Liberdade
MSAR	Movimento dos Sem Água do Riachão	MPL	Movimento Passe Livre
MT	Movimento dos Trabalhadores	MPSG	Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela
MTAA/MT	Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados do Mato Grosso	MUP	Movimento pela Universidade Popular
MTBST	Movimento dos Trabalhadores Brasileiros Sem Terra	MV*	Movimento pela Vida - SC
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados	MSAMG*	Movimento pelas Serras e Águas de Minas
MTC	Movimento dos Trabalhadores do Campo	MDTX	Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu
MTM	Movimento dos Trabalhadores e Garimpeiros na Mineração	MPRA	Movimento Popular pela Reforma Agrária
MTR	Movimento dos Trabalhadores Rurais	MPRD	Movimento Pró Rio Doce
MTRUB	Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos	Moquibom	Movimento Quilombola
MTRI	Movimento dos Trabalhadores Rurais Independentes	Moriba	Movimento Ribeirinho de Abaetetuba
MTB	Movimento dos Trabalhadores Rurais no Brasil	MNF	Movimento Sem Terra Nova Força
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	MSTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
MTRST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	MSST	Movimento Social dos Sem Terra
MST***	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (do Pontal SP)	MSO	Movimento Social Organizado
MTRSTB	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Brasileiros	MSTR*	Movimento Socialista Trabalhista de Rondônia
MTRSTP	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Paraná	MSONT	Movimento Sonho da Terra
MTST*	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e Sem Teto	MTV*	Movimento Tapajós Vivo
MSTI	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Independente	MTB*	Movimento Terra Brasil
Ecovida*	Movimento Eco Vida	Terra Livre	Movimento Terra Livre
Mespe	Movimento Ecosocialista de Pernambuco	MTL	Movimento Terra Trabalho e Liberdade
MDBF*	Movimento em Defesa das Baías de Florianópolis	MTV	Movimento Terra Vida
MFP	Movimento Fé e Política	MTL-DI	Movimento Terra, Trabalho e Liberdade, Democrático e Independente
MGA*	Movimento Grito das Águas	MTP	Movimento Trabalhista de Poconé
MIG	Movimento Indígena Guarani	MTP*	Movimento Trabalho e Progresso
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Côco Babaçu	MTST	Movimento Tucuruense Sem Terra
		MUL	Movimento União dos Lavradores
		Must	Movimento Unido dos Sem Terra
		MUT	Movimento Unidos pela Terra
		MVAB	Movimento Vantuy Agroecológico no Brasil
		MVT	Movimento Via do Trabalho
		MXV*	Movimento Xingu Vivo
		NDH	Núcleo de Direitos Humanos
		OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
		OAC	Organização Agrária Camponesa
		OLC	Organização da Luta no Campo
		OAS	Organização de Articulação do Semi-Árido

OMR*	Organização de Moradores da Resex	Sindbancários	Sindicato dos Bancários
Omaquesp	Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de SP	SERJ*	Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro
OPI	Organização de Produtores de Ipirá	SER	Sindicato dos Empregados Rurais
OSR	Organização dos Seringueiros de Rondônia	SGSP	Sindicato dos Garimpeiros de Serra Pelada
OI	Organização Independente	SJP*	Sindicato dos Jornalistas Profissionais
Ong	Organização Não Governamental	SM	Sindicato dos Metalúrgicos
OLST	Organização para a Libertação de Sem Terra	SINPRA	Sindicato dos Pequenos e Médios Produtores Rurais Assentados
Humanitas	Organização para Direitos Humanos e Cidadania	SQP	Sindicato dos Químicos e Petroleiros
OPA	Organização Popular	SRBH	Sindicato dos Rodoviários de Belo Horizonte
OTL	Organização Terra e Liberdade	Sindsepe	Sindicato dos Servidores Federais do Mato Grosso
Paróquias	Paróquias	STTR	Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais
PCB	Partido Comunista Brasileiro	Sintaema	Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgotos e Meio Ambiente de SP
PT	Partido dos Trabalhadores	Sintero	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	Sindiupes	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública
Past. da Criança	Pastoral da Criança	Sintraf	Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
PJMP	Pastoral da Juventude do Meio Popular	Sindipetro-RJ	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo - RJ
PJR	Pastoral da Juventude Rural	STL	Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura
PR	Pastoral Rural	Sindsaúde	Sindicato dos Trabalhadores na Saúde
Pégazus	Pégazuz	SEPE	Sindicato Estadual dos Profissionais de Ensino do Rio de Janeiro
Pescadores	Pescadores	Sinait	Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
Planeta Vida	Planeta Vida	Sinpaf	Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Codevasf e da Embrapa
PSRF*	Pólo Sindical do Recôncavo e Feira	Sind-UTE	Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de MG
Preá	Preá	Sinergia	Sinergia
Prelazia	Prelazia	SDS	Social Democracia Sindical
Koinonia	Presença Ecumênica e Serviço	Sapê	Sociedade Angrense de Proteção Ambiental
Proj. Manuelzão	Projeto Manuelzão	SMDDH	Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos
PPE	Projeto Padre Ezequiel	SPDDH	Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
Quilombolas	Quilombolas	SOS Cachoeirão	SOS Cachoeirão
RL*	Radicais e Livres	SOS Capivari	SOS Capivari
Rede Alerta	Rede Alerta contra o Deserto Verde	TD*	Terra de Direitos
Reapi	Rede Ambiental do Piauí	Tupã 3E	Tupã 3E
RCONGs	Rede Cerrado de Ongs	UNASFP	União das Associações de Fundo de Pasto
Rejuind	Rede da Juventude Indígena	UMP	União das Mulheres Piauienses
Raaca-Sul	Rede de Assistência Comunitária dos Assentados e Acampados do Sul da Bahia		
Fian	Rede de Informação e Ação pelo Direito a se Alimentar		
Roda	Rede de Organizações em Defesa da Água		
Remtea	Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental		
Renap	Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares		
SI	Sem informação		
SS	Sem Sigla		
SAB	Serviço de Animação Bíblica		
SFJP	Serviço Franciscano de Justiça e Paz		
SAF	Sindicato da Agricultura Familiar		

UAPE	União dos Agricultores de Pernambuco	UEE-RJ	União Estadual dos Estudantes do RJ
Uniterra	União dos Movimentos Sociais pela Terra	UFT	União Força e Terra
USST	União dos Santanenses Sem Terra	UNE	União Nacional dos Estudantes
USTN	União dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Norte	UST*	União Socialista pela Terra
		Via Campesina	Via campesina

Fontes de Pesquisa

*Declaração e informes dos 21 Regionais da CPT

*Depoimentos pessoais de camponeses e trabalhadores rurais

*Informes de Parlamentares Estaduais e Federais

CPT's

Campanha da CPT de Combate ao Trabalho Escravo

Comissão Pastoral da Terra - CPT AL - <http://cptalagoas.blogspot.com.br/>

Comissão Pastoral da Terra - Regional NE 2 - www.cptpe.org.br

Comissão Pastoral da Terra Regional BA - www.cptba.org.br

Comissão Pastoral da Terra Regional CE - <http://cptce.blogspot.com.br/>

Comissão Pastoral da Terra Regional MS - <http://cptms.blogspot.com.br/>

Comissão Pastoral da Terra Regional PI - <http://cptpi.blogspot.com>

Comissão Pastoral da Terra Regional RS - <http://cptdors.blogspot.com.br/>

Fala CPT - Boletim Informativo da CPT GO

Notícias da Terra - Boletim Informativo da CPT - RO - www.cptrondonia.blogspot.com

Notícias da Terra e da Água - Boletim Eletrônico - CPT Nacional - GO

Pastoral da Terra - CPT Nacional - Goiânia - GO

Pé na Terra - CPT RS

Pelejando - CPT - MG

Igrejas

ACR do Brasil - Animação dos Cristãos no Meio Rural

Adital - Agência de Informação Frei Tito para América Latina

Alvorada - Prelazia de São Félix do Araguaia - MT

A Poronga - Diocese de Santarém - PA

APR - Animação Pastoral e Social no Meio Rural

Boletim Anunciando e Defendendo - Diocese de Ji-Paraná - RO

Cáritas Brasileira

Casa da Juventude - Goiânia - GO - www.casadajuventude.org.br

CBJP - Comissão Brasileira de Justiça e Paz

Cebi - Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Cimi - Conselho Indigenista Missionário

CPP - Conselho Pastoral dos Pescadores

Documentos de Dioceses

IEAB - Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil

Jufra - Juventude Franciscana no Brasil

O Muriçoquinha - Paróquia Sta. Luzia - Anapu - PA

O Roceiro - Crateús-CE

Pastoral da Comunicação

PJ - Pastoral da Juventude

PJR - Pastoral da Juventude Rural

PO - Pastoral Operária

Porantim - Brasília - DF

Ressurreição e Vida - Senhor do Bonfim - BA

SPM - Serviço Pastoral do Migrante

ONGs

Justiça Global Brasil - www.global.org.br

Boletim Informativo Alerta Contra o Deserto Verde - ES
 Cedefes - Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
 Cerrado Assessoria Jurídica Popular - GO
 CDH-CP - Corte Interamericana de Direitos Humanos
 CDHHT - Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade
 CDJBC - Centro Dom José Brandão de Castro
 CDVDH - Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos
 Cendhec - Centro D. Helder Câmara de Estudos e Ação Social
 Cepasp - Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical Popular
 CEPDH - Centro de Estudos, Pesquisa e Direitos Humanos
 Circular Recopa - Capina (Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa)
 Combate ao Racismo Ambiental
 Confapesca - Conf. Nac. das Federações e Assoc. de Pescadores Artesanais, Aquicultores e Entidades de Pesca
 CSDDH - Centro Santo Dias de Direitos Humanos - SP
 Fase - Federação de Órgãos para Assessoria Social e Educacional
 Fian - Foodfirst Information e Action Network
 GADDH - Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos
 Gajop - Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares
 Gapin - Grupo de Apoio aos Povos Indígenas
 Greenpeace
 GTA - Grupo de Trabalho Amazônico
 Ifas - Instituto de Formação e Assessoria Sindical "Sebastião Rosa da Paz"
 Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais - GTNM
 Justiça nos Trilhos - www.justicanostrilhos.org
 NDH - Núcleo de Direitos Humanos
 ISA - Instituto Socioambiental
 Portal Ecodebate
 Rede Social de Justiça e Direitos Humanos
 Repórter Brasil Agência de Notícias
 Sasop - Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais
 SMDH - Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos
 SPDDH - Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
 Terra de Direitos

Movimentos Sociais

Ceta - Movimento de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas
 CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros
 Jornal do MST - São Paulo - SP
 Letra Viva - MST
 Liga dos Camponeses Pobres
 Notícias da Amazônia - Secretaria do MST Pará - Marabá
 Movimento Camponês Popular - MCP
 Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB
 Movimento dos Atingidos pela Base Espacial - MABE
 Movimento de Mulheres Camponesas - MMC
 Movimento de Libertação dos Sem Terra - MLST
 Movimento de Luta pela Terra - MLT
 Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA
 Movimento dos Pescadores do Estado da Bahia - Mopeba
 Movimentos dos Trabalhadores Desempregados - MTD
 Movimento dos Trabalhadores do Campo - MTC
 Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo
 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST

Movimento Ecosocialista de Pernambuco
 Movimento Juruti em Ação
 Movimento Mundial de Mulheres - MMM
 Movimento Terra Livre (antigo MTL - DI)
 Movimento Terra, Trabalho e Liberdade - MTL
 Movimento Xingu Vivo
 Revista Sem Terra
 Via Campesina

Movimento Sindical

Agência Contag de Notícias - Brasília - DF
 Central Única dos Trabalhadores - CUT
 Central Sindical e Popular - Conlutas
 Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag
 Federações dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - Fetraf
 Federações dos Trabalhadores na Agricultura - Fetag
 Federações dos Trabalhadores na Ind. Da Const. Pesada - Fenatracop
 Sindicatos dos Servidores da Justiça Federal - Sindjus
 Sindicatos das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Rurais - STTR
 Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - Sintraf
 Sindicatos dos Trabalhadores na Lavoura - STL

Associações

AAPP - Associação de Aquicultores e Pescadores de Pedra de Guaratiba
 AATR - Associação de Advogados e Advogadas de Trabalhadores Rurais - BA
 Acorjuve - Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho
 Apapap - Associação do Projeto de Assentamento Praia Alta Piranheira
 AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia
 Asseefa - Assoc. Solidária Econômica Eco. de Frutas da Amazônia
 Associação Agropecuária Mista dos Produtores Rurais de Pacajá
 Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo Pedra do Sal
 Associação dos Moradores de Igaci e Microrregiões do Estado de Alagoas
 Associação dos Pequenos Agricultores Paz e Alegria
 Associação Indígena Pusuru - AIP
 Associação Nacional de Cooperação Agrícola
 Associação Nacional dos Advogados da União - Anauni
 Associação Quilombola de Conceição das Crioulas - AQCC
 Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB
 AQURC - Associação Quilombola Unidos Rio do Capim

Rede Data Luta

UNESP - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA
 UFU - Laboratório de Geografia Agrária - LAGEA
 UNIOESTE - Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade - GEOLUTAS
 UFRGS - Núcleo de Estudos Agrário - NEAG
 UFPB - Grupo de Estudos sobre Espaço, Trabalho e Campesinato
 Universidade Federal de Sergipe - UFS
 Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT
 UFES - Observatório dos Conflitos no Campo no Espírito Santo

Outras fontes

Agência 10envolvimento - BA
 Anistia Internacional

ANA - Articulação Nacional de Agroecologia
 Asfoc - Associação dos Servidores da Fundação Oswaldo Cruz
 Blogs
 CAI - Comissão de Assuntos Indígenas
 CDDPH - Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
 Cefar - Coletivo Amazônia de Formação e Ação Revolucionária
 Centro de Estudos Ambientais
 Comissão de Direitos Humanos da OEA
 Comitê Dorothy - PA
 Comitê Rio Maria
 Comunidade Quilombola Brejo dos Crioulos
 Conselho Estadual de Povos Indígenas
 Conselho Indígena Munduruku do Alto Tapajós - Cimat
 Delegacia de Polícia Civil
 Departamento de Medicina Legal
 Diário da Justiça
 Diretório Nacional do PT - Brasília-DF
 Documentos Gerais
 Fórum Carajás
 Fórum da Amazônia Oriental - FAOR
 Fórum de Direitos Humanos e da Terra de Mato Grosso -
 FDHT/MT
 Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos
 Fórum do Campo Potiguar
 Fórum em defesa da Zona Costeira do Ceará
 Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas
 Fórum pela Reforma Agrária e Justiça no Campo
 Fórum pela Vida no Semiárido da Microrregião de Sobral
 Fórum Suape
 Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz
 Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 IHU - Instituto Humanitas Unisinos
 Incra
 Informe Agropecuário - Epamig - Belo Horizonte - MG
 Jornal Movimento Regional - Marabá - PA
 Observatório do Pré-Sal e da Indústria Extrativa Mineral
 Observatório Quilombola - www.koinonia.org.br
 Ofícios
 OIT - Organização Internacional do Trabalho - ONU
 ONU - Organização das Nações Unidas
 Ordem dos Advogados do Brasil
 Ouvidoria Agrária
 Pé no Chão - PT - PB
 Plataforma Dhesca Brasil - Direitos Humanos Econômicos,
 Sociais, Culturais e Ambientais
 REDECCAP
 Rede de Cooperação Alternativa - RCA
 Redmanglar Internacional - Cogmanglar
 Renap - Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares
 Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do
 Sul - SINPRO/RS
 Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - SRTE

UFPA - Universidade Federal do Pará
 Universidade Federal de Goiás - UFG
 Universidade Federal de Pernambuco - UFP
 Universidade Federal Fluminense - UFF
 www.caa.org.br - Centro de Agricultura Alternativa do Norte
 de Minas
 www.contasabertas.uol.com.br
 www.freccupa.net.br
 www.indiosnonordeste.com.br
 www.irpaa.org
 www.pib.socioambiental.org/pt
 www.portaldomar.org.br
 www.portalkaingang.org
 www.resistenciacamponesa.com
 www.riosvivos.org.br

Imprensa

A Crítica - Manaus - AM
 A Folha - São Carlos - SP
 A Gazeta - Cuiabá - MT
 A Gazeta - Rio Branco - AC
 A Gazeta - Vitória - ES
 A Notícia - Chapecó - SC
 A Notícia - Pará
 A Nova Democracia - Rio de Janeiro - RJ
 A Província do Pará - Belém-PA
 A Região - Itabuna - BA
 A Tarde - Salvador - BA
 A Tribuna - AC
 A Tribuna - Criciúma - SC
 A Tribuna - MT
 A Tribuna - Santos - SP
 A Tribuna do Povo - Umuarama - PR
 A Tribuna - Vitória - ES
 Afropress - Agência de Informação Multiétnica
 Agecon - Agência Contestado de Notícias Populares
 Agence France - Press - Paris - FR
 Agência Alagoas
 Agência Amazonas de Notícias
 Agência Brasil - Rio de Janeiro - RJ
 Agência Estado - São Paulo - SP
 Agência Estadual de Notícias do Paraná
 Agência Folha
 Agência Minas
 Agência da Notícia - MT
 Agência Notícias do Planalto - Brasília - DF
 Agência Pará
 Agência Petroleira de Notícias - APN
 Agora Bahia - Salvador - BA
 Agora Paraná
 Agência Pública
 Agência Reuters
 Agência Senado

Agora São Paulo - São Paulo - SP
 Alagoas 24 Horas
 Alto Madeira - Porto Velho - RO
 Amazonas em Tempo - Manaus - AM
 Amigos da Terra-Amazônia Brasileira - PA
 BBC Brasil - Londres - ING
 Bem Paraná - Portal Paranaense
 Boletim da FAEP - Curitiba - PR
 Boletim Famaliá
 Boletim HS Liberal
 Brasil de Fato - São Paulo - SP
 Brasil Norte - Boa Vista - RR
 Cada Minuto - Maceió
 Campo Grande News - Campos Grande - MS
 Capital News - MS
 Carta Maior - São Paulo - SP
 Cinform - Aracaju - SE
 CMI Brasil - Centro de Mídia Independente
 Coletivo - Brasília - DF
 Comércio do Jahu - Jaú - SP
 Contraponto - Marabá - PA
 Correio - Uberlândia - MG
 Correio Braziliense - Brasília - DF
 Correio da Bahia - Salvador - BA
 Correio da Cidadania - São Paulo - SP
 Correio da Paraíba - João Pessoa - PB
 Correio do Estado - Campo Grande - MS
 Correio do Brasil - Rio de Janeiro
 Correio do Pará - Belém - PA
 Correio do Povo - Porto Alegre - RS
 Correio do Povo do Paraná - Laranjeiras do Sul - PR
 Correio do Tocantins - Marabá - PA
 Correio Lageano - RS
 Correio Paranaense - PR
 Correio Popular - Campinas - SP
 Correio Popular - São Paulo - SP
 Correio Riograndense - Caxias do Sul - RS
 Correioweb - Brasília - DF
 Cosno online - Campinas - SP
 DCI - Diário do Comércio e da Indústria - São Paulo - SP
 Dia a Dia - Campo Grande - MS
 Diário Catarinense - Florianópolis - SC
 Diário da Amazônia - Porto Velho - RO
 Diário da Borborema - PB - www.db.com.br
 Diário da Manhã - Chapecó - SC
 Diário da Manhã - Goiânia - GO
 Diário da Manhã - Ponta Grossa - PR
 Diário da Manhã - RS
 Diário da Região - São José do Rio Preto - SP
 Diário da Serra - Tangará da Serra - MT
 Diário da Tarde - Belo Horizonte - MG
 Diário da Tarde - São Paulo - SP
 Diário de Aço - Caratinga - MG
 Diário de Canoas - RS
 Diário de Cuiabá - Cuiabá - MT
 Diário de Guarapuava - Guarapuava - PR
 Diário de Natal - Natal - RN
 Diário de Pernambuco - Recife - PE
 Diário de São Paulo - São Paulo - SP
 Diário do Amapá - Macapá - AP
 Diário do Amazonas - Manaus - AM
 Diário do Comércio - Belo Horizonte - MG
 Diário do Grande ABC - Santo André - SP
 Diário do Iguazu - Chapecó - SC
 Diário do Nordeste - Fortaleza - CE
 Diário do Noroeste - Paranavaí - PR
 Diário do Pará - Belém - PA
 Diário do Povo - Dourados - MS
 Diário do Povo - Teresina - PI
 Diário do Rio Doce - Governador Valadares - MG
 Diário do Sudoeste - PR
 Diário do Vale - Rio de Janeiro - RJ
 Diário dos Campos - Ponta Grossa - PR
 Diário Oficial da União - Brasília - DF
 Diário Popular - São Paulo - SP
 Dourados News - Dourados - MS
 Envolverde - Revista Digital de Meio Ambiente e Desenvolvimento
 Época - Rio de Janeiro - RJ
 Estado de Minas - Belo Horizonte - MG
 Expresso Santiago - RS
 Extra - Rio de Janeiro - RJ
 Folha da Baixada - Cuiabá - MT
 Folha da Manhã - Campos dos Goytacazes - RJ
 Folha da Manhã - MG
 Folha da Região - Araçatuba - SP
 Folha de Boa Vista - RR
 Folha de Carajás - Redenção - PA
 Folha de Londrina - Londrina - PR
 Folha de Pernambuco - Recife - PE
 Folha de Rondônia - Ji-Paraná - RO
 Folha de São Paulo - São Paulo - SP
 Folha do Amapá - Macapá - AP
 Folha do Estado - Cuiabá - MT
 Folha do Paraná - Cascavel - PR
 Folha do Paraná - Curitiba - PR
 Folha do Povo - Campo Grande - MS
 Folha Popular - Palmas - TO
 Folha Regional - MG
 Folha Regional - Andradina - SP
 Gazeta de Alagoas - Maceió - AL
 Gazeta de Ribeirão - Ribeirão Preto - SP
 Gazeta Digital - Guararapes - SP
 Gazeta Nossa - Recife - PE
 Gazeta do Alto Piranhas - Cajazeiras - PB
 Gazeta do Oeste - Mossoró - RN

Gazeta do Pantanal - MS
 Gazeta do Paraná - Cascavel - PR
 Gazeta do Povo - Curitiba - PR
 Gazeta do Sul - Santa Cruz do Sul - RS
 Gazeta Mercantil - São Paulo - SP
 Gazeta Nacional - Rio de Janeiro - RJ
 Gazeta Online - Vitória - ES
 Globo Minas
 Globo News
 Globo Rural
 GP1 - O 1º Grande Portal do Piauí
 Hoje em Dia - Belo Horizonte - MG
 Informativo Stúdio Rural - Campina Grande - PB
 Informe Agropecuário - Campo Grande-MS
 Isto É - São Paulo - SP
 Isto É Dinheiro - São Paulo - SP
 Jornal A Cidade - Ribeirão Preto - SP
 Jornal Agora - Porto Alegre - RS
 Jornal Aqui - RJ
 Jornal Amazônia Hoje - Belém - PA
 Jornal Arinos - Nova Mutum - MT
 Jornal Bom Dia - Bauru - SP
 Jornal Cidade de Rio Claro - SP
 Jornal Correio Popular de Rondônia - Ji - Paraná - RO
 Jornal Cultura - Guarapuava - PR
 Jornal da Cidade - Baurú - SP
 Jornal da Comunidade - Brasília - DF
 Jornal da Manhã - Aracajú - SE
 Jornal da Manhã - Uberaba - MG
 Jornal da Paraíba - Campina Grande - PB
 Jornal da Tarde - São Paulo - SP
 Jornal de Brasília - Brasília - DF
 Jornal de Cuiabá - MT
 Jornal de Fato - Natal - RN
 Jornal de Santa Catarina - Blumenau - SC
 Jornal de Santarém - PA
 Jornal do Brasil - Rio de Janeiro - RJ
 Jornal do Cariri - Juazeiro do Norte - CE
 Jornal do Comércio - RS
 Jornal do Comércio - Recife - PE
 Jornal do Comércio - Rio de Janeiro - RJ
 Jornal do Dia - Macapá - AP
 Jornal do Estado - Curitiba - PR
 Jornal do Tocantins - Palmas - TO
 Jornal Folha do Maranhão
 Jornal Hoje - Cascavel - PR
 Jornal Pequeno - São Luís - MA
 Jornal Planalto Central - Brasília - DF
 Jornal Spalhafatos - Brasília - DF
 Jornal Vale Paraibano - São José dos Campos - SP
 Le Monde - Paris - FR
 Marco Zero - Macapá - AP
 Meio Norte - Teresina - PI
 Monitor Campista - RJ
 Nova Fronteira - Salvador - BA
 Novo Extra - Maceió - AL
 O Barriga Verde - SC
 O Debate - Macaé - RJ
 O Dia - Rio de Janeiro - RJ
 O Dia - Teresina - PI
 O Diário de São Paulo - São Paulo - SP
 O Estadão - Porto Velho - RO
 O Estado de São Paulo - São Paulo - SP
 O Estado do Maranhão - São Luís - MA
 O Estado do Norte - Porto Velho - RO
 O Estado do Paraná - Curitiba - PR
 O Estado do Tapajós - PA
 O Falcão - Abelardo Luz - PR
 O Globo - Online
 O Imparcial - Presidente Prudente - SP
 O Imparcial - São Luís - MA
 O Jornal - Maceió - AL
 O Jornal dos Municípios - São Paulo - SP
 O Liberal - Belém - PA
 O Mercador On Line - Rio Verde - GO
 O Mossoroense - Mossoró - RN
 O Nacional - Passo Fundo - RS
 O Norte - João Pessoa - PB
 O Paraná - Cascavel - PR
 O Popular - Goiânia - GO
 O Povo - Fortaleza - CE
 O Progresso - Dourados - MS
 O Progresso - Imperatriz - MA
 O Rio Branco - Rio Branco - AC
 O São Paulo - São Paulo - SP
 O Tempo - Belo Horizonte - MG
 Oeste Notícias - Presidente Prudente - SP
 Opinião - Marabá - PA
 Página 20 - Rio Branco - AC
 Paraná Online - Curitiba - PR
 Portal A Notícia - Florianópolis - SC
 Portal de Notícias Conexão Tocantins
 Portal IG
 Portal ORM
 Portal R7
 Portal RPC
 Portal Terra
 Portal Uol
 Radiobrás - Agência Brasil - São Paulo - SP
 Revista Caros Amigos - SP
 Revista Carta Capital
 Revista Missões - SP
 Revista República - São Paulo - SP
 Revista Século Diário - Vitória - ES
 Revista Sina - MT
 Revista Tempo e Presença - Rio de Janeiro - RJ

Revista Terra Brasilis - EUA
 Revista Valor - Portugal
 Tododia - Americana - SP
 Tribuna da Bahia - Salvador - BA
 Tribuna da Imprensa - Rio de Janeiro - RJ
 Tribuna da Produção - Palmeira das Missões - RS
 Tribuna de Alagoas - Maceió - AL
 Tribuna de Petrópolis
 Tribuna do Brasil - Brasília - DF
 Tribuna do Ceará - Fortaleza - CE
 Tribuna do Cricaré - São Mateus - ES
 Tribuna do Interior - Campo Mourão - PR
 Tribuna do Norte - Apucarana - PR
 Tribuna do Norte - Natal - RN
 Tribuna do Planalto - Goiânia - GO
 Umuarama Ilustrado - Umuarama - PR
 Valor Econômico - São Paulo - SP
 Zero Hora - Porto Alegre - RS
www.100preconceitopa.com.br
www.ac24horas.com
www.acessepiaui.com.br
www.achanoticias.com.br
www.acredigital.net
www.agazeta.net
www.agenciafreelancer.com
www.alagoasdiario.com.br
www.alagoasnoticias.com.br
www.alagoastempo.com
www.amazonasnoticias.com.br
www.amazonia.org.br
www.amazoniadagente.org.br
www.aquidauananews.com
www.atalaiaagora.com.br
www.bahianoticias.com.br
www.bastosja.com.br
www.bemparana.com.br
www.berohoka.com.br
www.bonde.com.br
www.brasiloeste.com.br
www.campograndenoticias.com.br
www.carajasojornal.com.br
www.cearaagora.com.br
www.cgn.inf.br
www.cidadeverde.com
www.clicbrasil.com.br
www.clickpb.com.br
www.clicrbs.com.br
www.conesul.com.br
www.conexaoto.com.br
www.conjur.com.br
www.contilnet.com.br
www.correiodatarde.com.br
www.correiodesergipe.com
www.correiodolitoral.com
www.correiodopovo-al.com.br
www.crbio3.gov.br
www.cruzeironet.com.br
www.dams-info.org
www.defato.inf.br
www.diaadianews.com.br
www.diariodaparaiba.com.br
www.diariodemarilia.com.br
www.diarioliberalidade.org
www.diariums.com.br
www.diariorregionalmt.com
www.ecoacao.com.br
www.emtempo.com.br
www.estaminas.com.br
www.estrelaguianews.com.br
www.expressomt.com.br
www.extralagoas.com.br
www.extremosulam.com.br
www.farolcomunitario.com.br
www.fatimanews.com.br
www.fazendomedia.com
www.folhadaparaiba.com.br
www.folhadebetim.com.br
www.folhadevilhena.com.br
www.folhadoacre.com
www.folhadobico.com.br
www.folhadoprogreso.com
www.folhadosulonline.com.br
www.folhavitoria.com.br
www.ftiapr.org.br
www.g1.globo.com
www.gazetadelimeira.com.br
www.gazetadigital.com.br
www.gazetamaringa.com.br
www.gazetaweb.globo.com
www.gentedeopiniao.com
www.globoamazonia.com
www.infonet.com.br
www.infosaj.com.br
www.imirante.globo.com
www.interiordabahia.com.br
www.interligaonline.com
www.itabatanews.com.br
www.in360.globo.com
www.jangadeiroonline.com.br
www.jcnet.com.br
www.jfolharegional.com.br
www.jirauonline.com.br
www.jm1.com.br
www.jornalagazeta-ap.com
www.jornalaqui.com.br
www.jornalcidade.uol.com.br

www.jornaldacidade.net
www.jornaldelondrina.com.br
www.jornaldeuberaba.com.br
www.jornaldosol.com.br
www.jornale.com.br
www.jornalimpactoonline.com.br
www.jornalresistenciaonline.com.br
www.jornalstylo.com.br
www.jornalwebminas.com.br
www.jusbrasil.com.br
www.leopoldinense.com.br
www.liberdadedigital.com.br
www.moginews.com.br
www.montesclaros.com.br
www.mtnoticias.net
www.navegadormt.com.br
www.nominuto.com.br
www.nortaonoticias.com.br
www.nossacara.com.br
www.noticiasdahora.com.br
www.noticiavirtual.com.br
www.novanews.com.br
www.novojornal.com.br
www.oacre.com.br
www.oeco.com.br
www.oestadoce.com.br
www.ogirassol.com.br
www.ogoiias.com.br
www.olhardireto.com.br
www.oparlamento.com.br
www.orm.com.br
www.overmundo.com.br
www.parecis.net
www.passapalavra.info
www.pbagora.com.br
www.pindavale.com.br
www.politicapb.com.br
www.portalamazonia.globo.com
www.portalaz.com.br
www.portalcorreio.com.br
www.portaldopurus.com.br

www.portalnahora.com.br
www.primeiraedicao.com.br
www.radar64.com.br
www.radoruraldesantarem.com.br
www.redebomdia.com.br
www.redebrasilatual.com.br
www.redesuldenoticias.com.br
www.rets.org.br
www.revistadobrasil.net
www.revistatempo.com.br
www.ribeiraopretoonline.com.br
www.rondoniadigital.com.br
www.rondoniadinamica.com.br
www.rondoniagora.com.br
www.rondoniaoovivo.com.br
www.routenews.com.br
www.sistemaodia.com.br
www.sonoticias.com.br
www.sulnews.com.br
www.supernoticia.com.br
www.tapajoslivre.org.br
www.tarobacascavel.com.br
www.teixeiranews.com.br
www.terramagazine.terra.com.br
www.tribunadeanapolis.com.br
www.tribunadodia.com.br
www.tribunadosol.com.br
www.tudoagora.com.br
www.tudonahora.uol.com.br
www.tudoparana.com.br
www.tudorondonia.com.br
www.tvt.org.br
www.uai.com.br
www.valedoinvinhemagora.com.br
www.valeparaibano.com.br
www.viagora.com.br
www.viasdefato.jor.br
www.wn.frizz.com.br
www.wscm.com.br
www.youtube.com
www.zedudu.com.br

Comissão Pastoral da Terra no Brasil

SECRETARIA NACIONAL

Rua 19 no 35, 1º Andar Ed. D. Abel - Centro
CEP 74030-090

Goiânia - GO

Fone: 62 4008-6466/4008-6400

Fax: 62 4008-6405

E-mail: cpt@cptnacional.org.br

Site: www.cptnacional.org.br

Fone/Fax: 63 3412-3200/3664

E-mail:

cpt.tocantins@gmail.com

ACRE

Rua São Judas Tadeu, casa 32 - Conjunto
Universitário.

CEP: 69.917-696

Rio Branco - AC

Caixa Postal: 284

Fone/Fax: 68 3229 2012

E-mail: cptac@uol.com.br

BAHIA

R. Gal Labatut, 78 B. Barris

CEP: 40.070-100

Salvador - BA

Fone: 71 3328- 4672

Fax: 71 3328-4683

E-mail cptba@cptba.org.br

site: www.cptba.org.br

AMAPÁ

Av. Pe Manoel da Nóbrega, 1000

B. Jesus de Nazaré

CEP 68.906-970

Macapá - AP

Fone: 96 3223-2539

Fax: 96 3222-1047

E-mail: cptap@uol.com.br

CEARÁ

R. Mons. Otávio de Castro,
150, Bairro Fátima

CEP: 60.050-150

Fortaleza - CE

Fone/Fax: 85 3226-1413

E-mail: cptce@netbandalarga.com.br

www.ce.blogspot.com

AMAZONAS

Rua Silva Ramos, 555 Centro.

CEP 69025-030

Manaus - AM

Fone/Fax: 92 3232-1160

E-mail: cptamazonas@gmail.com

ESPÍRITO SANTO

Rua São José, 259 Sernanby,

CEP: 29.930-000

São Mateus – ES

Caixa Postal: 312

Fone/Fax: 27 3763-3505

E-mail: cptesrj@veloxmail.com.br

ARAG. / TOCANTINS

R. Porto Alegre, 446 B. São João

CEP: 77.807-070

Araguaína – TO

Caixa Postal: 51

GOIÁS

R. 19 nº 35 1o Andar, Ed.

D. Abel, Centro

CEP: 74.030-090

Goiânia - GO

Fone: 62 3223 5724/3223 0890

Fax: 62 3225 65 34

Email: cptgo@hotmail.com

www.cptgoias.com

MARANHÃO

Rua do Sol, 457 Centro
CEP: 65.020-590
São Luiz - MA
Fone: 98 3222-4243
Fax: 98 3232-8763
E-mail:
cptma@elo.com.br

MATO GROSSO

R. Amambaí, 160
Setor Alvorada
CEP: 78.048-465
Cuiabá - MT
Fone: 65 3054 3068
Fax: 65 3621-3029
Celular: 65-9600 2175
E-mail: : cptmt10@yahoo.com.br
cptmt10@gmail.com.

MATO GROSSO DO SUL

R. Nicolau Frageli, 71
Bairro Amambaí
CEP: 79.008-570
Campo Grande - MS
Fone/Fax: 67 3029-7729
E-mail: cptms1@yahoo.com.br

MINAS GERAIS

R. Cassiterita, 59
Bairro Santa Inês
CEP 31.080-150
Belo Horizonte - MG
Fone: 31 3466-0202 / 3481-5420
E-mail: cptminas@bol.com.br site:www.
cptmg.org.br

NORDESTE

R. Esperanto, 490
Ilha do Leite
CEP: 50.070-390
Recife - PE

Fone: 81 3231-4445

E-mail: cpt@cptpe.org.br

Site: www.cptne2.org.br

PARÁ

Tr. Barão do Triunfo, 3151
Bairro Marco
CEP: 66.093-050
Belém - PA
Fone/Fax: 91 3226 -6491
E-mail: cptpa@cnbbn2.org.br

PARANÁ

R. Paula Gomes, 703, 1o Andar São
Francisco
CEP 80.510-070
Curitiba - PR
Fone/Fax: 41 3224 -7433
41-3526 0705
E-mail: cptparana@gmail .com Site:www.cpt.org.

PIAUI

R. Desemb. Pires de Castro,
631, Centro Norte
CEP 64.000-390
Terezina - PI
Fone: 86 3222-4555
Fax: 86 3223-9370
E-mail: cpt.pau@gmail.com
<http://cptpi.blogspot.com>

RIO GRANDE DO SUL

Rua Manoel Ferrador, 155,
Bairro Passo das Pedras
CEP 91.230-370
Porto Alegre - RS
Fone/Fax: 51 3344-4415
E-mail: cptrs@portoweb.com.br

RONDÔNIA

R. Sen. Álvaro Maia, 1034
Bairro Olaria
CEP 76.902-220
Porto Velho - RO
Fone: 69 3224-4800
Fax: 69 3223-1135
E-mail: pastoraldaterra.ro@gmail.com
[Http://cptrondonia.blogspot.com](http://cptrondonia.blogspot.com)

RORAIMA

Rua Floriano Peixoto, 402-B Centro
CEP 69.301-320
Boa Vista - RR
Fone: 95 3224-4636
E-mail: cptroraima@gmail.com

SANTA CATARINA

R. Dep. Antônio Edu Vieira, 1524, Pantanal
CEP 88.040-001
Florianópolis - SC
Fone/Fax: 48- 3234 4766
E-mail: cptsc@cnbbsul4.org.br

SÃO PAULO

Cúria Diocesana de Pres. Prudente
Rua Pe. João Goetz, n. 400, Jd. Esplanada -
CEP 19061-460 - Pres. Prudente - SP
Fone: (18) 3918-5000 - ramal 54 /9781 4148
Email: glauciavania@ig.com.br
[HTTP://www.cptsp.com.br](http://www.cptsp.com.br)

